

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL 2019**



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Julho • 2020



**JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA**

Procurador-Geral de Justiça

**EUNICE HELENA RODRIGUES DE BARROS**

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

**DEOSDETE CRUZ JÚNIOR**

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional

**HÉLIO FREDOLINO FAUST**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**MILTON MATTOS DA SILVEIRA NETO**

Secretário-Geral do Ministério Público

**CLAIRE VOGEL DUTRA**

Promotora de Justiça Auxiliar  
do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

**HELLEN ULIAM KURIKI**

Promotora de Justiça Auxiliar  
do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

**CLÁUDIA DI GIÁCOMO MARIANO**

Diretora-Geral

## Elaboração

Departamento de Planejamento e Gestão

✉ deplan@mpmt.mp.br | ☎ (65) 3613-5108

## Projeto Gráfico

Departamento de Imprensa e Comunicação Social

✉ imprensa@mpmt.mp.br | ☎ (65) 3613-5146 / 5196

## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

M425r      Mato Grosso. Ministério Público.

Relatório de gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso 2019/ Procuradoria-Geral de Justiça. - Cuiabá, 2020.

221 p. il.

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. Gestão. 4. Ministério Público. 5. Procuradoria de Justiça. 6. Mato Grosso. I. Título.

CDU 35

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário  
Diego Dias de Lima. CRB1-2566

## PLANEJAR PARA COLHER RESULTADOS

É com satisfação que prestamos contas à sociedade relacionadas às atividades de 2019 e os avanços do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em direção à sua missão institucional de defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses individuais indisponíveis, com o intuito de promover a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Tendo como ferramenta a Gestão Estratégica, integrativa e orientada para resultados, foi possível percorrer estes caminhos. Em 2019, a partir do diálogo com seu público interno e externo, a instituição se aproximou da realidade plural do Estado, investindo em áreas essenciais para que haja sensíveis mudanças na sua atuação, de modo a entregar o que se espera da Instituição.

O modelo de gestão adotado garantiu, por exemplo, no que concerne à infraestrutura, o desenvolvimento de projeto piloto, que trará novas sedes para as comarcas de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, além da assinatura de convênios que estabelecem a permuta de imóveis e agilizam a contratação de obras. A par disso, houve readequação da estrutura física de setores estratégicos da Procuradoria-Geral de Justiça e das sedes de Promotorias de Justiça da capital e do Interior.

O interior passou a receber maior atenção, por meio da “Comissão de Apoio Institucional”, instituída através do Ato Administrativo nº 774/2019, e das ações do “Programa Vida Plena – MPMT pensando em você”, instituído através do Ato Administrativo nº 561/2019, que percorreram as cidades polo, para ouvir as demandas, apresentar as ações realizadas e desenvolver atividades de integração e desenvolvimento pessoal e funcional. Além disso, 6 (seis) Promotorias de Justiça de entrância intermediária foram elevadas à final e o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO), passou a contar com unidades desconcentradas em Barra do Garças, Cáceres,

Rondonópolis e Sorriso, o que fortalece a atuação do MPMT nas atividades fim de combate ao crime organizado.

Dentre os investimentos, ressalta-se, ainda, aqueles na capacitação dos integrantes em áreas como inteligência voltada ao Ministério Público, enfrentamento à corrupção, defesa do meio ambiente, tecnologia da informação, entre outros, tanto presencialmente quanto por meio da plataforma do CEAF - EaD. Inclusive, na modalidade à distância, destaca-se o lançamento da Formação de servidores, estagiários e terceirizados do apoio administrativo (Fosemp), o qual, por meio de 9 (nove) módulos, busca preparar os servidores e membros na busca pela excelência no atendimento aos cidadãos.

A atuação finalística também foi alvo de melhorias, por meio da reforma administrativa, em que, através da criação da função de Auxiliar Ministerial e da padronização de cargos entre as unidades ministeriais, buscou-se garantir que todos tenham um quadro de assessoria adequado e igualitário. Destacam-se, ainda, recursos como o Portal de Apoio à Investigação (de responsabilidade do CAOP/CSI); reestruturação dos Centros de Apoio Operacional, com reforço nos quadros para realização de perícias técnicas (possibilitando a redução da demanda reprimida em 50%) e criação dos CAO's temáticos, que prestam auxílio em procedimentos investigatórios e na preparação de ações e de estratégias de atuação; a disponibilização de sala equipada na sede da PGJ para trabalho remoto de membros do interior e a abertura de concurso público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto.

Ainda, a fim de promover melhor qualidade de vida aos servidores, foram implantados os programas Renascer (Ato administrativo nº 860/2019), que, por meio de dispensa no dia do aniversário do servidor, incentiva a doação regular de sangue e a doação de medula óssea; o programa de Teletrabalho (Ato administrativo nº 862/2019), ampliação da possibilidade de trabalho que representa um mecanismo para motivação e comprometimento, de modo a promover aumento da produtividade, elevação das metas de eficiência e da efetividade dos

serviços prestados; além disso, foi regulamentado (Resolução n.º 169/2019-CPJ) afastamento que permite aos servidores frequentar curso *stricto sensu, lato sensu* ou curso de aperfeiçoamento, no país ou no exterior.

No âmbito da Gestão Estratégica, a Administração promoveu a revisão do Planejamento Estratégico, para o período de 2020 a 2023, na qual membros e servidores participaram da definição de novos objetivos e diretrizes, bem como o fortalecimento da governança. Implantaram-se, também, o NEGE – Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e o Escritório de Processos, no intuito de promover processos organizacionais internos mais céleres. Além disso, para que a execução do planejamento seja acompanhada com clareza e objetividade, foi criado o Portal Foco – Gestão Estratégica.

Mais de 50% das propostas de gestão já foram realizados e a expectativa é de que, com o valioso apoio dos integrantes do MPMT, de forma coletiva e participativa, as demais se concretizem, assim como os objetivos estratégicos definidos em conjunto com a sociedade.

**JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA**

Procurador-Geral de Justiça

# SUMÁRIO

<b>1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO</b> .....	<b>20</b>
1.1 Gestão Estratégica .....	21
1.2 Organograma .....	22
1.3 Missão, Visão, Valores e Mapa Estratégico 2020/2023 .....	23
<b>2. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO</b> .....	<b>24</b>
2.1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça .....	26
2.1.1 Padronização de cargos .....	27
2.1.2 Recomposição das comissões da Procuradoria-Geral de Justiça .....	27
2.1.3 Gestão por competências.....	28
2.1.4 Estruturação do E-social .....	29
2.1.5 Implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso .....	30
2.1.6 Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos – “Projeto Dialogar” .....	30
2.1.7 Implementação de Comissões Disciplinares Permanentes	30
2.1.8 Estruturação e manutenção do Programa Vida Plena: MPMT pensando em você .....	31
2.1.9 Implantação do Centro de Custos.....	31
2.1.10 Implantação do Núcleo de Assistentes Sociais (Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá).....	32
2.1.11 Revisão do Planejamento Estratégico Institucional .....	32
2.1.12 Implantação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE) .....	33
2.1.13 Formulação do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.....	33
2.1.14 Formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020.....	34
2.2 Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa.....	35
2.3 Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional.....	37
2.4 Colégio de Procuradores de Justiça.....	38
2.4.1 Posse de novos Procuradores de Justiça.....	39
2.5 Conselho Superior do Ministério Público .....	41
2.6 Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	43
2.7 Procuradorias de Justiça.....	48
2.8 Promotorias de Justiça .....	52

<b>3. ÁREAS DE ATUAÇÃO</b> .....	<b>58</b>
3.1 Cidadania e Consumidor.....	60
3.1.1 Iniciativas de Destaque .....	64
3.1.1.1 IV Encontro de promotores de justiça que atuam na área da cidadania .....	64
3.1.1.2 Redução de valores de tarifas do Detran, a partir de notificação do MPMT.....	65
3.1.1.3 MPMT compõe câmara setorial temática da Assembleia Legislativa para pessoas com deficiência.....	66
3.1.1.4 Reunião com Secretário de Estado de Saúde discute alternativas para evitar superfaturamentos em ações .....	67
3.1.1.5 Participação em debate sobre direitos da pessoa idosa.....	68
3.1.1.6 Participação na II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH).....	68
3.1.1.7 Participação na Expedição Araguaia Cidadão.....	69
3.1.1.8 Promovido curso de capacitação em educação inclusiva para professores de Alta Floresta.....	70
3.1.1.9 Escolas com alto índice de violência participam de curso de Mediação Escolar .....	71
3.2 Criminal.....	72
3.2.1 Atividades das Promotorias de Justiça da Área Criminal.....	73
3.2.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada Criminal .....	76
3.2.3 Iniciativas de Destaque .....	77
3.2.3.1 MPMT celebra 1º acordo de não persecução penal na justiça militar .....	77
3.2.3.2 Encontro “Paradigmas Transnacionais do Direito Penal” .....	78
3.2.3.3 Capacitação sobre o “formulário nacional de risco e proteção à vida - FRIDA” .....	79
3.2.3.4 IX Encontro Estadual do Tribunal do Júri.....	80
3.2.3.5 Termo de Cooperação Técnica para compor a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Várzea Grande .....	81
3.2.3.6 Concurso: “A arte contra a violência doméstica” na comarca de Rio Branco.....	82
3.2.3.7 Capacitação de profissionais de saúde para evitar subnotificação de casos de Violência Doméstica Contra a	

Mulher – Rede de Frente .....	83
<b>3.3 Infância e Juventude.....</b>	<b>84</b>
3.3.1 Atividades das Promotorias de Justiça do MPMT na Área da Infância e Juventude .....	84
3.3.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente.....	86
3.3.3 Iniciativas de Destaque .....	88
3.3.3.1 Projeto “Prevenção começa na Escola” .....	88
3.3.3.2 Participação no lançamento da cartilha de protocolo e fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual .....	89
3.3.3.3 Mesa redonda <b>online</b> com a Rede de Proteção do Estado de Mato Grosso .....	89
3.3.3.4 Participação no projeto “Jovens de Futuro” .....	90
3.3.3.5 I Encontro Estadual de educação do Ministério Público de Mato Grosso: a prevenção do <b>bullying</b> , do suicídio e da violência escolar .....	90
3.3.3.6 Participação na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência .....	91
3.3.3.7 Participação nos 15 anos do Projeto Fortalecer em Várzea Grande.....	91
3.3.3.8 Lançamento do guia da rede intersetorial de atendimento às crianças/famílias com deficiência em Mato Grosso .....	92
3.3.3.9 Projeto Luz – Sorriso protege suas crianças e adolescentes .....	93
3.3.3.10 Equipes fazem abordagem social de famílias venezuelanas com crianças .....	93
<b>3.4 Defesa Ambiental e Ordem Urbanística .....</b>	<b>95</b>
3.4.1 Atividades das Promotorias de Justiça na Área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico .....	97
3.4.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística .....	99
3.4.3 Iniciativas de Destaque .....	99
3.4.3.1 Participação em grupos de trabalho na área ambiental.....	99
3.4.3.2 Congresso Internacional no México organizado pelo Procurador de Justiça titular da PJEDAOU .....	99
3.4.3.3 Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas.....	100

3.4.3.4	MPMT reúne instituições para debater desafios na produção de provas na área ambiental .....	102
3.4.3.5	Inpe oferece ferramenta que auxiliará o Ministério Público na defesa do meio ambiente natural .....	103
3.4.3.6	Estação hidrometeorológica do Rio Preto viabilizada por recursos de TAC. ....	104
3.4.3.7	Projeto “Olhos da Mata” vencedor do prêmio <i>Innovare</i>	104
3.4.3.8	Projeto “Água para o Futuro” é reconhecido e divulgado no Brasil e exterior .....	106
3.4.3.9	Audiência pública para debater a situação do Centro Histórico de Cuiabá.....	108
3.5	Probidade Administrativa e Patrimônio Público.....	109
3.5.1	Atividades das Promotorias de Justiça na área de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público .....	109
3.5.2	Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público .....	112
3.5.3	Iniciativas de Destaque .....	117
3.5.3.1	Programa de capacitação e aperfeiçoamento .....	117
3.5.3.2	MPMT destina R\$ 4,45 milhões para reforma e aquisição de UTIs aéreas .....	107
3.5.3.3	TJ julga procedente ADI e declara inconstitucional Lei que modifica regra de licitações .....	119
3.5.3.4	Seminário “Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa” .....	119
3.5.3.5	Reafirmada parceria entre MPMT e Audicom-MT para intercâmbio institucional de informações .....	120
3.5.3.6	Homologado TAC destinando quase R\$ 100 mil para compra de câmeras em Vera .....	121

#### 4. ÓRGÃOS AUXILIARES ..... 122

4.1	Centros de Apoio Operacional – CAO .....	123
4.1.1	Produtividade dos Centros de Apoio Técnico à Execução..	126
4.1.2	Produtividade dos Centros de Apoio Técnico Temáticos ...	127
4.1.3	Iniciativas de Destaque.....	129
4.1.3.1	Programa de localização e identificação de desaparecidos.....	129
4.1.3.2	Convênio com o IFMT para laudos e perícias técnicas	129
4.1.3.3	Participação no Projeto “Viva o seu Bairro” .....	130
4.1.3.4	Mapeamento de unidades de saúde .....	131

4.1.3.5 Disponibilização de Kit de Atuação.....	131
4.1.3.6 CAO Educação explica .....	131
4.1.3.7 Reuniões .....	131
4.2 Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI) .....	132
4.2.1 Ferramenta de Gestão de Demanda .....	132
4.2.2 Capacitações .....	133
4.2.3 Termos de Cooperação Técnica .....	134
4.2.4 Bases de Dados e Estruturação do CAOP/CSI .....	135
4.2.5 Criação do Portal de Apoio à Investigação – PAI.....	138
4.2.6 Sistema Trilhas de Licitação .....	138
4.2.7 Implantação do DELFOS .....	138
4.2.8 Implantação do S3i .....	138
4.2.9 Produção de relatórios .....	139
4.2.10 Implementação do Programa de Governança de Dados Pessoais no MPMT .....	140
4.3 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	140
4.4 Gabinete de Segurança Institucional .....	154
4.4.1 Segurança pessoal e medidas protetivas efetivadas .....	154
4.4.2 Apoio às inspeções e perícias .....	155
4.4.3 Apoio ao Projeto Ouvidoria Itinerante.....	157
4.4.4 Apoio ao Projeto Água para o Futuro.....	157
4.4.5 Análise de risco, vulnerabilidades e relatório de informações .....	158
4.4.6 Capacitação .....	159
4.4.7 Atendimento a autoridades .....	160
4.5 Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO) .	161
4.5.1 Atendimento ao público/reuniões/protocolos .....	161
4.5.2 Procedimento Investigatório Criminal – PIC / Inquéritos Policiais – I .....	162
4.5.3 Movimentação de processos no SIMP .....	162
4.5.4 Operações / Recuperação de ativos.....	163
4.5.5 Participação em Eventos/Cursos .....	164
4.6 Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal .....	165
4.7 Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores.....	167
4.8 Ouvidoria-Geral .....	169
4.8.1 Dados Estatísticos.....	169
4.8.2 Iniciativas de Destaque .....	173
4.8.2.1 Ouvidoria Itinerante .....	173
4.8.2.2 Eventos.....	175

<b>5. GESTÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>176</b>
5.1 Reestruturação Institucional .....	177
5.1.1 Revisão do Planejamento Estratégico Institucional .....	177
5.1.1.1 Aplicação de diagnóstico para o público externo e interno.....	178
5.1.1.2 Implementação de grupos focais .....	178
5.1.1.3 <i>Workshop</i> .....	179
5.1.1.4 Desdobramento da estratégia .....	179
5.1.1.5 Indicadores e projetos estratégicos .....	182
5.1.2 Infraestrutura .....	182
5.1.3 Estrutura funcional.....	187
5.2.4 Gestão de Projetos .....	187
5.2 Gestão Orçamentária e Financeira .....	190
5.2.1 Planejamento orçamentário .....	190
5.2.2 Gestão de Aquisições.....	195
5.2.3 Gestão de serviços e materiais .....	199
5.2.4 Gestão financeira .....	202
5.3 Gestão de Tecnologia da Informação .....	202
5.3.1 Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos...203	
5.3.2 Gerência de Conectividade de Redes e Sistemas .....	205
5.3.3 Gerência de suporte e tecnologia .....	206
5.4 Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida .....	208
5.4.1 Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – “Vida Plena: MPMT pensando em você” .....	214
5.4.1.1 Ações realizadas.....	215
5.5 Comunicação Institucional.....	223
5.6 Controle Interno .....	229

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma 2020 .....	22
Figura 2- Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – 2020/2023 .....	23
Figura 3- Integrantes da Administração Superior e dos demais órgãos de Administração da PGJ em 2019 .....	25
Figura 4- Reunião de aprovação do PPA 2020-2023 .....	34
Figura 5- Composição do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMT, em 2019 .....	39
Figura 6- Posse da Procuradora de Justiça Ana Cristina Bardusco Silva .....	40
Figura 7- Posse da Procuradora de Justiça Rosana Marra .....	40
Figura 8- Posse do Procurador de Justiça Roosevelt Pereira Cursine .....	40
Figura 9- Posse da Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto .....	40
Figura 10- Membros do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso, em 2019 .....	41
Figura 11 - Relatórios de Inspeção a Estabelecimento Penal do Estado de Mato Grosso em 2019 .....	46
Figura 12 - Relatórios de Inspeção a Estabelecimento Penal do Estado de Mato Grosso em 2019 .....	46
Figura 13 - Relatórios de Visita a Estabelecimento Institucional da Infância no Estado de Mato Grosso em 2019 .....	47
Figura 14 - Relatórios de visita a Instituições de Longa Permanência de Idosos (LPI's) no Estado de Mato Grosso em 2019 .....	47
Figura 15 - Relatórios de visita a Entidades de Acolhimento a Pessoas em Situação de Rua no Estado de Mato Grosso em 2019 .....	48
Figura 16 - Total de processos distribuídos em 2019 .....	54
Figura 17 - Evolução do total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça do MPMT, de 2016 a 2019 .....	57
Figura 18 - Gráficos de atuação extrajudicial na área da Cidadania e Consumidor, no período de 2017 a 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT .....	60
Figura 19 - Gráficos de procedimentos extrajudiciais do MPMT em 2019, na área da Cidadania .....	61
Figura 20 - Gráficos sobre Recomendações Extrajudiciais expedidas pelo MPMT, na área da defesa da Cidadania e Consumidor, em 2019 .....	62
Figura 21 - IV Encontro de promotores de justiça que atuam na área da cidadania .....	64
Figura 22 - Composição da câmara setorial temática da assembleia legislativa para pessoas com deficiência .....	66
Figura 23- Reunião entre MPMT e Secretaria de Estado de Saúde .....	67
Figura 24- Audiência pública sobre direitos da pessoa idosa .....	68
Figura 25- II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) .....	69
Figura 26 - Logo Expedição Araguaia Cidadão .....	70
Figura 27 - Curso de Capacitação em Educação Inclusiva - O Transtorno do Espectro Autista na Escola .....	71
Figura 28 - Curso de Mediação Escolar .....	72
Figura 29 - Gráfico do número de novos processos registrados a cada ano pelo TJMT, referentes à Violência Doméstica contra mulher .....	73
Figura 30 - Gráfico da Atuação Extrajudicial no período de 2016 a 2019, na Área Criminal, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	73
Figura 31 - Gráfico da Atuação Extrajudicial em Violência Doméstica contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	74
Figura 32 - Gráfico de movimentação em Inquéritos Policiais – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	74
Figura 33 - Gráfico de movimentação em Ações Penais – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	74
Figura 34 - Gráfico de movimentação em Inquéritos Policiais – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	75
Figura 35 - Gráfico de movimentação em Ações Penais – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	75
Figura 36 – Gráfico de movimentação em Medidas Protetivas de Urgência – Lei Maria da Penha, no período de 2016 a 2019 .....	75
Figura 37 – Gráfico de movimentação em Autos de Prisão em Flagrante – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	76
Figura 38 – Gráfico de movimentação em Autos de Prisão em Flagrante – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT .....	76
Figura 39 – Encontro “Paradigmas Transnacionais do Direito Penal” .....	78
Figura 40 - Capacitação sobre o “formulário nacional de risco e proteção à vida - FRIDA” .....	79
Figura 41 - IX Encontro Estadual do Tribunal do Júri .....	80
Figura 42 - Encontro de Mulheres no Campo, em Nossa Senhora do Livramento .....	81
Figura 43 - Logo concurso: A arte contra a Violência Doméstica .....	82

Figura 44 - Capacitação a profissionais de saúde, pela "Rede de Frente" de enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher.....	83
Figura 45 - Gráficos da atuação extrajudicial na área da Infância e Juventude, entre 2017 e 2019, das Promotorias de Justiça do MPMT .....	84
Figura 46 - Gráfico de atividades judiciais na área da Infância e Juventude, realizadas em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT .....	85
Figura 47 - Gráfico de atuação judicial da PJEDCA na área infracional, em 2019 .....	86
Figura 48 - Gráfico de assuntos tratados na área infracional, em 2019, pela PJEDCA .....	87
Figura 49 - Gráfico de atuação judicial da PJEDCA na área cível, em 2019.....	87
Figura 50 - Gráfico de assuntos tratados na área cível, em 2019, pela PJEDCA .....	87
Figura 51 - Projeto "Prevenção começa na Escola" .....	88
Figura 52 - Lançamento da cartilha de protocolo e fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.....	89
Figura 53 - Mesa redonda <i>online</i> com a Rede de Proteção do Estado de Mato Grosso .....	89
Figura 54 - Transmissão ao vivo na ação "Jovens de Futuro" .....	90
Figura 55 - I Encontro estadual de educação do Ministério Público de Mato Grosso: a prevenção do <i>bullying</i> , do suicídio e da violência escolar.....	90
Figura 56 - Semana Nacional da Pessoa com Deficiência .....	91
Figura 57 - Projeto Fortalecer em Várzea Grande .....	92
Figura 58 - Guia da rede intersetorial de atendimento às crianças/famílias com deficiência em Mato Grosso.....	92
Figura 59 - Logo Projeto Luz de Sorriso/MT .....	93
Figura 60 - Abordagem social de famílias venezuelanas com crianças .....	94
Figura 61 - Gráficos de atuação extrajudicial na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, de 2017 a 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT .....	95
Figura 62 - Gráficos de atuação extrajudicial - Procedimentos Administrativos, na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, em 2018 e em 2019, instaurados pelas Promotorias de Justiça do MPMT .....	96
Figura 63 - Gráfico de atuação judicial, na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT.....	96
Figura 64 - Gráfico da atuação judicial da PJEDAOU, no ano de 2019 .....	98
Figura 65 - Congresso Internacional no México organizado pelo Procurador de Justiça titular da PJEDAOU .....	100
Figura 66 - Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas.....	101
Figura 67 - Apresentação de ferramenta que auxiliará o Ministério Público na defesa do meio ambiente natural oferecida pelo INPE .....	104
Figura 68 - Premiação do Projeto "Olhos da Mata" .....	105
Figura 69 - Registro atuação da equipe do Projeto "Água para o Futuro" .....	106
Figura 70 - Apresentação do Projeto "Água para o Futuro" à diretora do Pnuma em Nairóbi.....	107
Figura 71 - Audiência pública para debater a situação do Centro Histórico de Cuiabá.....	108
Figura 72 - Termos de Ajustamento de Conduta nas Promotorias de Justiça do MPMT de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, no período de 2015 a 2019.....	110
Figura 73 - Gráfico da movimentação extrajudicial na área de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, pelas Promotorias de Justiça do MPMT de 2016 a 2019.....	110
Figura 74 - Gráfico das Sentenças proferidas em todas comarcas de Mato Grosso, na área de Defesa do Patrimônio Público, em 2019 .....	111
Figura 75 - Gráfico da movimentação judicial na área de Defesa do Patrimônio Público nas Promotorias de Justiça do MPMT no período de 2016 a 2019.....	112
Figura 76 - Gráfico da movimentação processual da PJEDPAPP, em 2019.....	113
Figura 77 - Gráfico das principais atividades processuais da PJEDPAPP, em 2019 .....	114
Figura 78 - Gráfico demonstrativo do volume de pareceres por tipo de recurso/ações da PJEDPAPP, 2019 .....	114
Figura 79 - Gráfico demonstrativo do volume de Recursos, Ações Incidentes ou Ações Autônomas interpostas da PJEDPAPP.....	116
Figura 80 - Gráfico demonstrativo dos resultados obtidos em 2ª grau pela PJEDPAPP .....	116
Figura 81 - Ato de destinação de verbas para reforma e aquisição de UTIs aéreas .....	118
Figura 82 - Seminário "Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa" .....	120
Figura 83 - Reunião de reafirmação de parceria entre MPMT e Audicom-MT para intercâmbio institucional de informações.....	121
Figura 84 - Gráfico com estoque de análises técnicas após o início da nova gestão dos CAO's.....	124
Figura 85 - Gráfico com atendimentos de assessoramento remoto realizados em 2019, pelo CAO/MPMT, por comarca .....	126
Figura 86 - Gráfico com as manifestações técnicas emitidas em 2019, por área.....	127
Figura 87 - Gráfico com as pesquisas e consultas jurídicas realizadas em 2019.....	128
Figura 88 - Gráfico com os boletins Informativos expedidos pelos CAO's, de maio a dezembro/2019 .....	128
Figura 89 - Logo do programa de localização e identificação de desaparecidos.....	129
Figura 90 - Registro da celebração do convênio com o IFMT para laudos e perícias técnicas.....	130

Figura 91 - Projeto "Viva o seu Bairro" .....	130
Figura 92 - Apoio na Revisão e Execução do Planejamento Estratégico .....	131
Figura 93 - Participação nas reuniões de polo .....	131
Figura 94 - Gráfico com a quantitativo de dados disponíveis em 2019 no CAOP/CSI .....	135
Figura 95 - Em sentido horário: I- Portal de Apoio à Investigação – PAI; II – Sistema Trilhas de Licitação; III- Sistema S3i; IV - Sistema DELFOS .....	139
Figura 96 - Gráfico com a produção de conhecimento em 2019 pelo CAOP/CSI .....	139
Figura 97 - Gráfico com a produtividade do CEAF em 2019 .....	152
Figura 98 - Gráfico do público alcançado em 2019 pelos cursos desenvolvidos pelo CEAF .....	152
Figura 99 - Gráfico do número de acessos à Biblioteca Digital <i>Pro View</i> e Revista dos Tribunais <i>Online</i> , em 2019 .....	153
Figura 100 - Gráfico das atividades de segurança pessoal realizadas em 2019 .....	154
Figura 101 - Gráfico das Atividades de segurança pessoal e medidas protetivas executadas pelo GSI em 2019 .....	155
Figura 102 - Gráfico de relatórios de análise de risco formulados pelo GSI em 2019, por comarca .....	158
Figura 103 - Gráfico dos relatórios técnicos emitidos pelo GSI em 2019 .....	159
Figura 104 - Gráfico das Movimentações realizadas no SIMP em 2019 .....	163
Figura 105 - Gráfico das atividades realizadas no Gabinete do NACO Criminal em 2019 .....	166
Figura 106 - Gráfico das atividades realizadas no Gabinete do NACO Criminal em 2019 .....	166
Figura 107 - Gráfico dos Recursos interpostos pelo NARE em 2019 .....	167
Figura 108 - Gráfico das Contrarrazões apresentadas pelo NARE em 2019 .....	168
Figura 109 - Gráfico das demais atividades realizadas pelo NARE em 2019 .....	168
Figura 110 - Gráfico da produtividade e situação dos registros de 2019 efetuados pela Ouvidoria .....	170
Figura 111 - Gráfico com a origem das manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2019 .....	171
Figura 112 - Gráfico constando o grau de escolaridade dos manifestantes nos registros de 2019 feitos pela ouvidoria .....	171
Figura 113 - Gráfico do objetivo das manifestações registradas em 2019 pela ouvidoria .....	172
Figura 114 - Gráfico do assunto das manifestações registradas em 2019 pela ouvidoria .....	172
Figura 115 - Gráfico das 10 cidades com maior demanda nos registros da ouvidoria em 2019 .....	173
Figura 116 - Veículo adaptado para realização da Ouvidoria Itinerante .....	173
Figura 117 - Processo de revisão do Planejamento Estratégico do MPMT .....	177
Figura 118 - Mapa estratégico do MP/MT 2020/2023 .....	181
Figura 119 - Espaço conviver .....	183
Figura 120 - Obras de construção e reforma entregues em 2019 .....	183
Figura 121 - Obras de construção e reforma executadas em 2019 .....	189
Figura 122 - Gráfico do índice de execução orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019 .....	191
Figura 123 - Gráfico do índice de execução orçamentária da PGJ, por grupos de despesa, em 2019 .....	192
Figura 124 - Gráfico da Evolução do orçamento/duodécimo - Fontes 100 e 131/196 (Tesouro Estadual), de 2017 a 2019 .....	192
Figura 125 - Gráfico do índice de execução orçamentária - Fundo de Apoio do Ministério Público, de 2017 a 2019 .....	193
Figura 126 - Gráfico de Investimentos em Tecnologia da Informação, pelo MPMT, de 2017 a 2019 .....	194
Figura 127 - Gráfico da evolução da despesa com pessoal (Art 55 LRF), do MPMT, de 2017 a 2019 .....	194
Figura 128 - Gráfico com a quantidade de procedimentos realizados pelo DAQ, em 2018 e 2019 .....	195
Figura 129 - Gráfico do tempo médio de tramitação de processos em 2018 e em 2019 .....	196
Figura 130 - Gráfico das modalidades de licitação no MPMT em 2019 .....	196
Figura 131 - Gráfico dos tipos de contratos firmados em 2019 e seus instrumentos de licitação .....	197
Figura 132 - Gráfico com as justificativas para os aditamentos realizados em 2019 .....	198
Figura 133 - Gráfico com as Justificativas para os apostilamentos realizados em 2019 .....	198
Figura 134 - Gráfico da comparação entre o quadro de servidores de janeiro e dezembro de 2019 .....	208
Figura 135 - Gráfico com o total de publicações realizadas em 2018 e em 2019 .....	209
Figura 136 - Gráfico do total de pensionistas, membros inativos e servidores inativos do MPMT, de 2017 a 2019 .....	210
Figura 137 - Gráfico do total de membros e servidores ativos .....	210
Figura 138 - Gráfico do total de atividades referentes a gestão da vida funcional de membros do MPMT em 2018 e em 2019 .....	211
Figura 139 - Gráfico com o total de atividades referentes a gestão da vida funcional de servidores, em 2018 e 2019 .....	212
Figura 140 - Gráfico com o total de atividades referentes a gestão da vida funcional de estagiários no ano de 2019, em comparação a 2018 .....	213
Figura 141 - Logo do programa Vida Plena: MPMT pensando em você .....	214
Figura 142 - I e II – Restaurante; III e IV – Espaço Conviver; V – Modelo de cadeiras ergonômicas adquiridas .....	216
Figura 143 - Atividades de integração nas comarcas de Juína, Tangará da Serra, Cáceres, Sorriso e Rondonópolis .....	217
Figura 144 - Atividades de integração na PGJ .....	218

Figura 145 - Roda de conversa sobre Comunicação Consciente nas Relações Humanas, realizada na PGJ .....	218
Figura 146 - Evento "Diálogos em saúde mental", realizado na comarca de Cáceres .....	219
Figura 147 - Eventos realizados em 2019, em sentido anti-horário: Dia das Mães, Dia dos Pais, Setembro Amarelo, Dia do Servidor Público .....	220
Figura 148 - Gráfico com a quantidade de textos e vídeos produzidos em 2018 e em 2019.....	223
Figura 149 - Gráfico da veiculação dos textos produzidos em 2019 .....	224
Figura 150 - Gráfico da quantidade de notícias publicadas em 2019, por comarca.....	224
Figura 151 - Gráfico com as comarcas com o maior número de notícias em 2019 .....	225
Figura 152 - Gráfico das divulgações externas em 2019.....	225
Figura 153 - Gráfico do número de seguidores nas redes sociais em 2018 e em 2019 .....	226
Figura 154 - Gráfico da evolução do número de registros no sistema GEDOC, pelo DAEXP, de 2012 a 2019 .....	226
Figura 155 - Gráfico da evolução do número de registros no sistema SIMP, pelo DAEXP, de 2012 a 2019 .....	228
Figura 156 - Gráfico das Correspondências enviadas pelo MPMT, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), no período de 2013 a 2019.....	228

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Atividades de atuação institucional do PGJ .....	26
Tabela 2- Atividades desenvolvidas pelas assessorias jurídica e administrativa .....	26
Tabela 3 - Comissões da Procuradoria-Geral de Justiça designadas e/ou recompostas em 2019.....	28
Tabela 4 - Atividades executadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa em 2019 .....	36
Tabela 5 - Atividades realizadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2019 .....	37
Tabela 6 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça.....	38
Tabela 7 - Atividades realizadas pelo CPJ em 2019.....	39
Tabela 8 - Composição do CSMP, em 2019 .....	42
Tabela 9 - Atividades realizadas pelo CSMP em 2019 .....	42
Tabela 10 - Atividades realizadas pela COGER, em 2019 .....	44
Tabela 11 - Atividades relacionadas ao controle disciplinar de membros, em 2019 .....	44
Tabela 12 - Alterações propostas pela Corregedoria-Geral .....	45
Tabela 13 - Total de Procuradorias de Justiça do MPMT em 2019.....	49
Tabela 14 - Estoques e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, nas Procuradorias de Justiça, registrados entre 2016 e 2019 .....	49
Tabela 15 - Total de atividades no SIMP realizadas pelas Procuradorias de Justiça Cíveis, em 2019.....	49
Tabela 16 - Total de atividades no SIMP realizadas pelas Procuradorias de Justiça Criminais, em 2019 .....	51
Tabela 17 - Estrutura judiciária de Mato Grosso, em outubro de 2019.....	53
Tabela 18 - Total de Promotorias de Justiça do MPMT em 2019.....	53
Tabela 19 - Estoques e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, nas Promotorias de Justiça, registrados entre 2016 e 2019 .....	54
Tabela 20 - Total de atividades não procedimentais de Promotores de Justiça de todas as entrâncias, registradas entre 2016 e 2019.....	54
Tabela 21 - Evolução do total de processos distribuídos no período de 2016 a 2019 .....	55
Tabela 22 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, entre os anos de 2016 e 2019 .....	55
Tabela 23 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária, entre os anos de 2016 e 2019.....	56
Tabela 24 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2016 e 2019 .....	56
Tabela 25 - Procuradores de Justiça titulares das Procuradorias de Justiça Especializadas .....	59
Tabela 26 - Procedimentos Administrativos, na área da defesa da Cidadania e Consumidor, instaurados em 2019, no MPMT.....	62
Tabela 27 - Dados de atividades extrajudiciais não procedimentais na área da defesa da Cidadania e Consumidor, realizadas pelo MPMT em 2019 .....	63
Tabela 28 - Diagnóstico da atuação judicial em 2019 na área da defesa da Cidadania e Consumidor.....	64
Tabela 29 - Atividades realizadas pela PJE Criminal .....	77
Tabela 30 - Procedimentos Administrativos, na área da Infância e Juventude, instaurados em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT.....	85
Tabela 31 - Desempenho funcional, em 2019, dos órgãos de execução em 1ª instância, na área de defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público.....	111
Tabela 32 - Quantidade de Pareceres da PJEDPAPP em Recursos/Ações, em 2019.....	115

Tabela 33 - Recursos, Ações Incidentes ou Ações Autônomas interpostas pela PJEDPAPP, em 2019 .....	115
Tabela 34 - Demonstrativo da evolução dos resultados obtidos pela Procuradoria Especializada PJEDPAPP, em 2ª grau, no período de 2017 a 2019.....	117
Tabela 35 - Eventos x Objetivos da PJE DPAPP.....	117
Tabela 36 - Promotores de Justiça coordenadores dos Centros de Apoio Técnico temáticos, em 2019 .....	123
Tabela 37 - Estrutura e áreas de atuação dos Centros de Apoio Operacional, em 2019.....	125
Tabela 38 - Cursos realizados no período de março a dezembro/2019 no CAOP/CSI .....	133
Tabela 39 - Relação de termos de cooperação técnica celebrados pelo CAOP/CSI .....	134
Tabela 40 - Bases de dados disponibilizadas ao CAOP/CSI, em 2019 .....	136
Tabela 41 - Processos de cooperação para compartilhamento de informação iniciados em 2019, ainda em andamento.....	137
Tabela 42 - Cursos e eventos coordenados pelo CEAF " <i>in company</i> ", em 2019.....	142
Tabela 43 - Cursos coordenados pelo CEAF – EAD, em 2019 .....	146
Tabela 44 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos membros e servidores por meio da aquisição de vaga, em 2019 .....	147
Tabela 45 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite, em 2019 .....	148
Tabela 46 - Cursos de especialização disponibilizados em 2019 .....	150
Tabela 47 - Cursos EAD disponibilizados por outras instituições em 2019 .....	151
Tabela 48 - Concursos para seleção de estagiários realizados em 2019 .....	151
Tabela 49 - Atividades de acompanhamento e segurança em visitas, inspeções e perícias, realizadas em 2019 pelo GSI .....	156
Tabela 50 - Atividades de apoio do GSI realizadas junto ao Projeto Ouvidoria Itinerante, em 2019 .....	157
Tabela 51 - Cursos e eventos de capacitação dos quais participaram integrantes do GSI, em 2019 .....	160
Tabela 52 - Cursos ofertados pelo GSI, em parceria com o CEAF, em 2019.....	160
Tabela 53 - Eventos em que a ouvidoria Itinerante participou, em 2019 .....	174
Tabela 54 - Eventos em que houve participação da ouvidoria do MPMT em 2019.....	175
Tabela 55 - Obras realizadas pelo DENGE em 2019 .....	184
Tabela 56 - Alterações no quadro de servidores comissionados implementadas em 2019, por meio da Lei n.º 10.876/2019, de 26.04.2019.....	187
Tabela 57 - Ações realizadas pela Gerência de Desenvolvimento e Projetos em 2019.....	188
Tabela 58 - Execução Orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019 (total) .....	190
Tabela 59 - Execução Orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019, por grupos de despesas .....	191
Tabela 60 - Execução Orçamentária do Fundo de Apoio do Ministério Público, de 2017 a 2019.....	193
Tabela 61 - Total de despesas nos contratos de serviço sob responsabilidade do DAA, em 2019.....	199
Tabela 62 - Pessoal terceirizado pelas empresas Gestor Serviços Empresariais Eirelli e Pantanal Vigilância e Segurança ao MPMT, em 2019.....	199
Tabela 63 - Pessoal terceirizado pela empresa Transamérica Construções e Serviços ao MPMT, em 2019 .....	199
Tabela 64 - Dados gerais referentes às atividades da Gerência de Manutenção e Transportes em 2019 .....	200
Tabela 65 - Dados gerais referentes às atividades da Gerência de Serviços Gerais em 2019 .....	201
Tabela 66 - Alterações no quadro de servidores comissionados implementadas em 2019, por meio da Lei n.º 10.876/2019, de 26.04.2019.....	209
Tabela 67 - Variação da quantidade de estagiários e voluntários no ano de 2019 .....	213
Tabela 68 - Frentes de atuação do Programa Vida Plena: MPMT pensando em você .....	215
Tabela 69 - Número de pessoas que participaram das ações do programa Vida Plena, em 2019 .....	221
Tabela 70 - Atividades diversas relacionadas ao programa Vida Plena, em 2019 .....	221
Tabela 71 - Total de documentos expedidos pelo Controle Interno do MPMT, em 2019 .....	230
Tabela 72 - Atividades realizadas pelo Controle Interno do MPMT, em 2019 .....	231

# O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO



01

## 1.1 Gestão Estratégica

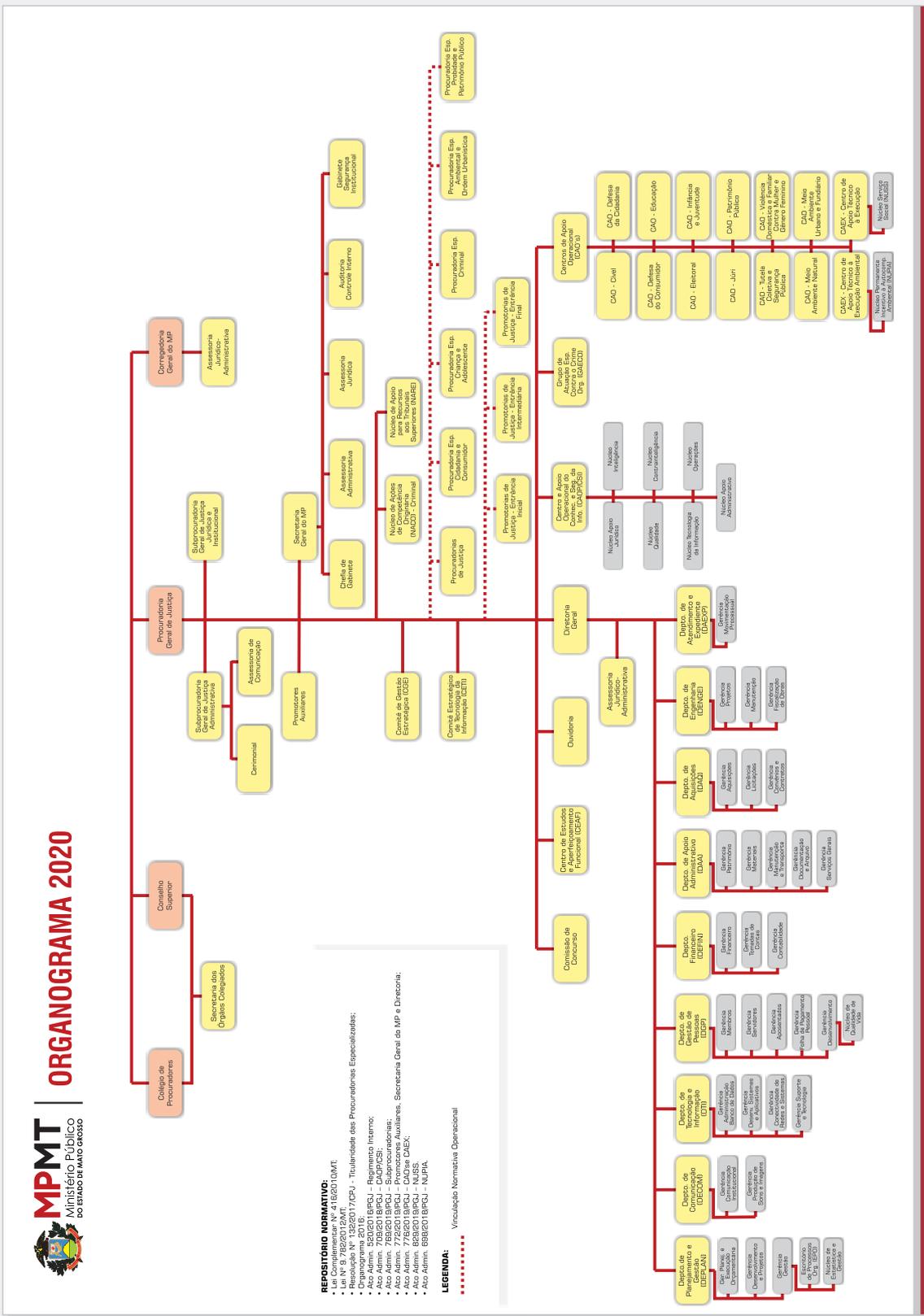
Planejar é essencial para que a atuação do MPMT resulte na solução dos problemas sociais, a partir do envolvimento e comprometimento de seus integrantes com as diretrizes estratégicas, de modo que as decisões cotidianas dos gestores sejam direcionadas pela missão, visão e valores estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, convergindo esforços para o caminho traçado para a Instituição. Esses resultados representam um melhor desempenho, despertando credibilidade e confiança junto aos cidadãos.

Assim, o Planejamento Estratégico Institucional foi revisado no ano de 2019, implementando-se o sistema de gestão de estratégia **Balanced Score Card** (BSC). No documento formulado para o período de 2020-2023, há dois objetivos estratégicos institucionais em cada área finalística (Criança e Adolescente, Cidadania e Consumidor, Criminal, Meio Ambiente e Patrimônio Público) e, na Área Meio e Administração Superior, definiram-se dois programas (gestão institucional e apoio administrativo), com seus respectivos objetivos.

A partir desses objetivos para as áreas fim e meio, traçaram-se as ações, subações, projetos, processos e planos de ação, e, assim, 18 Objetivos estratégicos, 56 macroações, 39 indicadores de impacto, 79 indicadores de esforço, 29 projetos estratégicos institucionais, 52 planos de ação, sendo 23 departamentos ou órgãos passíveis de detecção e intervenção, se pertinente, de processos organizacionais, desdobrados com a participação de membros e servidores da instituição.

# 1.2. Organograma

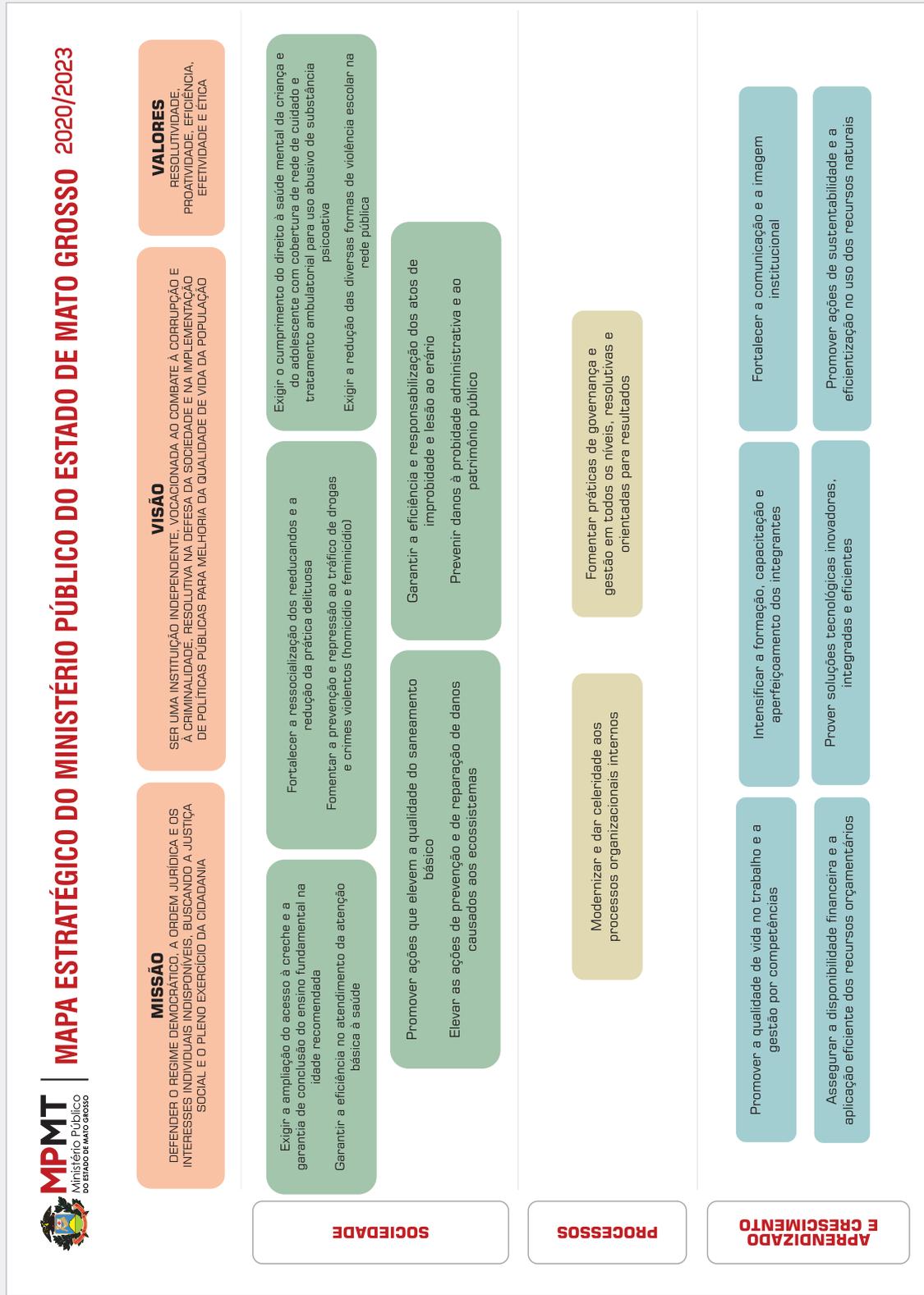
Figura 1- Organograma 2020



Acesse a versão em alta resolução em: <https://mpmt.mp.br/transparencia/contendo.php?id=127&tipo=7>

# 1.3 Missão, Visão, Valores e Mapa Estratégico 2020/2023

Figura 2 - Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – 2020/2023



# ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO



02

## 2 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Chefiada pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Administração Superior abrange, ainda, a Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, a Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Estas unidades são as responsáveis pelas decisões que direcionam, regulamentam e fiscalizam a atuação dos órgãos de execução (Procuradorias e Promotorias de Justiça), e que definem a organização da Instituição como um todo.

Na figura 3, apresenta-se a estrutura e a composição da Administração Superior atual, somada a das Promotorias de Justiça Auxiliares do PGJ, Secretaria-Geral do Ministério Público e da Diretoria-Geral.

■ Figura 3 - Integrantes da Administração Superior e dos demais órgãos de Administração da PGJ em 2019



Fonte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

## 2.1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Composto por equipes de apoio ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Antônio Borges Pereira: assessorias jurídica e administrativa; Secretaria-Geral do Ministério Público, de responsabilidade do Promotor de Justiça Dr. Milton Mattos da Silveira Neto, e das Promotoras de Justiça Auxiliares do Gabinete PGJ, Dra. Claire Vogel Dutra e Dra. Hellen Uliam Kuriki. Abaixo, descrevem-se as atividades desenvolvidas por esses ramos, começando pelas relacionadas à atuação institucional.

• Tabela 1 - Atividades de atuação institucional do PGJ

Natureza	Quantidade
Concurso realizado e/ou em andamento	01
Posse de Procuradores de Justiça	03
Projeto de lei apresentado	22
Reunião CNMP	18
Reunião CNPG	08
Reunião com Departamentos Administrativos da PGJ	10
Reunião da Comissão de Segurança Institucional	05
Reunião do Comitê de Gestão Estratégica	03
Reunião do Comitê de Política de Segurança	09
Reunião Institucional com os polos	24
Sessão TJ/MT	13

• Tabela 2 - Atividades desenvolvidas pelas assessorias jurídica e administrativa

Natureza	Assessoria Jurídica	Assessoria Administrativa
Ato Administrativo	52	-
Comunicação Interna	-	307
Decisão (art. 28, CPP)	35	-
Despacho Avulso	101	-
GEDOC (protocolos enviados para o local)	2.387	1.106
Ofício Circular	-	221
Ofício Expedido	-	3.782
Portaria	101	-
SIMP (protocolos enviados para o local) – 1ª instância	1.126	589
SIMP (protocolos enviados para o local) – 2ª instância	107	16

Em relação às atividades realizadas no ano de 2019, sob a coordenação das Promotoras de Justiça Auxiliares do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de supervisionar, dirigir e controlar as atividades afetas aos órgãos de apoio técnico e administrativo do Ministério Público, de promover a integração e a articulação das ações de modernização com as demais unidades da instituição, bem como de cumprir e fazer cumprir as políticas, planos, programas e projetos da Procuradoria Geral de Justiça, destaca-se a atuação detalhada a seguir.

### **2.1.1 Padronização de cargos**

Com o objetivo de tornar ainda mais isonômica a distribuição dos cargos de assessoria aos membros da instituição, foi iniciada a redistribuição destes, de modo que as unidades ministeriais de entrância inicial e intermediária contem com 1 (um) cargo de Assistente Ministerial e 1 (um) de Auxiliar Ministerial e, as de entrância final, com 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete e 1 (um) de Assistente Ministerial.

Até o dia 31 de dezembro de 2019, todas as Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária foram contempladas com a padronização. Nas de entrância final, estima-se a conclusão do processo em janeiro de 2021.

### **2.1.2 Recomposição das comissões da Procuradoria-Geral de Justiça**

Em virtude da troca de gestão, em 1º de março de 2019, ajustaram-se os Atos e Portarias de designação de comissões da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme tabela 3.

• Tabela 3 - Comissões da Procuradoria-Geral de Justiça designadas e/ou recompostas em 2019

Objeto	Portaria/Ato revogado	Portaria/Ato vigente
Designa a Ouvidora-Geral do Ministério Público	Portaria nº 225/2017-PGJ	Portaria nº 403/2019-PGJ
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI	Portaria nº 230/2017-PGJ	Portaria nº 476/2019-PGJ
Comitê de Promoção da Igualdade Institucional	Portaria nº 437/2017-PGJ	Portaria nº 529/2019-PGJ
Comissão de Segurança	Portaria nº 273/2017-PGJ	Portaria nº 262/2019-PGJ
Servidores responsáveis pela operacionalização do sistema APLIC junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	Portaria nº 918/2017-PGJ	Portaria nº 253/2019-PGJ
Delegação para atuar no Pleno	Portaria nº 214/2017-PGJ	Ato Adm. nº 769/2019-PGJ
Comissão de implantação do Projeto Gestão por Competências	Portaria nº 299/2017-PGJ alterada pela nº 743/2017-PGJ	Portaria nº 415/2019-PGJ
Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – COPLANAME	Portaria nº 463/2018-PGJ	Portaria nº 861/2019-PGJ
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	Portaria nº 203/2018-PGJ	Portaria nº 829/2019-PGJ
Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC)	Portaria nº 718/2018-PGJ	Portaria nº 505/2019-PGJ
Comissão para progressão funcional (art. 39 e 40 da Lei nº 9.782/2012)	Ato nº 390/2014-PGJ	Ato nº 270/2019-PGJ
Integrantes do Memorial do MPMT	Ato nº 335/2017-PGJ	Ato nº 322/2019-PGJ
Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis	Portaria nº 425/2017-PGJ	Ato Adm. nº 801/2019-PGJ Portaria nº 532/2019-PGJ
Comissão Permanente de Recebimento de Bens Permanentes e de Consumo	Portaria nº 754/2017-PGJ – alterada pela 766/2017-PGJ	Ato Adm. nº 802/2019-PGJ
Comissão para realização de Inventário Físico-Financeiro, avaliação inicial e regularização das informações dos bens patrimoniais móveis da PGJ	Portaria nº 927/2018-PGJ	Portaria nº 533/2019-PGJ
Comitê de Políticas de Segurança Institucional	Ato Adm. nº 615/2017-PGJ	Ato Adm. nº 787/2019-PGJ
Comissão Permanente de Acessibilidade	Ato Adm. nº 342/2014-PGJ	Ato Adm. nº 795/2019-PGJ
Política Nacional de Gestão de Pessoas	Ato Adm. nº 624/2017-PGJ	Ato Adm. nº 786/2019-PGJ
Comissão Permanente de Divisão e Revisão de Atribuições no MPE	Ato Adm. nº 641/2017-PGJ	Ato Adm. nº 800/2019-PGJ
Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Funcional (Ato Administrativo nº 079/2008-PGJ)	Ato nº 164/2017-PGJ atualizado pelo Ato n.º 255/2017-PGJ atualizado pelo Ato nº 324/2017-PGJ atualizado pelo Ato nº 347/2018-PGJ	Ato nº 269/2019-PGJ
Comissão Permanente de Concurso de Remoção de Servidores (Ato Adm. nº 264/2012-PGJ) Ato Adm. Nº 794/2019-PGJ	Portaria nº 679/2016-PGJ alterada pela Portaria nº 739/2017-PGJ	Portaria nº 454/2019-PGJ
Comissão de Exame de Seleção de Estagiários	Portaria nº 126/2017-PGJ	Portaria nº 724/2019-PGJ
Comissão de Licitação	Portaria nº 073/2019-PGJ	Portaria nº 196/2019-PGJ

### 2.1.3 Gestão por competências

Em trâmite desde 2015, o procedimento GEDOC nº 004108-001/2015 trata das providências para implantar a Gestão por Competências no âmbito do MPMT. Em 2019, a Comissão designada para realizar os trabalhos de elaboração e implementação do respectivo projeto foi instituída pela Portaria nº 415/2019-PGJ, com o objetivo de definir estratégias e o plano de capacitação para desenvolvimento de habilidades dos integrantes desta Instituição.

Nesse sentido, destaca-se a articulação da equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça junto ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, para inclusão, no Curso de Formação de servidores, estagiários e terceirizados do apoio administrativo (Fosemp), capacitações relativas às 4 (quatro) competências comuns a todos os integrantes do MPMT, identificadas e validadas nos anos anteriores: atendimento ao público; foco em resultado; integração e; comunicação. As competências foram trabalhadas de forma direta e transversal no processo de aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores da instituição.

### 2.1.4 Estruturação do E-social

Diante do contido no artigo 32 da Portaria nº 175/2019-PGJ, por meio da Portaria nº 672/2019-PGJ, foi reestabelecida a Comissão de Implantação do E-Social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.373/2014), a fim de realizar as adequações necessárias nos processos internos do MPMT.

Nesse contexto, a equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça realizou reuniões institucionais com o objetivo de direcionar e supervisionar os referidos trabalhos. Além disso, realizou-se, com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, capacitação com os servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, acerca da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

## 2.1.5 Implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Diante do elevado custo com publicações no Diário Oficial do Estado e, em observância aos princípios da publicidade, eficiência e economicidade, foi instituído, por meio da Lei nº 10.871, de 25 de abril de 2019, o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – DOE/MPMT, como instrumento oficial de comunicação, divulgação e publicidade dos atos inerentes às atividades da Instituição.

Dessa forma, a partir do dia 11 de junho de 2019, atos, avisos, portarias, editais, resenhas de julgamentos, dentre outros, vêm sendo publicados no DOE/MPMT, disponível no **site** [www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br). Paralelamente, continuam sendo divulgadas, no Diário Oficial do Estado, as hipóteses decorrentes da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1973 de 25 de outubro 2013, como os resultados de licitação.

## 2.1.6 Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos – “Projeto Dialogar”

Idealizado no ano de 2019, o Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos tem como objetivo promover eventual conciliação, previamente à instauração de procedimento administrativo disciplinar. Até o dia 31 de dezembro de 2019, foram realizadas pesquisas junto aos modelos semelhantes adotados por outras instituições, de modo que a estruturação do projeto foi totalmente minutada.

## 2.1.7 Implementação de Comissões Disciplinares Permanentes

Com a edição do Ato Administrativo nº 768/2019-PGJ, foram constituídas as Comissões Disciplinares Permanentes no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, tendo como objetivo a

instrução de procedimentos instaurados para apuração de irregularidades administrativas ou de prática de infrações funcionais por parte dos servidores da Instituição.

Os integrantes das Comissões Permanentes, instituídas pelo referido Ato Administrativo, foram designados pelo prazo de 02 (dois) anos, por meio da Portaria nº 196/2019-PGJ, alterada pela de nº 570/2019-PGJ. A Comissão Permanente de PAD analisou, em 2019, 02 (dois) Processos Administrativos Disciplinares e a Comissão Permanente de Sindicância, 03 (três) sindicâncias.

## **2.1.8 Estruturação e manutenção do Programa Vida Plena: MPMT pensando em você**

Diante dos índices de licenças e afastamentos para tratamentos de saúde, motivados por doenças psíquicas e do sistema osteomuscular, além da ausência de ação contínua voltada para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes da Instituição, foi instituído, no ano de 2019, através da Portaria nº 561/2019-PGJ, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho “Vida Plena: MPMT pensando em você”.

Dessa forma, com o objetivo de fomentar e coordenar projetos e ações voltados à promoção do bem-estar e saúde dos integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Programa Vida Plena desenvolveu atividades de integração nas Promotorias de Justiça polo e Procuradoria-Geral de Justiça, rodas de conversa nas unidades ministeriais da capital, diálogo acerca de saúde mental no interior e eventos comemorativos, assim como o acompanhamento de casos individuais.

## **2.1.9 Implantação do Centro de Custos**

Em virtude do Ofício Circular nº 017/2015/CPE/CNMP, por meio do qual o Presidente da Comissão de Planejamentos Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público recomenda, em suma, a adoção de medidas para implementação do modelo de Gestão de Custos no

MPMT, os trabalhos para a efetivação do referido modelo tiveram seguimento no ano de 2019.

Os integrantes da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC), designados pelas Portarias nº 505/2019-PGJ e nº 722/2019-PGJ, realizaram reuniões para revisão das etapas do projeto.

Ademais, houve a entrega do plano de contas da Instituição, a apresentação da identidade visual do projeto, assim como a propositura de alterações do Regimento Interno da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos, estando pendente apenas a elaboração do sistema informatizado de gestão de custos para a conclusão do projeto.

### **2.1.10 Implantação do Núcleo de Assistentes Sociais (Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá)**

Com o objetivo de maximizar a efetividade do atendimento aos casos que necessitam de assessoria técnica do Serviço Social para a atuação do MPMT, foi instituído, por meio do Ato Administrativo nº 829/2019-PGJ, o Núcleo de Serviço Social – NUSS. Subordinado ao Centro de Apoio Técnico à Execução e composto por servidores formados na área de Serviço Social. O NUSS presta a assessoria aos órgãos de execução que não dispõem desses profissionais lotados e à execução dos Projetos e Planos de ação vinculados ao Planejamento Estratégico Institucional.

### **2.1.11 Revisão do Planejamento Estratégico Institucional**

Realizada pelo Departamento de Planejamento e Gestão (DEPLAN), a revisão do planejamento estratégico institucional, aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica na reunião ordinária de dezembro de 2018, foi supervisionada, dirigida e controlada pela equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, resultando no Planejamento Estratégico 2020/2023, aprovado pelo Colégio de Procuradores de

Justiça, conforme Resolução nº 185/2019-CPJ.

À vista disso, a equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de efetivar a implantação do planejamento estratégico revisado, determinou a elaboração, pelo DEPLAN, dos planos de ação e dos termos de abertura dos projetos estratégicos institucionais das áreas meio e fim, bem como implementação do Portal Foco – Gestão Estratégica orientada para resultados.

### **2.1.12 Implantação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE)**

Instituído pela Resolução nº 141/2017-CPJ, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica teve sua composição deliberada pelo Comitê de Gestão Estratégica em abril e, efetivamente, iniciou suas atividades em setembro de 2019.

Constituído por 01 (um) Analista de Sistemas do quadro de servidores efetivos e 03 (três) Assistentes Ministeriais – área meio: Analista de *Business Intelligence*, Estatístico e Programador, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica elaborou, no ano de 2019, sob a supervisão da equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o plano de ação para implementação do núcleo, a revisão dos indicadores do planejamento, assim como o Portal Foco – Gestão Estratégica, disponível para acesso de todos integrantes pelo Portal de Aplicativos.

### **2.1.13 Formulação do Plano Plurianual – PPA 2020-2023**

Após levantamento de todas as informações importantes e relevantes para de orientar a programação das ações governamentais na elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, como legislação, agendas e planos setoriais inerentes às políticas públicas afetas à Procuradoria-Geral de Justiça, a equipe de apoio do Gabinete PGJ dirigiu, supervisionou e controlou as atividades desenvolvidas para

atender tal demanda proveniente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), sempre considerando o alinhamento do PPA com o Planejamento Estratégico Institucional, a fim de gerar resultados e eficiência na atuação institucional para o quadriênio 2020 – 2023.

■ Figura 4 - Reunião de aprovação do PPA 2020-2023



Realizaram-se reuniões técnicas com o Departamento de Planejamento e Gestão, com a Coordenação Setorial do PPA e com o Grupo Focal de Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 (composto por membros desta Instituição), de modo a formular o PPA 2020-2023 no âmbito do MPMT.

O Plano foi formulado com base nas informações encaminhadas pelos membros e chefes de departamento e sistematizado no Formulário Padrão de Estimativa de Despesa por Ação Orçamentária, para ser inserido no PPA 2020-2023. Remetido ao Colégio de Procuradores de Justiça, o Plano foi aprovado, possibilitando sua conclusão e instituição pela Lei n.º 11.071/2019.

### **2.1.14 Formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020**

No ano de 2019, a equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça supervisionou, dirigiu e controlou as atividades desenvolvidas

pelo Departamento de Planejamento e Gestão para a formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, de modo que este veio a ser aprovado pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e, posteriormente, remetido à Assembleia Legislativa.

## 2.2 Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa

Desde o dia 1º de março de 2019, o cargo é exercido pela Procuradora de Justiça Eunice Helena Rodrigues de Barros, cujas atribuições envolvem decisões relacionadas a:

- Gestão de termos de cooperação e congêneres, além de contratos administrativos e gestão patrimonial;
- Gestão de pessoas, como nomeação e exoneração de cargos comissionados, solicitações funcionais de membros, concessão de benefícios previdenciários (averbações, aposentadorias), instauração de processos disciplinares e aplicação de penalidades (exceto de demissão);
- Gestão orçamentária e patrimonial;
- Coordenação e acompanhamento das atividades técnicas e administrativas das unidades subordinadas;
- Análise de requerimentos e sugestões relacionadas a execução das atividades do MPMT, provenientes de seus integrantes, e outras entidades públicas ou privadas, além de questões envolvendo regulamentação e organização do MPMT.

Na tabela 4, estão quantificadas as principais atividades realizadas na Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa.

• Tabela 4 - Atividades executas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa em 2019

Natureza	Quantidade
Ata de Registro de Preços	158
Ato -PGJ	448
Certidão	06
Comunicação Interna	18
Contrato Firmado	266
Convênio	10
Decisão Administrativa	2.868
Despacho Administrativo	720
Dispensa de Licitação	22
Homologação –Pregão Eletrônico	89
Homologação –Pregão Presencial	04
Inexigibilidade	73
Leilão	01
Notificação	01
Ofício Circular	06
Ofício Expedido1	195
Parecer	01
Portaria	477
Revisão de Termo de Referência	01
Termo de Cessão de Servidor	04
Termo de Cessão de Uso	01
Termo de Compromisso de Estagiário	195
Termo de Compromisso Prestador de Serviço Voluntário	60
Termo de Cooperação Técnica	75
Termo de Doação	20
Tomada de Preços	08

Fonte: Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa do MPMT

## 2.3 Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional

Cargo exercido pelo Promotor de Justiça Deosdete Cruz Junior, desde o dia 1º de março de 2019, a quem competem as decisões relacionadas a:

Assistência e representação política e social da Instituição, conforme designado pelo PGJ, inclusive nas sessões plenárias do Tribunal de Justiça e perante os Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça, e para impetração de mandados de segurança e de injunção, quando necessário, no interesse do MPMT;

Análise de representações que possam resultar na propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, assim como as que possam resultar na propositura de ação para fins de intervenção do Estado nos Municípios, de modo a assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado, bem como para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial. Atuando, ainda, em todo o trâmite desses processos e em seus incidentes.

Na tabela 5, estão quantificadas as principais atividades realizadas na Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional.

• Tabela 5 - Atividades realizadas pela Subprocuradoria Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2019

Natureza	Quantidade
Ação Direta de Inconstitucionalidade Ajuizada	18
Arquivamento	36
Conflito de Atribuição entre Membros do MP/MT	24
Decisão (delegações e avocações)	37
Despacho	102
Manifestação em procedimentos diversos de Análise de Constitucionalidade	60
Manifestação judicial diversa	23
Manifestação judicial diversa em Ações de Controle de Constitucionalidade	246
Manifestação judicial em processo administrativo do Tribunal de Justiça	24
Portaria	183

Fonte: Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa do MPMT

## 2.4 Colégio de Procuradores de Justiça

Os órgãos colegiados que compõem a Administração Superior são incumbidos de competências que lhes permitem editar normas e deliberar sobre questões pertinentes ao funcionamento, organização e atuação da Instituição. São eles o Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução n.º 37/2009-CPJ) e o Conselho Superior do MPMT (RESOLUÇÃO N° 33/2012–CSMP).

Formado por todos os Procuradores de Justiça e competente para, entre outras atribuições, conhecer e deliberar sobre recursos, projetos de lei e de resoluções referentes à composição, organização e funcionamento da Instituição, além autorizações e ordens em geral, no ano de 2019, contou com 36 (trinta e seis) membros:

• Tabela 6 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça

Membros do Colégio de Procuradores de Justiça		
01 José Antônio Borges Pereira <i>Procurador-Geral de Justiça -Presidente</i>	13 Siger Tutiya	25 José de Medeiros
02 Waldemar Rodrigues dos Santos Junior	14 Paulo Ferreira Rocha	26 Domingos Sávio de Barros Arruda
03 Leonir Colombo	15 Mara Lúgia Pires de Almeida Barreto	27 João Augusto Veras Gadelha
04 Luiz Alberto Esteves Scaloppe	16 Eunice Helena Rodrigues de Barros	28 Flávio Cezar Fachone
05 Mauro Delfino César	17 Paulo Roberto Jorge do Prado	29 Julieta do Nascimento Souza
06 Luiz Eduardo Martins Jacob	18 Kátia Maria Aguilera Ríspoli	30 José Norberto de Medeiros Júnior
07 Benedito Xavier de Souza Corbelino	19 José Zuqueti	31 Jorge da Costa Lana
08 José Basílio Gonçalves	20 Edmilson da Costa Pereira	32 Marcelo Ferra de Carvalho
09 Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres	21 Naume Denise Nunes Rocha Muller	33 Ana Cristina Bardusco Silva
10 Hélio Fredolino Faust <i>Corregedor Geral</i>	22 Élio Américo	34 Rosana Marra
11 João Batista de Almeida	23 Gill Rosa Fechtner	35 Roosevelt Pereira Cursine
12 Dalva Maria de Jesus Almeida	24 Silvana Correa Vianna	36 Esther Louise Asvolinsque Peixoto

Fonte: Subprocuraria-Geral de Justiça Administrativa do MPMT

Além das atividades descritas abaixo, o CPJ também analisou e aprovou, em 2019, o Relatório anual de atividades desenvolvidas pelas Procuradorias de Justiça Especializadas, o Relatório anual da Corregedoria Geral do MP/MT, o Plano Plurianual 2020-2023, o Plano de Trabalho Anual (PTA – 2020) e o Planejamento Estratégico Institucional (2020 – 2023).

■ Figura 5 - Composição do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMT, em 2019



• Tabela 7 - Atividades realizadas pelo CPJ em 2019

Atividade	Quantidade
Procedimentos recebidos e analisados	35
Resoluções aprovadas e publicadas	27
Reuniões extraordinárias	03
Reuniões ordinárias	11
Reuniões solenes	05

Fonte: Secretaria dos órgãos colegiados

## 2.4.1 Posse de novos Procuradores de Justiça

Ao longo de 2019, foram empossados 4 (quatro) novos Procuradores de Justiça: a Dra. Ana Cristina Bardusco Silva, em 04.02.2019, que passou a ser titular da 6ª Procuradoria de Justiça Criminal, a Dra. Rosana Marra, em 14.03.2019, na 16ª Procuradoria de Justiça Cível, o Dr. Roosevelt Pereira Cursine, em 04.04.2019, que passou a atuar na 15ª Procuradoria de Justiça Cível, e a Dra. Esther Louise Asvolinsque Peixoto, em 03.10.2019, atualmente titular da 14ª Procuradoria de Justiça Cível.

■ Figura 6 - Posse da Procuradora de Justiça Ana Cristina Bardusco Silva



■ Figura 7 - Posse da Procuradora de Justiça Rosana Marra



■ Figura 8 - Posse do Procurador de Justiça Roosevelt Pereira Cursine



■ Figura 9 - Posse da Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto



## 2.5 Conselho Superior do Ministério Público

Composto por 11 (onze) membros, sendo 02 (dois) natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral – e 09 (nove) Procuradores de Justiça eleitos pelo voto plurinominal, facultativo e secreto de todos os membros da instituição a cada biênio, há diversas atribuições conferidas ao CSMP pelo art. 31 da Lei Complementar n.º 416/2010. Por exemplo, decidir e definir regras que afetam a carreira de membros, como remoção, promoção, antiguidade e vitaliciamento, e sobre questões disciplinares e desatendimento a deveres funcionais; propor ao PGJ recomendações para os órgãos do MP, sem caráter vinculante, quanto ao desempenho de atribuições e ao aprimoramento de serviços; e decidir sobre pedidos de arquivamento propostos pelo órgão de execução ou recursos de parte legitimada e interessada na suspensão ou trancamento de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios.

Atualmente, o Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso é formado pelos membros relacionados abaixo e as atividades desenvolvidas estão na tabela 9.

■ Figura 10 - Membros do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso em 2019



• Tabela 8 - Composição do CSMP, em 2019

Conselho Superior - Composição Biênio 2019/2021	
01 - José Antônio Borges Pereira	- Procurador-Geral de Justiça - Presidente
02 - Hélio Fredolino Faust	- Procurador de Justiça - Corregedor Geral do MPMT
03 - Luiz Alberto Esteves Scaloppe	- Procurador de Justiça
04 - Mauro Delfino Cesar	- Procurador de Justiça
05 - Luiz Eduardo Martins Jacob	- Procurador de Justiça
06 - Mara Ligia Pires de Almeida Barreto	- Procuradora de Justiça
07 - Paulo Roberto Jorge do Prado	- Procurador de Justiça
08 - Domingos Sávio de Barros Arruda	- Procurador de Justiça
09 - Flávio Cezar Fachone	- Procurador de Justiça
10 - Marcelo Ferra de Carvalho	- Procurador de Justiça
11 - Ana Cristina Bardusco Silva	- Procuradora de Justiça

• Tabela 9 - Atividades realizadas pelo CSMP em 2019

Atividade	Quantidade	
Reuniões ordinárias		11
Reuniões extraordinárias		11
Procedimentos Extrajudiciais (SIMP) – Promoções de arquivamento para homologação	Recebidos	2.665
	Julgados	2.170
	Pendentes	495
Procedimentos administrativos Recebidos/Analisados (GEDOC)		1.736
Pedido de autorização para instauração de PAO		02
Procedimentos / GAECO PIC – Prorrogação de prazo		19
Procedimentos extrajudiciais – Prorrogação de prazo /Ciência		3.067
Resoluções aprovadas e publicadas		07
Exceção de Suspeição Julgadas		03
Pedidos de afastamento de membros (analisados e autorizados)		02
Atos de vitaliciamento		03
Recursos interpostos por membros no CPJ	Recebidos	02
	Julgados	00
Remoção	Editais	73
	Atos	63
Promoção		29
Remoção por Permuta		03

Fonte: Secretaria dos órgãos colegiados

## 2.6 Corregedoria-Geral do Ministério Público

Compõe a Administração Superior do Ministério Público, sendo o órgão responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros da Instituição, de modo a assegurar que não haja condutas incompatíveis com o cargo.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público (COGER), dentre outras atribuições descritas na Lei Complementar n.º 416/2010, é responsável pelas correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de apresentar, ao CSMP, relatórios quanto ao vitaliciamento, movimentação e afastamento de membros na carreira, além de expedir, no âmbito de suas atribuições, atos relacionados à prestação de serviços do MPMT, bem como fazer recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução. As principais atividades desenvolvidas pela unidade estão contabilizadas nas Tabelas 10, 11 e 12.

Destaca-se que, além das correições ordinárias, a COGER analisa, periodicamente, por meio do Sistema de Análise Estratégica – SAE, o estoque de feitos judiciais e extrajudiciais nas Promotorias de Justiça e, se identificada alguma irregularidade, realiza inspeção ou vistoria na unidade ministerial, visando ao acompanhamento *in loco* ou à distância dos trabalhos desenvolvidos pelo respectivo membro, com o intuito de garantir maior celeridade na tramitação dos processos/procedimentos e, conseqüentemente, mais presteza no atendimento aos reclames da sociedade.

No âmbito de suas atribuições que envolvem o acompanhamento do estágio probatório de membros que ingressaram na carreira, são analisados os seguintes requisitos previstos no art. 8º do Ato Normativo nº 026/2013-CGMP: idoneidade moral, no âmbito pessoal e profissional; conduta pública e privada compatível com a dignidade de suas funções; zelo pelo prestígio da Justiça, respeito aos membros do Ministério Público, Magistrados, Advogados e Servidores; zelo pela probidade no desempenho de suas funções; a eficiência, eficácia, pontualidade e

assiduidade no desempenho das funções; a qualidade dos trabalhos jurídicos; cumprimento de metas, planos de trabalho e programas institucionais; contribuição à melhoria dos serviços da Instituição e da Promotoria de Justiça e, cumprimento dos demais deveres previstos no art. 134 e dos requisitos previstos no art. 98 da LC 416/2010.

• Tabela 10 - Atividades realizadas pela COGER, em 2019

Atividade	2019
Correições	92
Entrância Inicial	24
Entrância Intermediária	19
Entrância Final	48
Inspeções	09
Recomendações	05
Solicitações deferidas*	3.015
Manifestações em pedidos de afastamento para capacitação funcional	119
Manifestações em pedidos de movimentação na carreira	71
Avaliação de promotores para titularização	21

\*referentes a pedidos de férias, licenças e afastamentos eventuais, formulados pelos membros do MPMT.  
Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

• Tabela 11 - Atividades relacionadas ao controle disciplinar de membros, em 2019

<b>Reclamações disciplinares</b>	Saldo ano anterior	07
	Instaurados	35
	Arquivados	38
	Em andamento	04
<b>Sindicâncias</b>	Saldo ano anterior	01
	Instaurados	09
	Arquivados	08
	Em andamento	01
<b>Processos Administrativos Disciplinares</b>	Saldo ano anterior	02
	Instaurados	02
	Arquivados	02
	Em andamento	02

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

Durante o ano em tela, a Administração Superior efetuou diversas alterações nas normativas internas do MPMT, com vistas a otimizar o desenvolvimento da atividade-fim, contando com manifestação prévia ou proposta de modificação feita pelo Órgão Correicional, a partir da análise de dados estatísticos e constatações realizadas presencialmente. As principais alterações realizadas a partir da iniciativa da Corregedoria-Geral estão descritas na tabela 12.

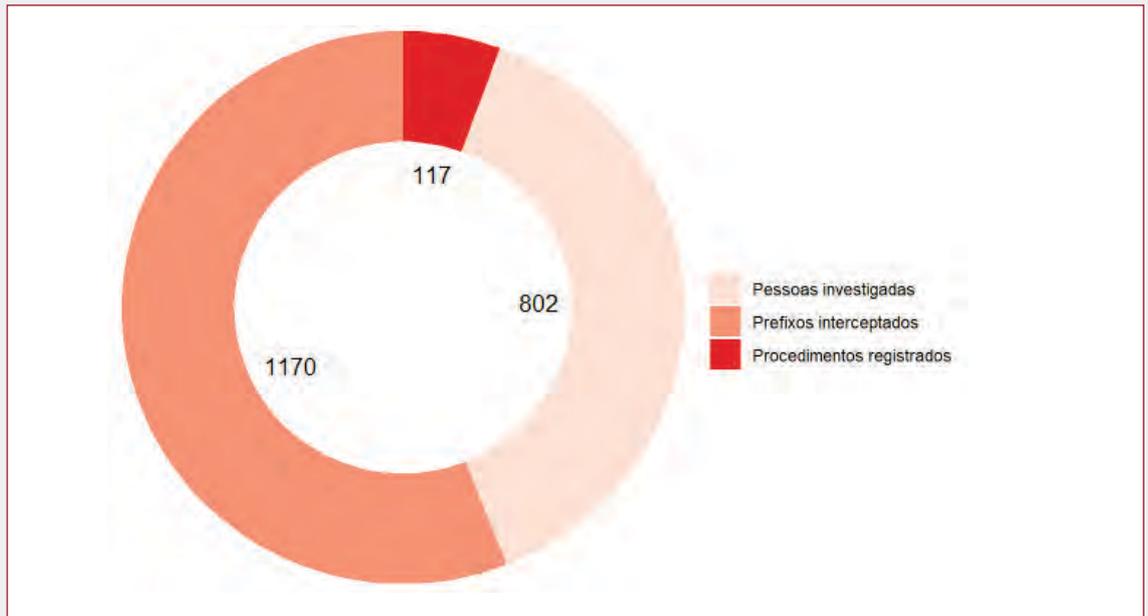
• Tabela 12 - Alterações propostas pela Corregedoria-Geral

Proposta de alteração	Resultado	Normativa
<b>01</b> Incisos I.I e I.III do art. 2º da Resolução 104/15-CPJ	Altera atribuições das 1ª e 3ª Promotorias Cíveis da Comarca de Barra do Garças	Resolução 164/2019-CPJ35
<b>02</b> Incisos I.I, I.II e I.III do art. 4º-E da Resolução 104/15-CPJ	Altera atribuições das 1ª e 2ª Promotorias Cíveis da Comarca de Lucas do Rio Verde	Resolução 171/2019-CPJ
<b>03</b> Incisos I.I e I.II do art. 9º da Resolução 104/15-CPJ	Altera atribuições das Promotorias de Justiça Cíveis da Comarca de Tangará da Serra	Resolução 178/2019-CPJ
<b>04</b> Prazo de 10 dias concedido no PJe às Procuradorias de Justiça Criminais, para atuação em processos relacionados a réus soltos, que era insuficiente	Extensão em 90 (noventa) dias do prazo para emissão de parecer pelos Procuradores nos feitos envolvendo réus em liberdade	Ofício expedido ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em 01.03.2019

Realizaram-se, ainda, atividades decorrentes de demandas do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, referentes ao controle, por meio de relatórios, de Interceptações Telefônicas, Estabelecimentos Penais, Estabelecimentos Institucionais da Infância, Instituições de Longa Permanência de Idosos e Instituições de pessoas em situação de Rua, bem como da atuação funcional mensalmente analisada. Foram remetidos, ainda, relatórios referentes ao Controle Externo da Atividade Policial, formulados a partir de inspeções realizadas nos estabelecimentos Militares Estaduais, Delegacias, órgãos de Perícia Técnica e Medicina Legal, e de Metas do ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública).

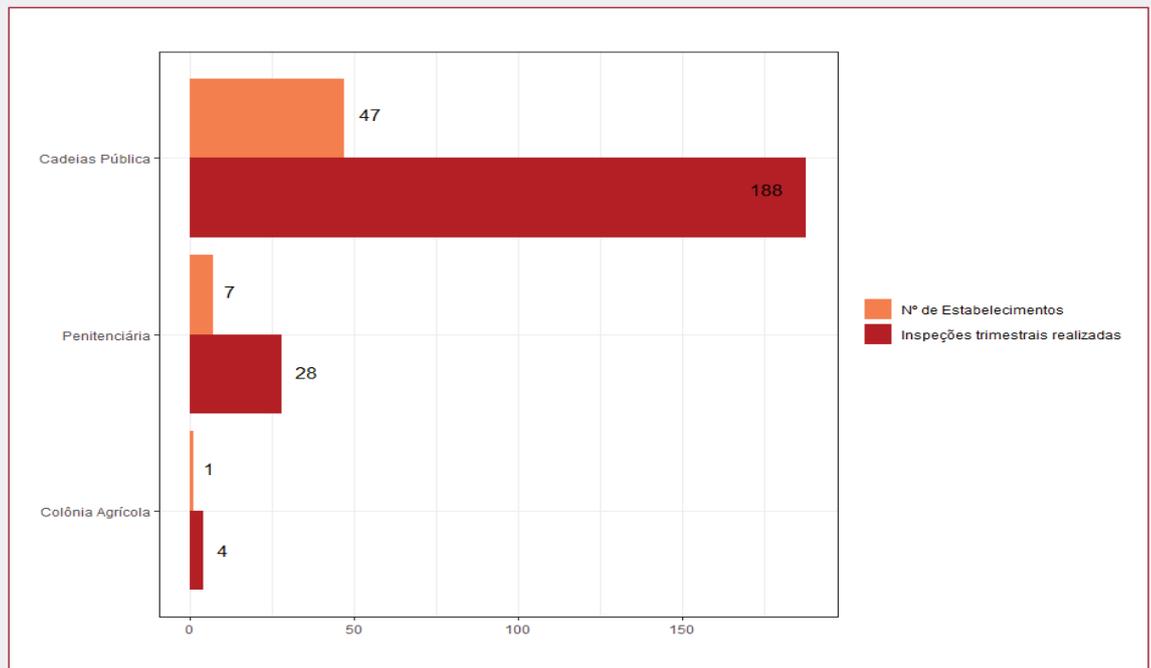
Nas figuras abaixo constam os gráficos quantificadores de alguns dados de relatórios produzidos no ano de 2019.

■ Figura 11 - Relatórios de Inspeção a Estabelecimento Penal do Estado de Mato Grosso em 2019



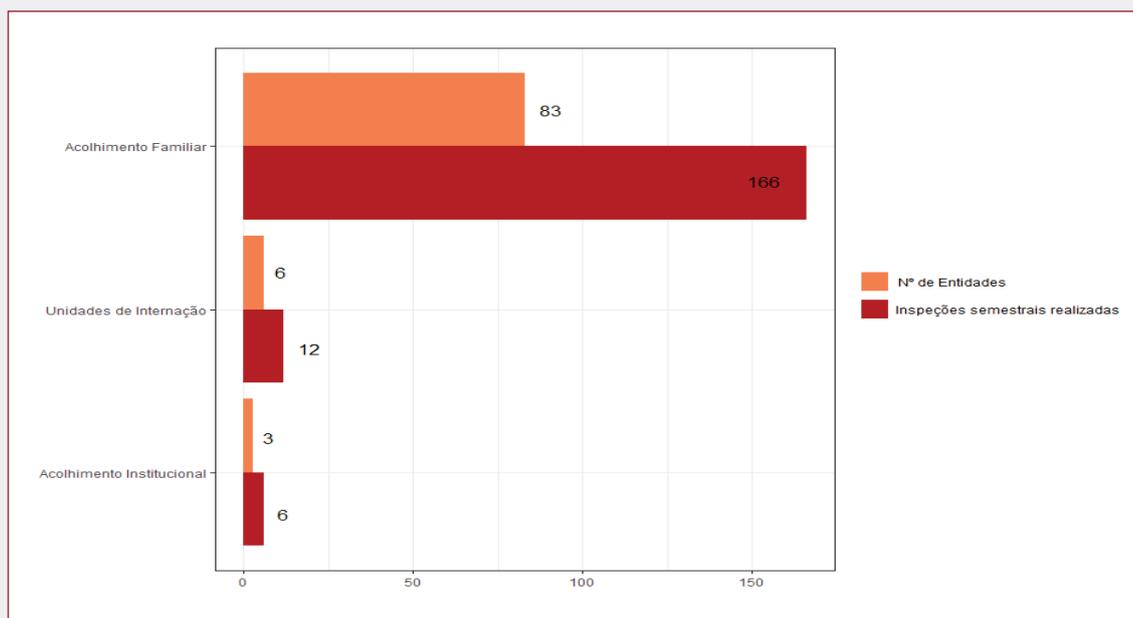
Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

■ Figura 12 - Relatórios de Inspeção a Estabelecimento Penal do Estado de Mato Grosso em 2019



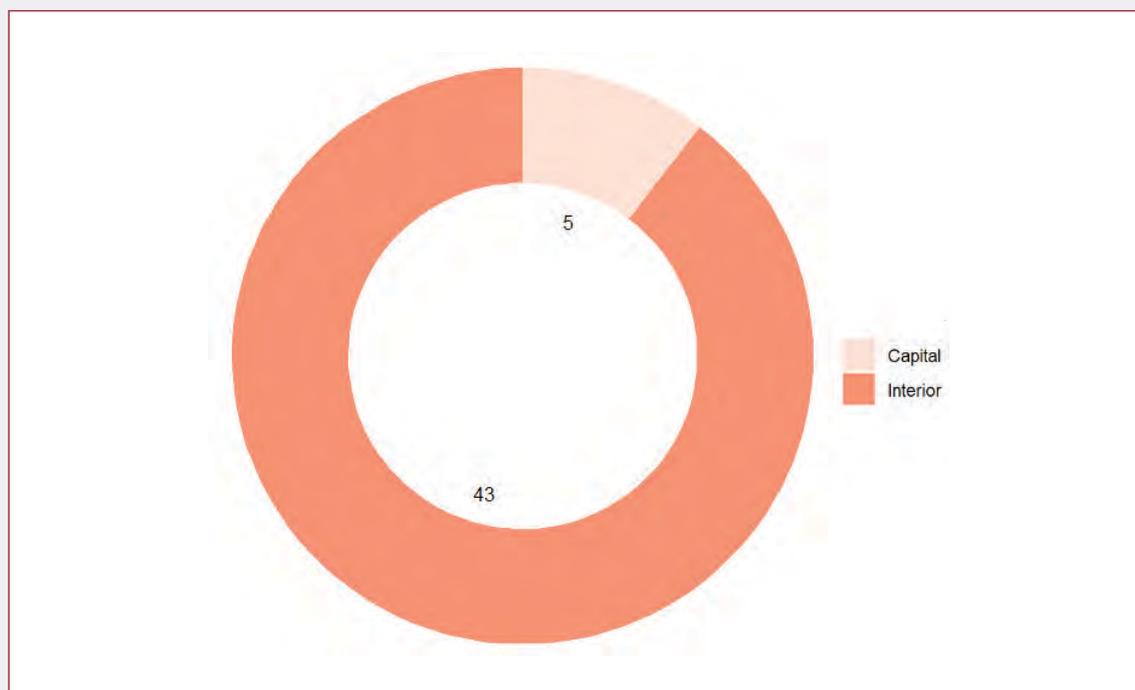
Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

■ Figura 13 - Relatórios de Visita a Estabelecimento Institucional da Infância no Estado de Mato Grosso em 2019



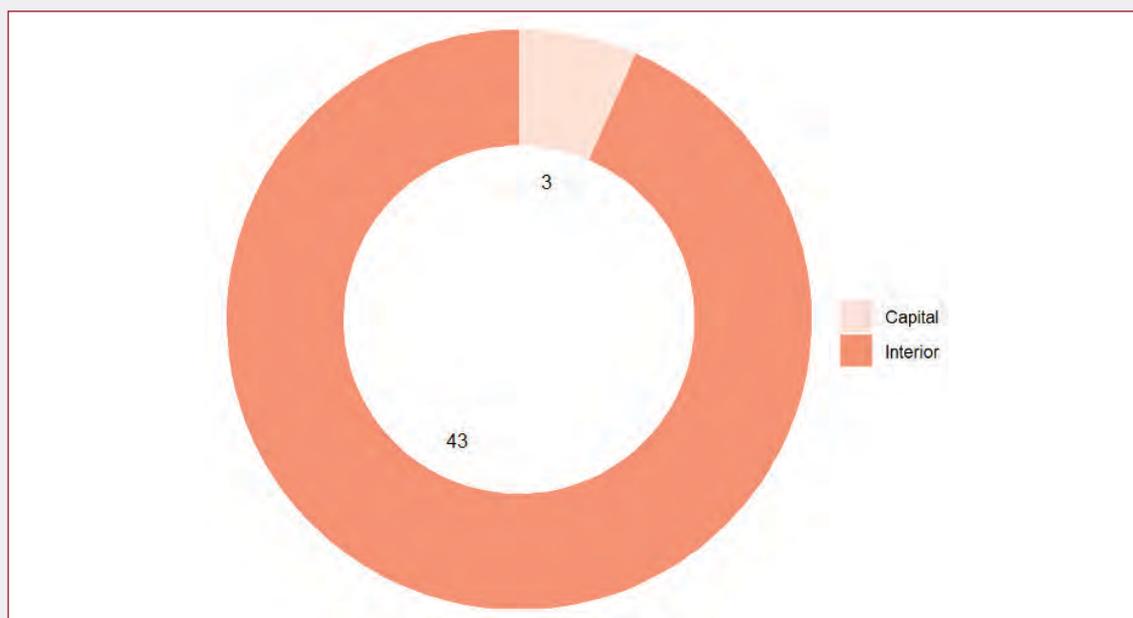
Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

■ Figura 14 - Relatórios de visita a Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI's) no Estado de Mato Grosso em 2019



Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

■ Figura 15 - Relatórios de visita a Entidades de Acolhimento a Pessoas em Situação de Rua no Estado de Mato Grosso em 2019



Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

Ressalta-se, ainda, a participação do Corregedor Geral, Dr. Hélio Fredolino Faust, nas 115ª, 116ª, 117ª e 118ª reuniões do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, realizadas, respectivamente, em Curitiba (21 e 22/03), Brasília (30 e 31/05), Goiânia (04/09) e Florianópolis (05/12).

## 2.7 Procuradorias de Justiça

Compõem os órgãos da Administração e Execução Programática do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e, além da atuação judicial em 2ª instância, dentre outras funções, as Procuradorias de Justiça exercem inspeção permanente no serviço dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam, remetendo seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público; fixam orientações não vinculativas de questões jurídicas, com remessa à Procuradoria Geral de Justiça; bem como atuam administrativamente em questões funcionais e, no caso das Procuradorias Especializadas, de planejamento estratégico da área competente.

As atividades realizadas no ano de 2019, referentes à atuação em processos judiciais e extrajudiciais, estão contabilizadas nas tabelas a seguir.

• Tabela 13 - Total de Procuradorias de Justiça do MPMT em 2019

Procuradorias de Justiça	Quantidade
Procurador-Geral de Justiça	01
Cíveis	15
Criminais	15
Especializadas	05
Cargos existentes (Lei n.º 416/2010, alterada pela Lei Complementar n.º 470/2012 e 593/2017)	37
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

• Tabela 14 - Estoques e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, nas Procuradorias de Justiça, registrados entre 2016 e 2019

Ano	Saldo Ano anterior	Entradas (distribuídos)	Saídas (impulsionados)	Saldo para o Ano seguinte
<b>2016</b>	1.375	43.602	43.600	1.378
<b>2017</b>	1.378	40.652	40.166	1.868
<b>2018</b>	1.868	44.562	43.677	2.756
<b>2019</b>	2.756	49.830	50.130	2.456

Fonte: Sistema de Análise Estratégica - SAE/MPMT

• Tabela 15 - Total de atividades no SIMP realizadas pelas Procuradorias de Justiça Cíveis, em 2019

Movimento	Quant.	Movimento	Quant.
Recurso - Agravo de instrumento - Contrarrazões/Contraminuta	20	Recurso - Instrumento - Agravo - Razões	7
Recurso - Agravo Interno - Contrarrazões/Contraminuta	4	Recurso - Interno (Art. 1.021 do CPC) - Agravo - Razões	2
Ciência - Arquivamento	2	Interposição de Recurso	24
Atestado de Pleno e Regular funcionamento	1	Sessão Judicial	1
Ciência - Conflito de competência	2	Manifestação em 2º Grau	3.090
Decisão Monocrática	33	Manifestação em Tribunais Superiores	25
Ciência - Declinação de competência	520	Manifestação Pela Não Intervenção	5.702

Movimento	Quant.	Movimento	Quant.
Deliberação em Órgão Colegiado	1.417	Manifestação	5.261
Ciência - Acórdão Desfavorável	701	Não homologação de Arquivamento	16
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Desfavorável	40	Declinação de Atribuição - No mesmo Ramo	25
Recurso - Embargos de Declaração - Contrarrazões/ Contraminuta	3	Despacho – Diligências - Notificação	2
Recurso - Embargos de declaração - Razões	40	Outras ciências	2.607
Ciência - Admissão de Recurso Especial	4	Diligências - Outras Providências	31
Despacho - Expedição de Documento	9	Declinação de Atribuição - Para outro Ramo	69
Ciência - Acórdão - Extintiva pela prescrição	1	Ciência - Acórdão - Parcialmente Favorável	240
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva pela prescrição	4	Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Parcialmente Favorável	9
Ciência – Acórdão - Extintiva por outras causas	420	Parecer Jurídico	77
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva por outras causas	439	Arquivamento - Integral sem TAC - Com remessa ao Conselho Superior/Câmara	1
Ciência – Acórdão - Favorável	3.738	Recurso - Recurso especial - Contrarrazões/Contraminuta	42
Ciência – Decisão monocrática com julgamento de mérito- Favorável	261	Recurso - Recurso especial - Razões	22
Homologação de Arquivamento	1.337	Recurso - Recurso extraordinário - Contrarrazões/Contraminuta	8
Indeferimento de Instauração	1	Voto	1.423
Despacho – Diligências - Inspeção / Vistoria	1		
<b>Total</b>			<b>27.682</b>

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

• Tabela 16 - Total de atividades no SIMP realizadas pelas Procuradorias de Justiça Criminais, em 2019

Movimento	Quant.	Movimento	Quant.
Recurso - Agravo de execução - Contrarrazões/Contraminuta	1	Arquivamento – Integral - Sem remessa ao Conselho Superior/Câmara	2
Recurso - Agravo de instrumento - Contrarrazões/Contraminuta	169	Recurso - Interno (Art. 1.021 do CPC) – Agravo - Razões	3
Recurso - Agravo Interno - Contrarrazões/Contraminuta	23	Recurso - Interposição de Recurso	26
Apresentação de memoriais	1	Sessão Judicial	37
Ciência - Arquivamento	4	Manifestação em execução penal	1
Conversão→ATOS FINALÍSTICOS	1	Manifestação em 2º Grau	4.781
Decisão Monocrática	47	Manifestação em Tribunais Superiores	102
Ciência - Declinação de competência	1	Manifestação	4.429
Deliberação em Órgão Colegiado	176	Não homologação de Arquivamento	9
Ciência - Acordão - Desfavorável	1.387	Declinação de Atribuição - No mesmo Ramo	13
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Desfavorável	34	Despacho – Diligências - Notificação	2
Ciência - Designação de Audiência - Instrução e Julgamento	19	Outras ciências	1.225
Recurso - Embargos de Declaração -Contrarrazões/Contraminuta	24	Despacho – Diligências - Outras Providências	194
Recurso - Embargos de declaração - Razões	8	Declinação de Atribuição - Para outro Ramo	23
Recurso - Embargos Infringentes -Contrarrazões/Contraminuta	4	Ciência – Acordão - Parcialmente Favorável	969
Ciência - Admissão de Recurso Especial	20	Parecer Jurídico	900
Ciência - Acordão - Extintiva pela prescrição	33	Recomendação	1
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva pela prescrição	27	Recurso - Eleitoral - Contrarrazões/Contraminuta	1
Ciência - Acordão - Extintiva por outras causas	223	Recurso - Recurso especial - Contrarrazões/Contraminuta	314
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva por outras causas	267	Recurso – Especial - Razões	35
Ciência - Admissão de Recurso Extraordinário	2	Recurso - Recurso extraordinário - Contrarrazões/Contraminuta	42
Ciência – Acordão - Favorável	5.916	Recurso - Recurso extraordinário - Razões	2

Movimento	Quant.	Movimento	Quant.
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Favorável	30	Recurso - Recurso ordinário constitucional - Contrarrazões/Contraminuta	1
Ciência - Sentença - Favorável	1	Recurso - Recurso ordinário - Contrarrazões/Contraminuta	2
Homologação de Arquivamento	142	Recurso - Regimental - Agravo - Razões	7
Impedimento / Suspeição	3	Despacho - Requisição de Documentos	1
Impugnação aos Embargos	3	Termo de Declaração	3
Recurso - Instrumento - Agravo - Razões	25	Voto	197
<b>Total</b>			<b>21.913</b>

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

## 2.8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração e execução do Ministério Público, com atribuições finalísticas nas áreas judiciais e extrajudiciais, de competência especializada, geral ou cumulativa. Compostas pelos Promotores de Justiça e servidores que exercem serviços auxiliares, estão distribuídas em comarcas de entrâncias inicial, intermediária e final.

A seguir está demonstrada a produtividade desses órgãos, no período de 2016 a 2019, considerando os principais movimentos que representam as atribuições dos membros.

Observa-se um aumento contínuo nos anos contabilizados, de modo que, em 2019, obteve-se produtividade 8,3% maior que em 2016 e 2,1% a mais do que em 2018.

Ressalta-se que a Corregedoria-Geral do Ministério Público acompanha o lançamento desses dados no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), principalmente durante as correições, de modo a evitar distorções e garantir sua confiabilidade. Além disso, é realizado monitoramento por meio do SAE (Sistema de Análise Estratégica), que compila as informações de produtividade e estoque de processos lançadas no SIMP, de forma prática e acessível a todos os integrantes

da Instituição.

No ano de 2019, foram distribuídos 348.239 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e nove) processos aos membros que atuam nas entrâncias inicial, intermediária e final, sendo 14,7% extrajudiciais e 85,3% judiciais. Já as atividades não procedimentais totalizaram 13.388 (treze mil, trezentos e oitenta e oito) registros no ano, quantidade próxima ao registrado em 2018, quando houve um aumento acentuado em relação aos anos anteriores.

Em maio de 2019, o Colégio de Procuradores de Justiça do MPMT aprovou a proposta apresentada pelo Procurador-geral de Justiça, ampliando o número de Promotorias de Justiça de entrância final, com a elevação de seis que eram de entrância intermediária: as Promotorias de Justiça de Alta Floresta, Diamantino, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Pontes e Lacerda, priorizadas por conta da maior demanda de prestação dos serviços ministeriais. A iniciativa proporcionou valorização profissional dos membros do MPMT, que puderam progredir na carreira, sem a necessidade de mudança de comarca.

• Tabela 17 - Estrutura judiciária de Mato Grosso, em outubro de 2019

Comarcas	Processos	Juízes de Direito
85	1.116.421	253

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

• Tabela 18 - Total de Promotorias de Justiça do MPMT em 2019

Entrância	Promotorias Cíveis	Promotorias Criminais	Promotorias Vagas	Promotorias Suspensas
<b>Final</b>	91	75	03	11
<b>Intermediária</b>	24	16	06	11
<b>Inicial</b>	01	39	07	-
<b>Total</b>	116	130	16	22
<b>Total Geral</b>	<b>252</b>			

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

• Tabela 19 - Estoques e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, nas Promotorias de Justiça, registrados entre 2016 e 2019

Ano	Saldo Ano anterior	Entradas (distribuídos)	Saídas (impulsionados)	Saldo para o Ano seguinte
2016	50.035	791.996	793.291	48.746
2017	48.746	808.343	804.649	52.421
2018	52.421	803.343	805.338	50.429
2019	50.429	817.166	818.171	49.443

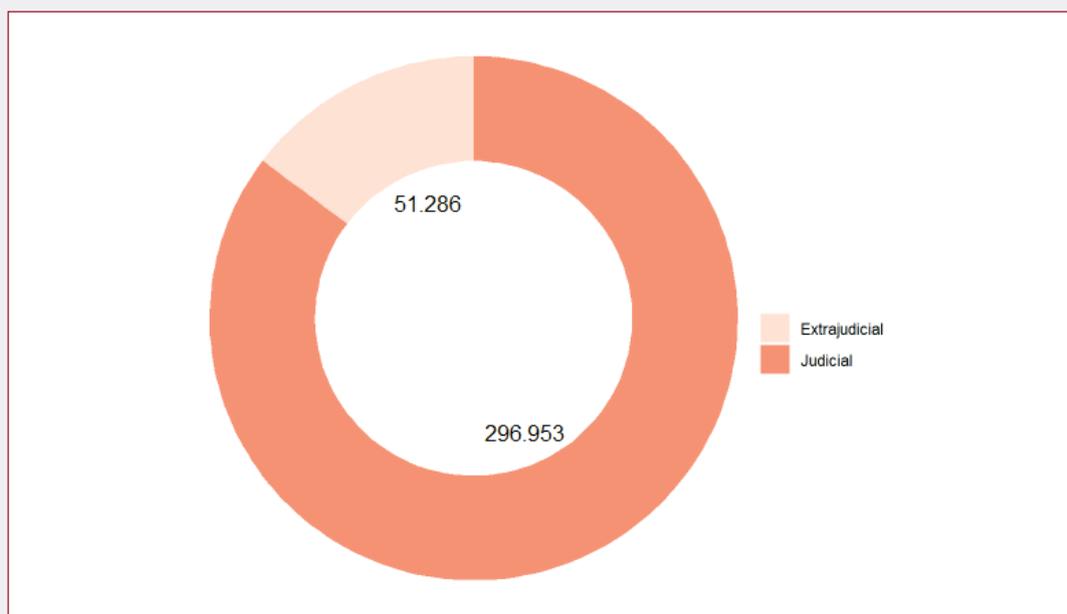
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

• Tabela 20 - Total de atividades não procedimentais de Promotores de Justiça de todas as entrâncias, registradas entre 2016 e 2019

Atividade não procedimental	2016	2017	2018	2019
Reunião	2.847	3.279	3.394	3.404
Palestra	181	238	346	348
Outros	6.018	7.462	7.685	7.617
<b>Total</b>	<b>11.062</b>	<b>12.996</b>	<b>13.443</b>	<b>1.338</b>

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 16 - Total de processos distribuídos em 2019



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP

• Tabela 21 - Evolução do total de processos distribuídos no período de 2016 a 2019

Atuação	2016	2017	2018	2019
<b>Judicial</b>	323.733 (83,9%)	289.672 (81,8%)	299.403 (83,6%)	296.953 (85,3%)
<b>Extrajudicial</b>	62.716 (16,1%)	52.898 (18,2%)	58.894 (16,4%)	51.286 (14,7%)
<b>Total</b>	<b>388.465</b>	<b>344.587</b>	<b>358.297</b>	<b>348.239</b>

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

• Tabela 22 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, entre os anos de 2016 e 2019

Movimentos – Entrância Inicial	2016	2017	2018	2019
Petições iniciais em geral	2.650	3.120	2.789	2.705
Denúncias	6.397	6.627	5.988	6.007
Arquivamentos	12.418	12.463	11.221	10.812
Razões e Contrarrazões de REC	1.296	1.737	11.221	1.923
Alegação Final	2.887	3.331	3.352	3.620
TAC	142	197	198	252
Representações	487	494	382	348
Sessões do Plenário do Júri	214	226	196	169
Audiências	14.308	17.876	16.233	13.988
Portarias	1.102	1.206	1.107	873
Pedidos de progressão/ regressão em PEP	147	241	270	384
Recomendações	393	282	274	293
Remissões ECA	571	548	447	426
Réplicas a Contestação	295	438	579	751
Requerimentos de Medida Protetiva	140	185	185	187
Inspeções e Vistorias	22	55	55	78
Audiências Públicas - proponente	3	6	3	8
Outros movimentos	157.552	169.249	174.452	183.055
<b>Total</b>	<b>201.024</b>	<b>218.281</b>	<b>219.362</b>	<b>225.879</b>

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

• Tabela 23 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária, entre os anos de 2016 e 2019

Movimentos – Entrância Intermediária	2016	2017	2018	2019
Petições iniciais em geral	1.484	1.422	1.459	1.957
Denúncias	4.909	5.155	5.354	5.420
Arquivamentos	6.716	8.166	8.337	9.120
Razões e Contrarrazões de REC	1.821	1.984	1.798	1.860
Alegação Final	3.024	3.382	3.684	3.746
TAC	148	204	97	124
Representações	389	412	378	448
Sessões do Plenário do Júri	157	147	131	127
Audiências	13.027	13.679	13.944	13.657
Portarias	797	673	569	717
Pedidos de progressão/ regressão em PEP	252	329	564	491
Recomendações	639	177	118	208
Remissões ECA	378	353	340	430
Réplicas a Contestação	291	301	359	476
Requerimentos de Medida Protetiva	132	139	110	120
Inspeções e Vistorias	33	16	22	30
Audiências Públicas - proponente	04	03	01	07
Outros movimentos	145.109	146.614	144.205	142.480
<b>Total</b>	<b>179.310</b>	<b>183.156</b>	<b>181.470</b>	<b>181.418</b>

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

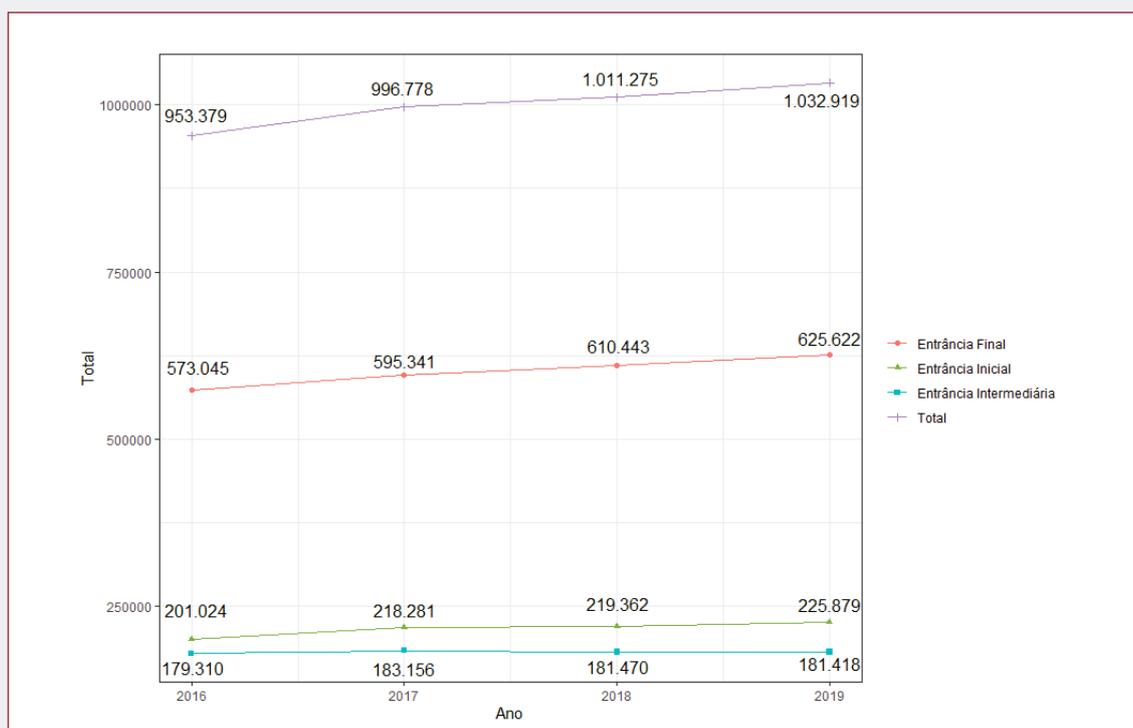
• Tabela 24 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2016 e 2019

Movimentos – Entrância Final	2016	2017	2018	2019
Petições iniciais em geral	5.070	4.588	4.065	4.564
Denúncias	17.179	17.225	17.707	18.812
Arquivamentos	27.424	27.466	27.574	26.957
Razões e Contrarrazões de REC	5.998	5.570	6.151	6.938
Alegação Final	13.259	13.720	13.571	14.836
TAC	428	273	321	379

Movimentos – Entrância Final	2016	2017	2018	2019
Representações	2.090	1.658	1.443	1.555
Sessões do Plenário do Júri	509	502	464	490
Audiências	43.095	46.872	49.585	46.582
Portarias	2.234	2.530	2.659	2.068
Pedidos de progressão/ regressão em PEP	986	1.608	2.078	1.458
Recomendações	374	398	356	332
Remissões ECA	1.756	1.663	1.135	1.383
Réplicas a Contestação	901	768	977	1.436
Requerimentos de Medida Protetiva	529	685	558	785
Inspeções e Vistorias	183	146	150	149
Audiências Públicas - proponente	13	15	15	11
Outros movimentos	451.017	469.654	481.634	496.887
<b>Total</b>	<b>573.045</b>	<b>595.341</b>	<b>610.443</b>	<b>625.622</b>

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 17 - Evolução do total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça do MPMT, de 2016 a 2019



Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

# ÁREAS DE ATUAÇÃO



03

# 3 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A partir das atribuições constitucionais da Instituição, do seu Planejamento Estratégico e da Resolução n.º 132/2017-CPJ, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso atua de forma especializada em 5 principais áreas, estruturadas a partir das Procuradorias de Justiça Especializadas, conforme demonstrado na Tabela 25.

O papel dessas Procuradorias de Justiça de modo a direcionar a atuação dos demais órgãos de execução nos rumos do Planejamento Estratégico, está evidenciado em suas atribuições, dentre as quais destaca-se: a recomendação de providências e o oferecimento de orientações, sem caráter normativo, aos órgãos de execução; a coordenação do Planejamento Estratégico na respectiva área, com a definição de indicadores de resultado, metas e diretrizes e; a proposição, ao Colégio de Procuradores de Justiça, dos Planos de Trabalho Anuais, bem como os projetos deles decorrentes e seu acompanhamento. Além disso, passa pelas Procuradorias de Justiça Especializadas, com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a elaboração e coordenação de Programas de Capacitação e Treinamento para membros e servidores.

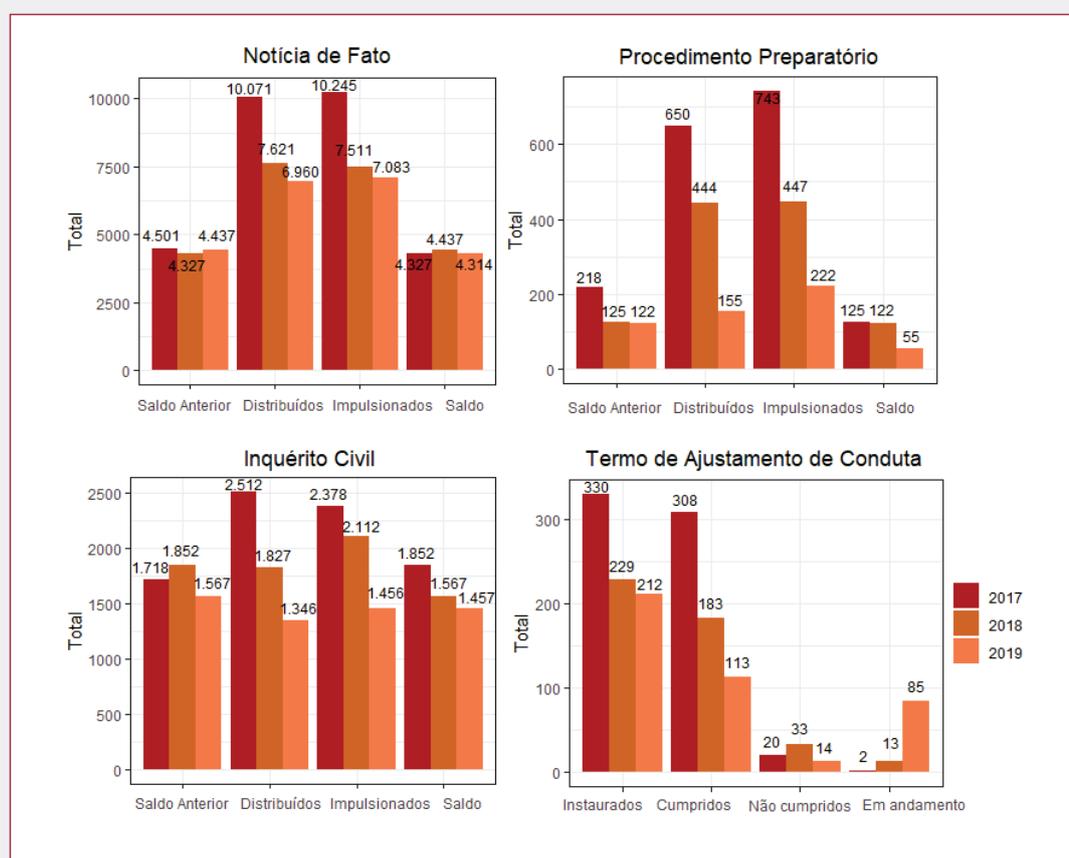
• Tabela 25 - Procuradores de Justiça titulares das Procuradorias de Justiça Especializadas

Área	Procurador(a) de Justiça
<b>Cidadania e Consumidor</b>	EDMILSON DA COSTA PEREIRA
<b>Criminal</b>	HÉLIO FREDOLINO FAUST (Corregedor-Geral, com prejuízo das atribuições na PJ Especializada) WESLEY SANCHEZ LACERDA (Promotor de Justiça designado para atuar em 2019)
<b>Defesa da Criança e do Adolescente</b>	PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
<b>Defesa Ambiental e Ordem Urbanística</b>	LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE
<b>Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público</b>	ELIANA CÍCERO DE SÁ MARANHÃO AYRES CAMPOS

## 3.1 Cidadania e Consumidor

O Ministério Público atua para proteger a coletividade, ou seja, quando as relações de consumo podem prejudicar inúmeras pessoas, uma população, ou quando os direitos difusos e coletivos do cidadão são ameaçados ou desrespeitados, bem como quando os direitos fundamentais à saúde e à educação não são observados em sua plenitude. A atuação do Procuradoria Especializada da Cidadania e Consumidor, portanto, tem como parte protegida toda a sociedade, a população determinável ou indeterminável, cujas ações têm a proposição de coagir a autoridade ou o responsável pelo dano ou pela normativa inobservada, tanto no âmbito judicial como extrajudicial, bem como em campanhas e ações de fomento ao cumprimento dos ditames constitucionais, em especial os direitos fundamentais.

■ Figura 18 - Gráficos de atuação extrajudicial na área da Cidadania e Consumidor, no período de 2017 a 2019

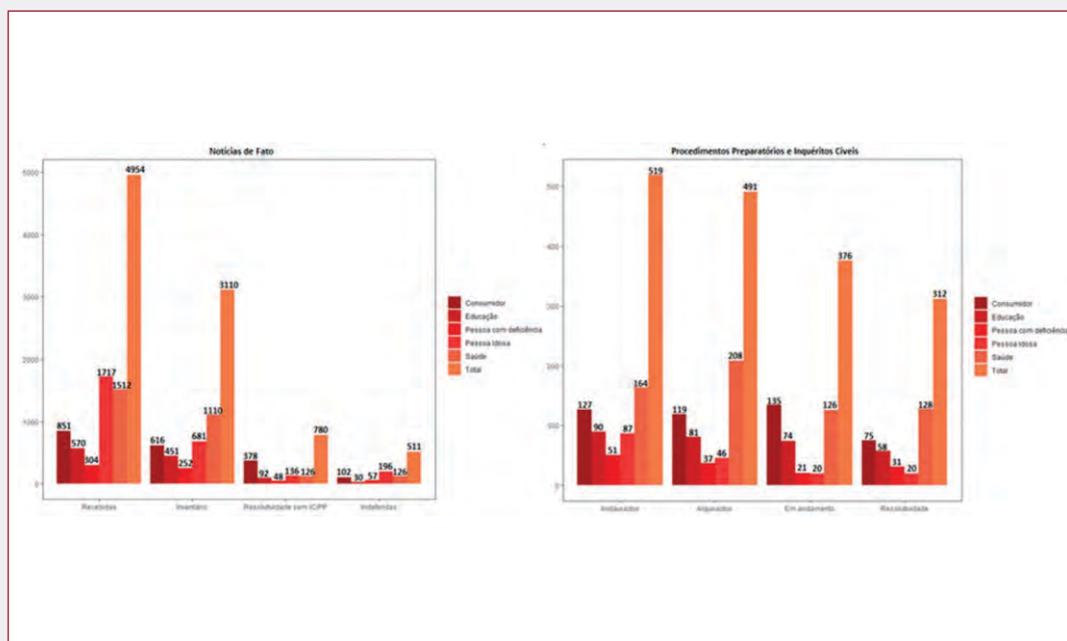


Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

Em relação aos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados em 2019, a PJECC contabilizou o equivalente a R\$ 535.955,07 (quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos) em reparação de danos, sendo R\$ 284.000,00 em Termos que trataram da defesa de direitos da Pessoa com Deficiência, R\$ 173.855,07 (cento e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos) referentes à defesa do Consumidor, R\$ 76.100,00 (setenta e seis mil e cem reais) em relação à defesa ao direito à Saúde e outros R\$ 2.000,00 em TAC's que abordaram outros temas.

Especificamente sobre o ano de 2019, os dados da atividade extrajudicial em defesa da Cidadania e do Consumidor, no âmbito do MPMT, estão detalhados nos gráficos da figura 20, conforme o tema abordado. Nota-se que, dos 5.673 (cinco mil seiscentos e setenta e três) procedimentos extrajudiciais que foram instaurados no MPMT, em 2019, 32,45 % (1.841 procedimentos) tratam de demandas relacionadas à defesa de Pessoa Idosa, 30,5 % (1.733 procedimentos) à defesa do direito à Saúde e 17,7 % (1005 procedimentos) à defesa do Consumidor.

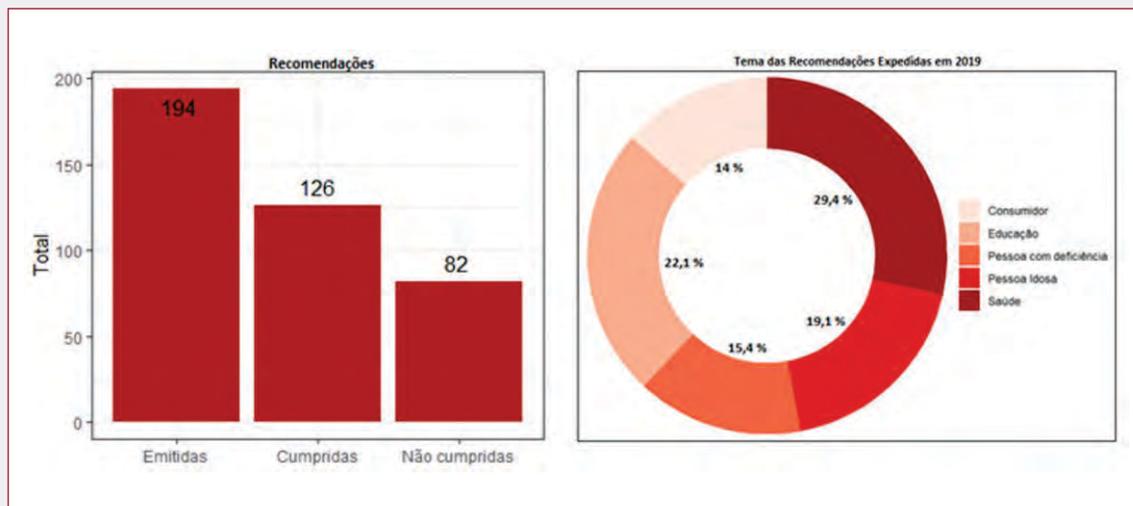
■ Figura 19 - Gráficos de procedimentos extrajudiciais do MPMT em 2019, na área da Cidadania



Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e do Consumidor

Já as recomendações expedidas trataram, em sua maior parte, da área da Saúde (29,4 %) e da Educação (22,1 %), como elucidam os gráficos da figura 21.

■ Figura 20 - Gráficos sobre Recomendações Extrajudiciais expedidas pelo MPMT, na área da defesa da Cidadania e Consumidor, em 2019



Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e do Consumidor

• Tabela 26 - Procedimentos Administrativos, na área da Defesa da Cidadania e Consumidor, instaurados em 2019

Procedimentos Administrativos		2019
Tutela de interesses individuais indisponíveis		1.174
Acompanhamento de TAC		144
Acompanhamento de instituições		146
Acompanhamento de políticas públicas		140
Outras atividades não sujeitas a inquérito civil		130
<b>Total</b>	Registrados	<b>1.734</b>
	Em andamento	<b>214</b>
	Finalizados	<b>1.421</b>

Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e Consumidor.

O MPMT atuou ainda em outras atividades extrajudiciais, como Audiências Públicas, Reuniões e Inspeções, conforme contabilizado na tabela 27, em relação ao ano de 2019.

• Tabela 27 - Dados de atividades extrajudiciais não procedimentais na área da defesa da Cidadania e Consumidor, realizadas pelo MPMT em 2019

Interatividade		2019
Audiências Públicas		12
Reuniões		807
Inspeções / Vistorias		365
Audiências Extrajudiciais		414
Escutas Sociais		-
Audiências de Autocomposição	Temas	
	Trânsito e Transporte	1
	Segurança Pública	2
	Educação	3
	Saúde	1
	Promoção da igualdade	1
	Resultados	
	Prioridade à demanda	1
	Apresentação de cronograma para atendimento da demanda	3
	Apresentação de plano estadual de saúde	1
	Orientação e Capacitação técnica	1
Sobrestamento	1	
Promover a capacitação para redução de tratamento discriminatório	1	
Total de Audiências de Autocomposição		8
<b>TOTAL</b>		<b>1606</b>

Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e Consumidor.

No âmbito judicial, ressalta-se a obtenção de sentenças favoráveis ao posicionamento do MPMT em 85,8% dos processos julgados pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, sendo 7,8% parcialmente favoráveis e apenas 6,3% desfavoráveis (tabela 28).

• Tabela 28 - Diagnóstico da atuação judicial em 2019 na área da defesa da Cidadania e Consumidor

	Ações Ajuizadas			Sentenças			Recursos	
	Coletivas	Individuais	Outros (execução, etc)	Favorável	Parcialmente favorável	Desfavorável	Razões	Contrarrazões
<b>Saúde</b>	48	397	89	224	25	16	54	81
<b>Pessoa Idosa</b>	12	343	5	163	12	13	24	50
<b>Pessoa com Deficiência</b>	12	56	11	31	1	3	6	11
<b>Educação</b>	20	11	2	16	-	1	1	7
<b>Consumidor</b>	37	4	6	26	4	1	11	20
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>811</b>	<b>113</b>	<b>460</b>	<b>42</b>	<b>34</b>	<b>96</b>	<b>169</b>

Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e Consumidor.

### 3.1.1 Iniciativas de Destaque

#### 3.1.1.1 IV Encontro de promotores de justiça que atuam na área da cidadania

Realizado em 28.06, na Capital, o encontro reuniu Promotores de Justiça de Cuiabá e do interior do Estado, que atuam na defesa da Cidadania, a fim de construir alternativas viáveis e aplicáveis à área, por meio da interatividade entre os membros, principalmente para os problemas enfrentados em temas de saúde, educação e direito da pessoa idosa, a partir de debates fomentados pelos próprios Promotores de Justiça, já que a intenção foi de criar um ambiente de trabalho informal.

■ Figura 21- IV Encontro de promotores de justiça que atuam na área da cidadania



O encontro, além de ser uma oportunidade para os Promotores de Justiça debaterem e trocarem experiências sobre a sua área de atuação, de modo a nivelar entre si as discussões que a envolvem e fomentar iniciativas dos próprios atores, foi importante para debater o papel dos Centros de Apoio Operacionais (CAOs), já que com a implantação dessa estrutura, a área da Cidadania conta com 03 (três) Centros de Apoio: Cidadania, Educação, Consumidor.

Os temas debatidos foram: I - Redução de Danos em Álcool e Drogas: Contribuição do Ministério Público para desenvolvimento de Programas de Saúde Pública voltados para dependentes de álcool e drogas e seus familiares; II – Saúde: Inefetividade das listas de espera para atendimento de demandas de urgência, emergência e eletivas no SUS; III-Consumidor: Consumidor Vencedor: Sistema voltado para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na tutela coletiva consumerista; IV – Autocomposição: Política de Autocomposição no MPMT; V – Tema Geral: Exposição, pelos promotores de Justiça integrantes do GNDH, das indicações encaminhadas ao Colégio de Procuradores Gerais de Justiça e inclusão dos demais componentes da instituição como sujeitos ativos na sugestão de temas aos representantes do MPMT no grupo.

### **3.1.1.2 Redução de valores de tarifas do Detran, a partir de notificação do MPMT**

O MPMT, por meio da 6ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá, expediu notificação recomendatória ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran), para que fossem reduzidos os valores cobrados para os serviços de avaliação psicológica (de R\$ 144,00 para R\$ 118,47) e de avaliação física e mental (de R\$ 96,00 para 91,39), aplicáveis no Estado de Mato Grosso. O órgão atendeu ao que recomendado, publicando os novos valores no Diário Oficial do Estado de 26.09.2019. O documento ministerial foi expedido após ter sido verificado que o reajuste de 2018 não atendeu aos critérios de atualização monetária constantes da Lei Estadual n.º 9.197/2009, o que ocasionou, no período de 01.01 a 21.08.2019, a

cobrança de R\$ 919.914,52 (novecentos e dezenove mil, novecentos e catorze reais e cinquenta e dois centavos), somadas os valores a maior das duas taxas.

### **3.1.1.3 MPMT compõe câmara setorial temática da Assembleia Legislativa para pessoas com deficiência**

O MPMT, representado pelo Promotor de Justiça Dr. Miguel Slhessarenko Júnior, conforme indicação do Procurador-Geral de Justiça, compõe a Câmara Setorial Temática, criada pela Assembleia Legislativa, visando a discussão de políticas para a inclusão efetiva das Pessoas com Deficiência (PcD), com foco na educação, saúde e transporte.

Um dos pontos defendidos pelo Promotor de Justiça, na 1ª das reuniões quinzenais da Câmara, realizada em 30.09.2019, foi a atualização do Estatuto da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso (Lei Complementar n.º 114/2002), de modo a adequá-lo aos parâmetros da Lei Brasileira de Inclusão e da Política Nacional de Proteção ao Autista. Na oportunidade, foi aprovado o regimento interno da CST, além do respectivo planejamento estratégico em que serão definidas as metas da Câmara, após os debates em reuniões internas.

■ Figura 22 - Composição da câmara setorial temática da ALMT para pessoas com deficiência



### 3.1.1.4 Reunião com Secretário de Estado de Saúde discute alternativas para evitar superfaturamentos em ações

Com o objetivo de discutir medidas que podem ser adotadas pelo Ministério Público Estadual para que não haja superfaturamento nas ações judiciais com pedido liminar impetradas pelo órgão para contratação de serviços na área da saúde, foi realizada reunião entre o Procurador Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, - juntamente com o procurador de Justiça da Especializada da Cidadania e do Consumidor, Edmilson da Costa Pereira, e os promotores de Justiça da Cidadania, Alexandre de Matos Guedes, e do Patrimônio Público, Roberto Aparecido Turin - e o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo e sua equipe técnica.

O Tribunal de Contas do Estado apontou, em relatório, que a judicialização da saúde levou a casos de superfaturamento, os quais estão sendo investigados pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público da Capital. Diante disso, durante a reunião, o Procurador-Geral de Justiça teve acatadas pelo Secretário, suas propostas para que a Secretaria de Estado de Saúde informe um parâmetro de valor de cada serviço, bem como o prazo ideal para que o Estado faça o pagamento (além de impedir que seja efetivado antes da prestação do serviço), e a realização de auditoria para comprovação de que os procedimentos foram executados.

■ Figura 23 - Reunião entre MPMT e Secretaria de Estado de Saúde



### 3.1.1.5 Participação em debate sobre direitos da pessoa idosa

Requerida pelo presidente da Comissão de Amparo à Criança, Adolescente e Idoso da Câmara de Vereadores de Cuiabá, a audiência pública para debater direitos e condições de vida da população idosa, realizada em 25.09.2019, contou com a participação do MPMT, por meio do Procurador de Justiça da Especializada em Defesa da Cidadania e Consumidor, Edmilson da Costa Pereira, da Procuradoria Especializada da Cidadania e do Consumidor, e os promotores de Justiça Alexandre de Matos Guedes e Ezequiel Borges de Campos, do Núcleo de Defesa da Cidadania.

Dentre os principais pontos abordados na audiência, estão o crescente número de casos de violência contra a pessoa idosa e a falha na priorização de idosos em fila da Central de Regulação, em que há mais de 60 mil pessoas aguardando exames, consultas e cirurgias.

■ Figura 24 - Audiência pública sobre direitos da pessoa idosa



### 3.1.1.6 Participação na II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)

O Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) é um órgão do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, que tem como meta promover,

proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. Em setembro, houve a II Reunião Ordinária do Grupo, em São Luís do Maranhão, da qual participaram os promotores de Justiça Alexandre de Matos Guedes, do Núcleo de Defesa da Cidadania, e Laís Glauce Antonio Santos, do Núcleo de Combate à Violência Contra a Mulher de Cuiabá.

Representantes dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, cerca de 150 promotores e procuradores de Justiça de todo o Brasil, compuseram as reuniões das comissões permanentes do GNDH, nas quais trocaram experiências, debateram os assuntos relativos a cada comissão com autoridades estaduais e federais e propostas de trabalho, submetendo as conclusões ao plenário.

Busca-se assim, a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação enfocando temas como Saúde; Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso; Infância e Juventude; Direitos Humanos em Sentido Estrito; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Educação; Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

■ Figura 25 - II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)



### 3.1.1.7 Participação na Expedição Araguaia Cidadão

A expedição Araguaia Cidadão é uma iniciativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com apoio de diversas entidades, entre

elas, o MPMT, que levou serviços de acesso à Justiça, à saúde, à cidadania e de consciência ambiental à população de Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu e Pontal do Araguaia, nas regiões sul e leste do Estado.

Os promotores de Justiça Marcelo Domingos Mansour, Wdison Luiz Franco Mendes, Luciana Rocha Abrão David e Nathalia Carol Manzano Magnani integraram a comitiva da expedição, realizando atendimentos, incluindo a celebração de acordos judiciais.

■ Figura 26 - Logo Expedição Araguaia Cidadão



### **3.1.1.8 Promovido curso de capacitação em educação inclusiva para professores de Alta Floresta**

Promovido pelo MPMT e as Faculdades de Direito e de Pedagogia da Uniflor, em Alta Floresta, o curso interinstitucional “Capacitação para Professores em Educação Inclusiva – O Transtorno do Espectro Autista na Escola”, atendeu a cerca de cento e trinta professores da rede pública e particular do município, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para melhorar o processo de ensino-aprendizagem inclusiva de modo que, dentro da sala de aula, as práticas de inclusão sejam efetivamente implementadas.

O curso reforça a intenção da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, de modo que, assim como as

■ Figura 27 - Curso de Capacitação em Educação Inclusiva - O Transtorno do Espectro Autista na Escola



demais pessoas com deficiência oficialmente reconhecidas, tenham direito às políticas de inclusão, como as de educação. Uma vez que, conforme a promotora de Justiça Luciana Fernandes de Freitas, trabalhar a formação continuada dos professores e profissionais da educação em TEA resgata e fortalece o seu papel de multiplicadores, efetiva-se o direito humano das crianças e adolescentes de terem uma educação baseada na inclusão efetiva e personalizada.

Dentre os seis módulos, desenvolvidos pelos promotores de Justiça Miguel Shessarenko Junior (coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Educação), Luciana Fernandes de Freitas e Daniel Carvalho Mariano (das Promotorias de Justiça de Alta Floresta), abordaram-se temas como “Aprendizagem em sala de aula do aluno com TEA baseado em ABA (*Applied Behavior Analysis*) e outras estratégias” e sobre “Autismo e Inclusão Escolar: o que dizem as leis brasileiras?”.

### **3.1.1.9 Escolas com alto índice de violência participam de curso de Mediação Escolar**

Com o objetivo de qualificar professores, coordenadores e diretores na aplicação de técnicas de mediação para solucionar conflitos como indisciplina, violência e intolerância nas unidades de ensino de Cuiabá e Várzea Grande, o MPMT, em parceria com o

■ Figura 28 - Curso de Mediação Escolar



Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Educação, ofereceu o curso de Mediação Escolar a turma formada por profissionais selecionados entre as escolas com maior índice de violência.

A triagem realizada, segundo o promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Junior, do Núcleo de Defesa da Cidadania, buscou uma intervenção direta nessas unidades, de modo a melhorar o quadro de violência a partir da capacitação, já que a mediação é uma alternativa para resolver o problema, de modo que a escola seja um ambiente de formação de cidadania e não um universo de hostilidade e violência.

Dividido em 40 horas-aula de teoria e 80 horas-aula de prática, orientou-se o estímulo ao diálogo entre as partes e a promoção de consenso para resolver pacificamente desavenças entre alunos, entre professores e entre alunos e professores.

## 3.2 Criminal

A atuação do Ministério Público na área criminal visa a processar as pessoas que cometem crimes, por meio da ação penal pública. Os delitos contra a vida, contra o patrimônio, o crime organizado e o tráfico de drogas estão entre os principais alvos da Instituição.

## 3.2.1 Atividades das Promotorias de Justiça da Área Criminal

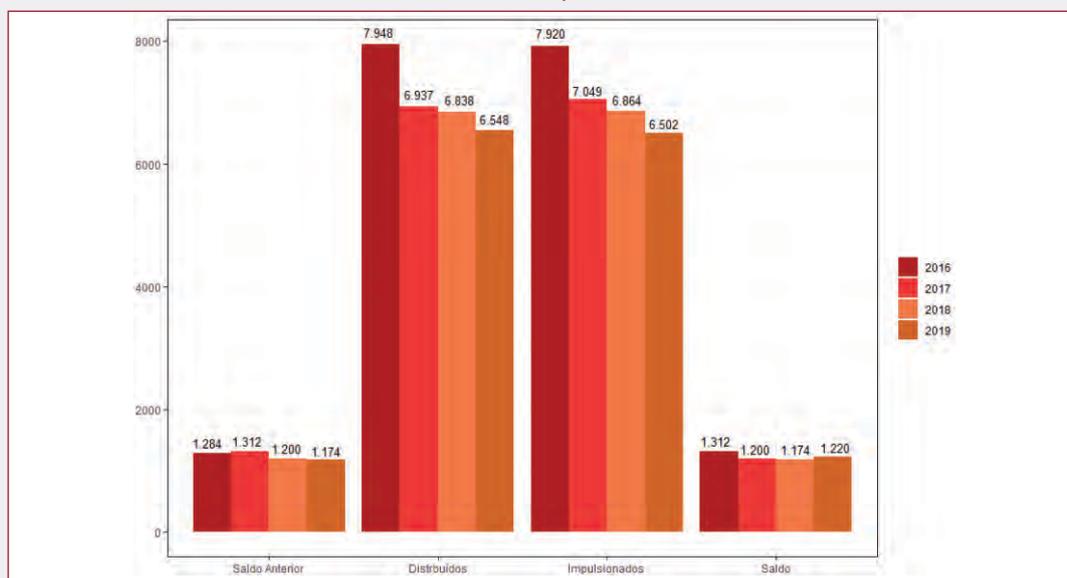
Dentre as Promotorias de Justiça da área criminal, há aquelas especializadas em temas como Violência Doméstica contra Mulher, Tribunal do Júri, Justiça Militar e Crimes contra a Ordem Tributária. Neste relatório, destacam-se os números da atuação referente à Violência Doméstica contra Mulher, tendo em vista sua relevância e o aumento contínuo no número de casos novos registrados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, conforme demonstrado na figura 30. Porém, em 2019, esse aumento se deu em proporção menor (3,75%) que nos anos anteriores, já que, quando comparado a 2016, o número de casos no período aumentou em mais de 50%.

■ Figura 29 - Gráfico do número de novos processos registrados a cada ano pelo TJMT, referentes à Violência Doméstica contra mulher



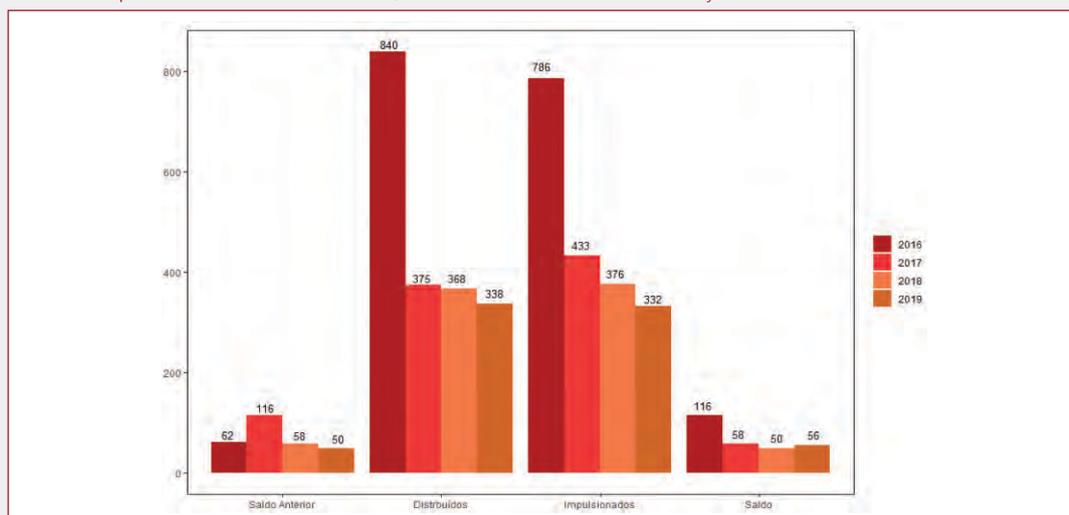
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br>

■ Figura 30 - Gráfico da Atuação Extrajudicial no período de 2016 a 2019, na Área Criminal, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



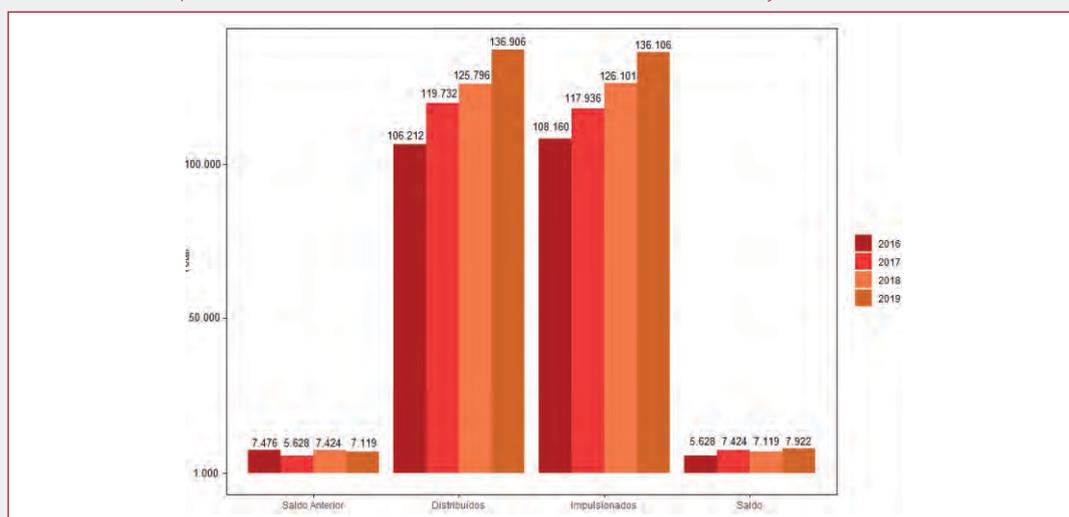
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 31 - Gráfico da Atuação Extrajudicial em Violência Doméstica contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



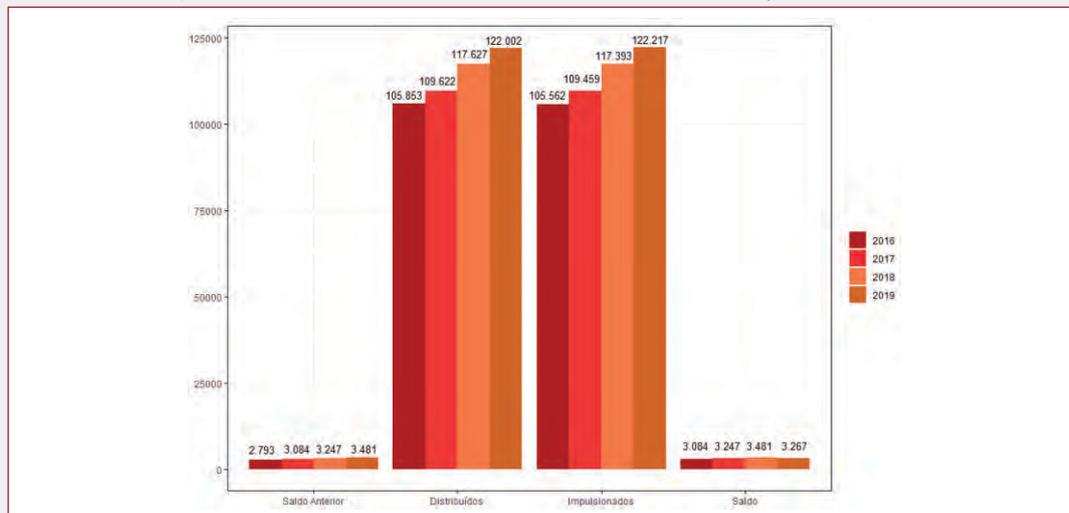
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 32 - Gráfico de movimentação em Inquéritos Policiais – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



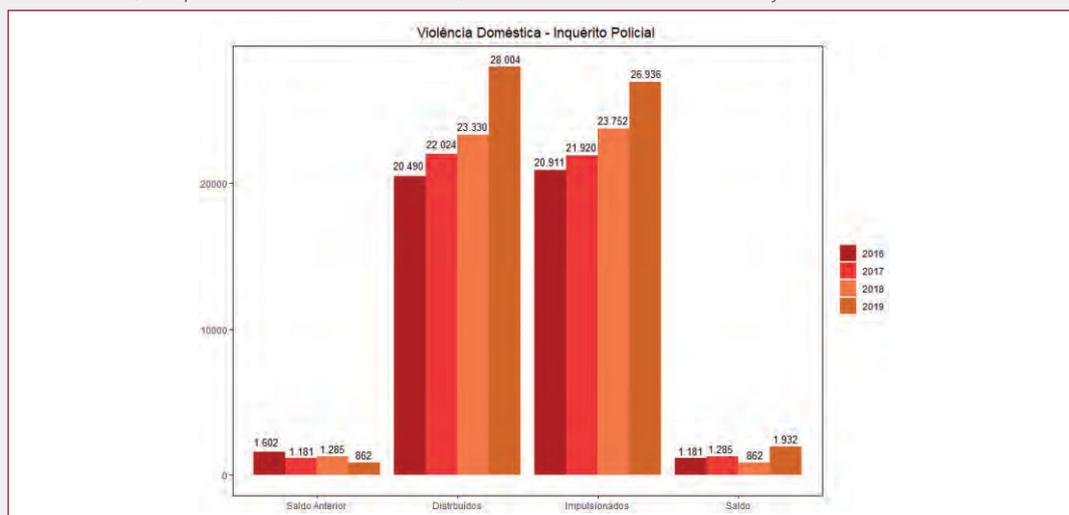
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 33 - Gráfico de movimentação em Ações Penais – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



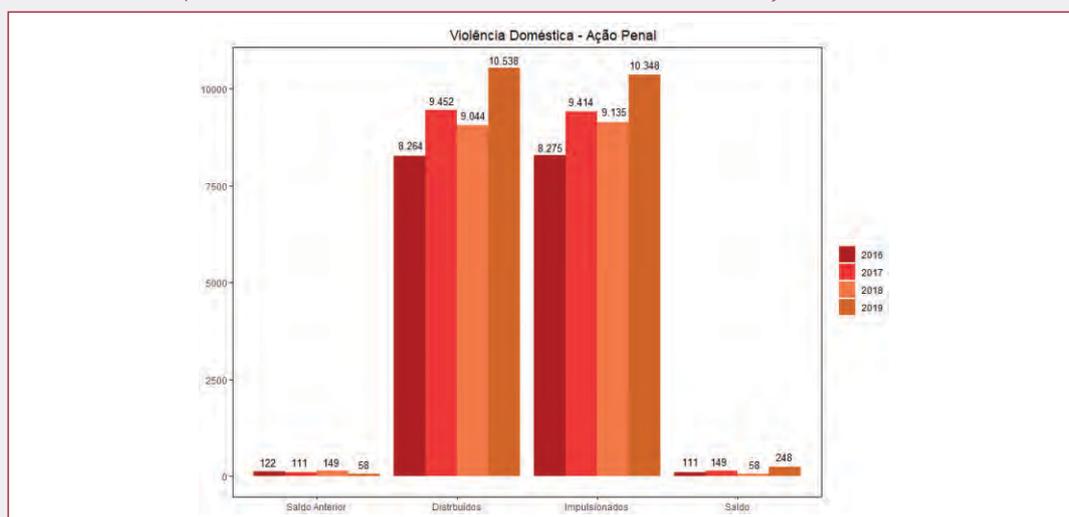
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 34 - Gráfico de movimentação em Inquéritos Policiais – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



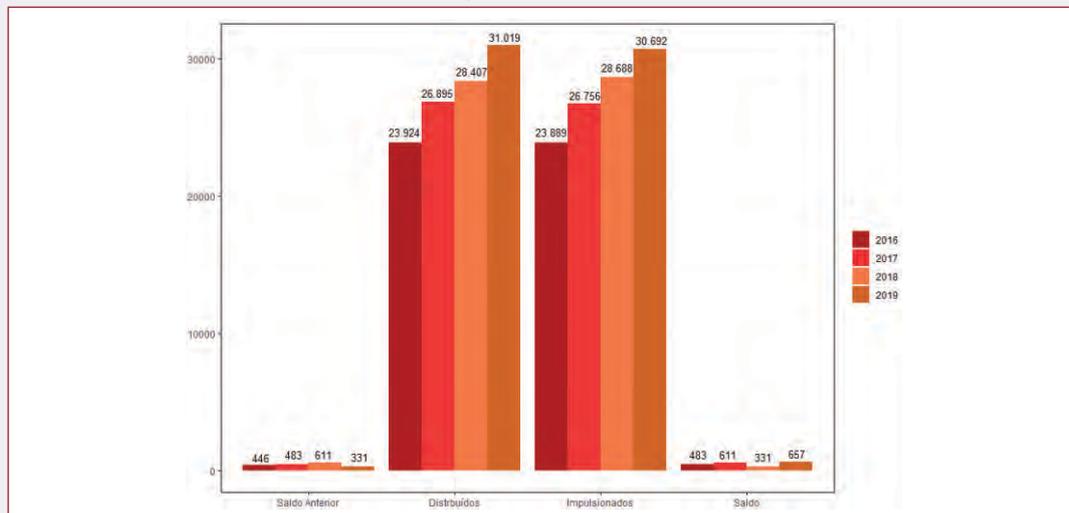
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 35 - Gráfico de movimentação em Ações Penais – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



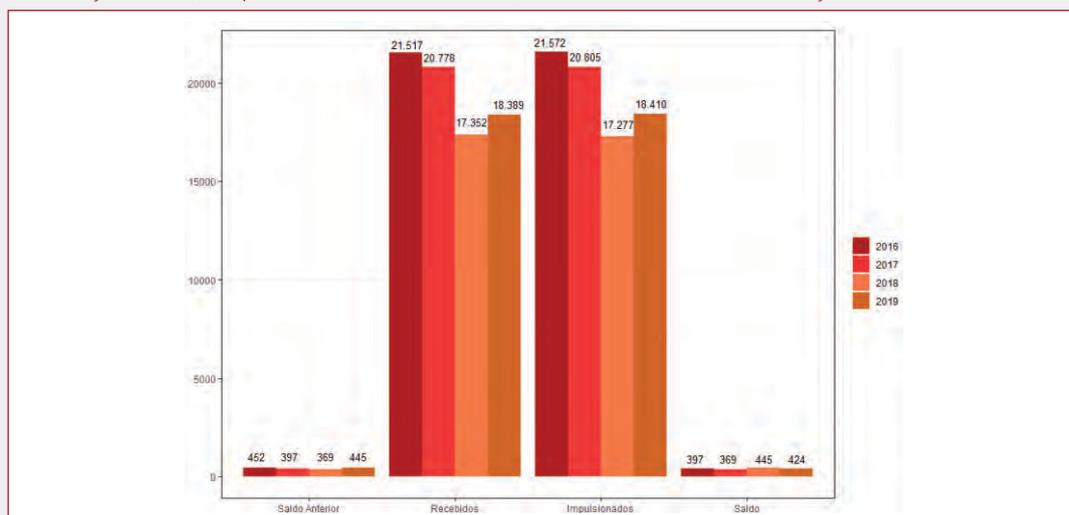
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 36 – Gráfico de movimentação em Medidas Protetivas de Urgência – Lei Maria da Penha, no período de 2016 a 2019



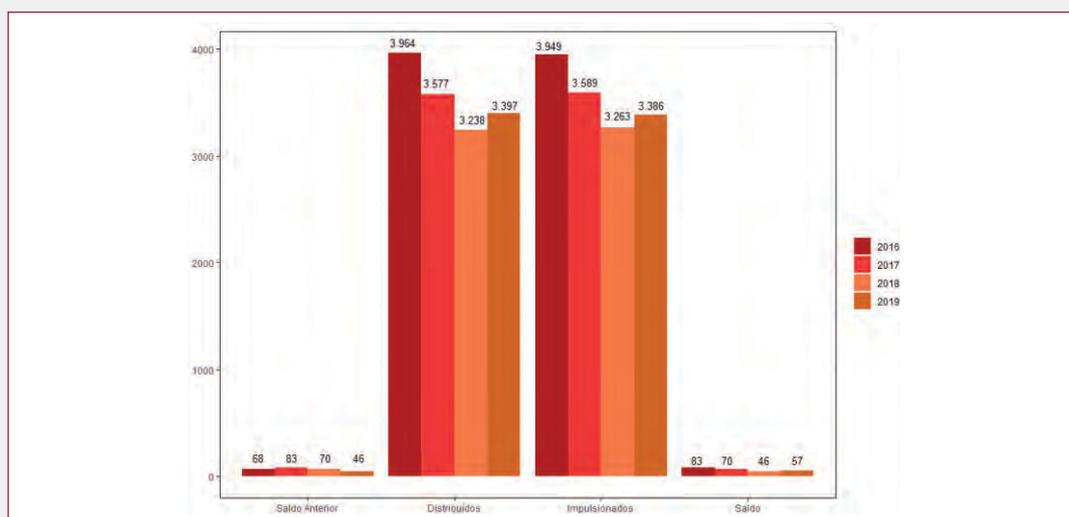
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 37 – Gráfico de movimentação em Autos de Prisão em Flagrante – Justiça Comum e Justiça Militar, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 38 – Gráfico de movimentação em Autos de Prisão em Flagrante – Violência Doméstica Contra Mulher, no período de 2016 a 2019, nas Promotorias de Justiça Criminais do MPMT



Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

### 3.2.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada Criminal

A Procuradoria Especializada Criminal, por força da Resolução 32/2008-CPJ MP/MT, atua em todos os processos que tramitam junto às Câmaras Criminais Reunidas e nas respectivas sessões daquele órgão do Tribunal de Justiça, bem como nos recursos das decisões da Vara Especializada Contra o crime Organizado da capital, e nos *habeas corpus* impetrados contra atos daquele juízo.

• Tabela 29 - Atividades realizadas pela PJE Criminal

Processos Judiciais	Atividades	Quantidade
Incidentes	Conflito de Jurisdição	18
	Desaforamentos	25
Medidas Garantidoras	Habeas Corpus	299
Processo Criminal	Petições	23
Processo Especial de Leis Esparsas	Mandados de Segurança	124
	Reclamação Criminal	1
Recursos	Agravos de Execução	2
	Apelação Criminal	203
	Embargos de Declaração	4
	Embargos Infringentes e de nulidade	25
	Recurso em sentido estrito	7
	Revisão Criminal	135
	Recurso Especial	5
	Exceções de Impedimento	2
	Exceções de Suspeição	4
	Conflitos de Competência	49
	Conflitos de Jurisdição	18
	Total de recursos	454
<b>Total geral de entradas de processos judiciais</b>		<b>944</b>

Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada Criminal

### 3.2.3 Iniciativas de Destaque

#### 3.2.3.1 MPMT celebra 1º acordo de não persecução penal na justiça militar

Proposto pelo promotor de Justiça Dr. Allan Sidney do Ó Souza, titular da 13ª Promotoria de Justiça Criminal, que atua perante a Justiça Militar do Mato Grosso, com fundamentação na Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o instituto possibilita que não se proponha ação penal quando a pena mínima

prevista para o crime seja inferior a quatro anos e este não tenha havido violência ou grave ameaça.

Dessa forma, preserva-se o interesse público, ao conferir celeridade, economia e eficiência na apuração de delitos de menor gravidade, possibilitando que os esforços sejam direcionados aos crimes mais graves.

### 3.2.3.2 Encontro “Paradigmas Transnacionais do Direito Penal”

O encontro, promovido pela Procuradoria de Justiça Especializada Criminal, em parceria com o CEAF e apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público e da Associação Matogrossense do Ministério Público, foi realizado nos dias 26 e 27.09.2019, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, e contou com palestra magna do Procurador de Justiça aposentado Dr. Mauro Viveiros, doutor em Direito Constitucional pela Universidad Complutense de Madrid, intitulada “A criminalidade organizada: novos paradigmas e reflexões”.

■ Figura 39 – Encontro “Paradigmas Transnacionais do Direito Penal”



A programação do evento contou ainda com os seguintes painéis, seguidos de debates em mesas redondas, com a participação de Promotores de Justiça e Delegados de Polícia: da professora Mariah Brochado Ferreira, da Universidade Federal de Minas Gerais: “Do Pós-Positivismo à Pós-Democracia: O Processo

Jurídico da Ritualística à Cênica”; do professor Fabrício Bertini Pasquot Polido, também da UFMG: “Direito Internacional Privado, Combate Global à Corrupção e Novas Tecnologias: Desafios para Cooperação, Integridade e Justiça”; do Promotor de Justiça do MPMT e professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Antônio Sérgio Cordeiro Piedade: “Criminalidade Organizada Transnacional, Colaboração Premiada e Direitos Fundamentais”; e, por fim, do professor Valério de Oliveira Mazzuoli, da UFMT, intitulado “Convenções Internacionais Ratificadas pelo Brasil no Combate à Corrupção: Como essas internalizações impactam e contribuem (ou poderiam contribuir) no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro”.

### **3.2.3.3 Capacitação sobre o “formulário nacional de risco e proteção à vida -FRIDA”**

Com o objetivo de apresentar, instruir e direcionar a implementação do “Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA”, instrumento criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para enfrentamento à Violência Doméstica contra a mulher, em 24.09.2019, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, foi oferecida capacitação ministrada pela socióloga Wânia Pasinato, perita nacional do programa “Diálogos Setoriais: União Europeia-Brasil”.

■ Figura 40 - Capacitação sobre o “formulário nacional de risco e proteção à vida - FRIDA”



O formulário é baseado em perguntas que visam a identificação, de forma objetiva, do grau de risco em que a vítima se encontra. Assim, por meio da coleta de informações sistematizada e informatizada, evita-se que a mulher sofra violência mais grave, facilitando seu encaminhamento às redes de atendimento especializado, e subsidiando as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

### 3.2.3.4 IX Encontro Estadual do Tribunal do Júri

Realizado nos dias 28 e 29.03.2019, na Procuradoria-Geral de Justiça, sob organização da Confraria do Júri e do CEAJ, com apoio da Associação Mato-grossense do Ministério Público e da Fundação Escola Superior do Ministério Público, no encontro, o debate foi iniciado a partir das palestras de expositores do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, incluindo o procurador Regional da República em Brasília Vladimir Aras, sobre temas como procedimentos dos crimes dolosos contra a vida, atuação do MPMT em casos de feminicídio, colaboração premiada, técnicas de atuação do plenário do júri e o mito do encarceramento em massa.

■ Figura 41 - IX Encontro Estadual do Tribunal do Júri



Na oportunidade, também foi abordada a atuação do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Júri, que havia sido criado recentemente, bem como foi assinado o ato administrativo que

implanta o Núcleo de Defesa da Vida, que busca aprimorar os meios, instrumentos e procedimentos de investigação, a fim de prevenir e reprimir a prática de crimes dolosos contra a vida, bem como estabelecer um olhar mais detido às vítimas e familiares.

### **3.2.3.5 Termo de Cooperação Técnica para compor a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Várzea Grande**

A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, que completou um ano 2019, foi instituída por meio de Termo de Cooperação Técnica, cuja assinatura foi renovada em março, entre Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Prefeitura Municipal de Várzea Grande e suas secretarias, Guarda Municipal, Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) e instituições da sociedade civil organizada.

■ Figura 42 - Encontro de Mulheres no Campo, em Nossa Senhora do Livramento



Além buscar a redução dos índices de violência doméstica e a implantação de políticas preventivas e de proteção às vítimas, a Rede busca garantir os direitos, empoderamento e a assistência humanizada e qualificada às mulheres em situação de violência, bem como a responsabilização dos agressores, com o diferencial de atender vítima, agressor e família.

Dentre as ações desenvolvidas, há a implantação da Patrulha

Maria da Penha, disponibilização do Serviço de Reflexão para Homens, capacitação dos profissionais que prestam atendimento à mulher em situação de violência, reuniões periódicas, além de diversas atividades educativas voltadas à comunidade.

Em 25.10.2019, por exemplo, foi realizado o Encontro de Mulheres no Campo, em Nossa Senhora do Livramento, em que houve debates e rodas de conversa, com objetivo de sensibilizar mulheres moradoras da zona rural acerca do ciclo da violência. Na oportunidade, também foram disponibilizados serviços de beleza e bem-estar, oficinas de artesanato e recreação, atendimentos de saúde e oferecida orientação jurídica a 60 mulheres e 40 crianças.

### **3.2.3.6 Concurso: “A arte contra a violência doméstica” na comarca de Rio Branco**

Promovido pelo MPMT em parceria com os Municípios de Rio Branco, Lambari D’Oeste e Salto do Céu, o concurso objetivou premiar 5 melhores trabalhos artísticos desenvolvidos pelos moradores de 12 a 25 anos de idade e alunos das escolas dos três municípios, incluindo os da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com troféus e prêmios em dinheiro.

Os 77 trabalhos inscritos buscaram, de acordo com o regulamento: desconstruir estereótipos de gênero que sustentam a manutenção de relações íntimas assimétricas; retratar as consequências; diminuir a tolerância social face à violência doméstica e de gênero; promover uma cultura de não violência e o empoderamento e liberdade da mulher.

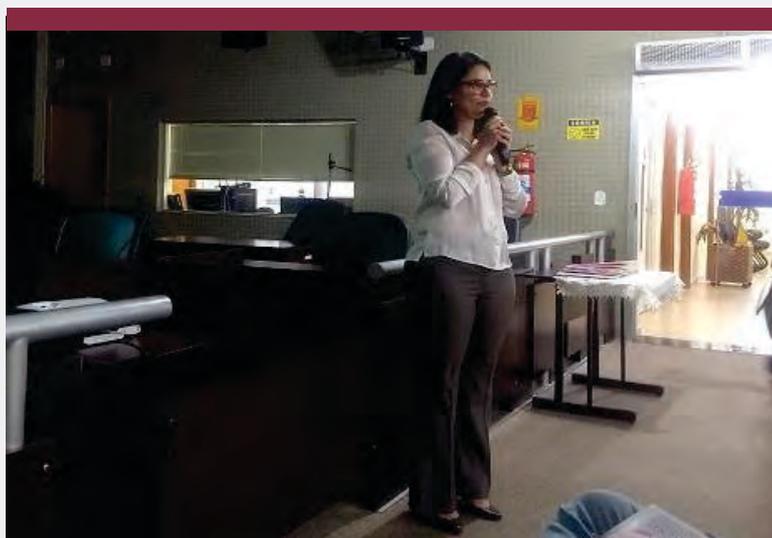
■ Figura 43 - Logo concurso: A arte contra a Violência



### 3.2.3.7 Capacitação de profissionais de saúde para evitar subnotificação de casos de Violência Doméstica Contra a Mulher – Rede de Frente

Promovida pela “Rede de Frente”, associação que atua no combate à Violência Doméstica Contra a Mulher, a capacitação voltada a profissionais da área da saúde, visando reduzir a subnotificação de casos pelas unidades de saúde, atendeu a cerca de 150 médicos, odontólogos, enfermeiras dos postos de atendimento da saúde básica, técnicos do Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças e agentes comunitários de saúde dos municípios de Barra do Garças e Pontal do Araguaia.

■ Figura 44 - Capacitação a profissionais de saúde, pela "Rede de Frente" de enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher



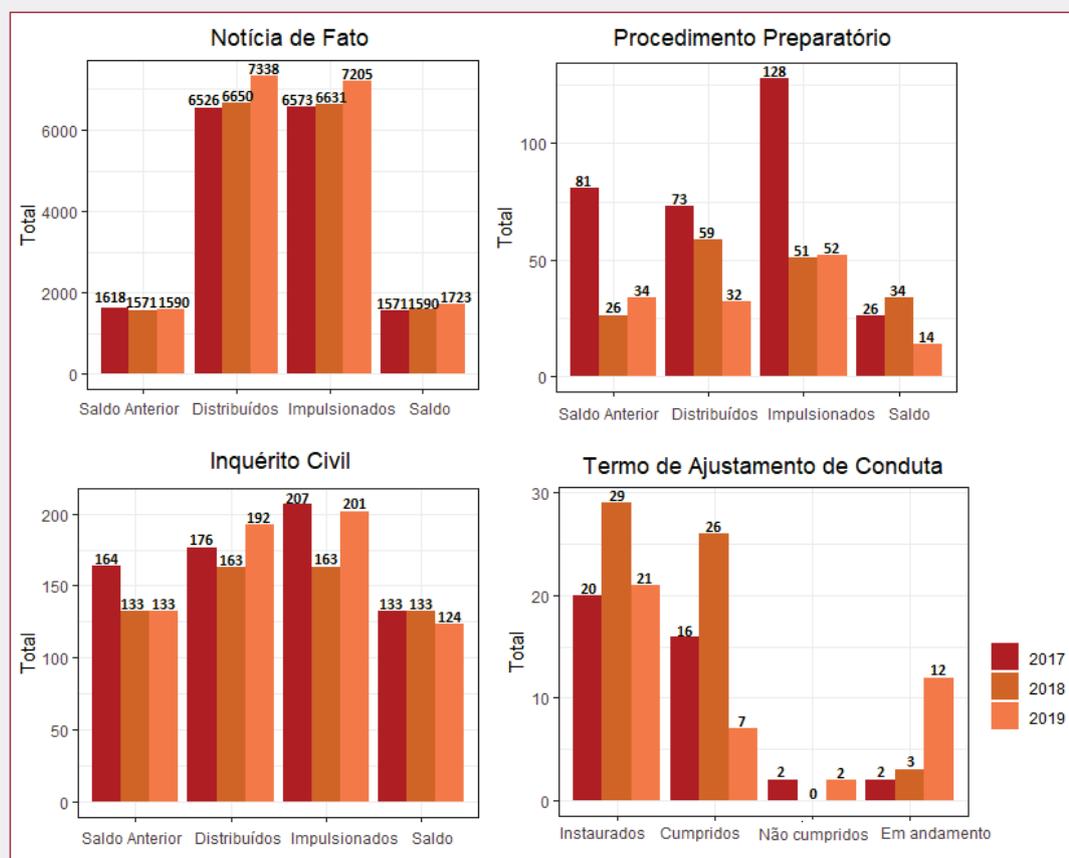
Estiveram envolvidos no projeto os promotores de Justiça da Comarca de Barra do Garças, Luciana Abrão David, diretora de Capacitação da Associação Rede de Frente, e Paulo Henrique Amaral Motta, que palestrou aos presentes. A programação abrangeu a apresentação dos trabalhos realizados pela Rede de Frente nos municípios; questões relativas ao acolhimento às mulheres em situação de violência, relacionamento abusivo, tipos e ciclos de violência; compulsoriedade, aspectos legais e efeitos da notificação ou não notificação desses casos; e ainda aspectos de vigilância epidemiológica das violências, principalmente contra a mulher.

## 3.3 Infância e Juventude

A atuação dos órgãos de execução do MPMT em defesa da Criança e do Adolescente visa, principalmente, a garantia dos direitos fundamentais infante juvenis, de modo a fortalecer a doutrina de proteção integral definida no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos Tratados em que o Brasil é signatário, tanto nos processos judiciais e extrajudiciais quanto na promoção de seminários, audiências públicas, campanhas, palestras e cursos, envolvendo os integrantes da instituição e dos demais segmentos da sociedade mato-grossense ligados à causa.

### 3.3.1 Atividades das Promotorias de Justiça do MPMT na Área da Infância e Juventude

■ Figura 45 - Gráficos da atuação extrajudicial na área da Infância e Juventude, entre 2017 e 2019, das Promotorias de Justiça do MPMT



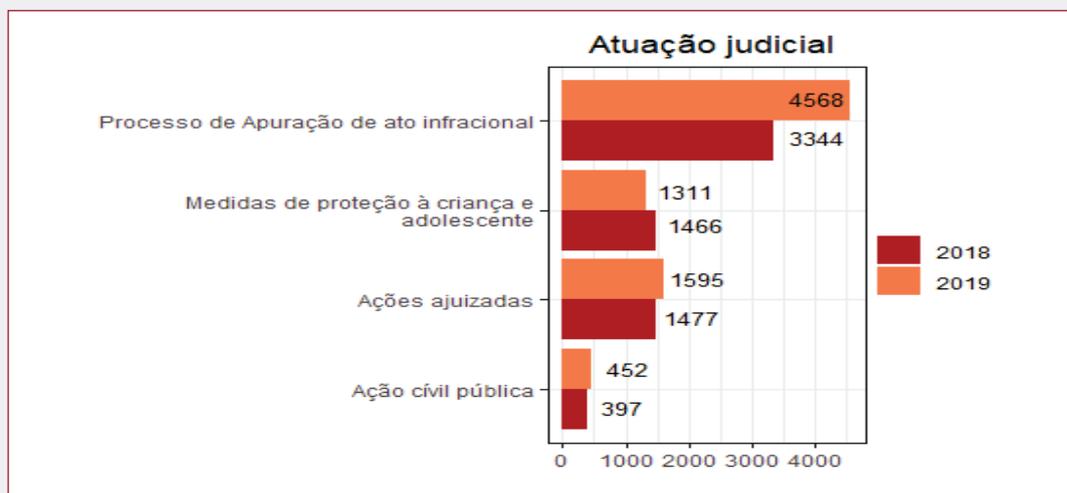
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

• Tabela 30 - Procedimentos Administrativos, na área da Infância e Juventude, instaurados em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT

Procedimentos Administrativos	Ano	
	2018	2019
Acompanhamento de TAC	10	14
Acompanhamento de TAC finalizado	7	8
Acompanhamento de instituições	26	75
Acompanhamento de instituições finalizado	23	42
Acompanhamento de políticas públicas	16	52
Acompanhamento de políticas públicas finalizado	8	22
Outras atividades não sujeitas a inquérito civil	40	108
Outras atividades não sujeitas a inquérito civil finalizado	34	44
Tutela de interesses individuais indisponíveis	1.387	891
Tutela de interesses individuais indisponíveis finalizado	1.308	541

Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público

Figura 46 - Gráfico de atividades judiciais na área da Infância e Juventude, realizadas em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT



Fonte: Relatório de movimentação do SIMP

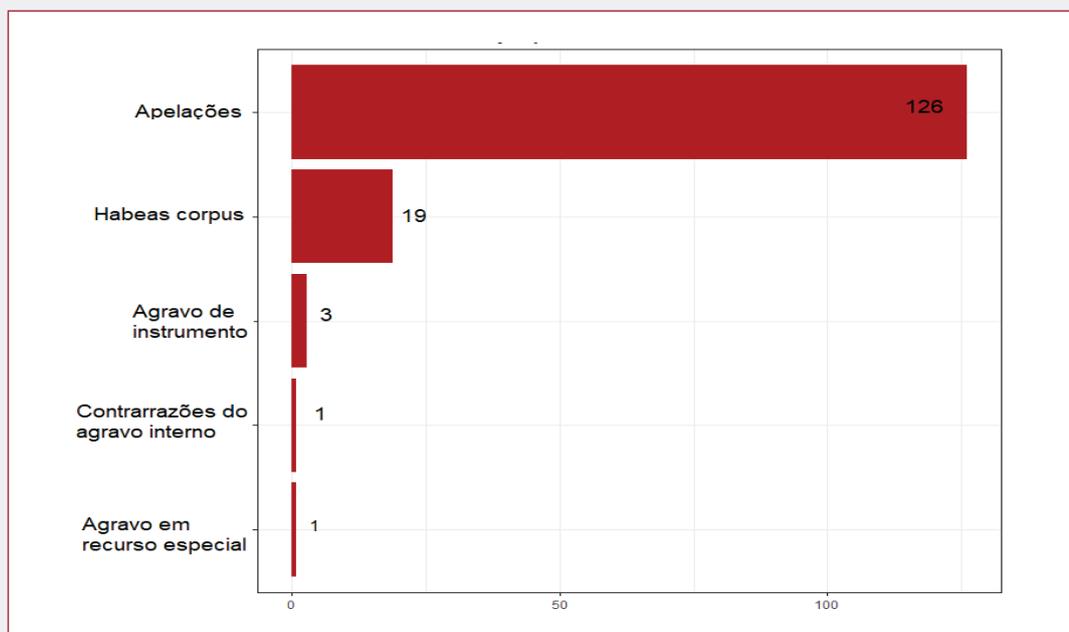
### 3.3.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente

A atuação judicial desta Procuradoria foi pautada na emissão de pareceres e manifestações nos processos recebidos, bem como, na interposição de recursos e incidentes processuais objetivando a efetiva prestação jurisdicional na proteção de crianças e adolescentes.

Temos por escopo sermos gestores de atos e planejamentos que permitam uma linguagem de vanguarda, fincada num Planejamento Estratégico pensado por todos, numa atuação com perfil de transformação, visando enfrentar a origem dos fatos que fragilizam a implementação das regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

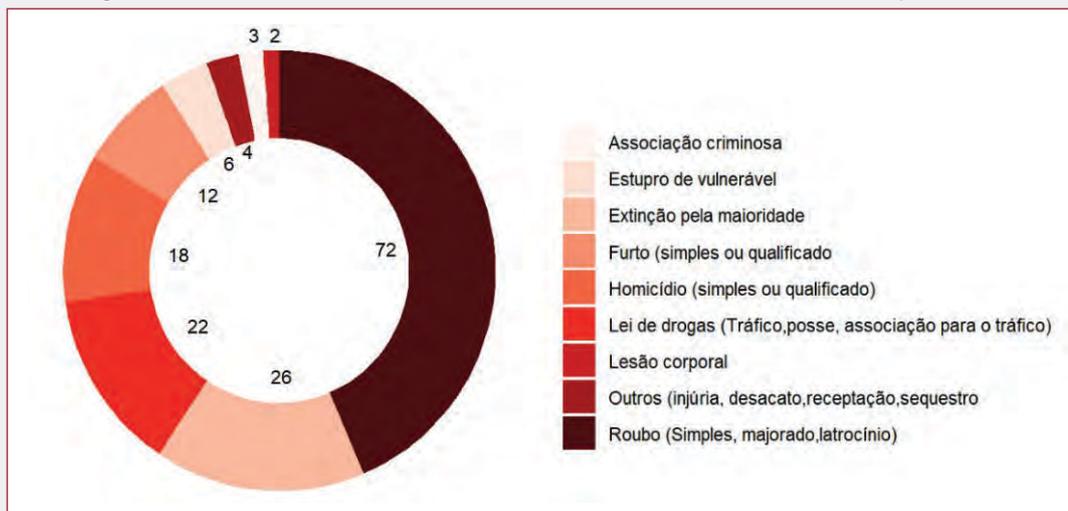
Assim, desde a sua criação, esta Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente visa buscar a melhor forma de exercer suas atribuições de modo a contribuir de forma eficaz e efetiva como órgão do Ministério Público.

■ Figura 47 - Gráfico de atuação judicial da PJE DCA na área infracional, em 2019



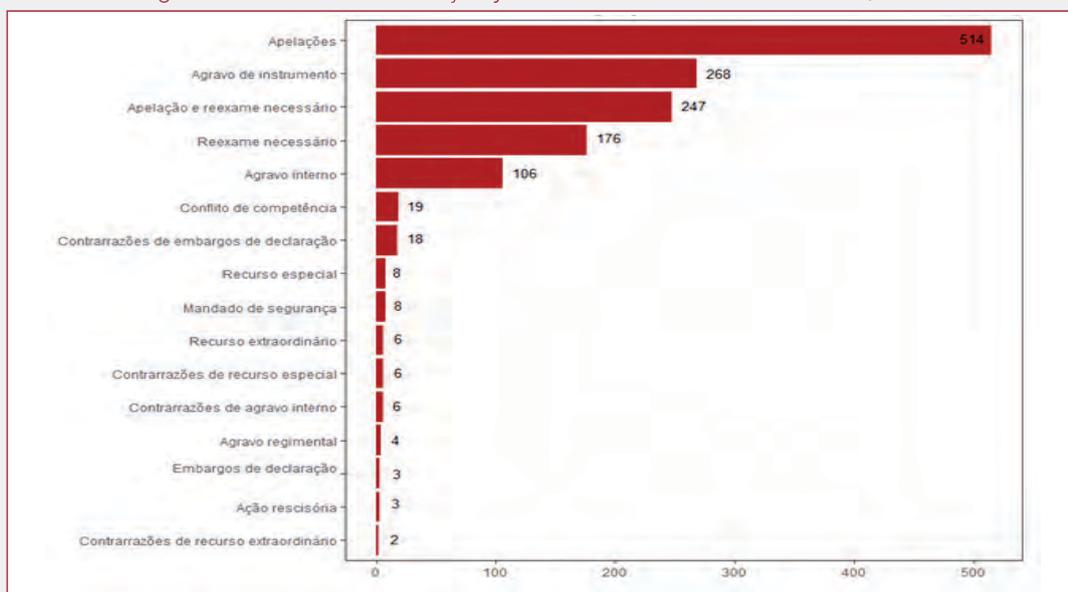
Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente

■ Figura 48 - Gráfico de assuntos tratados na área infracional, em 2019, pela PJEDCA



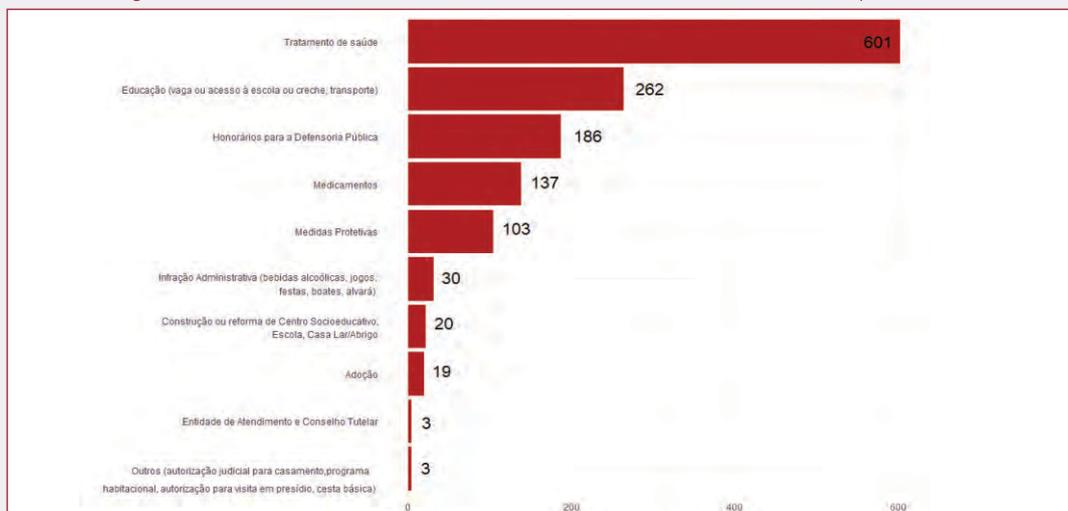
Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente

■ Figura 49 - Gráfico de atuação judicial da PJEDCA na área cível, em 2019



Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente

■ Figura 50 - Gráfico de assuntos tratados na área cível, em 2019, pela PJEDCA



Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente

### 3.3.3 Iniciativas de Destaque

#### 3.3.3.1 Projeto “Prevenção começa na Escola”

O Projeto, que tem por objetivo orientar crianças e adolescentes sobre temas como abuso sexual, maus tratos, *bullying*, questão de gênero e prevenção ao suicídio, de forma lúdica, através de peça teatral de caráter educativo e motivacional, em linguagem voltada a este público, foi expandido para 18 (dezoito) comarcas do interior do estado de Mato Grosso. Assim, além de atender mais de 2.500 crianças e adolescentes em bairros periféricos de Cuiabá e mais de 1.600 em Várzea Grande, foi possível alcançar mais 20.880, aproximadamente, entre fevereiro e novembro de 2019.

■ Figura 51 - Projeto “Prevenção começa na Escola”



#### 3.3.3.2 Participação no lançamento da cartilha de protocolo e fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

O titular da PJEDCA participou, em 08.05.2019, no Centro Universitário Univag, do lançamento da cartilha elaborada em conjunto por instituições integrantes da Rede Protege – Articulação Intersetorial da Infância e Adolescência de Várzea Grande, Rede de Territórios Educativos de Várzea Grande, Projeto Fortalecer, Univag e Prefeitura Municipal, com o objetivo de fortalecer a atuação da rede, estabelecer um padrão de atendimento às vítimas e dar maior efetividade a políticas públicas.

■ Figura 52 - Lançamento da cartilha de protocolo e fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual



### 3.3.3.3 Mesa redonda online com a Rede de Proteção do Estado de Mato Grosso

O titular da PJEDCA participou, no dia 05 de junho, de videoconferência promovida pelo Governo do Estado, Associação dos Conselhos Tutelares, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente e Associação para o Desenvolvimento Social dos

Municípios do Estado de Mato Grosso com a participação de integrantes da Rede de Proteção à Criança e Adolescente de 53 municípios de Mato Grosso.

■ Figura 53 - Mesa redonda online com a Rede de Proteção do Estado de Mato Grosso



### 3.3.3.4 Participação no projeto “Jovens de Futuro”

O titular da PJEDCA participou, no dia 19 de julho, da transmissão ao vivo para todo o Estado de Mato Grosso da ação “Jovens de Futuro”, promovida pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITECI, na qual jovens contaram suas histórias de força, dedicação e perseverança para a juventude.

■ Figura 54 - Transmissão ao vivo na ação “Jovens de Futuro”



### 3.3.3.5 I Encontro Estadual de Educação do Ministério Público de Mato Grosso: a prevenção do bullying, do suicídio e da violência escolar

Nos dias 08 e 09.08.2019, no Auditório das Promotorias de Justiça, em Cuiabá, a PJEDCA, em parceria com a Procuradoria Especializada na Defesa da Cidadania e dos Centros de Apoio Operacional de Educação e da Infância e Juventude, promoveram encontro voltado aos Promotores de Justiça e servidores que atuam na área da cidadania e infância e juventude, profissionais da educação e sociedade civil organizada.

■ Figura 55 - I encontro estadual de educação do Ministério Público de Mato Grosso: a prevenção do bullying, do suicídio e da violência escolar



Ao final do evento os participantes assinaram uma carta reafirmando o compromisso com a efetivação do direito fundamental à educação.

### **3.3.3.6 Participação na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência**

O titular da PJEDCA ministrou palestra, em 22.08, na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, com o tema “Família, Escola e Ministério Público”, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em Cuiabá-MT.

■ Figura 56 - Semana Nacional da Pessoa com Deficiência



### **3.3.3.7 Participação nos 15 anos do Projeto Fortalecer em Várzea Grande**

O titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente ministrou palestra, no dia 14 de novembro, em evento que comemorou os 15 anos do Projeto Fortalecer, com o tema “Infrequência escolar: compartilhando responsabilidades para garantir educação de qualidade”, que ocorreu no Centro Universitário de Várzea Grande.

■ Figura 57 - Projeto Fortalecer em Várzea Grande



### 3.3.3.8 Lançamento do guia da rede intersetorial de atendimento às crianças/famílias com deficiência em Mato Grosso

Em 09.12.2019, no Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá, foi realizado o lançamento da cartilha desenvolvida pelo Hospital, em parceria com o MPMT, por intermédio da PJEDCA, que tem por objetivo orientar as famílias de crianças com deficiência, a fim de facilitar o diálogo e a logística entre os profissionais de saúde, família e instituições, promovendo e assegurando o acesso, permanência e sucesso desses infantes no espaço escolar.

■ Figura 58 - Guia da rede intersetorial de atendimento às crianças/famílias com deficiência em Mato Grosso



### 3.3.3.9 Projeto Luz – Sorriso protege suas crianças e adolescentes

Lançado em outubro, por meio de parceria entre as Promotorias de Justiça de Sorriso com o Poder Judiciário, Polícias Civil e Militar, Conselho Tutelar, Assessoria Pedagógica do Estado de Mato Grosso e o município de Sorriso, o Projeto Luz visa estabelecer um padrão a ser utilizado pela rede de proteção à criança e ao adolescente nos casos de violência sexual, de modo a evitar a revitimização e a reiteração delitiva, bem como fomentar rotinas de atuação de cada parceiro, a fim de investigar e punir os casos de violência que surgirem e prevenir sua reincidência.

■ Figura 59 – Logo Projeto Luz de Sorriso/MT



O lançamento do projeto contou com *workshop* em que se debateu a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Conselho Tutelar na rede, além da troca de experiência com representantes da Polícia Militar de Nova Mutum, onde o Projeto Luz já foi implantado, e palestras com representantes da Polícia Civil, secretarias Estadual e Municipal de Educação, Politec, Secretaria de Saúde, Hospital Regional, psicólogos, CREAS, AME, CRAS, SAICA e equipe forense.

### 3.3.3.10 Equipes fazem abordagem social de famílias venezuelanas com crianças

Diante de iniciativa da Promotora de Justiça titular da 14ª

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Cuiabá, Dra. Valnice Silva dos Santos, com vistas a orientar os imigrantes venezuelanos em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi realizada abordagem social a essas famílias, nas ruas de Cuiabá, quando também levantou-se quantas crianças estão fora da escola e a necessidade de apoio para documentação, trabalho ou moradia.

■ Figura 60 - Abordagem social de famílias venezuelanas com crianças



As equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (Smasdh), e Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob), Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros integrantes da Rede de Proteção, puderam identificar diversas violações aos direitos das crianças e adolescentes. Nesses casos, os responsáveis foram advertidos formalmente por meio de termo traduzido para a língua espanhola (assim como documento com tradução dos principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990), de que não podem expor as crianças ao sol, ao tempo seco e aos perigos da rua, de modo que foram orientados a deixar imediatamente esses locais e a procurar o Conselho Tutelar mais próximo de onde moram, para que os menores sejam encaminhados a berçários, creches e escolas da rede pública.

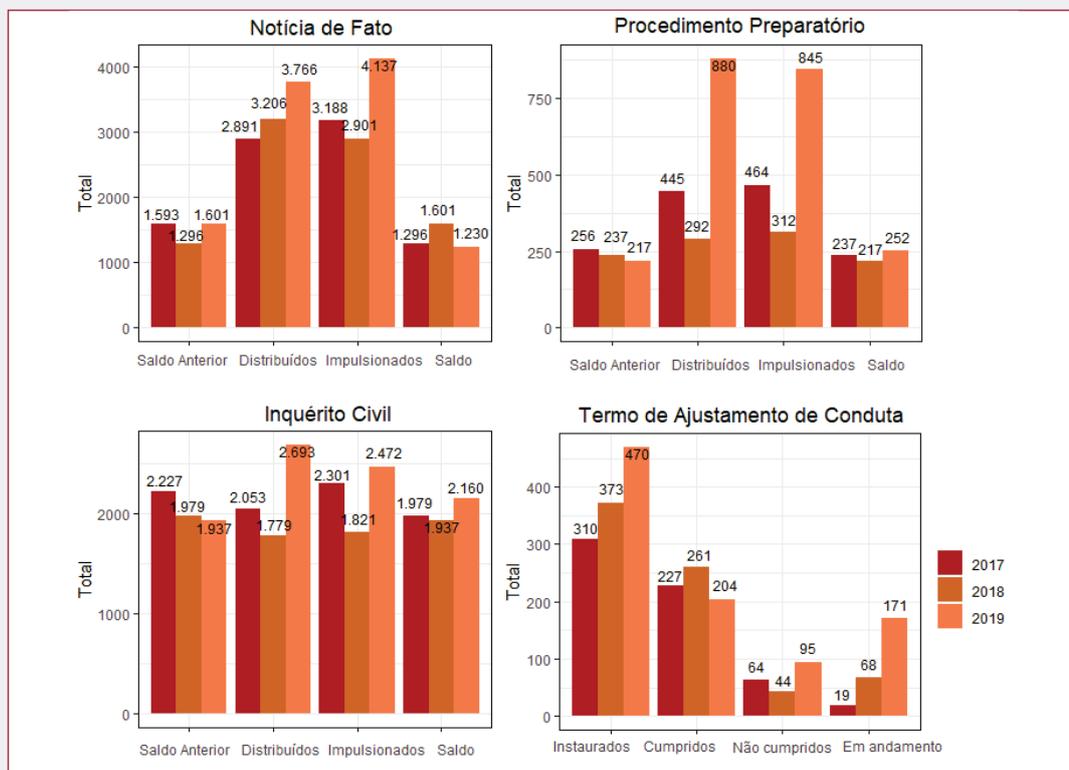
## 3.4 Defesa Ambiental e Ordem Urbanística

A defesa do meio ambiente não se restringe apenas a ações de proteção da natureza: abrange todos os esforços para garantir a qualidade de vida das pessoas; a coexistência pacífica e equilibrada da espécie humana com os demais seres vivos; a preservação paisagística e cultural de uma cidade ou região; a ocupação do solo urbano e rural; e o desenvolvimento sustentável.

O meio ambiente deve ser compreendido como todo o espaço que permite o convívio e o desenvolvimento humano em harmonia com os recursos naturais. De tão amplo e abrangente, compete ao Ministério Público zelar por ele, já que se trata de um direito difuso, pois pertence a todos, inclusive às próximas gerações.

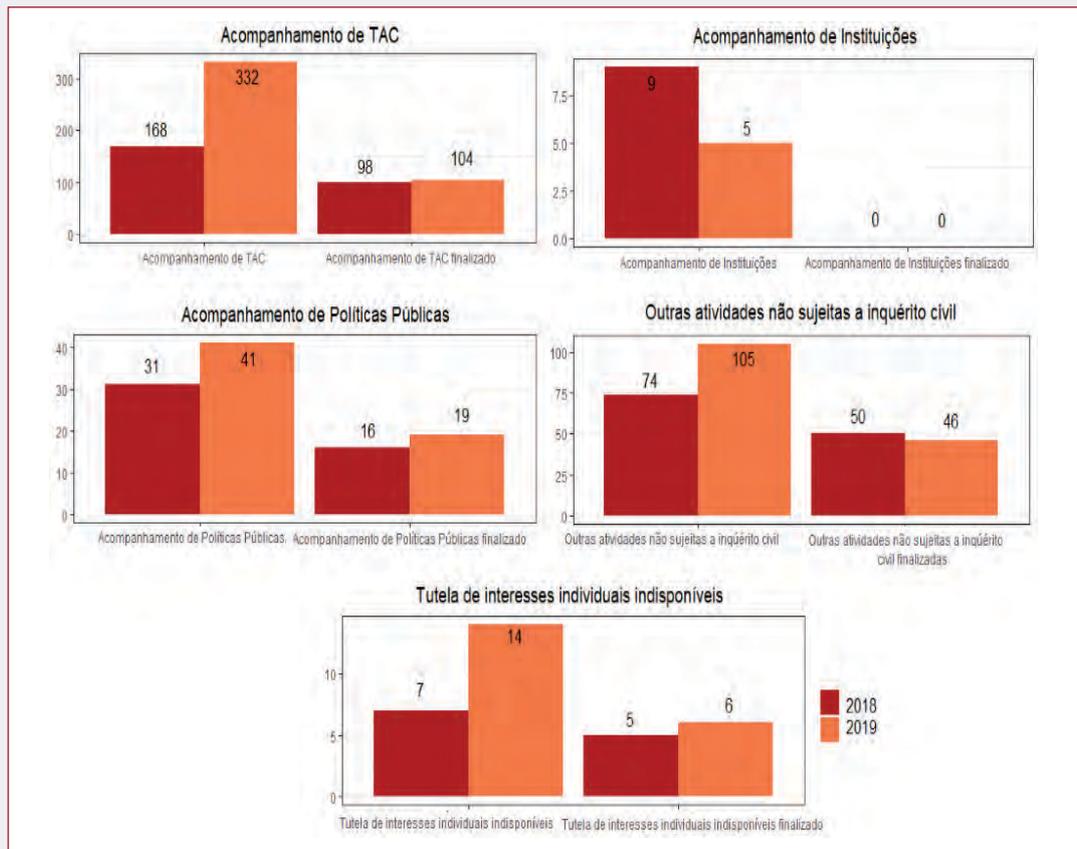
### 3.4.1 Atividades das Promotorias de Justiça na Área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico

■ Figura 61 - Gráficos de atuação extrajudicial na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, de 2017 a 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT



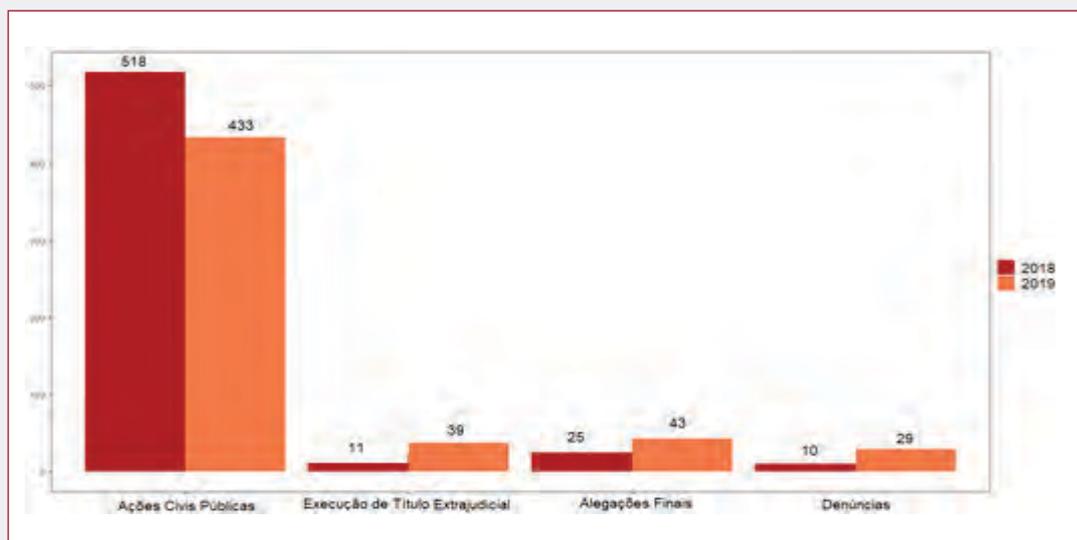
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

■ Figura 62 - Gráficos de atuação extrajudicial - Procedimentos Administrativos, na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, em 2018 e em 2019, instaurados pelas Promotorias de Justiça do MPMT



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP

■ Figura 63 - Gráfico de atuação judicial, na área do Meio Ambiente Natural e Urbanístico, em 2018 e em 2019, pelas Promotorias de Justiça do MPMT



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP

### 3.4.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa

Em 2019, a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística (PJEDAOU), realizou eventos e cursos de capacitação voltados ao tema, dentre as quais, destacam-se as Reuniões Interinstitucionais com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a fim de discutir estratégias de atuação articulada quanto ao uso de agrotóxicos pelo agronegócio no Estado de Mato Grosso; com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (MP-MS) e Ministério Público Federal (MPF-MT), sobre questões atinentes à defesa do Pantanal; com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde e de Sorriso, em defesa da fauna silvestre, objetivando a implementação do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) no Estado de Mato Grosso; com a SEMA-MT, IBAMA e entidades civis, visando discutir o CAR/PRA e licenciamento ambiental em Mato Grosso.

A PJEDAOU também elaborou Relatórios Técnicos, nas áreas de Biologia, Engenharia Florestal, Geoprocessamento e Urbanismo, sob demanda das Promotorias de Justiça, em procedimentos relacionados a imagens de georreferenciamento, em áreas urbanas e rurais, dinâmicas de ocupações irregulares, desmatamento, queimadas, degradação e alteração ambiental, processos erosivos, poluição hídrica, abandono de áreas, aterramento de nascentes, poluição visual, ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP), identificação de proprietários, disposição irregular de resíduos sólidos, irregularidades em cemitérios, uso e ocupação do solo, hidrelétricas e agrotóxicos.

Salienta-se que, em 2019, a PJEDAOU deu continuidade a um importante projeto para fortalecer a atuação do MPMT na seara ambiental, o *Strengthening environmental-social frameworks standards in Latin America* (Fortalecendo a estrutura de salvaguardas socioambientais na América Latina), proposto pela Rede Latino Americana de Ministérios Públicos Ambientais (REDEMPA), em

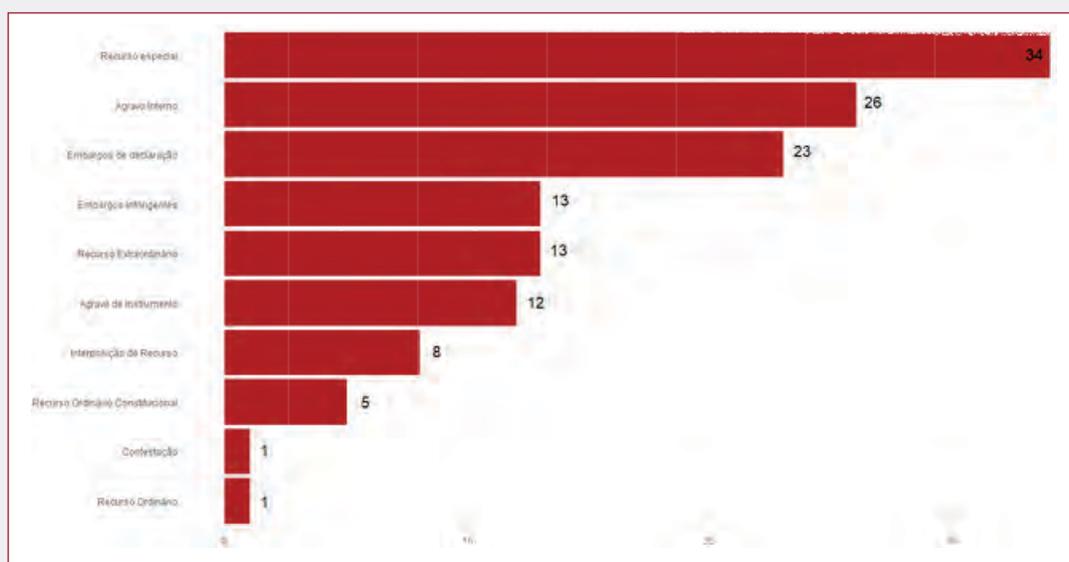
conjunto com a PJEDAOU, Fundação Uniselva e o Núcleo de Estudos Jurídicos e Práticas Ambientais da Faculdade de Direito da UFMT.

Ainda, finalizou-se a execução do projeto “Proteção jurídica e conservação das Áreas Úmidas de Mato Grosso: aprimoramento das decisões judiciais pelo uso de técnicas de valoração do dano ambiental”, de autoria da REDEMPA, PJEDAOU, Instituto Centro de Vida e Núcleo de Estudos Jurídicos e Práticas Ambientais da Faculdade de Direito da UFMT.

No tocante à defesa da ordem urbanística, além da realização de vistorias e laudos, os Promotores de Justiça também receberam orientações técnicas em atendimentos e em rodadas urbanísticas de capacitação. A PJEDAOU também participou de audiências públicas sobre empreendimentos urbanos.

Já no “Projeto Cidade Legal”, que ensejou a fundação de instituto destinado à defesa das cidades, o Instituto Cidade Legal (ICL), com apoio da PJEDAOU, houve avanço nas fases de execução, com a aplicação de questionários a 40 (quarenta) Municípios de Mato Grosso, a realização de Seminário de Urbanismo com pesquisadores ligados à UFMT, além de estudos e levantamentos de loteamentos irregulares em Cuiabá, Alta Floresta, Sorriso e Tangará da Serra.

■ Figura 64 - Gráfico da atuação judicial da PJEDAOU, no ano de 2019



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP

## 3.4.3 Iniciativas de Destaque

### 3.4.3.1 Participação em grupos de trabalho na área ambiental

Em 2019, destaca-se a participação da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, em diversas equipes de trabalho na área:

- Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA;
- Grupo de Trabalho do Programa de REDD REM/MT, o Fórum Mato-grossense de Combate aos Agrotóxicos;
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO;
- Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA;
- Fórum Estadual de Mudanças Climáticas – FEMC;
- Grupo Interinstitucional – GT Pantanal (MPF, MP/MT e MP/MS);
- Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental (REDEMPA), para o qual foi eleito Coordenador Executivo para o Biênio 2018/2019, o Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe.

Tal articulação possibilitou que fossem realizadas audiências públicas e reuniões interinstitucionais, envolvendo questões como o uso de agrotóxicos, defesa do pantanal, defesa da flora silvestre, coleta de provas relacionadas a danos ambientais, entre outros.

### 3.4.3.2 Congresso Internacional no México organizado pelo Procurador de Justiça titular da PJEDAOU

Atuando como um dos diretores da Redempa (Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental), o Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaoloppe participou da organização do *IV Congresso Internacional de Sostenibilidad Ambiental y*

*Territorial*, realizado de 18 a 20 de setembro, na Cidade do México, integrando o comitê científico do evento, que contou com palestrantes do Peru, Angola, Moçambique, México, Brasil, Costa Rica, Guatemala, Portugal, Espanha e Cuba.

■ Figura 65 - Congresso Internacional no México organizado pelo Procurador de Justiça titular da PJEDAOU



Mudanças legislativas para promover a proteção ambiental, avaliação de impacto ambiental e dano econômico ambiental, consumo x meio ambiente, gestão ambiental de terras rurais e mudanças climáticas, água x desenvolvimento, foram alguns dos temas abordados no congresso, em que participaram juristas, docentes, investigadores, engenheiros, geógrafos, arquitetos, economistas, sociólogos, comunicadores e a comunidade universitária como um todo.

### 3.4.3.3 Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas

Realizado em novembro, o Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas, promovido pela PJEDAOU, no Sesc Pantanal, em Poconé, reuniu a administração superior do MPMT, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), além de promotores de Justiça que atuam nas 13 (treze) unidades ministeriais de Bacia Hidrográfica e servidores do MPMT, com o objetivo de qualificar estes últimos, reunir pesquisadores do

estado para debater sobre a proteção das áreas úmidas, além de finalizar o Projeto Boticário/MPMT “Valoração de Áreas Úmidas”, iniciar o roteiro de três anos do Programa Global *REDD Early Movers* (REDD para Pioneiros – REM) e lançar o processo de implantação do Projeto “Promotorias de Justiça Bacias Hidrográficas-MPMT”.

■ Figura 66 - Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas



Para viabilizar a implementação das Promotorias de Justiça Especializadas de Bacia Hidrográfica (PJBH) e ampliar a atuação ministerial de combate ao desmatamento ilegal no Estado, a PJEDAOU apresentou o Programa REM-MT, em que se previu um cronograma para envio de recursos materiais e financeiros, como equipamentos, cursos, consultores e outros, às Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica, sendo que 5 (cinco) dessas receberam em 2019, outras 5 (cinco) receberão em 2020 e as demais em 2021. Assim, busca-se fortalecer as ações de combate ao desmatamento no Estado através do apoio às 13 PJBH's instaladas e de investimentos tecnológicos aprimorados para o monitoramento da cobertura florestal.

Ressalta-se que, no ano de 2019, o modelo de Promotoria de Justiça Especializada de Bacia Hidrográfica (PJBH) no âmbito do Ministério Público Estadual foi consolidado, tendo em vista a efetiva implantação das 13 PJBH's previstas em 2015 e instauradas paulatinamente desde então. A nova divisão administrativa facilita a fiscalização e defesa da gestão coerente dos recursos hídricos, que considere os impactos das atividades

humanas, a presença dos Comitês de Bacias Hidrográficas e o instituto da outorga onerosa do direito de uso de recursos hídricos, assegurando o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso aos recursos hídricos.

A PJBH dá agilidade às ações que têm como objeto fatos e direitos que ultrapassam as fronteiras formais atuais, como o combate ao desmatamento florestal e a fiscalização integrada de projetos de exploração hídrica e mineral.

#### **3.4.3.4 MPMT reúne instituições para debater desafios na produção de provas na área ambiental**

Por iniciativa da PJEDAOU, em junho de 2019, discutiram-se os desafios para a produção de provas na área ambiental, em reunião de trabalho interinstitucional, da qual participaram promotores de Justiça do MPMT e representantes de outros órgãos que atuam na coleta e apreciação de provas relacionadas a danos ambientais: Ministério Público Federal (MPF), da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA), da Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA), do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (PBMPA), do Corpo de Bombeiros Militar e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT –VEMA/JUVAM).

Na reunião, foram realizadas oficinas sobre meio ambiente urbano e meio ambiente natural com os promotores de Justiça e assessores para troca de experiências, levantamento de dificuldades e construção de protocolos para a atuação do Ministério Público, além de se identificar os pontos de convergência, com as demais instituições, na atuação da defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, em relação a desmatamento/queimadas, campos de aplicação e empreendimentos de mineração, madeira e poluição de recursos hídricos. Houve, ainda, debates sobre o meio ambiente urbano,

seus campos de aplicação, parcelamento ilegal do solo, degradação de APPs urbanas e classificação do tipo de vegetação, manejo de resíduos sólidos, lixões e contaminação do solo, e poluição sonora.

### **3.4.3.5 Inpe oferece ferramenta que auxiliará o Ministério Público na defesa do meio ambiente natural**

Resultado de termo de cooperação firmado entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o MPMT, em 2019, foram realizados os ajustes para que, a partir de janeiro/2020, esteja disponível, para o MPMT, ferramenta desenvolvida pelo Inpe, que possibilitará, a partir da interseção de dados geoespaciais de áreas desmatadas e queimadas com áreas lançadas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a identificação de áreas degradadas.

Conforme o Promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de apoio à execução ambiental – CAEX – Meio Ambiente, o cruzamento dos dados é uma iniciativa inédita no país, que visa sobrepor imagens obtidas via satélite - por sistemas como Prodes, Deter e Queimadas, já em operação pelo Inpe - com imagens do CAR, para auxiliar na identificação dos proprietários de áreas queimadas e desmatadas. Com esse trabalho e com o acesso direto ao banco de dados do instituto, possíveis causadores de danos ao meio ambiente natural serão facilmente identificados. A partir daí, o MPMT poderá propor com mais efetividade um acordo para cessar a destruição ou mesmo acioná-los judicialmente.

■ Figura 67 - Apresentação de ferramenta que auxiliará o Ministério Público na defesa do meio ambiente natural oferecida pelo INPE



### 3.4.3.6 Estação hidrometeorológica do Rio Preto viabilizada por recursos de TAC

A destinação de cerca de R\$ 300 mil por meio de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo MPMT, viabilizou a instalação da estação hidrometeorológica do Rio Preto, no município de Sinop, da qual são transmitidos a cada 10 minutos, via rádio, para um sistema *online*, informações sobre o nível da água, turbidez, temperatura, PH e oxigênio, inicialmente, dos rios Preto, Rosana, Caiabi, Nandico, Celeste e Lira, além de alguns córregos na região de Sorriso.

Com as informações transmitidas pela estação, será possível identificar a quantidade de água que pode ser utilizada para captação e diluição de efluentes, bem como obter estudos que subsidiarão o enfrentamento de uma eventual crise hídrica e a adoção de políticas para o abastecimento público e para o desenvolvimento urbano.

### 3.4.3.7 Projeto “Olhos da Mata” vencedor do prêmio Innovare

O projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real” venceu a 16ª edição do prêmio *Innovare*, com o qual busca-se aprimorar o trabalho da Justiça no país, tornando-a mais rápida, eficiente e acessível a toda a população,

sendo a primeira vez que uma iniciativa mato-grossense é premiada na categoria Ministério Público. O prêmio foi recebido pelo Promotor de Justiça Claudio Angelo Correa Gonzaga e pelo Analista Engenheiro Florestal José Guilherme Roquette, autores do projeto.

■ Figura 68 - Premiação do Projeto “Olhos da Mata”



Com o objetivo de reduzir o tempo de reação do Estado diante de indícios de ilícito ambiental, o Olhos da Mata se baseia em procedimento operacional que combina tecnologias de sensoriamento remoto com dados públicos, visando coibir o desmatamento ilegal. Com a iniciativa, espera-se contribuir, ainda, para o controle do aquecimento global, já que o desmatamento ilegal e as queimadas são as principais fontes brasileiras para o seu agravamento.

Os procedimentos consistem no recebimento de alertas como o GLAD (perda de cobertura arbórea) e o VIIRS (focos de calor), na plataforma *Global Forest Watch*, em tempo próximo ao real em que ocorrem as infrações, a partir de desmatamentos de 0,09 hectares. A informação de alerta é então cruzada com a base do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que possibilita a identificação do proprietário do imóvel e, a partir do sistema Infoseg, a obtenção dos dados de endereço e telefone, de modo que o autor do fato seja notificado assim que iniciar o desmatamento ilegal.

A partir desses procedimentos, realizou-se, por exemplo, uma operação no Município de Itiquira, que resultou na apreensão de

três tratores esteiras e um correntão de aproximadamente 40 metros, bem como na prisão em flagrante de uma pessoa. No momento em que os responsáveis pela fazenda realizaram a supressão de cobertura florestal, foram disparados dois alertas GLAD ao MPMT, que agiu para coibi-la logo no início, com apoio da Polícia Militar Ambiental. Constatou-se, então, a derrubada de vegetação nativa de Cerrado, inclusive de Área de Preservação Permanente, encontrando-se derrubadas espécies como aroeira, angico e pequi, com as folhas ainda verdes, o que demonstra que a atividade ilícita havia se iniciado há pouco tempo.

### 3.4.3.8 Projeto “Água para o Futuro” é reconhecido e divulgado no Brasil e exterior

O “Água para o Futuro” é um Projeto do MPMT que busca, prioritariamente, garantir a segurança hídrica e o abastecimento de água potável por meio da identificação, preservação e recuperação das nascentes. Atualmente, o projeto atualmente é executado em Cuiabá e Jaciara (a 144km da capital), em conjunto com o Instituto Ação Verde e a Universidade Federal de Mato Grosso, com apoio de entidades públicas e privadas. Segundo o promotor de Justiça coordenador do projeto, Gerson Barbosa, em breve, será desenvolvido também em Chapada dos Guimarães e Nobres.

■ Figura 69 - Registro atuação da equipe do Projeto “Água para o Futuro”



Em 2019 foram confirmadas e caracterizadas na Capital 215 nascentes. Existem ainda mais 300 possíveis nascentes a confirmar. Das 215, 78% estão degradadas. Em Jaciara foram

identificadas 43 nascentes, em apenas um mês.

Após verificar in loco os procedimentos metodológicos utilizados pelo projeto Água para o Futuro para a preservação das nascentes, em junho de 2019, o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Luciano Nunes Maia avaliou a iniciativa como “um projeto revolucionário bastante relevante para o Ministério Público e a tutela do meio ambiente saudável”.

Durante o ano de 2019, foram realizadas diversas capacitações presencialmente e por videoconferência, aos Ministérios Públicos de diversos estados, como Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, que implantaram o aplicativo do projeto, disponibilizado aos órgãos ministeriais das demais unidades federativas por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o CNMP.

O projeto também foi apresentado à diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Inger Andersen, em Nairóbi, no Quênia, pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, com a ideia de levar o aplicativo, que consolida o mapeamento e a proteção de nascentes, para outros países.

Já no Dia Mundial do Meio Ambiente – 5 de Junho, o projeto Água para o Futuro foi apresentado como um “**case**” de sucesso relacionado ao olhar mais sustentável na gestão do meio ambiente.

■ Figura 70 - Apresentação do Projeto “Água para o Futuro” à diretora do Pnuma em Nairóbi



### 3.4.3.9 Audiência pública para debater a situação do Centro Histórico de Cuiabá

Promovida pela 29ª Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, em setembro, no auditório da sede da Promotorias de Justiça da Capital, a audiência pública teve por objetivo discutir com o poder público, a sociedade e demais interessados, possibilidades para reverter a situação de abandono do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que formam o Centro Histórico de Cuiabá, bem como de tornar a região sustentável, atrativa e integrada à dinâmica da cidade.

Em levantamento das construções existentes na região solicitado pelo MPMT ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), identificaram-se 98 (noventa e oito) imóveis abandonados, em relatório parcial, sendo 43 (quarenta e três) com risco de desabamento. A partir desses dados, convocou-se a audiência pública, para que a discussão abrangesse a atuação planejada de todas as pessoas envolvidas, com propostas para curto, médio e longo prazo.

■ Figura 71 - Audiência pública para debater a situação do Centro Histórico de Cuiabá



Durante a reunião, concluiu-se que a gestão compartilhada entre os entes será essencial para recuperação do espaço, de modo que o Centro Histórico volte a se integrar à cidade e seja usufruído por toda a sociedade.

## 3.5 Proibição Administrativa e Patrimônio Público

O exercício da função pública é regido por normas legais que garantem o uso do patrimônio e dos recursos públicos em proveito da sociedade e não para o atendimento de interesses pessoais de servidores e administradores. Cabe ao Ministério Público fiscalizar a administração dos órgãos públicos e o desempenho funcional de servidores, bem como as relações entre a iniciativa privada e o poder público.

Faz parte dessa atuação a fiscalização de licitações, para a contratação de produtos e serviços, e de concursos e processos seletivos, para o quadro funcional.

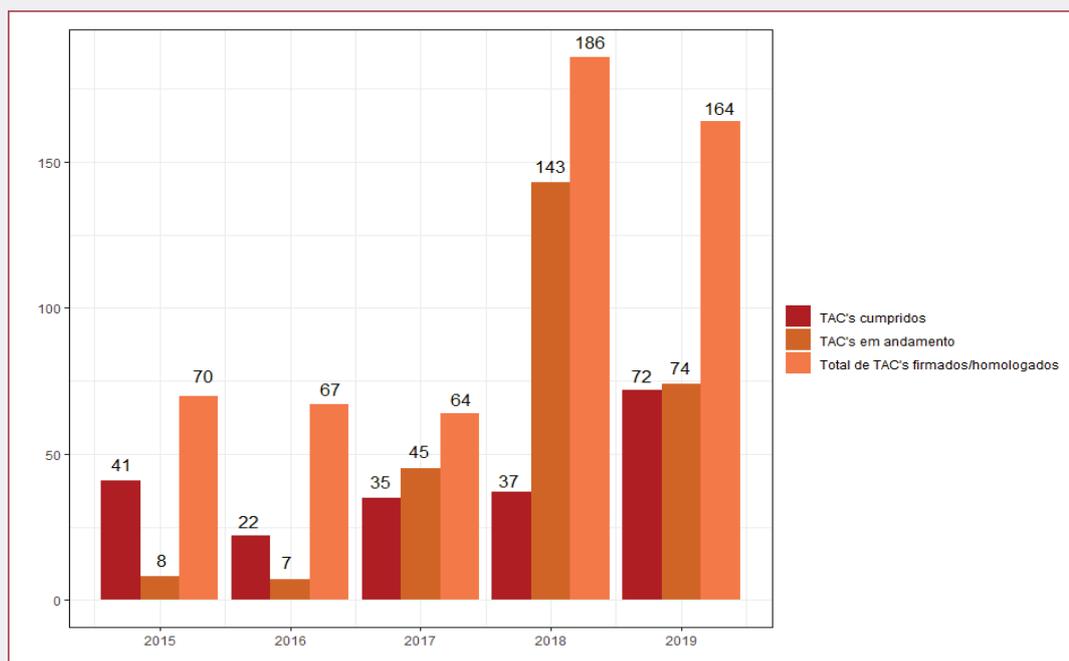
Além de combater a corrupção - que é um crime - o objetivo do Ministério Público é impedir que a gestão pública seja ineficiente, porque o mau uso dos recursos públicos gera o desperdício e prejudica o atendimento ao cidadão.

### 3.5.1 Atividades das Promotorias de Justiça na área de Defesa da Proibição Administrativa e do Patrimônio Público

Com o objetivo de obter dados consistentes e também de dar maior transparência aos procedimentos extrajudiciais instaurados em todo o Estado, desde a publicação da Resolução nº 17/2010-CSMP, em 02 de março de 2010, que alterou parte do inciso VI, do art. 6º da Resolução nº 010/2007 – CSMP, a PJEDPAPP passou a acompanhar as Portarias de instauração de procedimentos preparatórios e inquéritos civis e publicá-las em seu portal, sendo que, em 2019, totalizaram 1241 (mil duzentas e quarenta e uma).

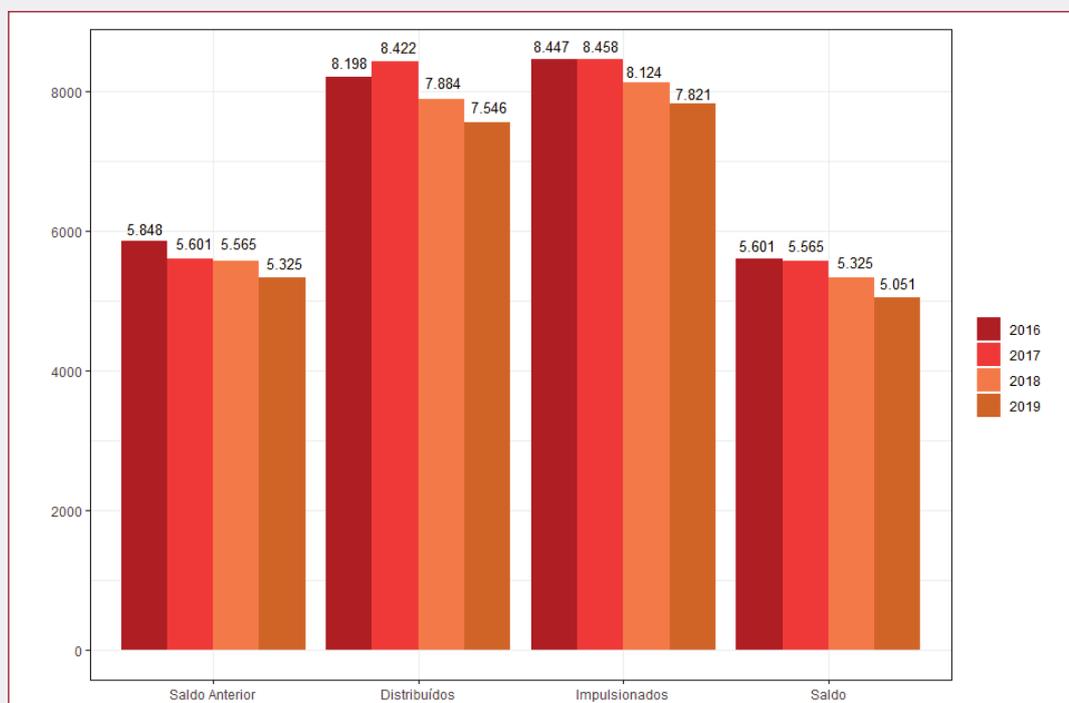
Os dados referentes às atividades realizadas pelas Promotorias de Justiça que atuam na área estão compilados nos gráficos e tabelas a seguir.

■ Figura 72 - Termos de Ajustamento de Conduta nas Promotorias de Justiça do MPMT de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, no período de 2015 a 2019



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP

■ Figura 73 - Gráfico da movimentação extrajudicial na área de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, pelas Promotorias de Justiça do MPMT de 2016 a 2019



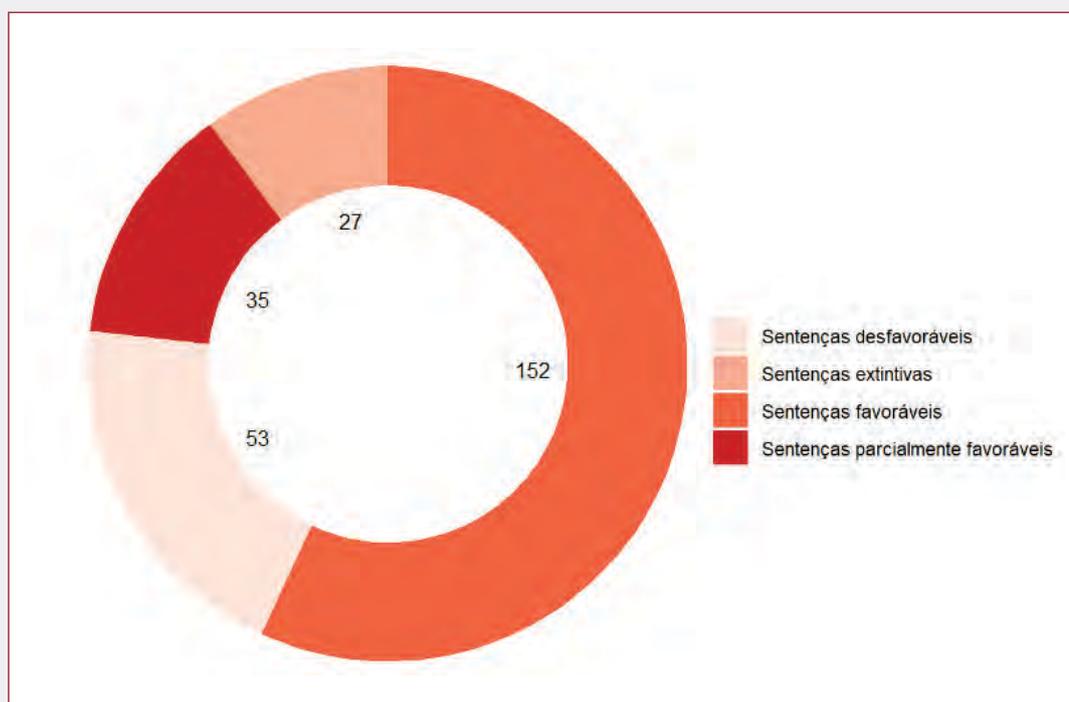
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

• Tabela 31 - Desempenho funcional, em 2019, dos órgãos de execução em 1ª instância, na área de defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

Natureza	Comarca	Total
Notícias de fato	Todas	1.057
Notícias de fato	Capital	154
ACP's ajuizadas	Todas	8
ACP's ajuizadas	Capital	1
ACP's sentenciadas	Todas	267
Sentenças favoráveis	Todas	152
Sentenças desfavoráveis	Todas	53
Sentenças parcialmente favoráveis	Todas	35
Sentenças extintivas	Todas	27

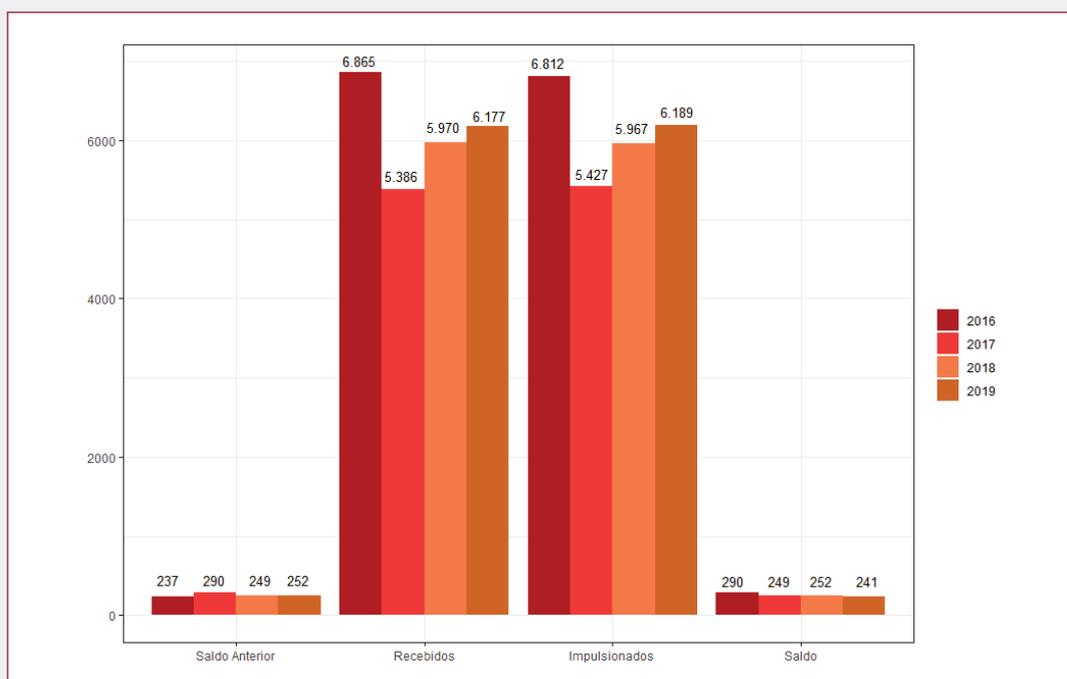
Fonte: PJEDPAPP

■ Figura 74 - Gráfico das Sentenças proferidas em todas comarcas de Mato Grosso, na área de Defesa do Patrimônio Público, em 2019



Fonte: PJEDPAPP

■ Figura 75 - Gráfico da movimentação judicial na área de Defesa do Patrimônio Público nas Promotorias de Justiça do MPMT no período de 2016 a 2019



Fonte: Sistema de Análise Estratégica

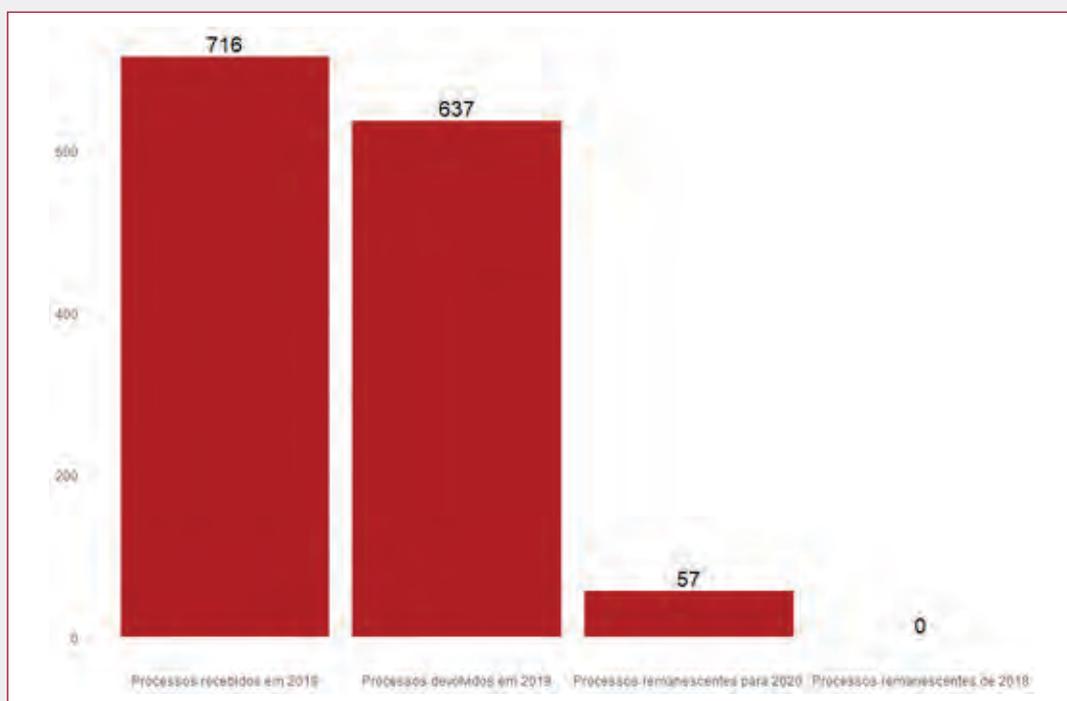
### 3.5.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

Desde a instalação da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público (PJEDPAPP), persegue-se a melhor forma de exercer as atribuições instituídas pela Resolução nº. 132/2017, a fim de contribuir de modo eficaz e efetivo como órgão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

As ações executadas pela PJEDPAPP permitiram melhorar a eficácia das atividades ministeriais, como o curso promovido em 2019, visando o aperfeiçoamento dos Promotores de Justiça e servidores da instituição, com o auxílio de especialistas com vasta experiência profissional na área, proporcionando uma atuação extrajudicial que resulta em fiscalização mais eficiente do patrimônio público e na responsabilização daqueles que não geriram com acuidade necessária a *res publica*, além de maior sucesso nas ações judiciais em que se busca o ressarcimento ao erário e a condenação dos agentes públicos ímprobos.

Também, acompanharam-se as medidas, afetas à área da Defesa do Patrimônio Público e combate à improbidade administrativa, adotadas pelas Promotorias de Justiça do MPMT, tais como: Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios instaurados no âmbito das Promotorias de todo o Estado; fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta homologados pelo Conselho Superior do Ministério Público e, ainda, a operacionalização do Convênio firmado entre o MPMT e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, visando facilitar uma atuação integrada, mediante a manutenção de um canal aberto e permanente de comunicação e troca de informações, no sentido de proteção da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público.

■ Figura 76 - Gráfico da movimentação processual da PJEDPAPP em 2019



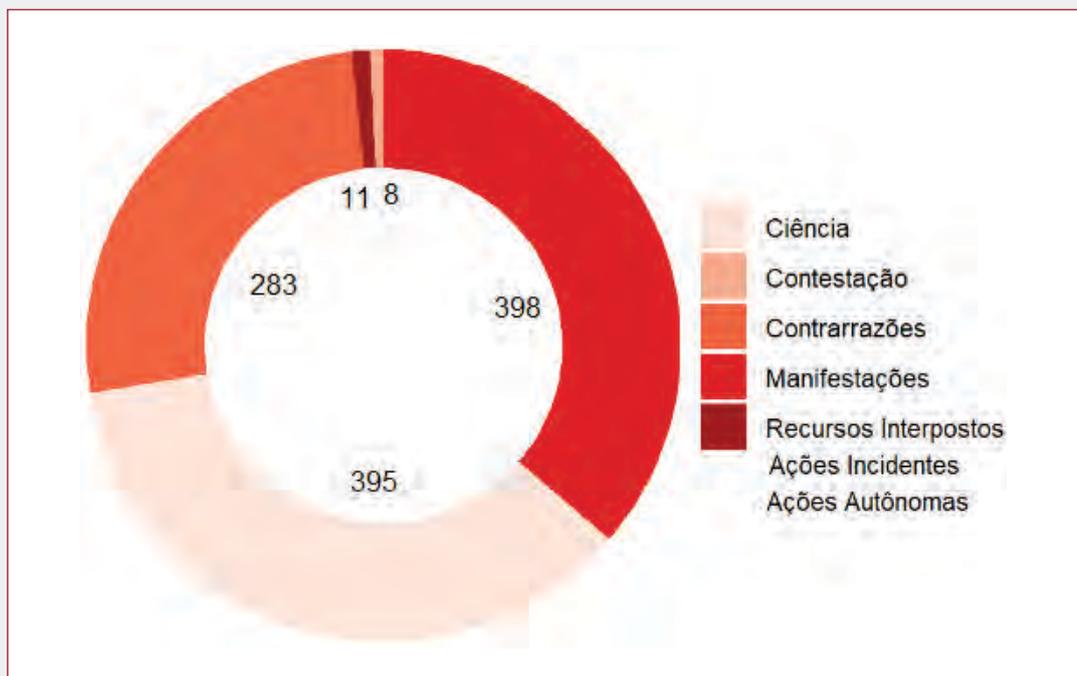
Fonte: PJEDPAPP

■ Figura 77 - Gráfico das principais atividades processuais da PJEDPAPP em 2019



Fonte: PJEDPAPP

■ Figura 78 - Gráfico demonstrativo do volume de parece



Fonte: PJEDPAPP

• Tabela 32 - Quantidade de Pareceres da PJEDPAPP em Recursos/Ações, em 2019

Pareceres em Recursos/Ações	
Tipo de recurso	Quantidade
Ação Rescisória	5
Agravo	149
Apelação	191
Apelação e Apelação com Reexame Necessário	202
Cautelar Inominada	0
Embargos Infringentes	0
Exceção de Suspeição	1
Mandado de Segurança	0
Reexame Necessário de Sentença	23
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	3

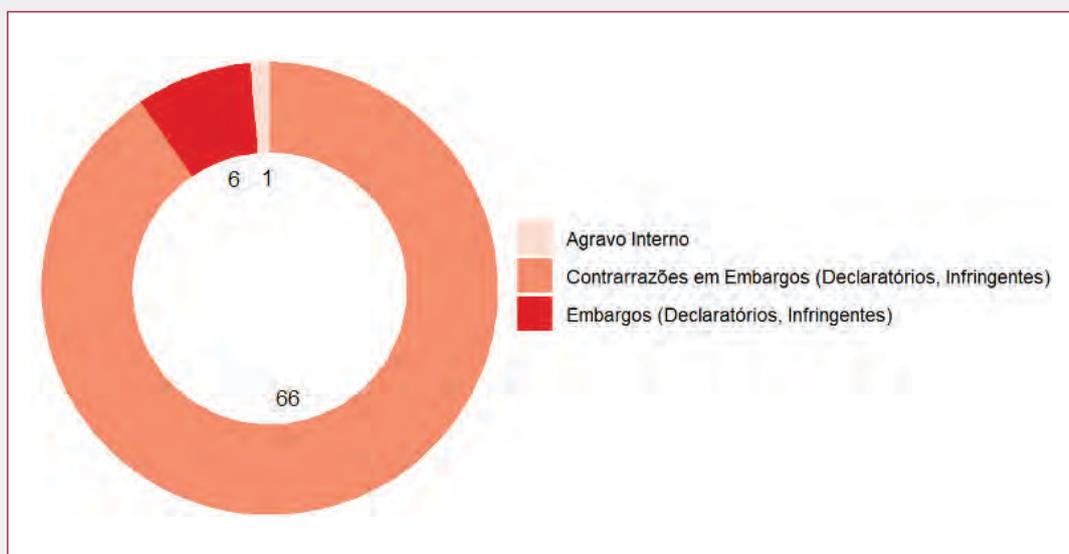
Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP

• Tabela 33 - Recursos, Ações Incidentes ou Ações Autônomas interpostas pela PJEDPAPP, em 2019

Recursos Interpostos / Ações Incidentes / Ações Autônomas	
Tipo de recurso	Quantidade
Agravo Interno	1
Contrarrazões em Embargos (Declaratórios, Infringentes)	66
Embargos (Declaratórios, Infringentes)	6

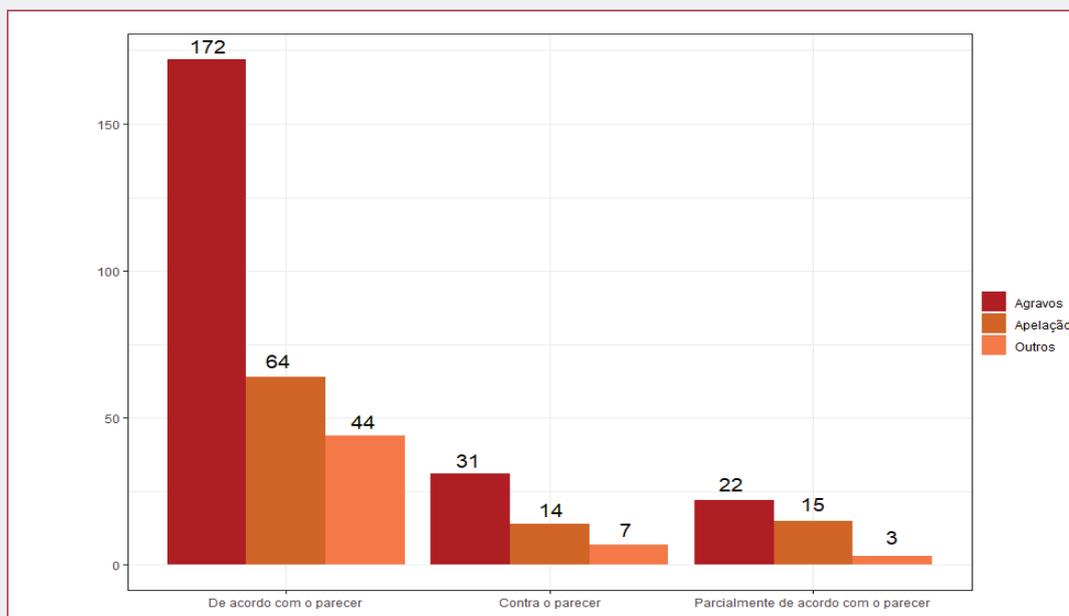
Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP

■ Figura 79 – Gráfico demonstrativo do volume de Recursos, Ações Incidentes ou Ações Autônomas interpostas da PJE DPAPP



Fonte: PJEDPAPP

■ Figura 80 - Gráfico demonstrativo dos resultados obtidos em 2ª grau pela PJEDPAPP



Fonte: PJEDPAPP

Conforme gráfico acima, em 2019, aproximadamente 86% dos Recursos foram julgados “de acordo” ou “parcialmente de acordo” com o parecer do MPMT.

• Tabela 34 - Demonstrativo da evolução dos resultados obtidos pela Procuradoria Especializada PJEDPAPP, em 2ª grau, no período de 2017 a 2019

Resultados obtidos em 2º grau, em 2017-2019									
Ano	2017			2018			2019		
Resultado/ Natureza	Apelação	Agravos	Outros	Apelação	Agravos	Outros	Apelação	Agravos	Outros
De acordo com o parecer	35	21	5	46	18	62	64	172	44
Contra o parecer	14	4	2	32	5	16	14	31	7
Parcialmente de acordo com o parecer	4	2	0	16	3	14	15	22	3
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>27</b>	<b>07</b>	<b>94</b>	<b>26</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>225</b>	<b>54</b>

Fonte: Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e Patrimônio Público

### 3.5.3 Iniciativas de Destaque

#### 3.5.3.1 Programa de capacitação e aperfeiçoamento

• Tabela 35 - Eventos x Objetivos da PJE DPAPP

Eventos x Objetivos da PJE DPAPP		
N.º	Evento	Objetivo
01	<p>“Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa”</p> <p>Local: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça</p> <p>Datas: 25 e 26 de abril de 2019.</p> <p>Carga horária: 16 (dezesseis) horas</p>	<p>Capacitar os membros e servidores do Ministério Público sobre novas técnicas de investigação no combate à Improbidade Administrativa, de modo a melhorar os resultados devolvidos à sociedade e aos entes públicos</p>
02	<p>Curso de Pós-Graduação em Compliance e Direito Anticorrupção</p> <p>Curso online realizado pelo CERS Corporativo.</p> <p>Carga horária: 360 horas a ser cumprida em 18 (dezoito) meses.</p>	<p>Aprofundar os conhecimentos sobre compliance a partir das diversas concepções, reconhecendo suas implicações teóricas e metodológicas para a atuação do membro do Ministério Público</p> <p>Oferecido a 12 (doze) Promotores de Justiça que se habilitaram ao Curso de Pós-Graduação.</p>

### 3.5.3.2 MPMT destina R\$ 4,45 milhões para reforma e aquisição de UTIs aéreas

A partir da atuação de maneira a recuperar ativos do Estado que foram desviados de forma ilícita e garantir sua aplicação a serviço da sociedade, destinou-se o recurso de R\$ 4,45 milhões, proveniente de TAC firmado pelo MPMT a título de danos morais coletivos, para reforma de uma aeronave e instalação de equipamentos de UTI aérea, e para a aquisição de uma UTI aérea importada dos EUA já equipada.

Estima-se que o Estado de Mato Grosso gaste de R\$ 1,5 a R\$ 2 milhões por mês para a contratação de serviços desse tipo, e a expectativa é de que esse custo de terceirização seja reduzido em 30% com as aeronaves, sendo que a Unidade importada foi entregue ainda em setembro e a reformada em dezembro.

■ Figura 81 - Ato de destinação de verbas para reforma e aquisição de UTIs aéreas



O documento foi oficialmente entregue ao governador Mauro Mendes pelo procurador-geral de Justiça José Antônio Borges Pereira e pelo promotor de Justiça Mauro Zaque de Jesus em solenidade realizada no hangar do Centro Integrado de Operações Aéreas de Mato Grosso (Ciopaer-MT), em Várzea Grande.

### **3.5.3.3 TJ julga procedente ADI e declara inconstitucional Lei que modifica regra de licitações**

Provocado pelo MPMT, que, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, à época, Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso declarou inconstitucional a integralidade de Lei Municipal 567/2015, do município de Reserva do Cabaçal, que tinha modificado regra constitucional, corrigindo monetariamente os valores previstos para licitações. No entendimento dos desembargadores, os municípios não têm competência para modificar tal regra constitucional, configurando, assim, legislação sobre a norma geral de licitações.

Essa não foi a primeira vez que se analisou o tema no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pois já houve ações contra leis dos Municípios de Campo Verde, Água Boa, São Félix do Araguaia, Comodoro, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Santa Rita do Trivelato, Indiavaí, Castanheira, Pontes e Lacerda, Peixoto de Azevedo, Juara, Várzea Grande e Diamantino, sendo todas foram consideradas improcedentes, por conta da competência privativa da União para legislar sobre o tema.

### **3.5.3.4 Seminário “Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa”**

Realizado em abril, pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), o seminário reuniu procuradores de Justiça, promotores e servidores que atuam na área, para debater situações práticas e apresentar ferramentas de combate à improbidade administrativa, de modo a recuperar o patrimônio desviado e/ou prevenir sua ocorrência. O seminário consistiu na apresentação, por promotores de Justiça de Mato Grosso com ampla experiência investigatória, de painéis sobre combate à corrupção, técnicas de investigação e atividades

de inteligência, que subsidiaram os debates.

Durante o evento, também foi ressaltada a criação do Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI), unidade de inteligência que auxilia os membros, por meio do processamento e cruzamento de dados úteis aos termos de ajustamento de condutas, acordos de leniência e às próprias ações de improbidade.

■ Figura 82 - Seminário “Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa”



### **3.5.3.5 Reafirmada parceria entre MPMT e Audicom-MT para intercâmbio institucional de informações**

A Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso reafirmou parceria com a Associação dos Auditores e Controladores Internos dos Municípios do Estado (Audicom-MT), para intercâmbio institucional de informações financeiras, contábeis e patrimoniais, no sentido de auxiliar os membros do Ministério Público na fiscalização da legalidade dos atos do poder público nos municípios, em reunião realizada entre o Procurador-Geral de Justiça José Antonio Borges e o Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional Deosdete Cruz Junior, com o representante da Associação, o controlador interno do Município de Rondonópolis Ângelo Silva de Oliveira, bem como os auditores dos Municípios de Santo Antônio do Leverger, de Gaúcha do Norte e de Cuiabá.

Na oportunidade, o Procurador-Geral de Justiça recebeu proposta de assinatura de um Termo de Cooperação, semelhante ao projeto Unindo Forças, do MP de Santa Catarina, e considerou a boa prática viável para implantação no MT, de modo a fortalecer as unidades de controle interno dos municípios, o impulsionar a atuação administrativa na prevenção e repressão ao ilícito e contribuir para aprimorar o combate à corrupção e à improbidade administrativa com a consolidação dos fluxos de informação entre as instituições.

■ Figura 83 - Reunião de reafirmação de parceria entre MPMT e Audicom-MT para intercâmbio institucional de informações



### 3.5.3.6 Homologado TAC destinando quase R\$ 100 mil para compra de câmeras em Vera

Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), após o ingresso de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, pela Promotoria de Justiça de Vera, que possibilitou a recuperação de R\$ 163.357,769. Desse montante, R\$ 98.598,99, a título de dano moral coletivo e multa civil, foram destinados ao projeto de monitoramento dos espaços públicos, para a aquisição de câmeras de segurança, e R\$ 64.758,70 devolvidos aos cofres do município, como forma de ressarcimento do dano.

# ÓRGÃOS AUXILIARES



04

# 4 ÓRGÃOS AUXILIARES

## 4.1 Centros de Apoio Operacional – CAO

**Coordenador-Geral:** José Mariano de Almeida Neto, Promotor de Justiça

Os Centros de Apoio Operacional auxiliam Procuradores e Promotores de Justiça nas suas atividades funcionais, ao lhes fornecer informações técnico-jurídicas atualizadas (efetuando pesquisas, estudos, visitas e análises técnicas), propor a celebração de convênios e termos de cooperação técnica pela Instituição e organizar, em parceria com o CEAJ e Procuradorias Especializadas, capacitações e encontros. Somase, ainda, o auxílio na formulação, revisão e execução do Planejamento Estratégico do Ministério Público.

A partir do Ato Administrativo n.º 776/2019-PGJ, o setor, que antes correspondia a um único Centro de Apoio Operacional, coordenado por membro que assumia esta função cumulativamente às suas atribuições na Promotoria de Justiça de titularidade, passou a agrupar 14 Centros de Apoio Operacional, coordenados da seguinte maneira: 01 Promotor de Justiça para cada Centro de Apoio Operacional, sendo 02 deles de apoio à Execução e 12 temáticos (tabela 36); 01 Promotor de Justiça Coordenador-Geral, que atua exclusivamente no órgão auxiliar.

• Tabela 36 - Promotores de Justiça coordenadores dos Centros de Apoio Técnico temáticos, em 2019

CAO	COORDENADOR(A)
Cível	Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Criminal e Execução Penal	Josane Fátima de Carvalho Guariente
Defesa da Cidadania	Alexandre de Matos Guedes
Defesa do Consumidor	Paulo Henrique Amaral Motta
Educação	Miguel Shhessarenko Júnior
Eleitoral	Marcelo Lucindo Araújo
Estudos de Violência Doméstica	Laís Glauce Antonio dos Santos
Infância e Juventude	Márcio Florestan Berestinas
Júri	Vinícius Gahyva Martins
Meio Ambiente Natural	Maria Fernanda Corrêa da Costa
Meio Ambiente Urbano	Carlos Eduardo Silva
Patrimônio Público	Marcos Brant Gambier Costa

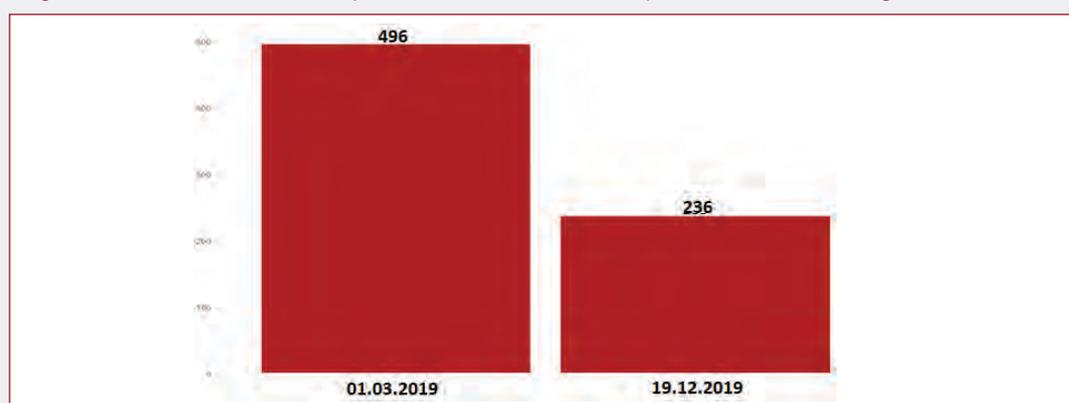
A atuação dos Centros de Apoio, antes eminentemente pericial, passou a focar, também, por meio dos 12 Centros de Apoio Temáticos, o auxílio à atividade fim em procedimentos investigatórios, na preparação de ações e em estratégias de atuação, fornecendo aos membros informações técnico-jurídicas atualizadas no Portal dos Centros de Apoio e no Banco de Peças (disponíveis *online*) com novidades legislativas, jurisprudenciais, roteiros de atuação e boas práticas desenvolvidas pelos membros, efetuando pesquisas e estudos, expedindo boletins informativos e notas técnicas e realizando cursos.

Com um Promotor de Justiça dedicado exclusivamente à Coordenação-Geral do setor, foi possível propor, ao Procurador-Geral de Justiça e sua equipe, medidas para atender às necessidades dos Centros de Apoio. Dentre elas, logrou-se o incremento no número de profissionais, a realização de capacitações, a introdução de novas rotinas de trabalho, com fluxos previstos na Instrução Normativa nº. 01/2019, e a regular definição de atribuições, responsabilidades, controle e resultados.

Junto ao Departamento de Tecnologia da Informação, foi possível obter alterações significativas e inéditas no sistema eletrônico utilizado pelos peritos – Sistema de Apoio Técnico (SAT), como a correção de *bugs* e a criação de campos para inserção de prazos para o atendimento das solicitações de vistorias e análises técnicas e mecanismos para o controle destes.

Esse novo modelo de gestão dos trabalhos periciais, resultou, por exemplo, em maior produtividade do corpo técnico, reduzindo a demanda reprimida em mais de 50%, conforme demonstrado no gráfico da figura 85.

■ Figura 84 - Gráfico com estoque de análises técnicas após o início da nova gestão dos CAO's



Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

• Tabela 37 - Estrutura e áreas de atuação dos Centros de Apoio Operacional, em 2019

Área		Seção de Análise Contábil	Seção de Análise em Engenharia e Arquitetura	Seção de Análise Ambiental	Assessoria Multi-disciplinar
<b>Quadro Funcional</b>	Técnico Administrativo	1	-	-	-
	Analista	3 (contadores)	3 (eng. civis)	2 (eng. florestal e eng. sanitarista)	5 (jurídico e assistentes sociais)
	Oficial de Gabinete	-	-	-	4
	Assistente Ministerial	4 (contadores)	3 (arquiteto e eng. eletricitista)	6 (geógrafo, biólogo, geólogo, eng. florestal e eng. sanitarista)	3 (direito)
	Auxiliar Ministerial	-	-	-	8 (direito)
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>20</b>
<b>Atuação</b>		Perícia contábil, cálculos judiciais e extrajudiciais, auditoria e contabilidade de Fundações e Terceiro Setor	Perícias, vistorias, relatórios e pareceres técnicos concernentes à Engenharia civil, elétrica e arquitetura	Perícias, vistorias, relatórios e pareceres técnicos envolvendo o meio ambiente natural e urbano, projetos ambientais no MPMT, audiências públicas e reuniões de cunho técnico	Núcleo de Serviço Social e Centros de Apoio Temáticos

Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

Somam-se às iniciativas que contribuiriam para redução do prazo de atendimento das demandas, a celebração de Termos de Cooperação técnica com a Politec-SESP/MT, visando otimizar a realização de vistorias e análises técnicas, além de atender às demandas que envolvam profissionais que não constam dos quadros do MPMT e de outras instituições conveniadas; e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, cujo objetivo é viabilizar o intercâmbio de informações e serviços técnicos.

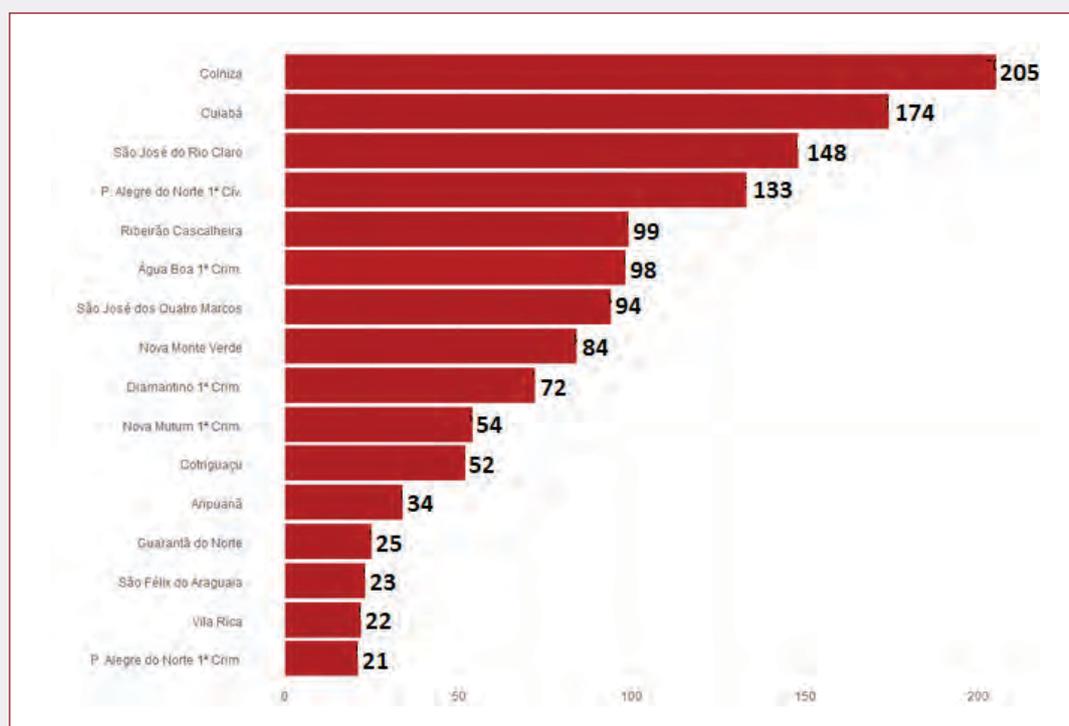
Propuseram-se, também, a celebração de Termos de Cooperação com a UFMT, UNEMAT e IFMT, para o fim de se remunerar, através de horas-

aula, os profissionais dessas entidades que participarem de perícias; e a implementação do Banco de Peritos, a serem contratados para vistoria ou análise técnica, o qual está sendo regulamentado no ano de 2020.

### 4.1.1 Produtividade dos Centros de Apoio Técnico à Execução

No período de 01.01 a 30.05.2019, esteve disponível uma seção para assessoramento jurídico remoto (figura 86), extinta por meio do Ato Administrativo n.º 811/2019-PGJ, após a readequação do quadro de cargos de assessoramento, em que foi criada a função de “Auxiliar Ministerial”, para atender, principalmente, as Promotorias de Justiça de entrância inicial.

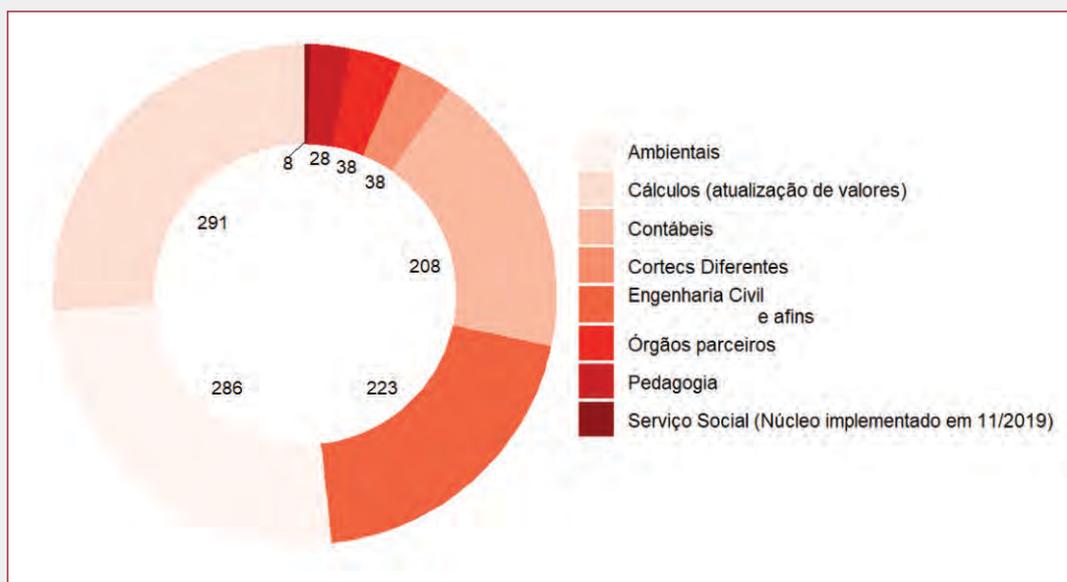
■ Figura 85 - Gráfico com atendimentos de assessoramento remoto realizados em 2019, pelo CAO/MPMT, por comarca



Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

As manifestações técnicas realizadas pelos peritos das Seções Contábil, Ambiental, de Engenharia, do Núcleo de Serviço Social e pelos órgãos parceiros, estão contabilizadas no gráfico da figura 87, em que se evidenciou maior número das que se referem a cálculos para atualização de valores, seguidas das ambientais e das de engenharia.

■ Figura 86 - Gráfico com as manifestações técnicas emitidas em 2019, por área

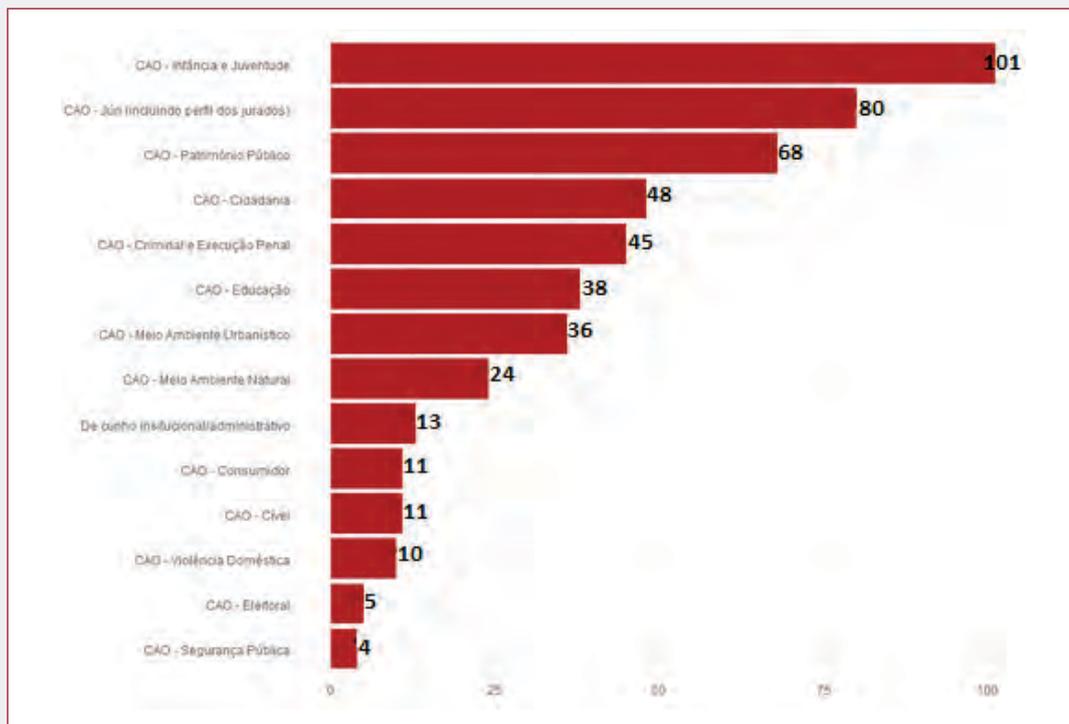


Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

## 4.1.2 Produtividade dos Centros de Apoio Técnico Temáticos

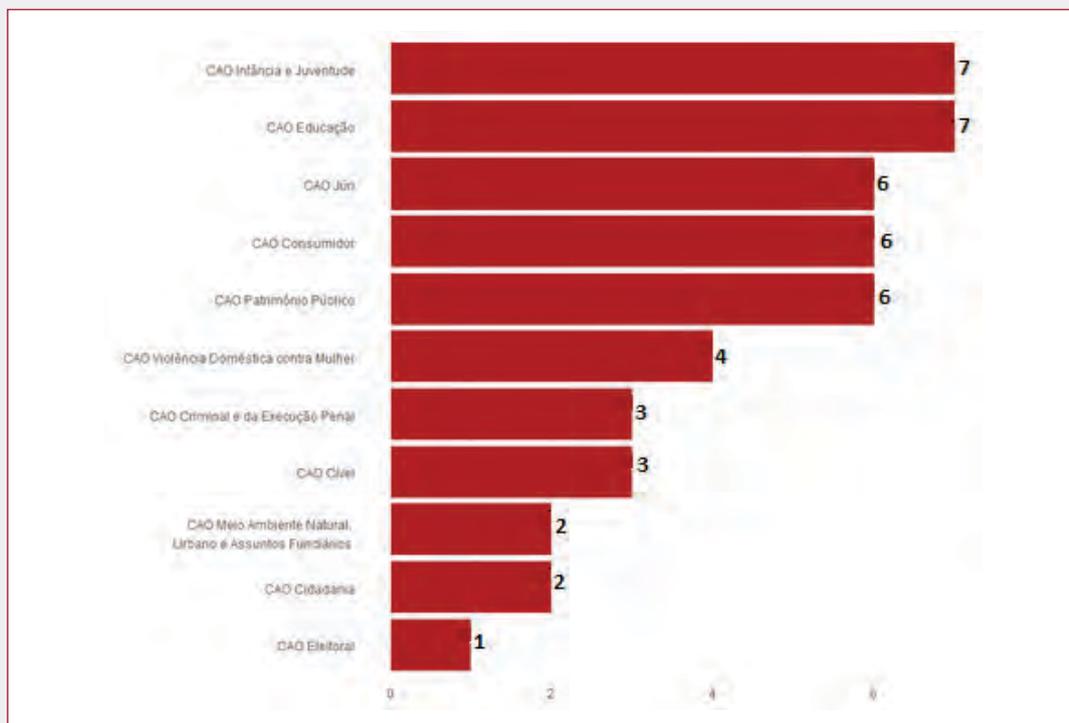
Dentre as atividades realizadas pelos Centros de Apoio Técnico Temáticos, estão as pesquisas e consultas jurídicas, feitas a partir de demanda dos órgãos de execução (figura 88), e a expedição de Boletins Informativos, Notas Técnicas e Orientativas (inclusive disponibilizando modelos de Recomendações, Portarias e outras peças), os quais, desde maio de 2019, são enviados por e-mail a todos os membros e servidores do MPMT e disponibilizados no “Banco de Peças” e no “Portal dos Centros de Apoio Operacional”. Cada área definiu a periodicidade e forma de gestão de conteúdo, cuja produtividade está demonstrada no gráfico da figura 89.

■ Figura 87 - Gráfico com as pesquisas e consultas jurídicas realizadas em 2019



Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

■ Figura 88 - Gráfico com os boletins Informativos expedidos pelos CAOs, de maio a dezembro/2019



Fonte: Centros de Apoio Operacional do MPMT

## 4.1.3 Iniciativas de Destaque

### 4.1.3.1 Programa de localização e identificação de desaparecidos

Instituído pelo Ato Administrativo n.º 828/2019-PGJ, em adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, o PLID/MPMT é vinculado aos Centros de Apoio Operacional e tem por objetivo contribuir para a localização e identificação de pessoas desaparecidas, vítimas de crimes ou não, por meio da coleta de informações, registro em banco de dados e promoção de ações integradas que fomentem melhores resultados nesse processo.

■ Figura 89 - Logo do programa de localização e identificação de desaparecidos



### 4.1.3.2 Convênio com o IFMT para laudos e perícias técnicas

Firmado em dezembro/2019, é a primeira vez que o MPMT e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) estabelecem parceria dessa natureza, visando a produção de laudos e perícias técnicas para o órgão ministerial.

O convênio abrange todos os campi, uma vez que, cada *campus* abriga profissionais expertos em uma área, requerida conforme a necessidade do MPMT. Dessa forma, além do atendimento às demandas de pareceres e relatórios técnicos do MPMT, fomenta-se a produção e o intercâmbio de conhecimento técnico-científico

e torna-se possível que o Instituto realize entregas à sociedade por meio desses trabalhos. A proposta envolve, também, a participação dos estudantes do IFMT, que são contemplados com a aplicação prática dos conhecimentos aprendidos, sob orientação de professor.

■ Figura 90 - Registro da celebração do convênio com o IFMT para laudos e perícias técnicas



#### 4.1.3.3 Participação no Projeto “Viva o seu Bairro”

Desde abril/2019, os Centros de Apoio Operacional auxiliam a Ouvidoria do MPMT, realizando um levantamento prévio das ações promovidas pelas Promotorias de Justiça em prol da comunidade que recebe o projeto “Viva o seu Bairro”, além de participar ativamente durante a promoção do evento.

■ Figura 91 - Projeto “Viva o seu Bairro”



### 4.1.3.4 Mapeamento de unidades de saúde

O CAO Cidadania iniciou, em parceria com o CAEx Ambiental, o mapeamento de todas as unidades de saúde do Estado de Mato Grosso. A conclusão dos trabalhos contará com o auxílio de todos os Promotores de Justiça da área de Cidadania, a partir do envio das coordenadas geográficas das unidades.

### 4.1.3.5 Disponibilização de Kit de Atuação

O CAO da Infância e Juventude disponibilizou, no Portal e Banco de Peças, Kit de Atuação, com modelos de peças para auxílio aos membros que atuam na área.

### 4.1.3.6 CAO Educação explica

O CAO Educação publicou semanalmente o #CAOEDUCAÇÃOEXPLICA, com o objetivo de levar à população, por meio das redes sociais, de forma simples e direta, informações relativas à área da educação.

### 4.1.3.7 Reuniões

■ Figura 92 - Apoio na Revisão e Execução do Planejamento Estratégico



■ Figura 93 - Participação nas reuniões de polo



## 4.2 Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI)

**Coordenador:** Rubens Alves de Paula, Promotor de Justiça

**Subcoordenador:** Carlos Roberto Zarour Cesar, Promotor de Justiça

Criado por meio do Ato Administrativo n.º 709/2018-PGJ, o Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI), teve o respectivo regimento interno publicado anexo ao Ato Administrativo n.º 833/2019-PGJ, em que está prevista sua finalidade: produzir e gerir informações em apoio aos órgãos de execução do MPMT, para subsidiar a atuação na defesa da administração pública, da ordem tributária, do patrimônio público e da probidade administrativa, bem como no combate aos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas e às organizações criminosas.

Em 2019, estruturou-se a equipe formada, além dos Promotores de Justiça supramencionados, por servidores Técnicos Administrativos, Analista Jurídico, Analista Contador, Oficial de Gabinete e Assistentes Ministeriais com formação nas áreas de Tecnologia da Informação, Direito e Inteligência.

A seguir estão descritas as principais ferramentas implementadas a partir da instalação do CAOP/CSI, bem como as atividades realizadas pelo órgão.

### 4.2.1 Ferramenta de Gestão de Demanda

O CSI implantou a ferramenta REDMINE, através da qual realiza gestão administrativa de todas as atividades desenvolvidas nos seus núcleos. A ferramenta é gratuita e possibilita o controle e movimentação do setor administrativo, do Laboratório Contra Lavagem de Dinheiro, da gestão dos Termos de Cooperação Técnica e das atividades do núcleo de informática.

## 4.2.2 Capacitações

Considerando que o MPMT não possui profissionais da área de inteligência em seu quadro, faz-se necessária a realização de treinamentos e cursos de capacitação visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades relacionadas à produção de conhecimento e demais áreas afetas às atividades desenvolvidas pelo CSI.

• Tabela 38 - Cursos realizados no período de março a dezembro/2019 no CAOP/CSI

N.º	Evento	Data	Participantes
01	Capacitação e Treinamento: Treinamento: Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro	21 a 24.05	Flávia Renata Beppu Juracy Lopes dos Santos Neto Katiucy Albuquerque e Rogério Narcizo Santos Souza
02	Curso de Análise de Fontes Abertas e Cyber Investigação	23.05	Juracy Lopes dos Santos Neto
03	Cursos de Inteligência, ministrado por agentes da ABIN – Módulo I (40 horas)	27 a 31.05	Fábio Henrique Mazzo Miorim Flávia Renata Beppu Katiucy Albuquerque Rogério Narcizo Santos Souza Dr. Rubens Alves de Paula
04	II Estágio Especial de Inteligência para o Ministério Público, pela Escola de Inteligência Militar do Exército	03 a 14.06	Dr. Rubens Alves de Paula
05	Evento Hackfest, pelo MPRN	18 a 20.07	Juracy Lopes dos Santos Neto
06	Seminário “Atividade de Inteligência e a Missão Institucional da Defensoria Pública”	01 e 02.08	Dr. Rubens Alves de Paula
07	Curso de Entrevista Operacional, pelo MPMT	06 a 09.08	Dr. Rubens Alves de Paula
08	Curso de Inteligência Aplicado ao Ministério Público, pelo GNCOC	05 a 09.08	Katiucy Albuquerque
09	II Módulo do Curso de Inteligência - “Produção de conhecimento”. Módulo I (80 horas)	Agosto e setembro/2019	Equipes CSI, NACO, Gaeco Capital, Gaeco Regional de Cáceres e Gaeco Regional de Sorriso
10	Treinamento para utilização da ferramenta I2	30.09 a 01.10	Equipe CSI
11	XIII Encontro Nacional da Rede-LAB	06 a 08.11	Rogério Narcizo Santos Souza
12	Curso LGPD na prática	21 e 22.11	Dr. Rubens Alves de Paula
13	Curso LGPD na prática	12 e 13.12	Flávia Renata Beppu

## 4.2.3 Termos de Cooperação Técnica

Visando subsidiar suas atividades, bem como atender às necessidades de informações que dão suporte aos procedimentos instaurados pelo Ministério Público, o CSI esteve em tratativa para celebração de Termos de Cooperação Técnica com outras Instituições e Órgãos, tendo por objeto o compartilhamento das bases de dados existentes, ferramentas e sistemas utilizados nas atividades de inteligência, os quais, concluídos ou em fase de tramitação, estão detalhados na tabela 39.

• Tabela 39 - Relação de termos de cooperação técnica celebrados pelo CAOP/CSI

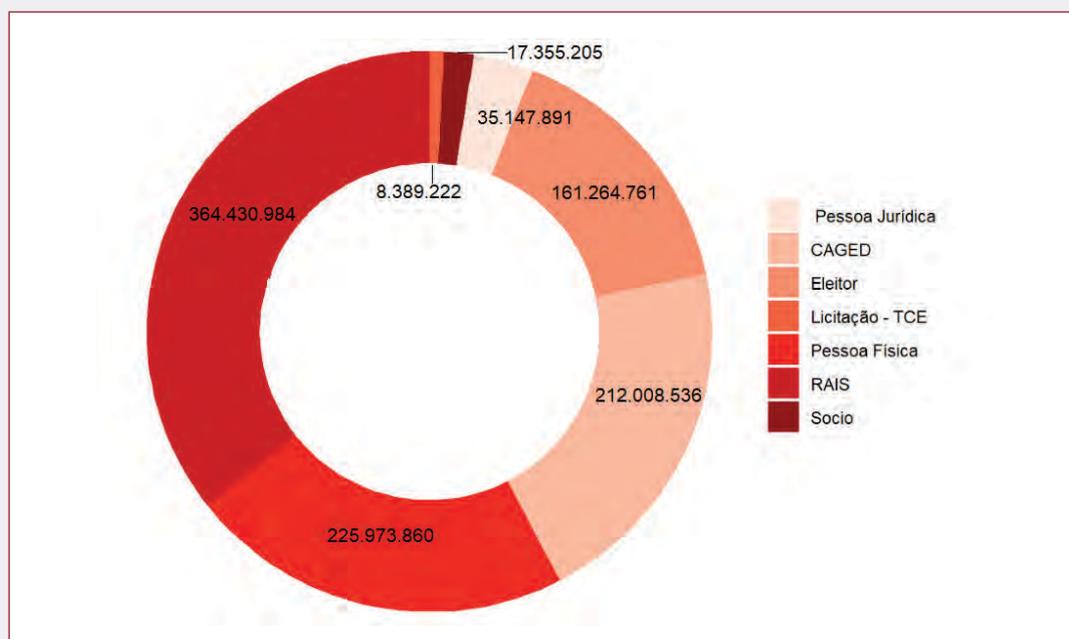
N.º	Documento	Órgão	Objeto
01	Termo de Cooperação Técnica n. 11/2019	SESP e PJC	Desenvolvimento, aprimoramento e cessão dos sistemas S3i e Delfos
02	Termo de Cooperação Técnica n. 028/2019	Prefeitura de Cuiabá	Base de dados do IPTU e dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Cuiabá
03	Termo de Cooperação Técnica n.º 030/2019	MPBA	Acesso a base de dados, portal CSI, sistema No Rastro e Licitômetro
04	Termo de Cooperação Técnica	TJMT/ANOREG	Solicitada autorização para acesso dos dados da ANOREG por meio do S3i, dispensando a necessidade de acesso pelo sistema CEI
05	Termo de Cooperação Técnica	MPPB	Acesso a base de dados, sistema PANDORA
06	Termo de Cooperação Técnica	SEFAZ	Base de dados cadastrais e de notas fiscais de vendas para órgãos públicos). Em andamento
07	Termo de Cooperação Técnica	TRE/MT	Base de dados cadastrais dos eleitores
08	Termo de Cooperação Técnica	Prefeitura de Várzea Grande	Base de dados do IPTU e dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Várzea Grande. Em andamento
09	Termo de Cooperação Técnica	Prefeitura de Cáceres	Base de dados do IPTU e dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Cáceres. Em andamento
10	Termo de Cooperação Técnica	TCE/MT	Atualização dos dados do APLIC
11	Termo de Cooperação Técnica n.º 018/2018	Ministério do Trabalho	Acesso a base de dados RAIS atualizada até 2018
12	Termo de Cooperação Técnica	MPF	Sistema Radar. Aguardando visita técnica para liberação dos acessos

Fonte: CAOP/CSI-MPMT

## 4.2.4 Bases de Dados e Estruturação do CAOP/CSI

Essenciais para a obtenção de informações que subsidiem as investigações desenvolvidas pelos órgãos de execução do MPMT, a busca por parcerias com instituições que dispõem de sistemas cujas bases de dados possam ser úteis, foi uma das prioridades do CSI em 2019. Como resultado, encerrou-se o ano com cenário exposto nas tabelas 40 e 41, e no gráfico da figura 95. Ressalta-se que o Núcleo de Informática trabalha no tratamento dos dados apresentados, de modo que possam ser utilizados da melhor forma pelo MPMT, tornando a consulta mais eficiente.

■ Figura 94 - Gráfico com a quantitativo de dados disponíveis em 2019 no CAOP/CS



Fonte: CAOP/CSI-MPMT

A estruturação do CAOP/CSI do MPMT esteve entre as prioridades do órgão em 2019, razão pela qual o Promotor de Justiça Coordenador participou de diversas reuniões e visitas técnicas, para conhecimento da estrutura física, de pessoal, equipamentos e ferramentas de TI utilizadas por outras Instituições, além de estabelecer uma rede de contatos com estas unidades, o que facilita a troca de informações.

Em relação às reuniões das quais o CAOP/CSI participou e/ou fomentou, ressaltam-se as realizadas nos polos do MPMT, juntamente

com a Administração Superior, nas Promotorias de Justiça de Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sinop, Juína, Tangará da Serra e Barra do Garças, para apresentação do Portal de Apoio à Investigação (PAI).

Tabela 40 - Bases de dados disponibilizadas ao CAOP/CSI, em 2019

N.º	Sistema(s)	Instituição Fornecedora	Objeto
01	APLIC - base de dados	TCE/MT	Atualização dos dados de licitação
02	CAGED	Ministério do Trabalho	Informações de sistemas CAGED
03	CEI / ANOREG-MT (Central Eletrônica de Integração e Informações dos Serviços Notariais e Registrais de MT)	ANOREG	Consulta de informações e solicitação de certidões e documentos eletrônicos
04	CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados)	Colégio Notarial do Brasil	Registros cartorários
05	DELFO e S3I (Sistema Integrado de Informação e Inteligência)	PJC e SESP	Compartilhamento de dados, intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos, cessão do código fonte dos sistemas
06	HIDRA	MPGO	Cessão e aprimoramento da ferramenta hidra e de aplicativo destinado a apoio de Promotores que atuam em audiência de custódia
07	INFOCONV (Sistema CPF e CNPJ da RFB)	SERPRO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de acesso ao sistema INFOCONV, para consulta às bases dos sistemas CPF e CNPJ da Receita Federal do Brasil
08	IPTU Cuiabá	Prefeitura Municipal de Cuiabá	Base de dados dos imóveis de Cuiabá
09	LABCONTAS	TCU / CNMP	Intercâmbio de tecnologias, conhecimentos, informações e bases de dados, através do acesso remoto ao laboratório de informações de controle (LABCONTAS)
10	PANDORA	MPPB	Aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análise de dados, pesquisas e investigações, por meio do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e tecnologias de processamento e análise de dados, além das desenvolvidas em conjunto

N.º	Sistema(s)	Instituição Fornecedora	Objeto
11	PLUTÃO	MPM	Intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e tecnologias de processamento de dados, além das desenvolvidas em conjunto
12	PORTAL MPBA, RASTRO e LICITÔMETRO	MPBA	Intercâmbio e compartilhamento de informações, conhecimentos, metodologias, experiências e tecnologias (sistemas rastros e licitômetro)
13	RADAR e Sistema Nacional de Pedidos	MPF	Disponibilização do direito de uso dos sistemas radar e sistema nacional de pedidos
14	RAIS	Ministério do Trabalho	Acesso a base de dados da relação anual de informações sociais (RAIS)
15	Rede Simples MT	JUCEMAT	Acesso ao banco de dados informatizados da Jucemat
16	SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias)	MPF	Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações do SIMBA
17	SISTEMAS CPF e CNPJ DA RFB	SERPRO	Acesso às bases dos sistemas CPF e CNPJ da Receita Federal
18	SITTEL (Sistema de Investigação de Registro Telefônico e Telemáticos)	Prefeitura Municipal de Cuiabá	Transferência de tecnologia para instalação e implementação do SITTEL

Fonte: CAOP/CSI – MPMT

• Tabela 41 - Processos de cooperação para compartilhamento de informação iniciados em 2019, ainda em andamento

Instituição Fornecedora	Objeto
SEFAZ	Dados de notas fiscais eletrônicas de compra e venda de empresas prestadoras de serviços e obras que tenham realizado a venda de bens ou mercadorias a entes públicos
ENERGISA	Base de dados referente ao cadastro dos consumidores de energia elétrica da Energisa
Prefeitura Municipal de Várzea Grande	Base de dados dos imóveis de Várzea Grande - IPTU
Prefeitura Municipal de Cáceres	Base de dados dos imóveis de Cáceres - IPTU
Polícia Federal	SINIC (Sistema Nacional de Informações Criminais)

Fonte: CAOP/CSI – MPMT

## 4.2.5 Criação do Portal de Apoio à Investigação – PAI

Lançado em 04/07/2019, é a principal ferramenta desenvolvida pelo CSI colocada à disposição dos membros para apoio às suas atividades institucionais, proporcionando, por meio de acesso intuitivo, consulta a CPF, CNPJ, SIEL, RAIS, CAGED, SISOB, e, além da realização das próprias pesquisas, o promotor de Justiça pode solicitar apoio ao CSI para a produção de relatórios técnicos (bancário, fiscal e de vínculo). Até 19.12.2019, foram registrados 22.664 (vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro) acessos ao Portal de Apoio à Investigação.

## 4.2.6 Sistema Trilhas de Licitação

Criação do BI de licitações (sistema Trilhas de Licitação), utilizado para a realização de cruzamentos de dados obtidos no TCE/MT.

## 4.2.7 Implantação do DELFOS

Ferramenta desenvolvida pela Polícia Judiciária Civil e que, através de Termo de Cooperação firmado, o MPMT tem atuado no desenvolvimento de melhorias.

Realiza a análise dos dados obtidos através de quebras de sigilo bancário e fiscal.

## 4.2.8 Implantação do S3i

Ferramenta da Secretaria de Segurança Pública e que, por meio do Termo de Cooperação firmado, o MP tem atuado no desenvolvimento de novas funcionalidades para melhor atender ao usuário, tendo previsão de entrega de três módulos de consulta (boletim de ocorrência, identificação criminal e identificação civil);

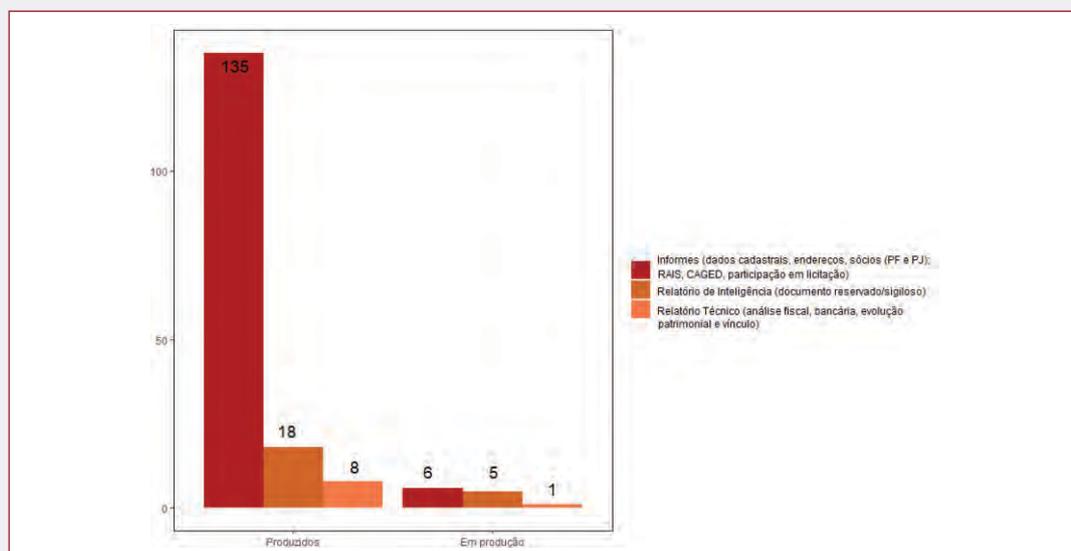
■ Figura 95 - Em sentido horário: I - Portal de Apoio à Investigação – PAI; II – Sistema Trilhas de Licitação; III- Sistema S3i; IV - Sistema DELFOS



## 4.2.9 Produção de relatórios

Como mencionado, por meio do PAI, é possível que os membros solicitem, ao CAOP/CSI, a produção de relatórios específicos e outras consultas, cuja produtividade no ano de 2019 está descrita no gráfico da figura 97, à qual soma-se a produção do Relatório Anual da Rede Nacional de Laboratórios, referente ao período de 01/01 a 30/06/2019.

■ Figura 96 - Gráfico com a produção de conhecimento em 2019 pelo CAOP/CSI



Fonte: CAOP/CSI - MPMT

## 4.2.10 Implementação do Programa de Governança de Dados Pessoais no MPMT

O Ato Administrativo nº 849-PGJ, de 18.09.2019, instituiu o programa de governança de dados pessoais – PGDP, no âmbito do MPMT, atribuindo ao CAOP/CSI a responsabilidade por sua implementação na Instituição, em articulação com os setores que tratem dados pessoais.

Assim, em outubro, iniciaram-se os trabalhos no âmbito do CAOP/CSI, que envolveram reuniões, das quais participaram o Secretário-Geral do MPMT, integrantes da Corregedoria Geral, da Ouvidoria, de Departamento de Gestão de Pessoas, do Departamento de Tecnologia da Informação e da Gerência de Projetos. No início de dezembro, foi protocolizado o Termo de Abertura do projeto de implantação do PGDP.

A equipe do projeto, composta pelo Coordenador Geral e a Analista Jurídico do CSI, participou de capacitação acerca da prática de implementação da LGPD nas organizações, pela Fundação Vanzolini, na cidade de São Paulo. Também foi emitida a Orientação nº 001/2019/CSI, submetida ao Procurador-Geral de Justiça, solicitando sua comunicação aos departamentos e órgãos auxiliares da PGJ.

## 4.3 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CEAF, tem como missão promover o aperfeiçoamento funcional, por meio de treinamentos, seminários, congressos, simpósios, estudos e publicações e quaisquer outras atividades que visem o aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, devendo servir também como órgão auxiliar na elaboração das diretrizes políticas institucionais do Ministério Público.

Durante o desempenho de tal missão, em 2019, sob coordenação do Promotor de Justiça Wagner Cezar Fachone, o CEAF proporcionou a

qualificação de membros e servidores do MP/MT, efetuando as atividades de coordenação, supervisão, divulgação, inscrição, apoio logístico, material, e avaliação de cursos para aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores deste Ministério Público, constantes nas tabelas 42 a 48. Participou, também, das reuniões de “Avaliação de Desempenho” e “Progressão Funcional”, além de coadjuvar junto à Comissão de Exame de Seleção de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público, fazendo toda divulgação e coordenação do processo para a realização do certame.

Ainda, a fim de agilizar a pesquisa e garantir maior produtividade a membros e servidores, o CEAF trabalhou no sentido de possibilitar o acesso à Biblioteca Digital *ProView* (até 100 acessos simultâneos) e à Revista dos Tribunais *Online* (até 200 acessos simultâneos), aos procuradores e promotores de Justiça, analistas contadores, analistas jurídicos, técnicos administrativos, assessores de procurador, assistentes ministeriais, auditor de controle interno, chefes de gabinete, diretora-geral, oficiais de gabinete, supervisores administrativos e chefes de departamento.

Ressalta-se que o CEAF, no desempenho de sua missão, contou com o apoio e empenho de toda a equipe e de vários outros colaboradores (membros, servidores e departamentos), que voluntariamente cooperaram com a Instituição, sem prejuízos de suas atribuições normais.

• Tabela 42 - Cursos e eventos coordenados pelo CEAF "in company", em 2019

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes				Data	Local
		Membros	Servidores	Estagiários	Cedidos Convidados Terceirizados		
1	Treinamento PJE	2	36	03	04	05.02	PGJ
2	Workshop Office 365	6	77	02	02	19.02	PGJ
3	Curso de Proteção de Dignitários - 1º Turma	-	-	-	04 Policiais	11 a 24.03	Casa Militar MT
4	Treinamento: Apresentação da Atividade de Inteligência	7	7	-	01	20.03	Sede das Promotorias da Capital
5	IX Encontro Estadual do Tribunal do Júri	68	-	-	12	28 a 29.03	PGJ
6	Curso de Proteção de Dignitários - 2º Turma	-	-	-	04 Policiais	01 a 15.04	Casa Militar MT
7	Curso de Capacitação em Inteligência	12	01	-	-	22 a 26.04	Sede das Promotorias da Capital
8	Seminário: Inteligência e Técnicas de Investigação no Combate à Improbidade Administrativa	58	49	02	-	25 e 26.04	PGJ
9	I Workshop Planejamento e Gestão Estratégica	55	19	-	-	29 e 30.04	PGJ

• Tabela 42 - Cursos e eventos coordenados pelo CEAf "in company", em 2019

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes				Data	Local
		Membros	Servidores	Estagiários	Cedidos Convitados Terceirizados		
10	Curso "80 erros atuais e relevantes, à luz da jurisprudência atual do Tribunal de Contas da União. E outros aspectos polêmicos do processo de contratação pública de acordo com o entendimento do TCU e dos Tribunais Superiores e com as orientações e normativas da AGU"	-	35	-	-	08 e 09.05	PGJ
11	Workshop Produtividade	01	29	-	-	10.05	PGJ
12	Curso de Análise de Fontes Abertas e Cyber Investigações	37	19	01	63	23.05	PGJ
13	I Encontro do Ministério Público de Mato Grosso sobre Financiamento da Educação	34	06	-	19	24.05	PGJ
14	Curso Básico de Inteligência para Servidores do MPMT	04	32	-	-	27 a 31.05	PGJ
15	Treinamento Protheus - turma 01	-	12	-	-	05.06	PGJ
16	Treinamento Protheus - turma 02	-	15	-	-	06.06	PGJ
17	Curso de Sindicância e PAD - Lei 8.112/90	03	16	-	-	13 e 14.06	PGJ
18	Curso de Auditoria Baseada em Risco	-	14	-	05	25 e 26.06	PGJ
19	Capacitação: Procedimentos Metodológicos utilizados pelo projeto águas para o Futuro em nascentes	01	19	-	-	26, 27 e 28.06	Sede das Promotorias da Capital
20	Reunião de Trabalho Interinstitucional: Desafios Sobre a Produção de Provas	38	10	-	51	27.06	PGJ
21	IV Encontro Estadual dos Promotores de Justiça da Cidadania	44	07	-	-	28.06	PGJ
22	Capacitação E-Social	02	32	-	-	15 e 16.07	PGJ
23	Curso Entrevista Operacional em Nível Intermediário	10	-	-	04 Policiais	06 a 09.08	Sede das Promotorias da Capital

• Tabela 42 - Cursos e eventos coordenados pelo CEAf "in company", em 2019

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes				Data	Local
		Membros	Servidores	Estagiários	Cedidos Convitados Terceirizados		
24	Encontro Estadual de Educação: Prevenção do Bullying, Suicídio e da Violência Escolar	49	10	02	113	08 e 09.08	Sede das Promotorias da Capital
25	Curso de Produção do Conhecimento - Formação de Analista de Inteligência - Módulo 01	02	12	09		29, 30 e 31.08	Sede das Promotorias da Capital
26	Curso de Produção do Conhecimento - Formação de Analista de Inteligência - Módulo 02	02	12	-	09 Policiais	05 e 06.09	Sede das Promotorias da Capital
27	Curso de Detecção de Fraude em Licitação		23	-	07	10 e 11.09	Escola de Contas de MT, TCE/MT
28	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana Alta Floresta	07	-	-		14 e 15.09	Promotoria de Alta Floresta
29	Curso de Produção do Conhecimento - Formação de Analista de Inteligência - Módulo 03	01	12	-	08 Policiais	05 e 06.09	Sede das Promotorias da Capital
30	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana - Sinop	09	-	-		21 e 22.09	Promotoria de Sinop
31	Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA	06	14	-	04	24.09	PGJ
32	Encontro da Procuradoria de Justiça Especializada Criminal Paradigmas Transnacionais do Direito Penal	64	14	01	20	26 e 27.09	PGJ
33	Curso de Produção do Conhecimento - Formação de Analista de Inteligência - Módulo 04	01	13	-	08 Policiais	27 e 28.09	Sede das Promotorias da Capital
34	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana - Juína	06	-	-	02	05 e 06.10	Promotoria de Juína

• Tabela 42 - Cursos e eventos coordenados pelo CEAF "in company", em 2019

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes				Data	Local
		Membros	Servidores	Estagiários	Cedidos Convidados Terceirizados		
35	Curso de Benefícios Previdenciários	-	17	-	-	22 e 23.10	PGJ
36	Curso Gestão Estratégica Orientada para Resultados - Área Fim	14	30	-	-	05 e 06.11	Sede das Promotorias da Capital
37	Curso Gestão Estratégica Orientada para Resultados - Área Meio	01	17	-	-	07.11	Sede das Promotorias da Capital
38	Curso: Operação Assistida Gestão e Metodologia de Inteligência de Sinais Aplicados (Sistema Guardião WEB)	-	03	-	11 Policiais	10 e 12.12	PGJ
39	XX Encontro Estadual do Ministério Mato-grossense	89	19	-	-	13.12	PGJ
40	Curso: Fundamentos da Atividades de Inteligência e Produção de Conhecimento	02	03	-	10 Policiais	05.11 a 05.12	Promotoria da Cáceres

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 43 - Cursos coordenados pelo CEAF – EAD, em 2019

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes				Período disponível
		Membros	Servidores	Estagiários / Voluntários	Cedidos Convidados Terceirizados	
1	Curso de Atendimento ao Público	02	41	10	23	18.02 a 22.04
2	Curso Individualização, Aplicação e Dosimetria da Pena - 2ª Turma	01	16	10	02	11.03 a 30.04
3	Curso de Hermenêutica Constitucional - 2ª Turma - EaD	01	12	14	02	14.03 a 14.06
4	Curso de Libras - 2019 - EaD	-	07	05	09	26.03 a 26.06
5	Curso de Atendimento ao Público - EaD - Ouvidoria	-	04	-	01	30.05 a 20.06
6	Curso de Redação Oficial - 2019 - EaD	01	23	06	02	05.06 a 16.07
7	Curso de Ética e Relacionamento Interpessoal - EaD		25	20	07	10.07 a 12.08
8	Curso Segurança Orgânica e da Informação - EaD	01	25	15	14	02.07 a 30.11
9	Curso Como Fazer Ação Penal Pública - EaD	03	21	32	09	18.09 a 30.11
10	Curso Elaboração e Gerência de Projetos - EaD	-	10	09	04	19.09 a 30.11
11	Curso "Técnicas Especiais de Investigação e Meios Especiais de Obtenção de Provas" - 2019/02 - EaD	04	25	44	15	27.08 a 30.11
12	Curso "O Futuro da Atuação do Ministério Público Criminal" Turma: 2019/02 EaD	01	01	19	05	27.08 a 30.11
13	Curso Atendimento ao Público - Turma: 2019/02 EaD	-	04	06	09	27.08 a 30.11
14	Curso Libras - Turma: 2019/02 EaD		05	06	05	27.08 a 30.11
15	Curso Redação Oficial - Turma: 2019/02 EaD	-	05	09	07	27.08 a 30.11
16	Curso: Ética e Relacionamento Interpessoal - Turma: 2019/02 EaD	-	05	10	06	27.08 a 30.11
17	Curso: Individualização, Aplicação e Dosimetria da Pena Turma: 2019/02 EaD	01	04	13	05	27.08 a 30.11
18	Curso: Hermenêutica Constitucional - Turma: 2019/02 EaD	-	02	20	09	27.08 a 30.11

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 44 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos membros e servidores por meio da aquisição de vaga, em 2019

Nº.	Curso/Treinamento/Evento	Nº de Participantes		Data	Local
		Membros	Servidores		
1	Conferência Gartner Infraestrutura de TI, Operações e Estratégicas de Cloud 2019	-	04	24 e 25.04	São Paulo/SP
2	Curso A Contratação Pública sem Licitação - Cabimento e Instrução dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade	-	04	11 a 13.06	São Paulo/SP
3	Curso Intensivo de Eventos, Protocolo e Cerimonial Nacional e Internacional	-	01	11 a 14.06	São Paulo/SP
4	Curso de Capacitação e Formação de Pregoeiro - Pregão Presencial e Eletrônico - Sistema de Registro de Preços Utilizando o Sistema Comprasnet	-	04	08 e 09.07	Cuiabá/MT
5	Curso de Orçamento Público	-	03	08 a 11.07	Fortaleza/CE
6	Curso Aprovação e Regularização de Loteamentos Urbanos e Condomínios de Lotes sob a Ótica do 42-B – Estatuto da Cidade	-	02	10.09	Belo Horizonte/MG
7	Curso Azure Infrastructure	-	03	19, 21, 26 e 28.08 e 02, 04, 16 e 19.09	TDS - Cuiabá
8	Curso Formação de Analistas de Educação Corporativa na Administração Pública	-	01	11 a 13.09	Brasília/DF
9	Curso Direito Ambiental Aplicada à Mineração	-	01	07 e 08.10	Belo Horizonte/MG
10	13º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão	-	01	14 a 18.10	Foz do Iguaçu/PR
11	Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios	-	02	16 a 18.10	Cuiabá/MT
12	Evento Gartner Symposium/Itxpo 2019	01		28 a 31.10	São Paulo/SP
13	Curso de Gestão da Comunicação e Mídias Sociais para a Administração Pública	-	01	22 a 25.10	Brasília/DF
14	Curso de RPAS/VANTS/DRONES, Introdução, processamento e mapeamento	-	03	10 a 12.11	Cuiabá/MT
15	Curso LGPD na Prática: Como implantar a Lei Geral de Proteção de Dados na sua empresa	01		21 e 22.11	São Paulo/SP
16	Curso Completo de Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia	-	01	02 a 05.12	Foz do Iguaçu/PR
17	Curso LGPD na Prática: Como implantar a Lei Geral de Proteção de Dados na sua empresa	-	01	12 e 13.12	São Paulo/SP

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 45 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite, em 2019

Nº.	Curso/Treinamento/Evento	Nº de Participantes		Data	Local
		Membros	Servidores		
1	XXIII Encontro Brasileiro de Ictiologia	01	-	28 a 31.01	Belém/PA
2	Estágio Especial de Inteligência para Órgão Cívis	01	-	13 a 24.05	Brasília/DF
3	1º Seminário de Controle Social dos Atos Públicos de Mato Grosso	01	-	15.02	Cuiabá/MT
4	Seminário CNMP e MPRJ: Perspectivas sobre o Combate à Corrupção	02	-	14 e 15.03	Rio de Janeiro/RJ
5	III Seminário – O Ministério Público e a Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reserva	02	-	14 e 15.03	Florianópolis/SC
6	1º Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP	01	-	22.03	Recife/PE
7	Recuperação Judicial no Agronegócio	01	-	22.03	Cuiabá/MT
8	1ª Congresso Internacional de Fauna e Flora da Amazônia: Conhecer para Preservar	01	-	27 a 29.03	Manaus/AM
9	Evento Acordos Penais: aspectos práticos e diretrizes. “O MP se preparando para a mudança de paradigmas.”	01	-	10 e 11.04	Brasília/DF
10	Simpósio Nacional sobre o uso de data analytics no enfrentamento da corrupção	02	-	24 e 25.04	Brasília/DF
11	XIX Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente	03	-	24 a 26.04	Curitiba/PR
12	3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Centro-Oeste	10	-	26 e 27.04	Goiânia/GO
13	VII Seminário Estadual de Políticas Para Mulheres	01	-	03.05	OAB Cuiabá/MT
14	Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Ambiental: Ambiente Equilibrado como Direito Fundamental	01	-	02 e 03.05	Lisboa/Portugal
15	Evento: Ação Nacional em Defesa do Direito à Saúde – Transparência nas listas de espera do SUS e aperfeiçoamento do Sistema de regulação	01	-	07 e 08.05	Brasília/DF
16	Estágio Especial de Inteligência para o Ministério Público	01	-	03 a 14.06	Escola de Inteligência Militar do Exército Brasília/DF
17	Evento Ação Nacional Estruturante: Fomentando a captação de recursos externos para o Ministério Público	01	-	06 e 07.06	Recife/PE

• Tabela 45 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite, em 2019

Nº.	Curso/Treinamento/Evento	Nº de Participantes		Data	Local
		Membros	Servidores		
18	Audiência Pública sobre Liberdade de Expressão dos membros do Ministério Público	01	-	12.06	Brasília/DF
19	Curso de Operador de Aeronaves Remotamente Pilotadas	-	02	24 a 28.06	SESP-MT
20	Evento Hackfest MPRN 2019	-	01	18 a 20.07	Natal/RN MPRN
21	Ação Nacional: Proteção ao Meio Ambiente e Combate à Violência contra os Defensores de Direitos Socioambientais	02	-	01 e 02.08	Belém/PA
22	3º Curso de Inteligência Aplicada ao Ministério Público do Rio de Janeiro	-	01	05 a 08.08	Rio de Janeiro/RJ MPRJ
23	Workshop de Improbidade Administrativa	01	-	08 e 09.08	Campo Grande/MS
24	IX Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial (IX ENCEAP)	01	-	20.08	Brasília/DF
25	X Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional (X ENSP)	01	-	21.08	Brasília/DF
26	II Encontro do Sistema de Justiça Criminal de Mato Grosso	12	-	29 e 30.08	Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso - ESMAGIS/MT Cuiabá
27	VI Mostra de Tecnologia do Ministério Público	-	02	11 e 12.09	Brasília/DF
28	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH	02	-	11 a 13.09	São Luis/MA
29	Workshop Gestão Documental no MP Brasileiro	01	-	12.09	Brasília/DF
30	II Encontro do MPRN na área da Tecnologia, Segurança da Informação e Computação Forense – II MP Cyber	-	02	25 a 27.09	Natal/RN
31	III Encontro do Ministério Público de Defesa da Saúde com a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz	01	-	Out/19	Curitiba/PR
32	Curso Revisão do Estatuto Social e Regimentos Internos – Como criar, revisar ou consolidar o estatuto de associações, fundações ou institutos e desenvolver regimentos internos, incluindo regulamentações exigidas pelo Marco Regulatório (Lei 13.019/2014)	-	01	06.11	São Paulo/SP

• Tabela 45 - Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite, em 2019

Nº.	Curso/Treinamento/Evento	Nº de Participantes		Data	Local
		Membros	Servidores		
33	XIII Encontro Nacional da Rede - Lab	-	01	06 a 08.11	Brasília/DF
34	Workshop "MapBiomias Alerta"	01	-	20.11	Brasília/DF

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 46 - Cursos de especialização disponibilizados em 2019

Nº.	Curso	Nº de Participantes	Período	Instituição
1	Curso de Especialização Lato Sensu em "Direito	4	22/03/2019 a 04/04/2020	FESMP
2	Curso de Especialização Lato Sensu em "Direito Processual Civil: Teoria e Prática - Turma 2019/01" - Convênio 01/2019	2	15/03/2019 a 15/02/2020	FESMP
3	Curso de Especialização Lato Sensu em "Direito Penal e Processual Penal - Turma 2019/01" -- Convênio 01/2019	20	05/04/2019 a 14/03/2020	FESMP
4	Curso de Especialização Lato Sensu em "Direito Empresarial, Consumidor e Negocial - Turma 2019/02" -- Convênio 07/2019	6	04/10/2019 a 26/09/2020	FESMP
5	Curso de Pós-Graduação em Compliance e Direito Anticorrupção – Contrato 80/2019	12 vagas	16/09/2019 Duração: 18 meses	CERS

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 47 - Cursos EAD disponibilizados por outras instituições em 2019

Nº.	Curso, treinamento e eventos	Nº de Participantes	Período	Disponível em
1	Curso "Saúde Baseada em Evidências e as Decisões Judiciais"	Promotores: 04	Início 08/02	CNMP - EaD

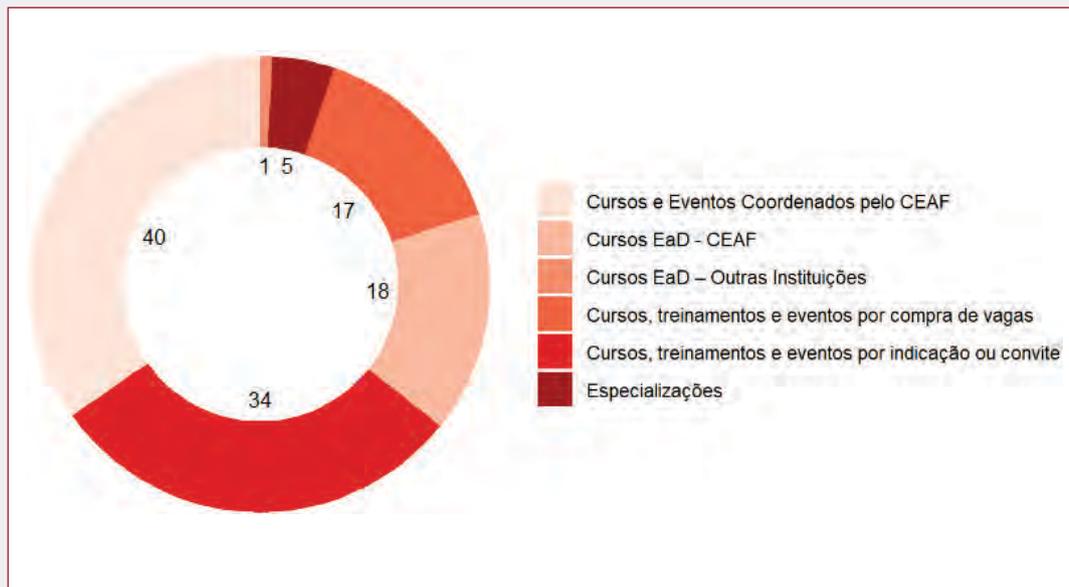
Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

• Tabela 48 - Concursos para seleção de estagiários realizados em 2019

Concurso	N.º de Comarcas	Inscritos	Realizaram Provas	Aprovados
Estagiários - Edital 01/2019	79	1798	908	381
Estagiários (Projeto) - Edital 02/2019	1	18	10	10
Estagiários - Edital 03/2019	40	266	98	71
Estagiários - Edital 04/2019	50	842	416	193

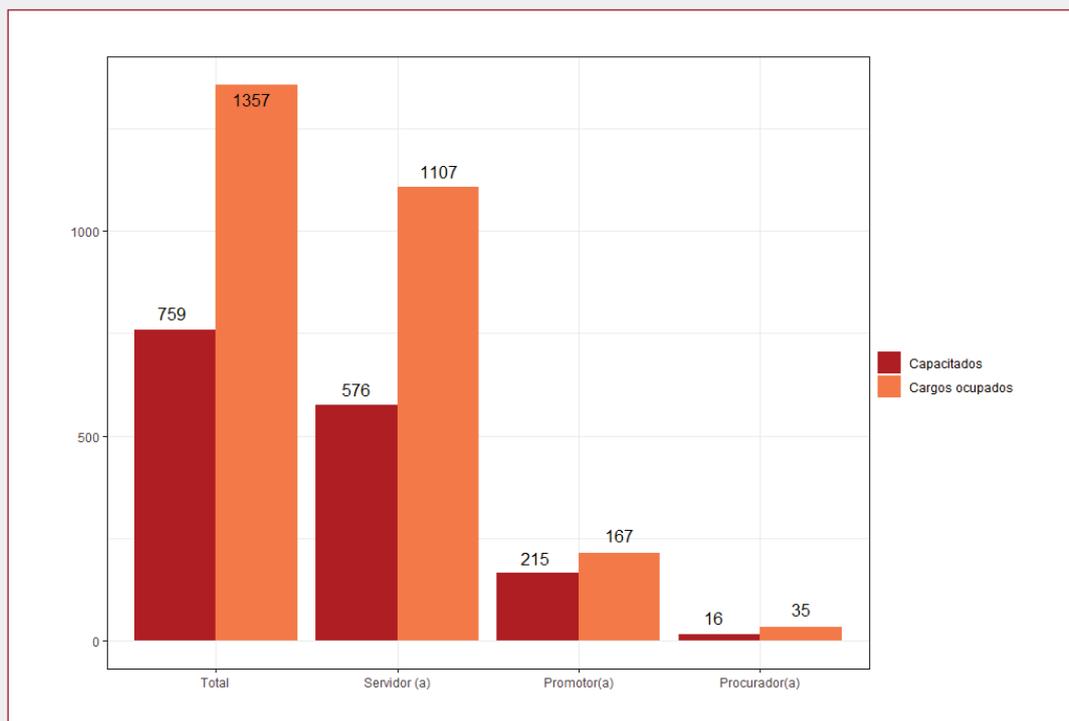
Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

■ Figura 97 - Gráfico com a produtividade do CEAF em 2019



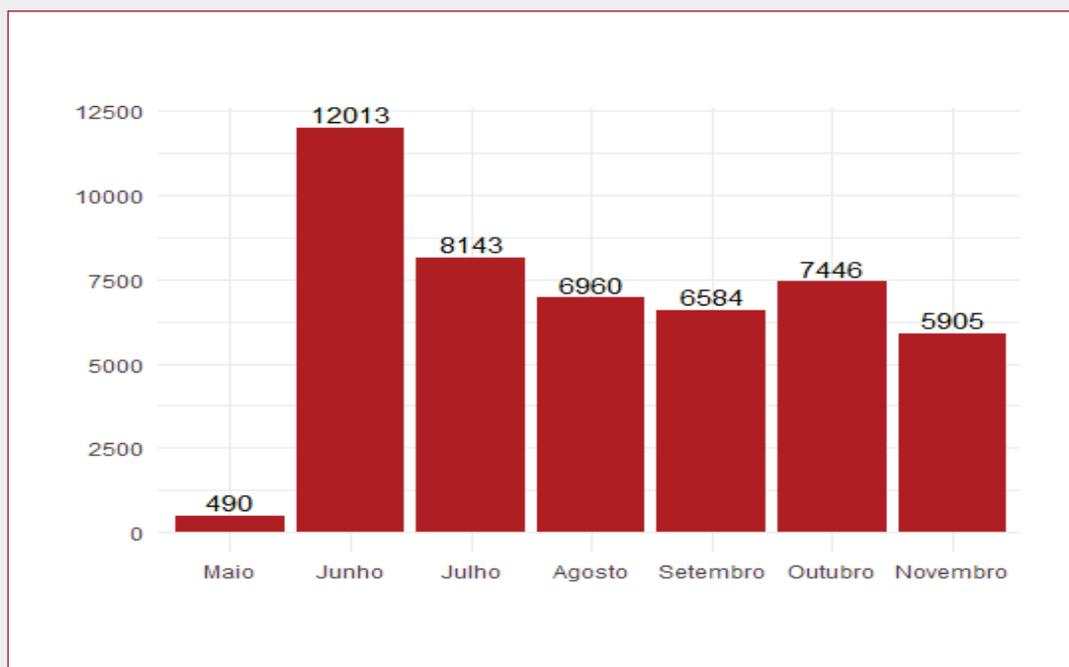
Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPMT

■ Figura 98 - Gráfico do público alcançado em 2019 pelos cursos desenvolvidos pelo CEAF



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF/MPMT

■ Figura 99 - Gráfico do número de acessos à Biblioteca Digital Pro View e Revista dos Tribunais Online, em 2019



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF/MPMT

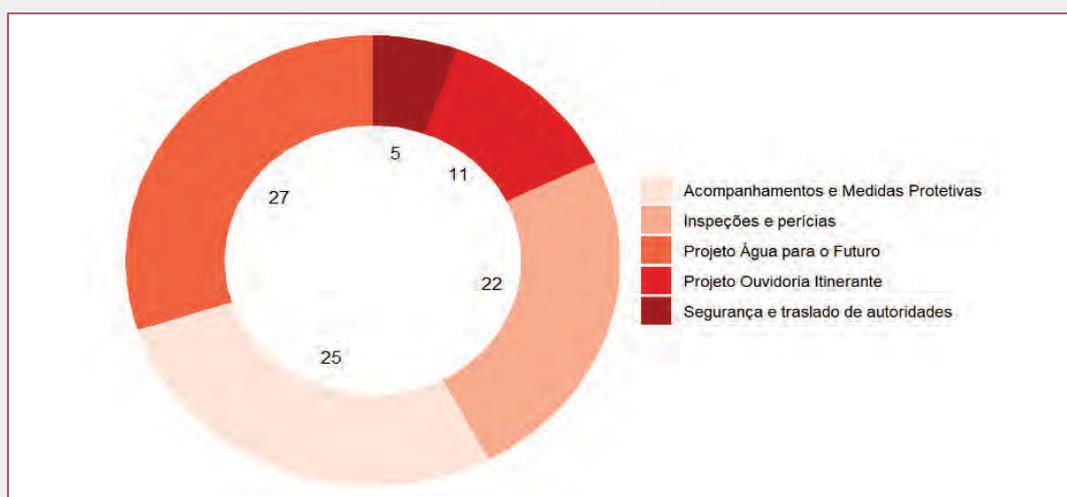
## 4.4 Gabinete de Segurança Institucional

O Gabinete de Segurança Institucional do MPMT foi criado pela Lei N°. 9.326, de 23.03.2010, possuindo em sua estrutura os cargos de Chefia, exercida por um Oficial Superior, e de Subchefias de Análise de Risco e Operacional, que são exercidas por dois Oficiais Intermediários ou Superiores da Polícia Militar, todos indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Dentre as atribuições do GSI/MPMT, constantes do Ato Administrativo N° 29/2010-PGJ, destacam-se a segurança das áreas, instalações, pessoas e documentos, tendo como objetivo principal da gestão em 2019, garantir o pleno exercício das funções institucionais de membros e servidores, primando pelo desenvolvimento e disseminação de uma cultura de segurança, cujas ações serão apresentadas e descritas de forma sucinta a seguir.

No gráfico da figura 101 estão resumidas as atividades de segurança pessoal realizadas em 2019, as quais são detalhadas adiante.

■ Figura 100 - Gráfico das atividades de segurança pessoal realizadas em 2019



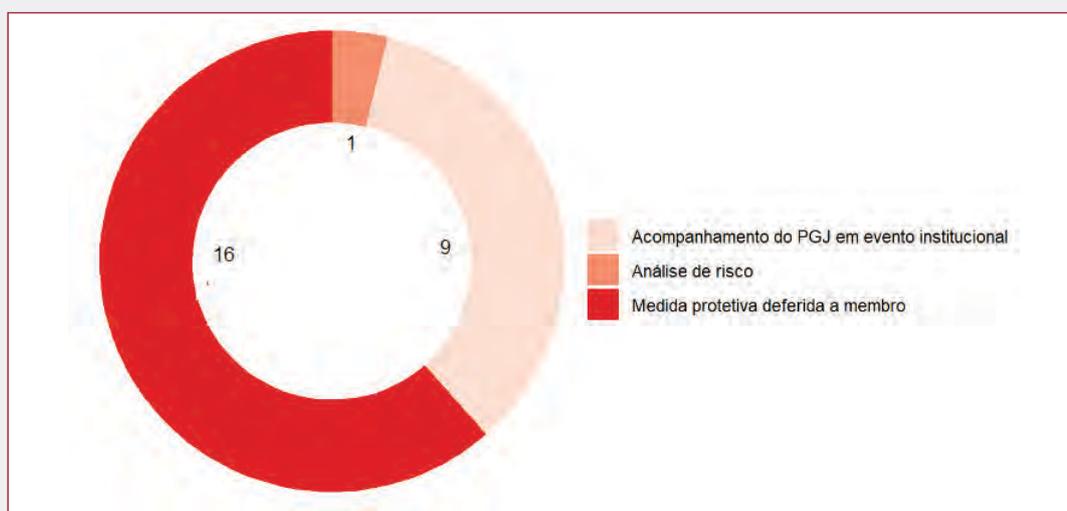
Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

### 4.4.1 Segurança pessoal e medidas protetivas efetivadas

O GSI/MPMT é o órgão encarregado da execução das medidas

protetivas deferidas pela Comissão de Segurança do MPMT, aos membros e servidores cuja Procuradoria-Geral de Justiça cuja integridade física esteja em situação de risco atual ou iminente, em razão do exercício de suas funções, na forma e procedimento estabelecidos no Ato Administrativo N° 473/2015-PGJ e suas alterações. Para tanto, durante o ano de 2019, o GSI/MPMT executou 26 (vinte e seis) medidas na capital e no interior, resumidas no Gráfico da figura 102.

■ Figura 101 - Gráfico das Atividades de segurança pessoal e medidas protetivas executadas pelo GSI em 2019



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

#### 4.4.2 Apoio às inspeções e perícias

Considerando que as atividades externas realizadas por membro ou servidor do MPMT, a depender da localidade, modo de atuação e tipo de serviço a ser executado/prestado, pode resultar em risco considerável à sua integridade física, o GSI presta acompanhamento e segurança pessoal em tais atividades, após prévia autorização da administração superior, uma vez que as atividades externas para exercício funcional se enquadram na área de segurança de pessoas, uma das responsabilidades do GSI. Desta feita, no ano de 2019, realizou-se o acompanhamento e segurança pessoal de membros e servidores nas atividades de inspeção nas unidades prisionais, inspeções judiciais relacionadas a conflitos agrários, perícias realizadas por servidores do MPMT, dentre outros atendimentos, relacionados na tabela 49.

• Tabela 49 - Atividades de acompanhamento e segurança em visitas, inspeções e perícias, realizadas em 2019 pelo GSI

N.º	DATA	ATIVIDADE/RESUMO
01	13 a 17.02	CAO/MPMT e UFMT, em perícias nos municípios de Nova Mutum, Itaúba e Nova Uiratã
02	06 a 10.03	CAO/MPMT, em perícia nos municípios de Paranatinga e Gaúcha do Norte
03	25.03	Membro e servidores do MPMT, em inspeção no Centro de Ressocialização e Centro de Custódia da Capital
04	27.03	Membro do MPMT em inspeção no Centro de Ressocialização de Várzea Grande (Capão Grande)
05	15.04	Membro do MPMT, em inspeção judicial, sobre processo em trâmite na Vara Especializada Agrária da Capital
06	26.04	Membro e servidores do MPMT, em inspeção na Penitenciária Feminina de Cuiabá (Ana Maria do Couto May)
07	29.04	Servidor do CAO/MPMT, em perícia no Município de Santo Antônio do Leverger/MT
08	25.06	Membro e servidores do MPMT, em inspeção no Centro de Ressocialização e no Centro de Custódia da Capital
09	26.06	Membro do MPMT, em inspeção na Cadeia Pública de Várzea Grande (Capão Grande)
10	28.06	Membro e servidores do MPMT, em inspeção na Penitenciária Feminina de Cuiabá (Ana Maria do Couto May)
11	28.06	Membro do MPMT, em inspeção na Penitenciária Central do Estado (Pascoal Ramos)
12	15.08	Membro do MPMT, em inspeção na Penitenciária Central do Estado (Pascoal Ramos)
13	06.09	Membro e servidores do MPMT, em inspeção na Penitenciária Feminina de Cuiabá (Ana Maria do Couto May)
14	10.09	Equipe técnica da PJEDAOU, em diligência de levantamento na Ponte do rio Coxipó
15	13.09	Equipe da Coordenação do Núcleo de Defesa da Vida, em atendimento domiciliar à família de vítima de homicídio, na capital
16	18.09	Membro do MPMT, em inspeção na Penitenciária Central do Estado (Pascoal Ramos), Centro de Ressocialização de Cuiabá – CRC, Centro de Custódia da Capital – CCC e Cadeia Pública de Várzea Grande (Capão Grande)
17	01 a 04.10	Membro do MPMT, em inspeção judicial e audiência de conciliação na comarca de Juína/MT
18	14 a 19.10	CAO/MPMT e UFMT, em trabalho de perícia na SEMA
19	16.10	CAO/MPMT, em vistoria técnica no Loteamento Jardim Altos da Glória, em Cuiabá/MT
20	20.10	Membro do MPMT, durante eleição para Conselheiro Tutelar na cidade de Várzea Grande/MT
21	25.11	Membro do MPMT, em inspeção no Centro de Ressocialização de Cuiabá – CRC e Centro de Custódia da Capital – CCC e Cadeia Pública de Várzea Grande (Capão Grande)
22	27.11	Membro do MPMT, em inspeção na Penitenciária Central do Estado – PCE

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional

### 4.4.3 Apoio ao Projeto Ouvidoria Itinerante

A Ouvidoria Geral iniciou, em Abril/2019, o projeto “Ouvidoria Itinerante do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT)”, em parceria com o projeto “Viva o seu Bairro”, com o objetivo de disponibilizar atendimento aos cidadãos, que podem fazer reclamações, denúncias e conhecer a atuação do MPMT, conversando com membros da instituição e registrando suas manifestações.

O projeto Ouvidoria Itinerante conta com a participação da Ouvidora geral do MPMT e vários servidores que realizam os atendimentos aos cidadãos em geral e, considerando que tais atendimentos são realizados, em sua maioria, em bairros carentes e mais afastados, o GSI realizou acompanhamentos no sentido de garantir a segurança de membros, servidores e demais pessoas que buscam atendimento da Ouvidoria Itinerante MPMT, conforme descrito na tabela 50.

• Tabela 50 - Atividades de apoio do GSI realizadas junto ao Projeto Ouvidoria Itinerante, em 2019

N.º	Data	Bairro	N.º	Data	Bairro
01	24.04	Residencial Itamarati em Cuiabá	07	07.09	Morada da Serra - CPA IV em Cuiabá
02	18.05	Residencial Jardim Primavera em Cuiabá	08	21.09	Osmar Cabral, em Cuiabá
03	01.06	Doutor Fábio II, em Cuiabá	09	05.10	Parque do Lago, em Várzea Grande
04	15.06	Parque Nova Esperança, em Cuiabá	10	19.10	Parque Cuiabá, em Cuiabá
05	29.06	Parque Novo Paraíso, em Cuiabá	11	09.11	Jardim Vitória, em Cuiabá
06	24.08	Residencial Ilza Terezinha Picoli Pagot, em Cuiabá			

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

### 4.4.4 Apoio ao Projeto Água para o Futuro

O projeto Água para o Futuro é uma iniciativa do MPMT, executado em conjunto com o Instituto Ação Verde e a Universidade Federal de Mato Grosso. O projeto busca, prioritariamente, garantir a segurança hídrica de Cuiabá e o abastecimento de água potável por meio da identificação,

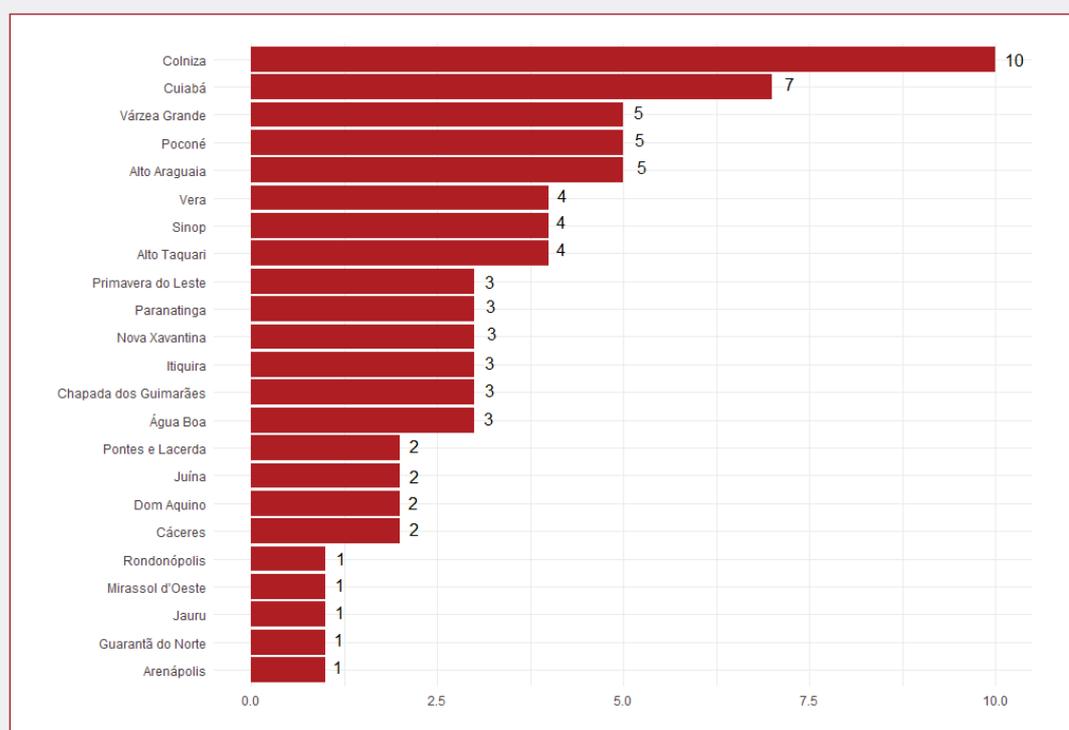
preservação e recuperação das nascentes.

Ao projeto, coordenado pela 17<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural de Cuiabá, foi prestada escolta policial do GSI/MPMT, aos servidores responsáveis pelas análises de campo realizadas em diversos locais, tendo sido realizadas 27 (vinte e sete) atividades dessa natureza de janeiro a dezembro de 2019.

#### 4.4.5 Análise de risco, vulnerabilidades e relatório de informações

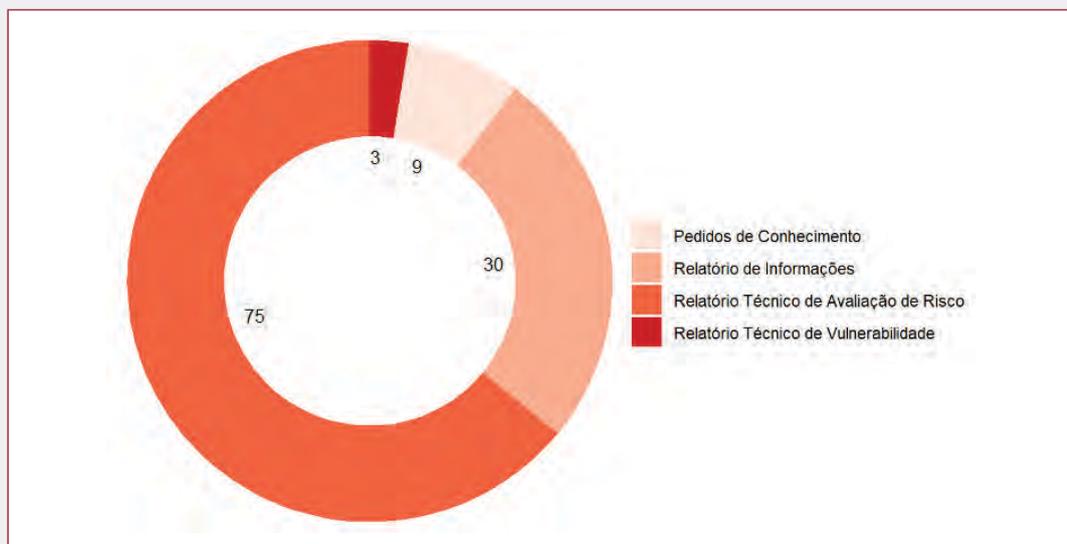
Para o cumprimento de suas atribuições legais, o GSI/MPMT conta com equipe de policiais qualificados e preparados para realização de atividades afetas a coleta e processamento de dados que subsidiam a elaboração de relatórios técnicos de análise de risco, relatórios de vulnerabilidades de áreas e instalações, investigações sociais e pedidos de conhecimento que demandem trabalho de campo. O gráfico da figura 104 demonstra a produtividade em 2019.

■ Figura 102 - Gráfico de relatórios de análise de risco formulados pelo GSI em 2019, por comarca



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

■ Figura 103 - Gráfico dos relatórios técnicos emitidos pelo GSI em 2019



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

De março a dezembro/2019, foram elaborados 75 (setenta e cinco) relatórios técnicos de Análise de Risco de membros ministeriais lotados nas Promotorias de Justiça da capital e do interior, conforme demonstrado no gráfico da figura 103, em que se evidencia maior quantidade de análises desse tipo nas Comarcas de Colniza e Cuiabá, seguidas por Alto Araguaia, Poconé e Várzea Grande.

Em relação aos relatórios técnicos de vulnerabilidades, analisaram-se o edifício que sedia a Promotoria de Justiça da Comarca de Arenópolis e o das Promotorias de Justiça da Capital, sendo que, neste último, realizou-se também, análise de vulnerabilidades relativas à segurança orgânica da sede.

#### 4.4.6 Capacitação

Visando a excelência nos serviços prestados a membros, servidores e demais cidadãos, o GSI/MPMT desenvolve uma política de capacitação e aprimoramento contínuos, com foco na atualização dos conhecimentos de todos os policiais que estão lotados no gabinete, através da participação em cursos, palestras, seminários, instruções e demais atividades voltadas às áreas de conhecimento que possam ser empregados/aproveitados no MPMT, conforme tabela 51.

Outrossim, em 2019, aproveitou-se a expertise dos policiais para ofertar

curso básicos de tiro e sobrevivência urbana, em parceria com o CEAF, constantes da tabela 52, destinados, a princípio, aos membros nas diversas comarcas do Estado, conforme cronograma e planejamento da administração superior.

- Tabela 51 - Cursos e eventos de capacitação dos quais participaram integrantes do GSI, em 2019

N.º	Curso/Eventos	Participantes do GSI
01	11º Curso de Proteção de Dignitários	05
02	Curso Life Coaching – Liderança e Inteligência Emocional	01
03	2º Seminário de Ciência e Pesquisa na PMMT: Uma Interface com a Educação	01
04	12º Curso de Proteção de Dignitários	05
05	15º Encontro Nacional De Inteligência Fiscal	01
06	Curso de Elaboração e Gerência de Projetos	01
07	Curso de Hermenêutica Constitucional	01
08	18ª Edição do “Curso de Segurança Orgânica” - CSO	01
09	Encontro Estadual de Tecnologia Inteligente Aplicada a Segurança Pública	03
10	Curso Técnicas Especiais de Investigação e Meios Especiais de Obtenção de Provas	01
11	8º Curso Básico de Inteligência de Segurança Pública – CBISP	01

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

- Tabela 52 - Cursos ofertados pelo GSI, em parceria com o CEAF, em 2019

N.º	Curso	Período	Local
01	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana	14 e 15.09	Promotorias de Justiça da Comarca de Alta Floresta
02	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana	21 e 22.09	Promotorias de Justiça da Comarca de Sinop
03	Curso Básico de Tiro e Noções de Sobrevivência Urbana	05 e 06.10	Promotorias de Justiça da Comarca de Juína

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional – GSI/MPMT

## 4.4.7 Atendimento a autoridades

Além da responsabilidade pela segurança institucional do MPMT, o GSI encarrega-se de realizar o traslado e segurança pessoal de autoridades de outros Estados que estejam em visita institucional ou participando de eventos organizados pelo MPMT. Durante o ano de 2019, foram 5 (cinco) dessas atividades, para atender autoridades de outros estados e integrantes do CNMP, Justiça do Trabalho e MPDF.

## 4.5 Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO)

Coordenadora Capital: Ana Cristina Bardusco Silva, Procuradora de Justiça Coordenador Unidades Desconcentradas interior: Mauro Zaque de Jesus, Promotor de Justiça Regulamentado pela Resolução nº 16/2003-CPJ, com alterações implementadas por meio da Resolução nº 162/2019-CPJ, de 20.03.2019, o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado - GAECO, no ano de 2019, realizou importantes ajustes na consecução dos trabalhos, inclusive na sua estrutura funcional, resultando no aprimoramento da execução de sua atividade precípua.

Na capital, o Grupo é composto por 01 (um) Coordenador, 02 (dois) Promotores de Justiça que atuam nos feitos de natureza extrajudicial, 02 (dois) Promotores de Justiça que atuam no âmbito judicial, 02 (dois) Delegados de Polícia Judiciária Civil e 01 (um) Oficial militar que coordena a equipe de operações, integrada por Policiais Militares e da Polícia Judiciária Civil. Ainda, um dos Promotores de Justiça da área extrajudicial assume a coordenação da equipe responsável pelas interceptações telefônicas e telemáticas, enquanto os Delegados de Polícia coordenam a equipe de análises bancária, fiscal e documental.

Em 2019, foram instaladas as Unidades Desconcentradas do GAECO, sob Coordenação do Promotor de Justiça Mauro Zaque de Jesus, nas Comarcas de Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sorriso. Cada uma dessas unidades é coordenada por um Promotor de Justiça local e conta com equipe formada por Oficial de Gabinete e Assistente Ministerial, além de Policiais Cíveis e Militares.

### 4.5.1 Atendimento ao público/ reuniões/ protocolos

No período de Janeiro a Dezembro de 2019, foram registrados 1.800 (mil e oitocentos) atendimentos no “Sistema I2” (Sistema de registro de procedimentos de natureza diversa), como: oitivas, protocolos de peças,

atendimentos a denunciante, reuniões com Promotores de Justiça, advogados, representantes de outras instituições, bem como reuniões para tratativas de celebração de acordo de colaboração premiada.

Desses, 376 referiram-se a Protocolos PRO (sistema de gestão administrativo), para registro de documentos de natureza “protocolo administrativo”, os quais, após cumprimento das deliberações, foram arquivados 323 (trezentos e vinte e três), incluindo 25 (vinte e cinco) do estoque de 2018.

Quanto aos Protocolos de Providências de Apoio – PRC, registraram-se 68 (sessenta e oito), que culminaram na emissão de 323 (trezentos e vinte e três) ordens de serviço, abrangendo a implementação de interceptações telefônicas, cumprimento/realização de diligências, mandados de busca e apreensão e mandados de prisão, que envolveram 55 agentes policiais em operações realizadas em campo, concluindo-se 54 apoios, somados 03 remanescentes do ano de 2018.

### **4.5.2 Procedimento Investigatório Criminal – PIC / Inquéritos Policiais – I**

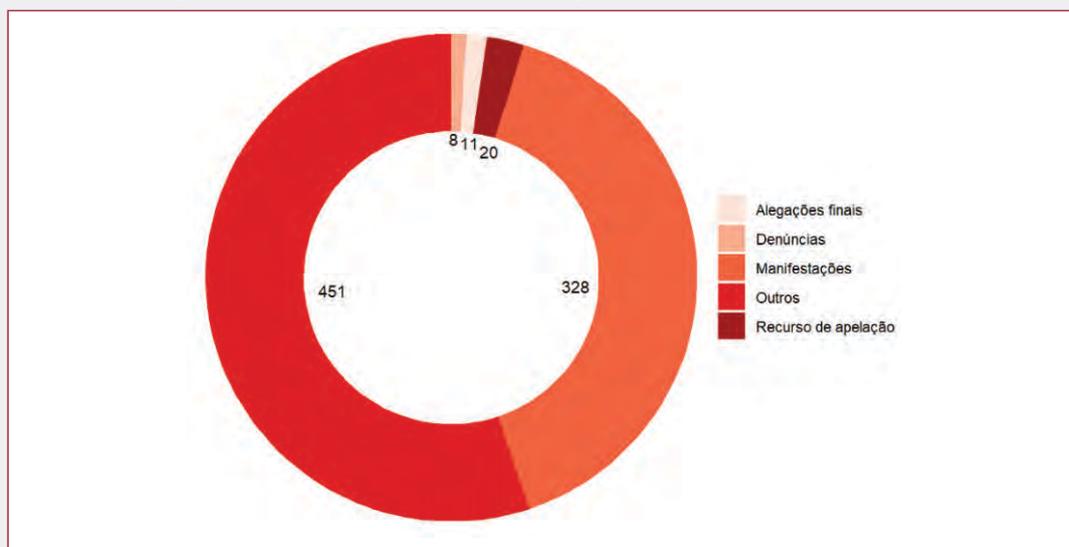
Em 2019, foram instaurados pelo Grupo 05 (cinco) PIC's (Procedimento Investigatório Criminal) e 07 (sete) Inquéritos Policiais. Além dos procedimentos internos, o Grupo também atua realizando apoio no interesse de PIC's, inquéritos policiais e petições, eminentemente de cunho sigiloso, instaurados pelo Núcleo de Ações de Competência Originária-NACO, bem como nos inquéritos policiais instaurados por Delegacias de Polícia com atribuição para investigar crimes executados por organizações criminosas, tendo sido recebidos 97 (noventa e sete) no ano em comento.

### **4.5.3 Movimentação de processos no SIMP**

As atividades realizadas pelos Promotores de Justiça que atuam nos processos judiciais recebidos a partir de 10.06.19, quando se deu início os registros eletrônicos nesse Grupo, estão demonstradas no gráfico da

figura 105.

■ Figura 104 - Gráfico das Movimentações realizadas no SIMP em 2019



Fonte: GAECO

#### 4.5.4 Operações / Recuperação de ativos

Foi deflagrada a “*Operação Coverage*” e a 3ª fase da operação “*Mercenários*”, pela Promotoria de Justiça Militar, em conjunto com GAECO e Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), na qual foram cumpridos mandados de prisão preventiva, busca e apreensão domiciliar e pessoal contra policiais militares, acusados de terem praticado homicídios qualificados, em atividade típica de grupo de extermínio – Mercenários, além de crimes de formação de organização criminosa armada, obstrução de justiça, falsidade ideológica e inserção de dados falsos em sistema de informação.

Realizou-se, também, a operação “*Boca Fechada*”, pela 1ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Barra do Garças, em cooperação com o Gaeco – Núcleo Operacional do Polo Regional de Barra do Garças -, em força tarefa de combate ao tráfico de drogas na cidade, que envolveu, ainda, 41 policiais civis, 24 policiais militares, um agente prisional e cão farejador, além dos dois promotores de Justiça e três agentes do Gaeco.

Assim, cumpriram-se mandados de busca e apreensão, em alvos estrategicamente investigados durante os trabalhos de apuração pelo

Gaeco, de pessoas altamente envolvidas com o tráfico de drogas, com histórico criminal abrangendo a prática de diversos crimes e vinculados a pontos de venda de entorpecentes que já vinham sendo monitorados pelas Polícias. Na fase inicial, foram desarticulados seis pontos de venda de drogas (bocas de fumo), efetuadas cinco prisões em flagrante de alvos investigados na Operação, e apreendidos drogas (maconha e pasta base), petrechos, armamento e dinheiro do tráfico.

### **4.5.5 Participação em Eventos/Cursos**

Em 2019, 69 integrantes do GAECO, dentre os quais: promotores de Justiça, delegados de polícia e servidores das unidades da capital e do interior, participaram de 16 eventos de capacitação e reciclagem, inclusive fora do estado, o que representou aumento de 33% em relação ao ano de 2018. Como o objetivo é aprimorar os trabalhos realizados pelo Grupo, percebe-se que a busca por resultados mais concretos no combate à criminalidade, foi mais eficiente em 2019.

Houve, ainda, cursos ministrados em apoio às unidades regionais, pelos Delegados de Polícia, Investigadores Cíveis e parceiros da equipe de Laboratório de Lavagem de Dinheiro, Curso de análise fiscais, bancárias, bem como telemático na cidade de Cáceres com a participação dos integrantes da respectiva unidade.

## 4.6 Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal

O Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal – NACO Criminal, regulamentado pelos artigos 77 e 78 da Lei Complementar Estadual nº 416/2010, é coordenado por um representante ministerial designado pelo Procurador-Geral de Justiça – atualmente, o Procurador de Justiça Domingos Sávio de Barros Arruda –, e possui, dentre as suas atribuições, sobretudo a de investigar e propor medidas judiciais de natureza criminal em face de agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Além dessa incumbência, compete também ao NACO Criminal.

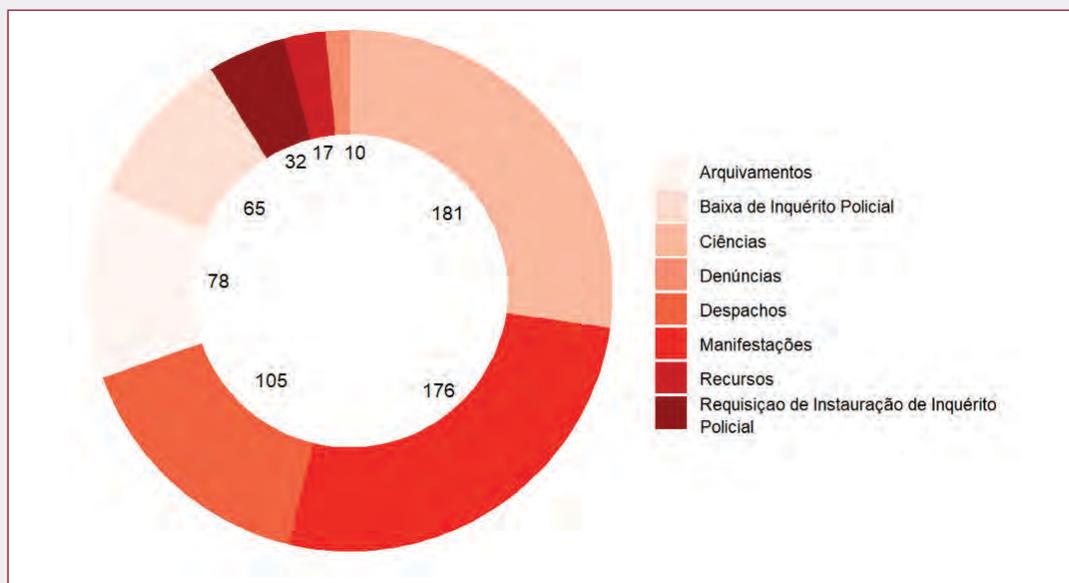
De forma inovadora no âmbito do NACO Criminal, celebrou-se, logo nos primeiros meses do ano de 2019, Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, com a finalidade de dar celeridade às investigações de condutas delituosas praticadas por agentes detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, formando-se, nessa oportunidade, um Grupo Operacional Permanente, que conta com uma equipe policial especializada, constituída por Delegado de Polícia, Escrivão e Investigadores, preparada para apurar crimes praticados pelos sobreditos agentes, contando, também, com todos os recursos tecnológicos necessários para esse fim.

Por outro lado, importante destacar que, além das investigações conduzidas pelo Grupo Operacional Permanente, este órgão de execução também possui outros Inquéritos Policiais em andamento que são presididos por autoridades policiais do interior do Estado de Mato Grosso, por Delegados da Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública da Capital, bem como procedimentos investigatórios que são conduzidos pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado – GAECO em conjunto com o NACO Criminal.

Algumas das atividades realizadas pelo NACO Criminal no ano durante o

período de 07.01 a 19.12.2019, estão demonstradas nos Gráficos das figuras 106 e 107.

■ Figura 105 - Gráfico das atividades realizadas no Gabinete do NACO Criminal em 2019



Fonte: NACO

■ Figura 106 - Gráfico das atividades realizadas no Gabinete do NACO Criminal em 2019



Fonte: NACO

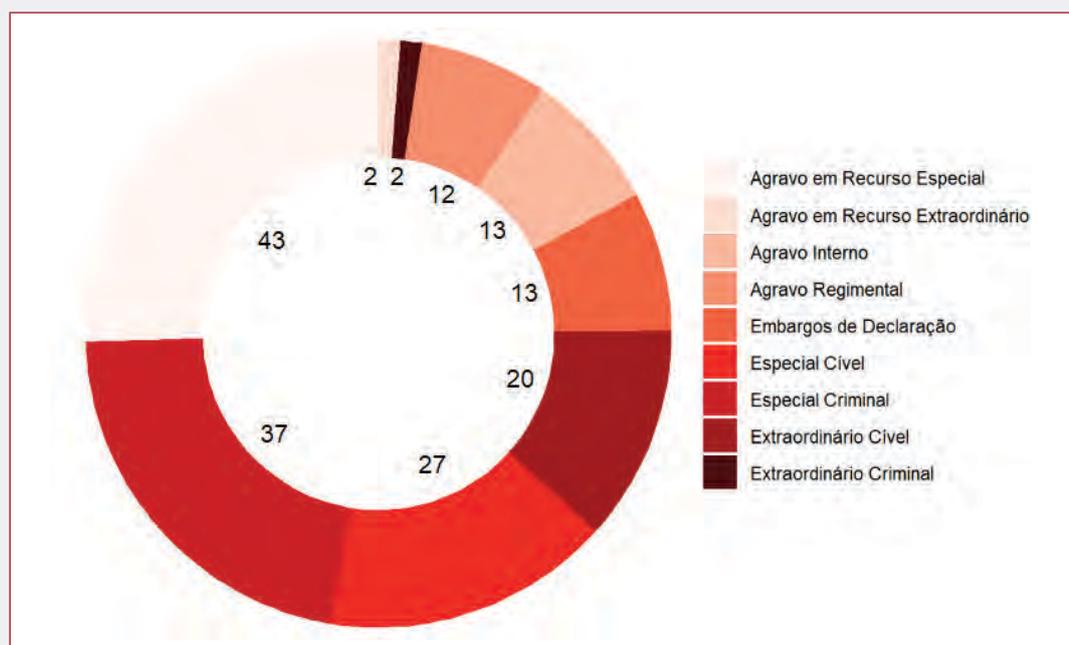
## 4.7 Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores

O Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores (NARE) é coordenado por um representante ministerial designado pelo Procurador Geral de Justiça – atualmente, o Procurador de Justiça José de Medeiros –, possui, como destinação precípua, a interposição de recursos constitucionais junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Em 2019, foi regulamentado o funcionamento do NARE, através do Ato Administrativo nº 834/2019-PGJ, com vigência a partir de 02.09.2019. A partir dessa alteração, o NARE providenciou e realizou cadastros de 12 (doze) membros desta Procuradoria-Geral de Justiça junto ao Supremo Tribunal Federal – STF e de 32 (trinta e dois) membros junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, para visualização e protocolização de peças.

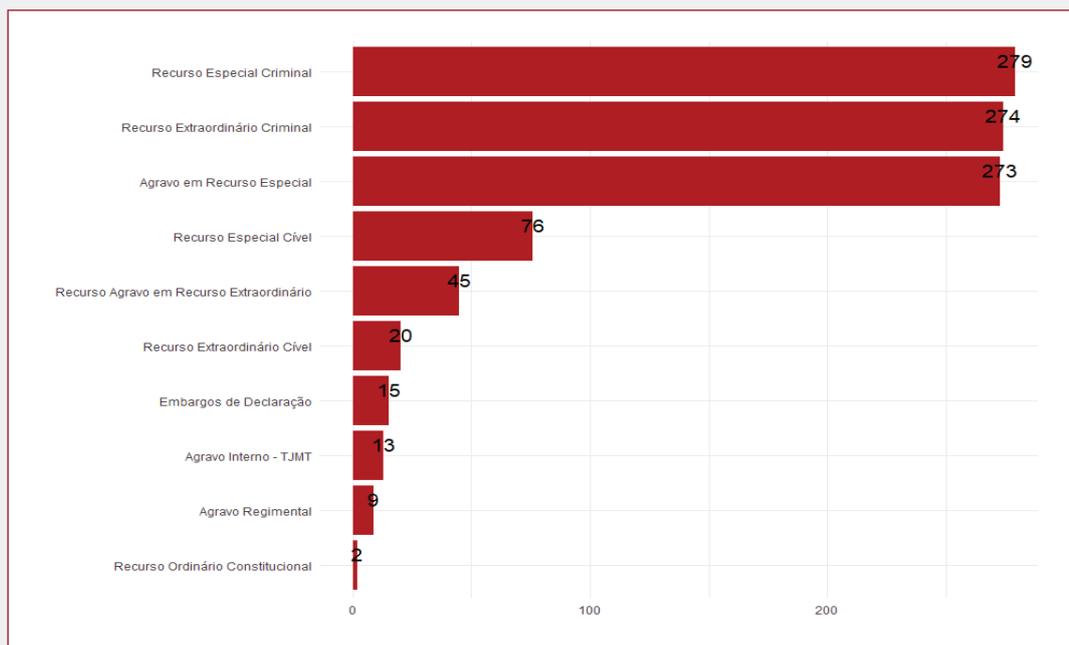
Algumas das atividades realizadas pelo NARE no ano durante o período de 07.01 a 19.12.2019, estão demonstradas nos Gráficos das figuras de 108 a 110.

■ Figura 107 - Gráfico dos Recursos interpostos pelo NARE em 2019



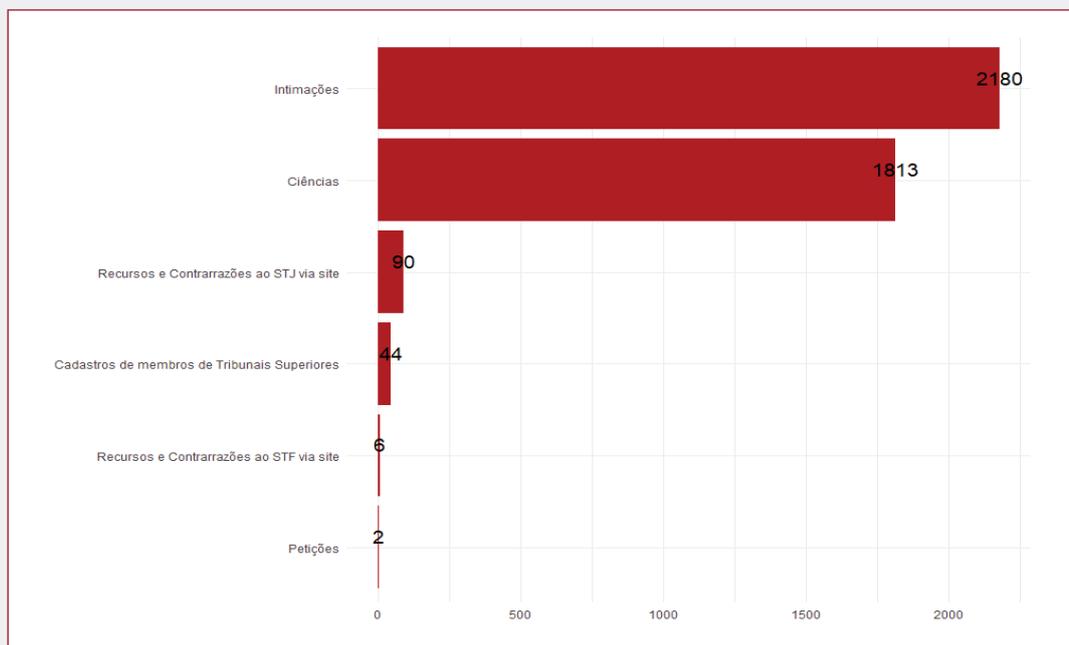
Fonte: NARE

■ Figura 108 - Gráfico das Contrarrazões apresentadas pelo NARE em 2019



Fonte: NARE

■ Figura 109 - Gráfico das demais atividades realizadas pelo NARE em 2019



Fonte: NARE

## 4.8 Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral é o órgão do MPMT por meio do qual se busca a comunicação direta e simples com a sociedade, atuando como porta de entrada das demandas populares junto a Instituição, com o objetivo de contribuir para a elevação contínua dos padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas na instituição, além de visar o fortalecimento da cidadania. Desde 14.03.2019, é coordenada pela Procuradora de Justiça Rosana Marra, que exerce o cargo de Ouvidora-Geral e a Procuradora de Justiça Julieta do Nascimento Souza, o cargo de Ouvidora Adjunta, designadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

A seguir, estão sintetizadas as atividades desenvolvidas durante o ano de 2019, apresentando dados estatísticos relativos à quantidade e tipos de atendimentos realizados, áreas jurídicas respectivas (área especializada), grau de escolaridade dos manifestantes, status atual dos registros, entre outros.

### 4.8.1 Dados Estatísticos

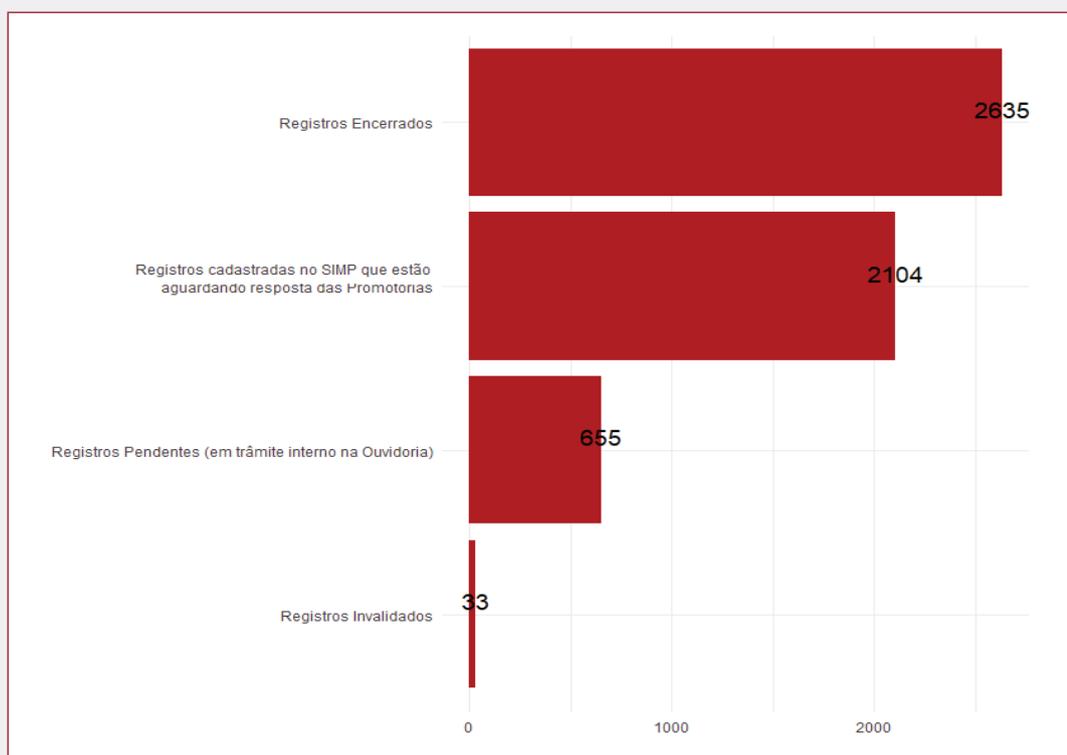
A Ouvidoria do Ministério Público, em 2019, recebeu 5.427 (Cinco mil quatrocentos e vinte sete) manifestações, formalizadas por meio dos canais de atendimentos disponibilizados à população (atendimento presencial e telefônico, atendimento via formulário no sítio eletrônico da Instituição, via aplicativo para **smartphones**, por e-mail e, ainda, por meio de correspondência postal). As manifestações formalizadas no período equivaleram à média de 519 (quinhentos e dezenove) registros mensais, ou seja, aproximadamente 20 (vinte) atendimentos por dia útil.

Os registros versaram sobre temas como saúde, improbidade administrativa, irregularidades na realização de concursos públicos, irregularidades em estabelecimentos prisionais, entre outros. Também foram registrados casos envolvendo a defesa do meio ambiente, lesão ao consumidor, violação aos direitos de idosos, deficientes físicos, crianças e adolescentes. Ainda, foram recebidas reclamações

remetidas via e-mail pelo Disque 100 (Secretaria da Mulher, da Família e Direitos Humanos) e pelo Disque 180 (Secretaria Especial de Defesa da Mulher, também da Presidência da República), todas contabilizadas em nosso sistema de registros e remetidas aos órgãos de execução competentes.

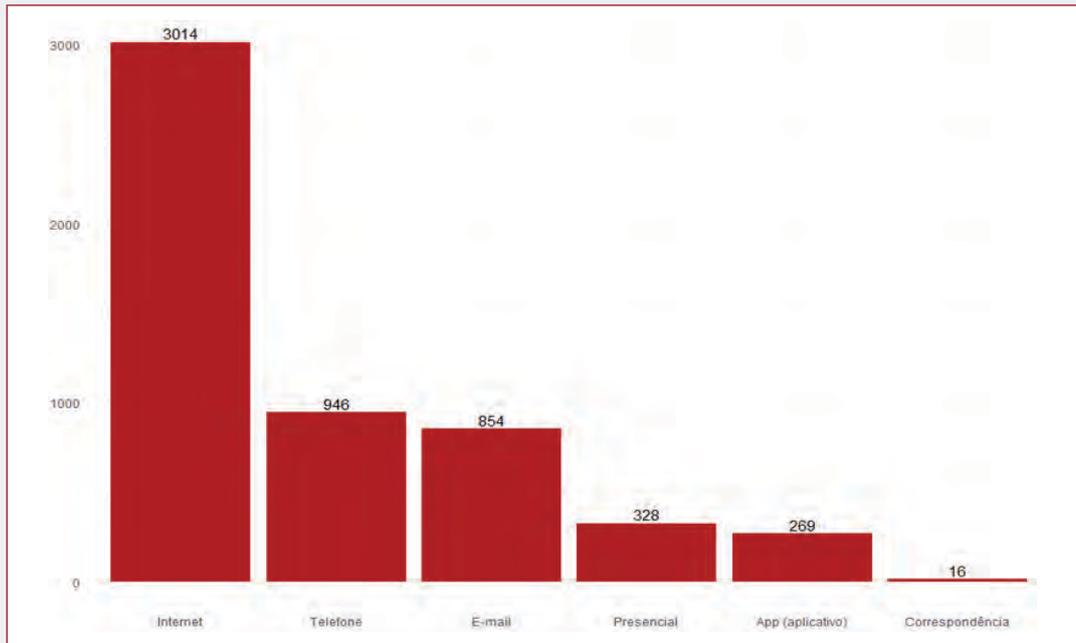
Observa-se que houve aumento significativo se comparado ao ano anterior na quantidade de manifestações recebidas por e-mail, que em 2018 totalizou 644 cidadãos atendidos e, em 2019, saltou para 854, bem como nas manifestações realizadas via aplicativo que e, 2018, foram 2867 (dois mil oitocentos e sessenta e sete), em 2019 o número de manifestações acolhidas nesta via foram 3014 (três mil e catorze). Ainda, inúmeros foram os atendimentos em que se prestou esclarecimentos e orientações diversas aos que procuraram a Ouvidoria do MPMT.

■ Figura 110 - Gráfico da produtividade e situação dos registros de 2019 efetuados pela Ouvidoria



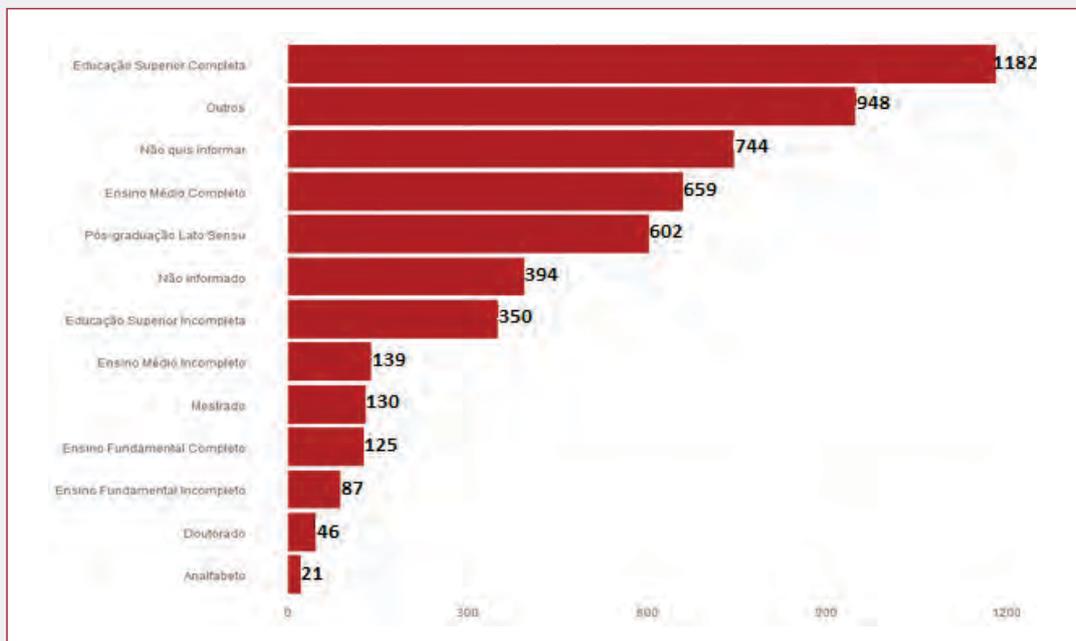
Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

■ Figura 111 - Gráfico com a origem das manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2019



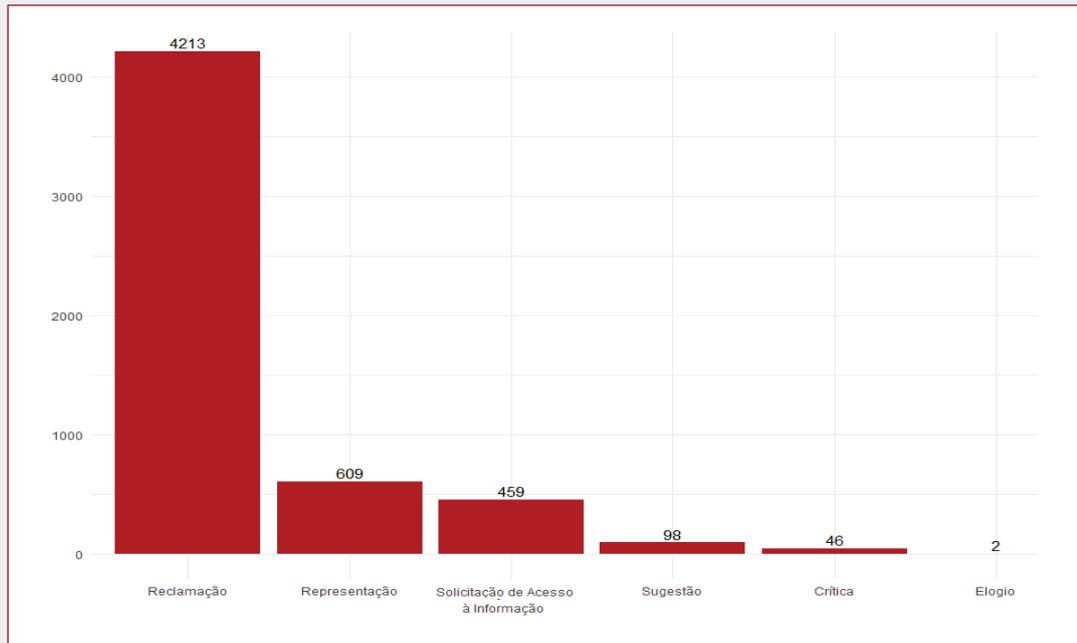
Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

■ Figura 112– Gráfico constando o grau de escolaridade dos manifestantes nos registros de 2019 feitos pela ouvidoria



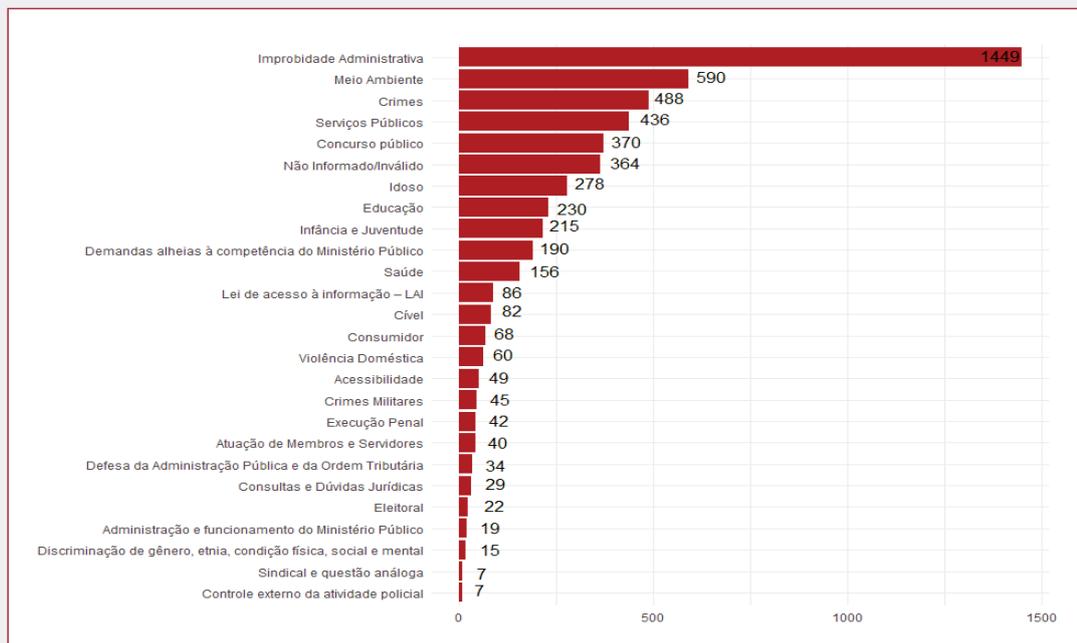
Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

■ Figura 113 - Gráfico do objetivo das manifestações registradas em 2019 pela ouvidoria



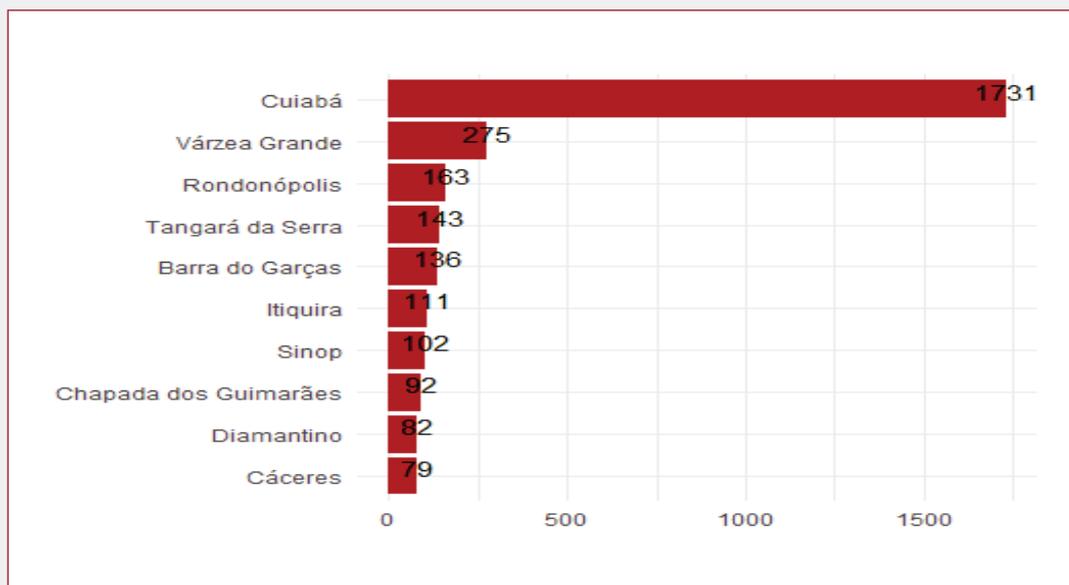
Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

■ Figura 114 - Gráfico do assunto das manifestações registradas em 2019 pela ouvidoria



Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

■ Figura 115 - Gráfico das 10 cidades com maior demanda nos registros da ouvidoria em 2019



Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

## 4.8.2 Iniciativas de Destaque

### 4.8.2.1 Ouvidoria Itinerante

Objetivando aproximar-se da sociedade, em 2017, o MPMT investiu na aquisição e adaptação de um veículo (van) destinado a estruturar o trabalho externo desenvolvido pela Ouvidoria Geral, que se desloca de sua sede para atender em regiões estratégicas, com apoio dos setores de transporte, segurança, imprensa, apoio administrativo, material, tecnologia da informação, engenharia e, desde maio/2019, dos Centros de Apoio Operacional (CAO's).

■ Figura 116 - Veículo adaptado para realização da Ouvidoria Itinerante



Em 2019, os trabalhos da Ouvidoria Itinerante, integrados ao “Projeto Viva o Seu Bairro”, organizado pela TV Gazeta de Comunicação, iniciaram-se em abril e ocorreram mensalmente até outubro, conforme demonstrado na tabela 53, em equipe composta pela Ouvidora Geral e pela Ouvidora Adjunta, respectivamente, as Procuradoras de Justiça Rosana Marra e Julieta do Nascimento Souza, acompanhadas das servidoras lotados no órgão, motoristas do Departamento de Apoio Administrativo, policiais do Gabinete de Segurança Institucional, entre outros servidores da instituição, conforme a necessidade ocasional.

• Tabela 53 - Eventos em que a ouvidoria Itinerante participou, em 2019

DATA	LOCAL
20/04/2019	Residencial Itamarati - Capital
04/05/2019	São Francisco - Capital
18/05/2019	Cohab Jardim Primavera – Várzea Grande
01/06/2019	Doutor Fábio II - Capital
15/06/2019	Parque Nova Esperança - Capital
29/06/2019	Novo Paraíso - Capital - Capital
13/07/2019	Distrito do Sucuri - Capital
27/07/2019	Jardim Fortaleza – Capital
10/08/2019	Pirinéu – Várzea Grande
24/08/2019	Residencial Ilza Terezinha P. Pagot - Capital
07/09/2019	Morada da Serra - Capital
09/09/2019	Jardim Vitória - Capital
21/09/2019	Osmar Cabral - Capital
05/10/2019	Parque do Lago - Capital
19/10/2019	Parque Cuiabá - Capital

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

A principal inovação, em 2019, quanto à atuação itinerante, foi a realização de pré-análise da situação do bairro contemplado com o Projeto Viva o Seu Bairro, tornando-a mais exitosa, por meio de relatórios expedidos pelos CAO's, que, a partir de maio, realizaram vistorias nas escolas, identificaram as ações em trâmite envolvendo o local e, assim, as necessidades mais prementes, envolvendo transporte público, áreas de preservação e outras questões de meio ambiente urbano, estruturas de unidades básicas de saúde e condições de vagas em creches. Diante disso, a equipe da Ouvidoria espera, em 2020, implementar

sistematicamente a atuação conjunta entre os setores, por meio de projeto em fase de elaboração para que seja submetido à análise da Administração Superior.

#### 4.8.2.2 Eventos

Tabela 54 - Eventos em que houve participação da ouvidoria do MPMT em 2019

DATA	EVENTO
08/02/2019	Reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público / 40 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP)
03/2019	5ª Reunião Ordinária da Diretoria do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP)
04/09/2019	44ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP)
11 e 12 Dez/2019	Encontro de Ouvidores do Ministério Público

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMT

# GESTÃO ADMINISTRATIVA



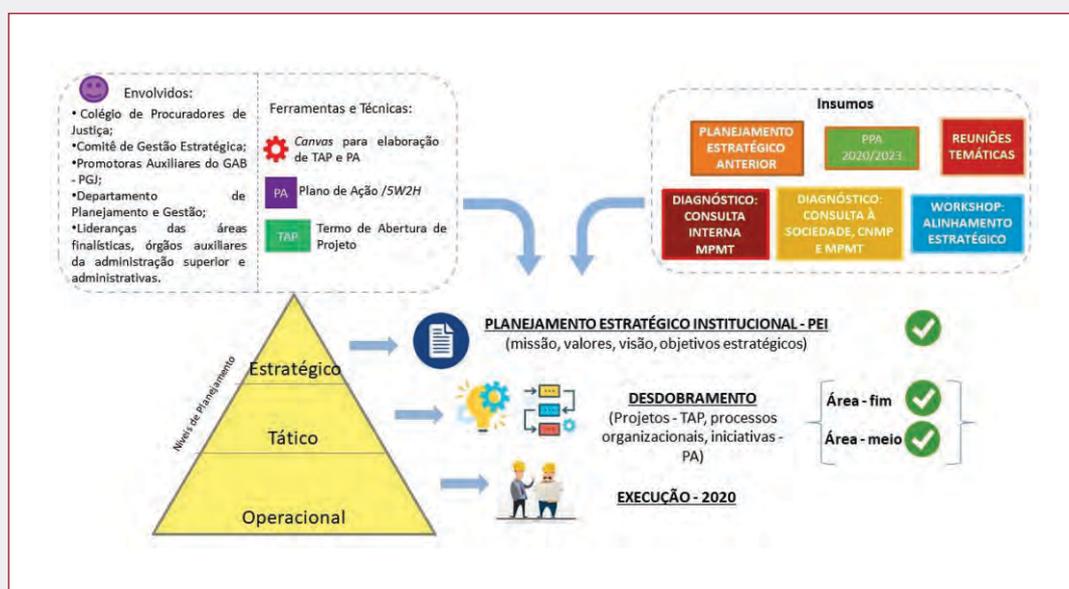
05

# 5 GESTÃO ADMINISTRATIVA

## 5.1 Reestruturação Institucional

### 5.1.1 Revisão do Planejamento Estratégico Institucional

■ Figura 117 - Processo de revisão do Planejamento Estratégico do MPMT



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Aprovado em reunião ordinária de 05 de novembro de 2015, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do MPMT, o Plano Estratégico para o período de 2016 a 2023 definiu missão, valores, visão, mapa e objetivos estratégicos, além de indicadores de desempenho e metas para a Instituição.

Entretanto, decorridos três anos, e consciente de que tão importante quanto a execução, são as revisões, como estabelecido na Resolução n.º 147/2016/CNMP, o Comitê de Gestão Estratégica, instância de governança composta pelo Procurador Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral e pelos titulares das Procuradorias de Justiça Especializadas, deliberou, em dezembro de 2018, pela revisão do

planejamento estratégico vigente.

Esse processo buscou promover um planejamento participativo, que envolvesse tanto os integrantes do MPMT quanto a sociedade em geral, e foi composto pelas seguintes etapas: aplicação de diagnóstico institucional; implementação dos grupos focais; **Workshop**; desdobramento da estratégia; definição de indicadores e projetos estratégicos.

### 5.1.1.1 Aplicação de diagnóstico para o público externo e interno

Por meio de pesquisa disponibilizada no **site** institucional, no período de 01/02 a 05/03/2019, para o público externo, e, de 20 a 31.03.2019, na **intranet** para o público interno, o MPMT pôde efetuar um diagnóstico das demandas da sociedade na definição das áreas de atuação a serem priorizadas nos próximos quatro anos.

### 5.1.1.2 Implementação de grupos focais

Em seguida, foram criados sete grupos de trabalho, para fomentar as discussões, sendo cinco (05) da área finalística (Infância e Adolescência; Cidadania e Consumidor; Meio Ambiente Natural e Urbanístico; Criminal; Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público) e dois (02) da área-meio (órgãos auxiliares da Administração Superior e apoio administrativo).

Os grupos de trabalho da área-fim foram integrados pelo titular de cada uma das Procuradorias Especializadas, pelos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional temáticos correlatos e por integrantes da instituição, indicados em conjunto pelas Procuradorias Especializadas e pelos Centros de Apoio Operacional.

Assim, valendo-se de aplicativo de mensagens, foi possível fomentar a discussão, nos grupos específicos, em que um relator e um moderador (facilitador), que apresentou relatórios e insumos

aos integrantes, propiciaram maior aproximação entre os integrantes da instituição e permitiram os debates na respectiva área de atribuição, contribuindo para a reflexão dos objetivos estratégicos. Além disso, os grupos foram mantidos, a fim de acompanhar a execução da estratégia, com o desdobramento das ações, e realizar seu monitoramento.

### 5.1.1.3 Workshop

Nos dias 29 e 30.04.2019, foi realizado, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o I **Workshop** de Planejamento e Gestão Estratégica, que contou com a participação de aproximadamente 60 membros e servidores, de forma presencial, bem como dos que atuam no interior do Estado, que acompanharam **online**.

O **Workshop**, coordenado pelas promotoras de Justiça auxiliares do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Claire Vogel Dutra e Hellen Uliam Kuriki, com apoio do Departamento de Planejamento e Gestão, foi conduzido pelos membros da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), Ana Lara Camargo Castro (Promotora de Justiça do MP/MS) e Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade (Procurador do Trabalho).

Durante o **workshop**, após as etapas de apresentação do Planejamento Estratégico Nacional, elaborado pelos membros do CPE/CNMP, e do projeto de revisão do Planejamento Estratégico do MPMT, aplicaram-se dinâmicas para definição de valores, visão e objetivos estratégicos, através de ferramenta de gestão estratégica denominada **Canvas**, seguidas de votação pelos participantes presencialmente e **online**.

Após a apresentação dos passos adotados para elaboração do diagnóstico, realização de encontros e definição dos indicadores, iniciaram-se os trabalhos dos grupos focais supramencionados.

### 5.1.1.4 Desdobramento da estratégia

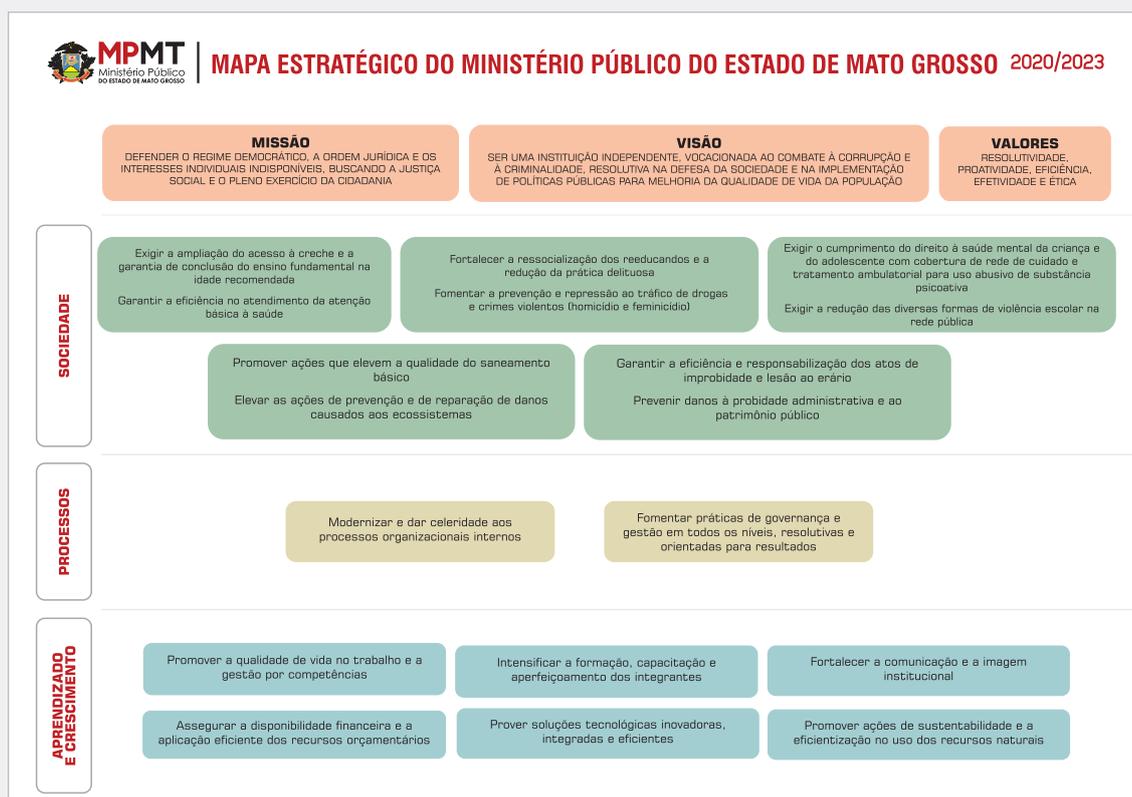
A partir das deliberações do *Workshop*: a priorização de dois objetivos estratégicos por área (finalística, área meio e órgãos auxiliares da administração superior) e a priorização das ações estratégicas da área-fim, foi desencadeado, nos meses subsequentes, o desdobramento da estratégia com elaborações técnicas do Departamento de Planejamento e Gestão (DEPLAN), em conjunto com a Administração Superior, Procuradorias de Justiça Especializadas e Centros de Apoio Operacional, culminando em mais de 40 reuniões de trabalho e alinhamento da execução.

Concomitantemente, foi instituído, em Agosto/2019, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE), composto inicialmente por Analista de Sistemas, Analista de *Business Intelligence*, Estatístico e Programador, responsáveis por padronizar os procedimentos necessários à coleta de dados referentes ao desempenho funcional dos órgãos de execução do Ministério Público; proceder a compilação dos dados coletados, analisando a sua qualidade e utilidade, adequando-os às demandas; conceber, em colaboração com o Departamento de Tecnologia da Informação, sistemas que gerem informações de maneira automática, dispensando-se a coleta e procedimentos manuais de dados. O Núcleo desenvolveu a ferramenta “Portal Foco – Gestão Estratégica” que tem por objetivo prestar informações ao público interno sobre o tema, além de acompanhar e monitorar a execução do planejamento estratégico, com interface com o Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP). O Portal pode ser acessado através do Portal de Aplicativos.

Já nos dias 05 e 06/11/2019, foi realizada capacitação em gestão estratégica voltada à Administração Superior, Procuradores de Justiça, Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares e Departamento de Planejamento e Gestão. Na sequência, no dia 07/11/2019, foi realizada capacitação com os integrantes da área meio (Chefes de Departamento), na qual foram ultimados os indicadores de cada departamento no Planejamento Estratégico Institucional.

Por fim, no dia 05/12/2019 foi apresentado e aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça a revisão do Planejamento Estratégico Institucional – 2020 – 2023, através da Resolução nº 185/2019 – CPJ, cujo mapa estratégico, missão, visão e valores estão detalhados na figura 119.

■ Figura 118 - Mapa estratégico do MP/MT 2020/2023



[https://mpmt.mp.br/portalfoco/html/\\_uploads/arquivos/mapa\\_estrategico\\_-\\_v4\\_b\\_164699802.pdf](https://mpmt.mp.br/portalfoco/html/_uploads/arquivos/mapa_estrategico_-_v4_b_164699802.pdf)

### 5.1.1.5 Indicadores e projetos estratégicos

Desdobrou-se o Planejamento Estratégico em dois objetivos para cada área finalística e dois para a Área Meio e órgãos auxiliares da Administração Superior (gestão institucional e apoio administrativo), os quais, por sua vez, foram desdobrados em macroações, indicadores de impacto e de esforço e em iniciativas, através de processos, projetos e planos de ação.

Na conclusão do Planejamento 2020 – 2023, temos, então, 18 Objetivos estratégicos, 56 macroações, 39 indicadores de impacto, 79 indicadores de esforço, 22 projetos estratégicos institucionais, 40 planos de ação, sendo 23 departamentos ou órgãos passíveis de detecção e intervenção, se pertinente, de processos organizacionais.

Através deste trabalho, observa-se que o planejamento não irá controlar o futuro, mas providenciar os meios para que os objetivos e metas sejam alcançados, servindo de base para um direcionamento institucional mínimo, com a busca incessante dos resultados estratégicos institucionais.

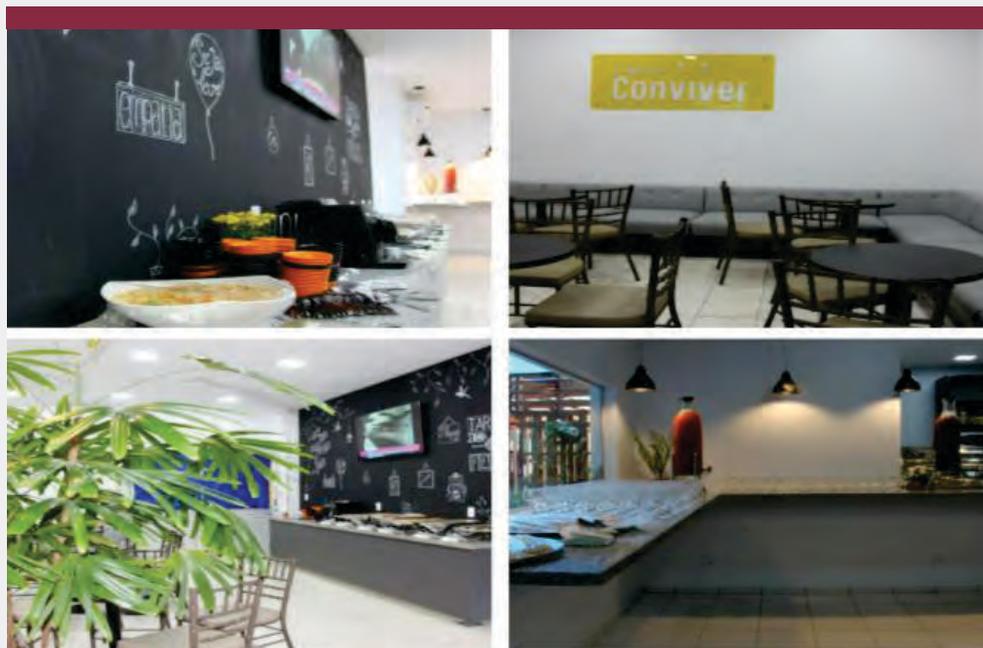
### 5.1.2 Infraestrutura

Em 2019, o MPMT passou por reestruturação física em diversos setores, que tiveram seus leiautes reformulados pela equipe do Departamento de Engenharia, para proporcionar maior conforto, ergonomia e funcionalidade aos ambientes de trabalho, bem como melhor aproveitamento dos espaços e recursos disponíveis.

Dentre os projetos e obras executados pelo setor, conforme Tabela 55, destacase o “Espaço Conviver”, cujo nome foi escolhido por meio de sugestão dos próprios integrantes do MPMT, para designar o refeitório da Procuradoria Geral de Justiça, após sua reformulação.

Ainda, além das diversas obras de construção, reforma e de manutenção das sedes Promotorias de Justiça do interior, como a de Barra do Garças, cuja área construída foi duplicada para atender à necessidade da região, a Administração trabalhou para o desenvolvimento de convênios que trarão novas sedes para as Comarcas de Lucas do Rio Verde e de Nova Mutum, através da permuta de imóveis com as respectivas Prefeituras Municipais.

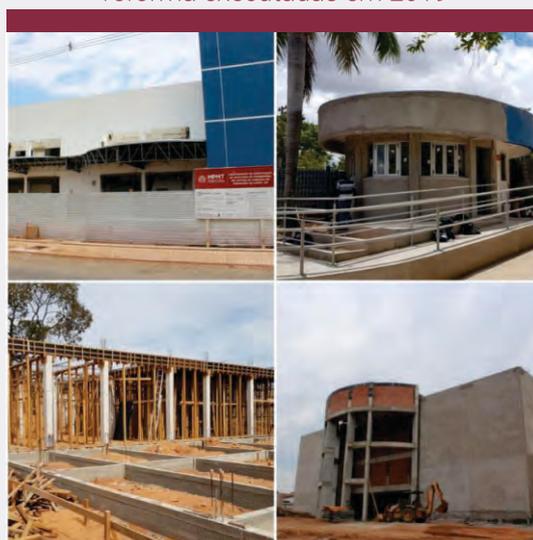
■ Figura 119 - Espaço conviver



■ Figura 120 - Obras de construção e reforma entregues em 2019



■ Figura 121 - Obras de construção e reforma executadas em 2019



• Tabela 55 - Obras realizadas pelo DENGE em 2019

N.º	Objeto	Início / Término	Valor (R\$)	% de conclusão até 12/2019
01	Continuidade da Construção do Restaurante na sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Cuiabá	10/10/2018 18/01/2019	69.804,78	100
02	Reforma da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Araputanga	26/06/2018 27/02/2019	314.734,58	100
03	ReformadasededasPromotoriasdeJustiça da Comarca de Mirassol D'Oeste	06/08/2018 26/02/2019	242.643,63	100
04	Construção de novas vagas de estacionamento ao lado da cabine de força da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ)	30/10/2018 28/02/2019	258.473,56	100
05	Reforma da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Pedra Preta	30/10/2018 05/04/2019	167.789,88	100
06	Reforma e Ampliação da sede própria da Promotoria de Justiça de Barra do Garças	29/08/2016 16/07/2019	1.600.957,92	100
07	Ampliação de Estacionamento, Adequação de Muro Existente e Pintura da Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Sinop	11/04/2019 10/10/2019	316.078,76	100
08	Reforma da sede das Promotorias de Justiça da ComarcadeBarrado Bugres	01/04/2019 22/11/2019	108.642,62	100

• Tabela 55 - Obras realizadas pelo DENGE em 2019

N.º	Objeto	Início / Término	Valor (R\$)	% de conclusão até 12/2019
09	Construção da nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis	05/03/2018 Prev. 16/02/2021	16.754.093,30	34,62
10	Construção da Nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Cáceres	23/02/2018 Prev. 19/03/2020	3.692.757,96	96,21
11	Construção do Anexo 02 da Procuradoria-Geral de Justiça de Cuiabá	18/09/2018 Prev. 06/09/2020	6.316.855,44	13,34
12	Reforma e ampliação da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Campo Novo do Parecis	13/05/2019 Prev. 11/02/2020	733.785,02	79,64
13	Reforma e Ampliação da Guarita Frontal da Procuradoria-Geral de Justiça abrangendo área externa e estacionamento lateral e frontal	05/08/2019 Prev. 19/12/2019	168.327,56	50,69
14	Continuidade da Construção da nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Primavera do Leste	05/08/2019 Prev. 05/02/2020	1.698.034,68	50,69
15	Adequação da casa alugada para acomodação da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Campinápolis	15/01/2019 01/04/2019	23.787,77	100
16	Adequação de Imóvel Alugado para a Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Poxoréu	27/03/2019 26/04/2019	31.801,31	100
17	Adequação de imóvel alugado para a sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Porto Esperidião	12/08/2019 12/09/2019	18.481,78	100

• Tabela 55 - Obras realizadas pelo DENGE em 2019

N.º	Objeto	Início / Término	Valor (R\$)	% de conclusão até 12/2019
18	Manutenção Predial da Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Água Boa	03/09/2019 02/10/2019	44.170,28	100
19	Adequação de estacionamento de visitante e pintura externa da Promotoria de Justiça da Comarca de Alta Floresta	2019	21.724,87	100
20	Adequação de elementos construtivos da sede das Promotorias de Justiça da Capital	18/11/2018 16/01/2019	72.385,09	100
21	Elaboração de impacto de trânsito urbano (RIT) da sede da Procuradoria Geral de Justiça	14/11/2018 26/02/2019	23.500,00	100
22	Construção de Abrigo para Bombas e Realocação de Bombas Existentes na sede das Promotorias de Justiça da Capital	02/09/2019 09/10/2019	12.791,08	100
23	Elaboração de solução tecnológica do sistema de som ambiente e do sistema de multimídia que permita a transmissão, gravação online de eventos abrangendo projeto executivo de instalações elétricas, audiovisual, cabeamento estruturado de dados e voz e acústica do Colégio de Procuradores do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça	08/11/2018 05/08/2019	26.500,00	100
24	Sistema de microgeração de energia elétrica fotovoltaica, do tipo conectado à rede, de potência nominal, na sede das PROJUS da Infância e Juventude da Capital	02/04/2019 28/06/2019	324.199,91	100
25	Manutenção Predial da Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Canarana	08/10/2019 07/11/2019	48.460,36	100
26	Manutenção Predial da Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Guarantã do Norte	20/09/2019 20/10/2019	53.094,42	100

Fonte: Departamento de Engenharia – MPMT

### 5.1.3 Estrutura funcional

Outra mudança importante executada em 2019, foi a readequação do quadro funcional, para atender às demandas das Promotorias de Justiça de forma equânime, de acordo com a necessidade de cada uma delas.

Desse modo, foi encaminhado projeto de lei à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que aprovou a alteração do quadro de servidores comissionados da instituição, conforme tabela 56. Outras informações relativas aos recursos humanos serão detalhadas adiante.

• Tabela 56 - Alterações no quadro de servidores comissionados implementadas em 2019, por meio da Lei n.º 10.876/2019, de 26.04.2019

Cargo	Total de vagas vigente	Total de vagas após alterações pela Lei n.º 10.876/2019
Assessor Especial	20	25
Assessor de Procurador	30	37
Assistente Ministerial – área fim	125	200
Assistente Ministerial – área meio	50	70
Auxiliar Ministerial	0	165
Gerente	27	29
Oficial de Gabinete	150	212

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

### 5.1.4 Gestão de Projetos

A Gerência de Desenvolvimento e Projetos, que integra o Departamento de Planejamento e Gestão do MPMT, responsável pela elaboração e aplicação de metodologias, acompanhamento, orientação e apoio ao desenvolvimento de projetos e propostas de inovação elaboradas por servidores e membros da instituição realizou, em 2019, as seguintes ações descritas na tabela 57.

• Tabela 57 - Ações realizadas pela Gerência de Desenvolvimento e Projetos em 2019

Atribuição	Atividades realizadas
<b>Cadastro anual de iniciativas no Banco Nacional de Projetos do CNMP</b>	14 projetos cadastrados
	6 projetos atualizados
<b>Cadastro anual de boas práticas para o prêmio INNOVARE</b>	5 boas práticas cadastradas pelo EGP e demais pelos próprios autores
<b>Elaboração de minutas relacionadas à Resolução 141/2017/MPE/MT (instrumentos complementares da Gestão Estratégica)</b>	Proposta de normativa para elaboração e gestão de projeto
	Criação do banco estadual de projetos e do prêmio “Foco na Estratégia”
<b>Curso EaD de Gerenciamento de Projetos</b>	Elaboração do conteúdo
	Elaboração do plano de aulas
	Gravação das aulas (8 módulos)
<b>Apoio à elaboração de proposta</b>	Implementação dos GAECOS regionais
<b>Apoio à elaboração de Projetos</b>	Revisão do Planejamento Estratégico
	“Leitura que transforma”
	“Projeto Educação Popular em Saúde Mental”
	Projeto ROMA”
	“Ação Integra MP – Feliz Natal”
	“Programa Qualidade de Vida”

• Tabela 57 - Ações realizadas pela Gerência de Desenvolvimento e Projetos em 2019

Atribuição	Atividades realizadas
<b>Apoio à elaboração de Projetos</b>	"Projeto Olhos da Mata"
	"Clima Organizacional"
	"Projeto de Implantação do Programa de Governança de Dados Pessoais no MPE-MT"
	"REDE PROTEGE - Articulação Intersetorial da Infância e Adolescência de Cuiabá-MT"
	"Implantação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica"
	"Banco Estadual de Projetos do MPMT – BEP-MPMT"
	"Cidadão com Voz e Vez"
	"Liga da Saúde no Combate à Obesidade Infantil"
	"Fórum Permanente de Acompanhamento do Plano Nacional de Educação"
	"Monitoramento dos Registros de Violência escolar"
"Um novo sistema para uma nova realidade - SIMP 3"	
<b>Apoio ao processo de revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023</b>	definição dos objetivos estratégicos, workshop, reuniões
	definição das macroações, indicadores e metas do PEI 2020-2023 área finalística
	definição e elaboração das iniciativas da área finalística de acordo com os objetivos estratégicos do PEI 2020-2023, utilizando a metodologia PM CANVAS, reuniões e elaboração do Termo de Abertura dos projetos; elaboração dos Planos de ação de cada área utilizando o método 5W2H em formato de CANVAS, técnica de reunião e inserção no sistema de Gestão de Projetos. Foram elaborados, para a área finalística, 9 termos de abertura de projetos e 13 planos de ação
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão - MPMT	

## 5.2 Gestão Orçamentária e Financeira

A Gestão Orçamentária e Financeira foi realizada principalmente por meio dos Departamentos de Planejamento e Gestão (DEPLAN), de Aquisições (DAQ), de Apoio Administrativo (DAA) e Financeiro (DEFIN) e refletem o direcionamento proposto pela Administração Superior.

### 5.2.1 Planejamento orçamentário

Fazem parte do Departamento de Planejamento e Gestão (DEPLAN) - que tem sua missão descrita no Ato Administrativo n. 520/2016-PGJ: “integração da execução orçamentária com a elaboração dos instrumentos de planejamento e a melhoria dos sistemas e processos administrativos” -, as Gerências de Gestão e de Planejamento e Execução Orçamentária, responsáveis pela elaboração, controle e prestação de contas das ações realizadas pela instituição, por meio do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Atuação, bem como do orçamento necessário para sua execução, além da elaboração de relatórios como o Relatório da Ação Governamental (RAG).

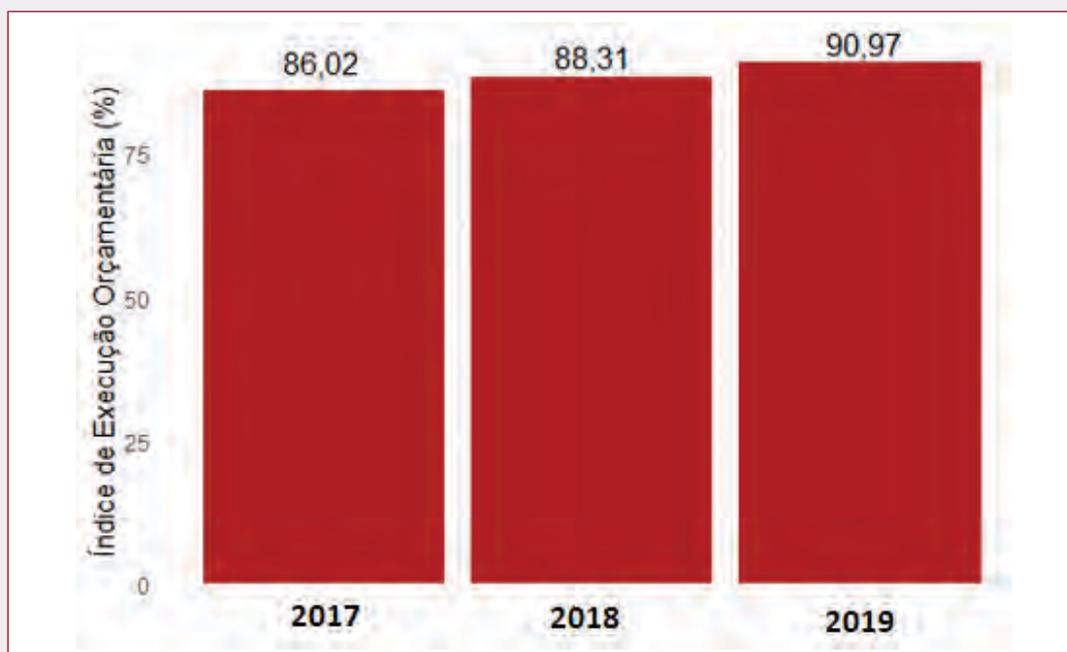
Nas tabelas 58 e 59 e nos gráficos das figuras 123 e 124, referentes à execução orçamentária nos anos de 2017, 2018 e 2019, observa-se que, em 2019, o índice de execução do orçamento (total empenhado/dotação autorizada), usado para medir a efetividade na aplicação dos recursos consignados para atendimento das demandas institucionais, resultou em 90,97%, demonstrando uma evolução no equilíbrio entre o orçamento fixado e o executado ao longo do período avaliado.

Tabela 58 - Execução Orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019 (total)

Ano	Dotação inicial	Crédito suplementar	Dotação autorizada	Empenhado
2017	453.315.682,20	49.974.389,20	503.290.071,40	432.951.134,47
2018	459.412.392,56	0,00	459.412.392,56	405.706.302,88
2019	473.641.554,00	29.450.000,00	503.091.554,00	457.683.969,24

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

■ Figura 122 – Gráfico do índice de execução orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019



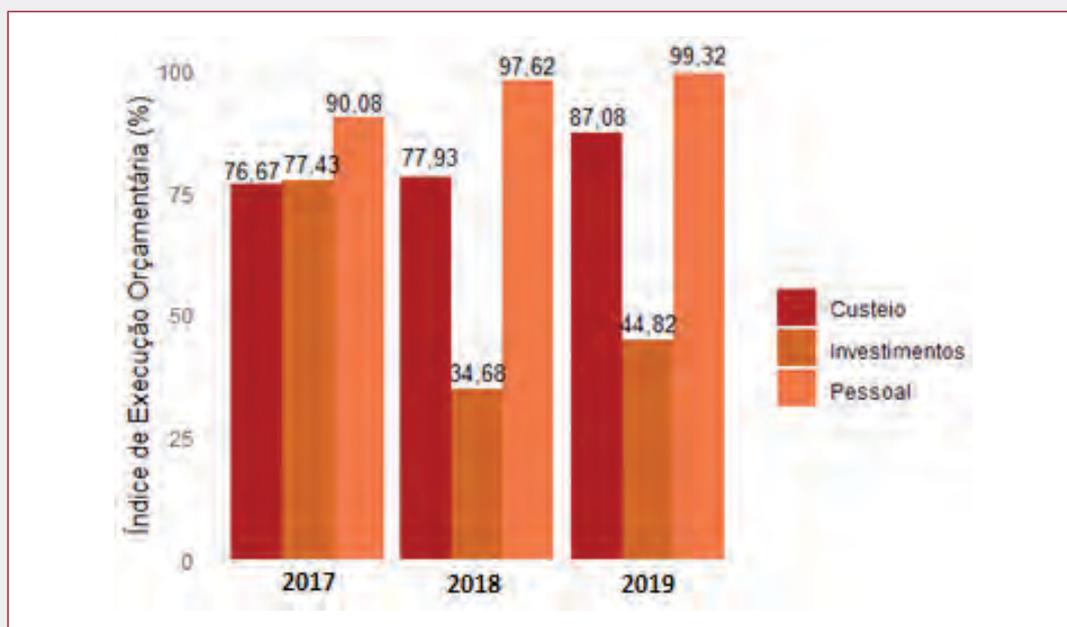
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

■ Tabela 59 - Execução Orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, em 2019, por grupos de despesas

Ano	Grupo	Dotação inicial	Crédito suplementar / Redução	Dotação autorizada	Empenhado
2017	1 - Pessoal	315.594.467,18	33.232.586,13	348.827.053,31	314.238.432,18
	3 - Custeio	112.068.890,34	5.411.361,24	117.480.251,58	90.077.911,25
	4 - Investimentos	25.652.324,68	11.330.441,83	36.982.766,51	28.634.791,04
2018	1 - Pessoal	308.291.942,20	3.200.000,00	311.491.942,20	304.083.205,30
	3 - Custeio	119.560.903,52	3.200.000,00	116.360.903,52	90.677.141,98
	4 - Investimentos	31.559.546,84	0,00	31.559.546,84	10.945.955,60
2019	1 - Pessoal	314.782.854,00	34.538.818,96	349.321.672,96	346.955.804,36
	3 - Custeio	129.669.852,00	30.738.818,96	98.931.033,04	86.147.483,87
	4 - Investimentos	29.188.848,00	25.650.000,00	54.838.848,00	24.580.681,01

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

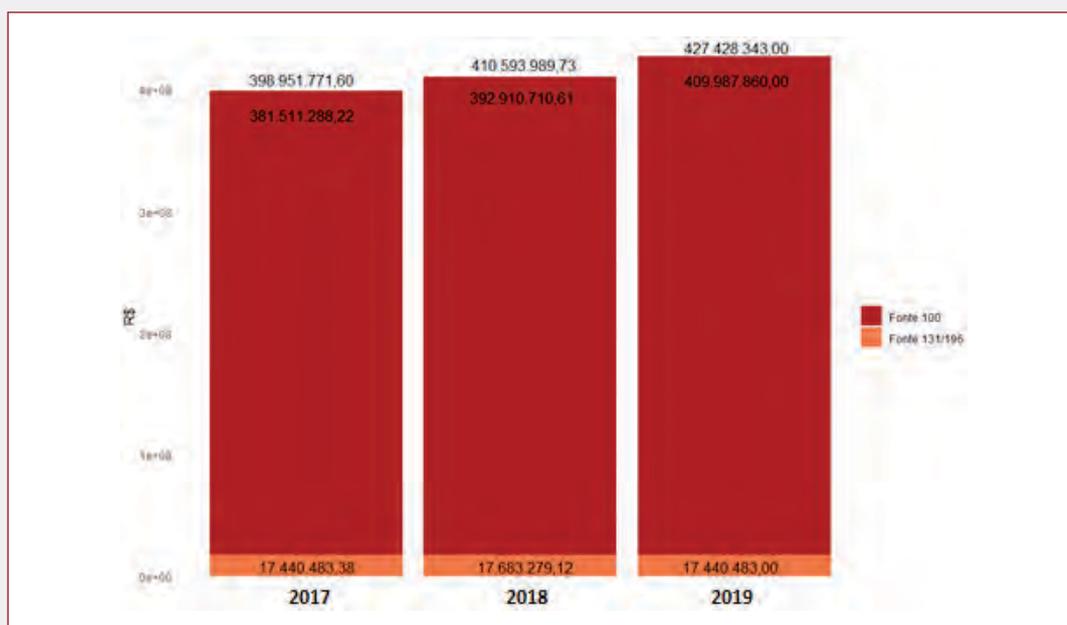
■ Figura 123 - Gráfico do índice de execução orçamentária da PGJ, por grupos de despesa, em 2019



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

No Gráfico da figura 125, demonstra-se a evolução do orçamento/duodécimo anual, desde 2017, referente à Fonte 100 e à 131/196, ambas provenientes de recursos do Tesouro Estadual.

■ Figura 124 - Gráfico da Evolução do orçamento/duodécimo - Fontes 100 e 131/196 (Tesouro Estadual), de 2017 a 2019



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

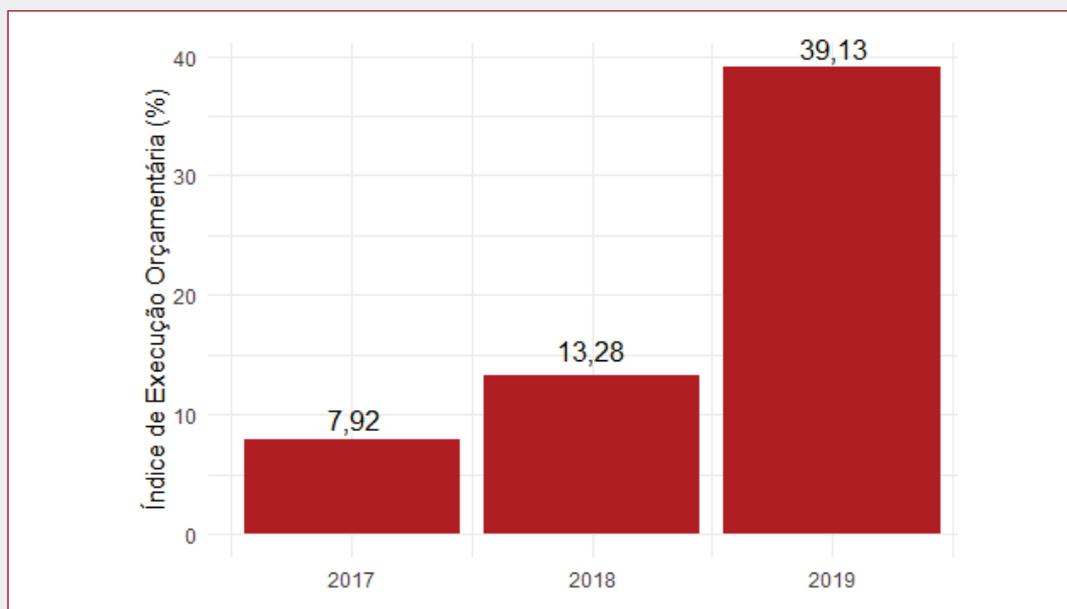
Em relação ao Fundo de Apoio do Ministério Público, cujos dados estão detalhados na tabela 60, comparados a 2017 e 2018, o índice de execução orçamentária foi de 39,13%, conforme gráfico da figura 126. Esse fundo é utilizado para custear, principalmente, despesas com realização de perícias, diligências, pesquisa de natureza jurídica, estudos e cursos oferecidos aos Integrantes para fins de aperfeiçoamento da atividade ministerial, dentre outras.

• Tabela 60 - Execução Orçamentária do Fundo de Apoio do Ministério Público, de 2017 a 2019

Ano	Dotação inicial	Crédito suplementar	Dotação autorizada	Empenhado
2017	824.390,67	3.268.304,09	4.092.694,76	324.186,20
2018	133.404,53	3.883.854,12	4.017.258,65	533.582,95
2019	856.503,00	1.350.615,00	2.207.118,00	863.716,18

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

■ Figura 125 - Gráfico do índice de execução orçamentária - Fundo de Apoio do Ministério Público, de 2017 a 2019

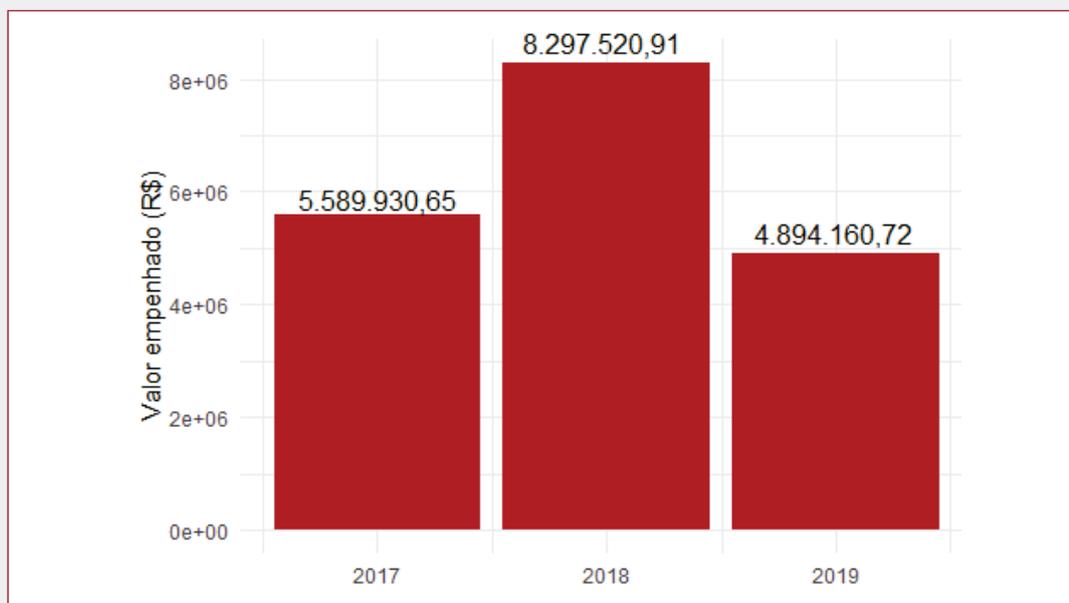


Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

Os gráficos a seguir refletem parte da despesa decorrente das atividades descritas nas seções “Gestão da Tecnologia da Informação” e “Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida”: com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços à sociedade foram investidos, no triênio 2017-2019, mais de 18 milhões de reais em Tecnologia da Informação e, no que concerne a Despesa Total com Pessoal, constata-se o fiel

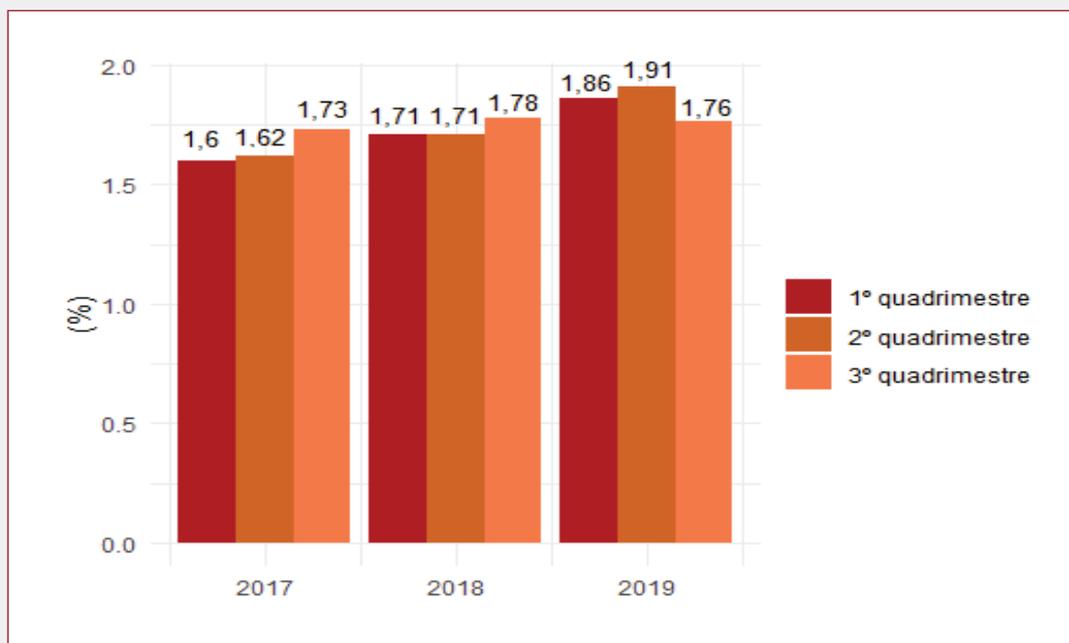
cumprimento dos limites fiscais estabelecidos.

■ Figura 126 - Gráfico de Investimentos em Tecnologia da Informação, pelo MPMT, de 2017 a 2019



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

■ Figura 127 - Gráfico da evolução da despesa com pessoal (Art 55 LRF), do MPMT, de 2017 a 2019



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – MPMT

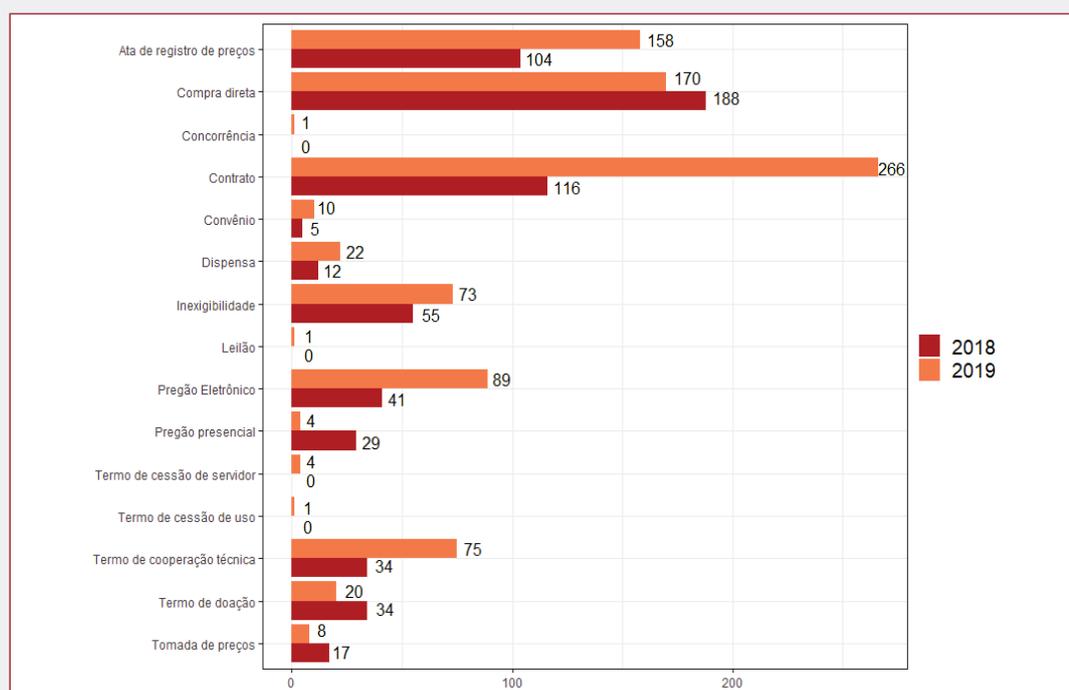
## 5.2.2 Gestão de Aquisições

No contexto da execução do orçamento e do planejamento, o Departamento de Aquisições (DAQ), exerce, segundo o Ato Administrativo n.º 520/2016-PGJ, a missão de “garantir a efetivação e a agilidade das aquisições de bens e contratação de obras e serviços, de forma eficiente, para melhor atender às demandas das unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça”, por meio das Gerências de Aquisições, Licitações e Convênios e Contratos.

Em 2019, o DAQ atuou sempre orientado pelas premissas estabelecidas no planejamento estratégico da Instituição, com objetivo de racionalizar os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis para o cumprimento da missão ministerial, alcançando os resultados descritos a seguir.

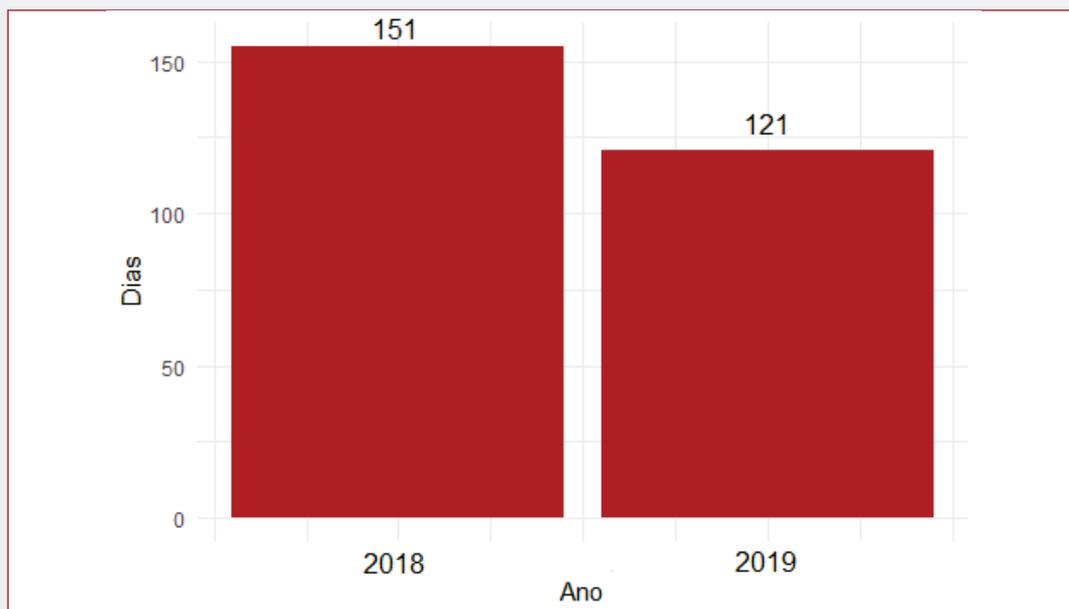
No gráfico da figura 129, demonstra-se o crescimento de 42% no total de demandas do DAQ, em relação ao ano de 2018, quando analisados os documentos firmados e os processos licitatórios realizados. Entretanto, reduziu-se em 34 dias (22%) o tempo médio na tramitação dos procedimentos de Pregão Eletrônico (gráfico da figura 130).

■ Figura 128 - Gráfico com a quantidade de procedimentos realizados pelo DAQ, em 2018 e 2019



Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

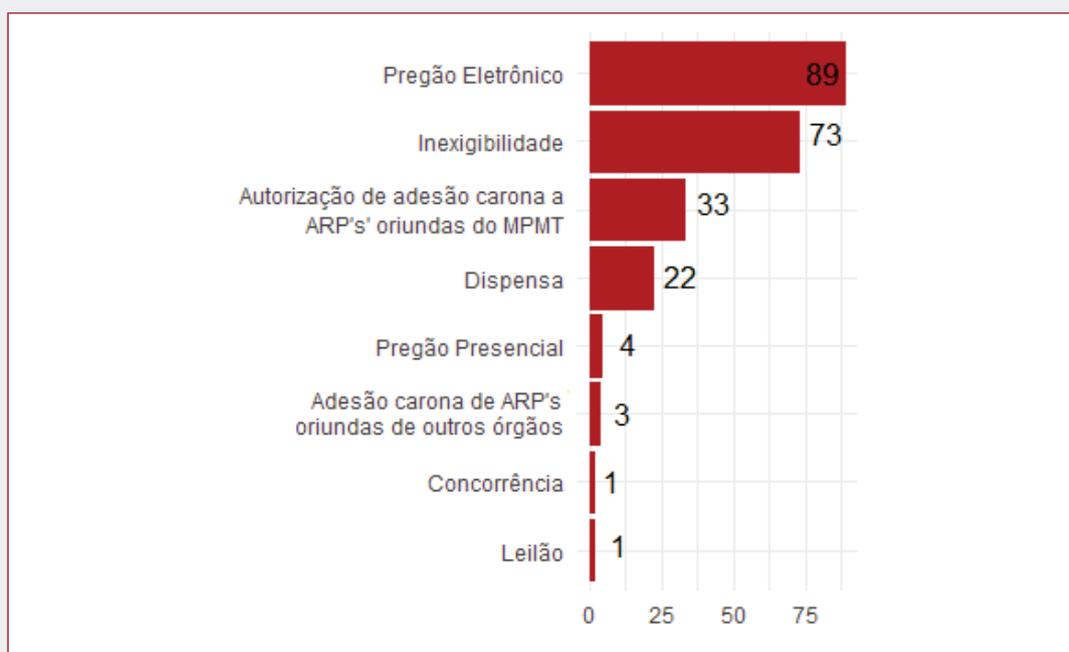
■ Figura 129 - Gráfico do tempo médio de tramitação de processos em 2018 e em 2019



Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

No tocante às atividades licitatórias, destaca-se a economicidade de 30% (trinta por cento) em relação aos valores apurados nas pesquisas de mercado prévias ao processo de compra. O valor médio estimado foi de R\$ 747.437,49 e a média de valores contratados foi de R\$ 466.766,12, representando R\$ 175.626,86 de economia, em média, em cada contrato.

■ Figura 130 - Gráfico das modalidades de licitação no MPMT em 2019



\*ARP: Ata de Registro de Preço.

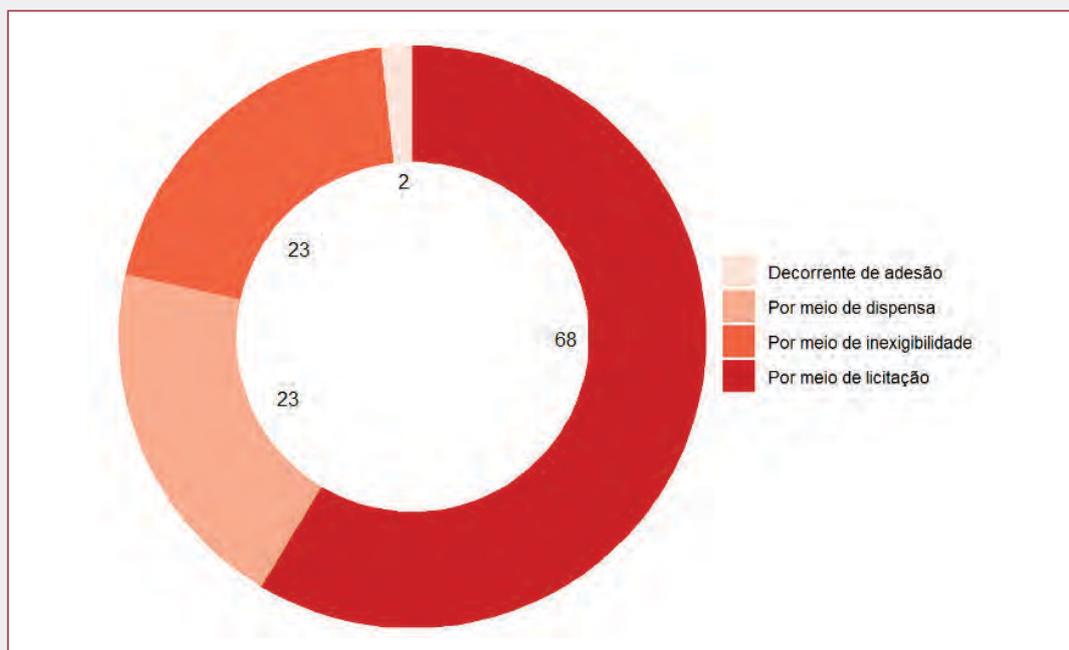
Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

Os processos licitatórios no MPMT em 2019 tiveram como principais modalidades o Pregão Eletrônico, utilizado em 38% dos casos, seguido de Inexigibilidade (31%) e Dispensa (9%), como elucida o gráfico da figura 131.

O Pregão Eletrônico passou a ser empregado de maneira mais intensa em 2019, por possibilitar a disputa entre um maior número de empresas, o que garante melhor preço, com a qualidade exigida por meio dos Termos de Referência, cuja elaboração ganhou maior atenção, sendo realizada pelas áreas demandantes do objeto de compra, com apoio do DAQ e da assessoria jurídica.

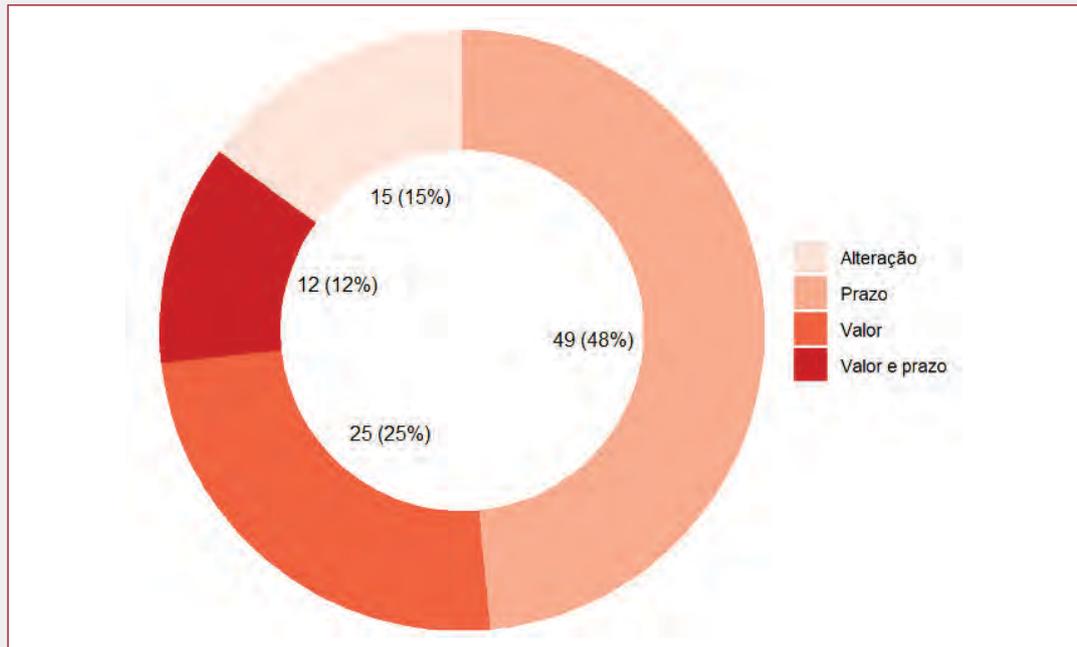
Em 2019, firmaram-se os contratos a partir das modalidades de licitação descritas no gráfico da figura 132, sendo que 48 dos 116 contratos (41,37%) ocorreram por inexigibilidade, dispensa ou adesão. Já nos gráficos das figuras 133 e 134, estão detalhadas as razões para os aditamentos e para os apostilamentos, respectivamente, realizados em 2019, sendo a maior parte para alterações diversas de valor e/ou prazo dos contratos.

■ Figura 131 - Gráfico dos tipos de contratos firmados em 2019 e seus instrumentos de licitação



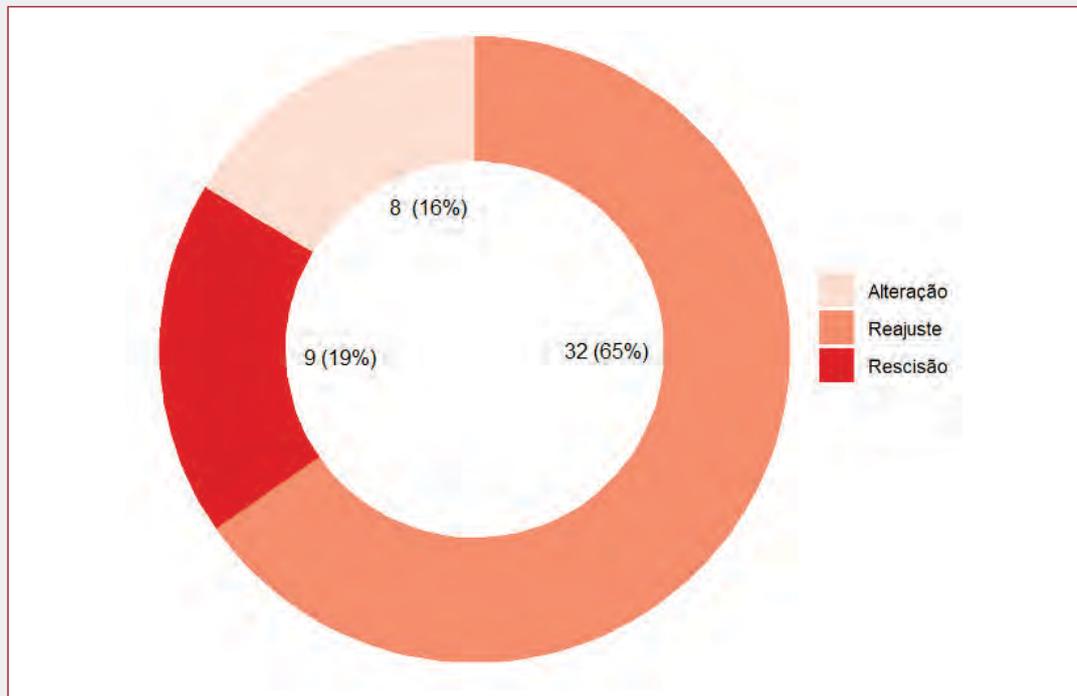
Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

■ Figura 132 - Gráfico com as justificativas para os aditamentos realizados em 2019



Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

■ Figura 133 - Gráfico com as Justificativas para os apostilamentos realizados em 2019



Fonte: Departamento de Aquisições – MPMT

## 5.2.3 Gestão de serviços e materiais

Dentre os setores administrativos do MPMT, a missão do **Departamento de Apoio Administrativo (DAA)** é coordenar as atividades de recebimento e expedição de documentos e materiais, a execução de serviços de manutenção em geral, transportes, segurança, controle e conservação patrimonial do MPMT. Formado pelas Gerências de Materiais, de Manutenção e Transportes, de Patrimônio, de Serviços Gerais e de Documentação e Arquivo, sendo que esta última realizou, em 2019, a mudança do Arquivo Central do MPMT, do prédio da Procuradoria Geral de Justiça, para um espaço maior, na Sede das Promotorias de Justiça da Capital.

As despesas de 2019 nos contratos de serviço vigentes, que estiveram sob responsabilidade do Departamento de Apoio Administrativo estão compiladas na tabela 61. Já as tabelas 62 e 63, apresentam os dados relacionados ao pessoal terceirizado.

- Tabela 61 - Total de despesas nos contratos de serviço sob responsabilidade do DAA, em 2019

Objeto	N.º de Contratos	Despesa Anual (R\$)
Fornecimento de energia elétrica (Energisa)	9	3.087.742,90
Abastecimento de Água	8	186.548,88
Locação de Imóveis	23	515.349,96

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo - MPMT

- Tabela 62 - Pessoal terceirizado pelas empresas Gestor Serviços Empresariais Eirelli e Pantanal Vigilância e Segurança ao MPMT, em 2019

Pessoal terceirizado	Postos de Trabalho Ativos	Despesa Anual (R\$)
Auxiliar Administrativo	27	1.072.910,40
Vigilante (segurança armada)	77	4.163.118,00

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo - MPMT

- Tabela 63 - Pessoal terceirizado pela empresa Transamérica Construções e Serviços ao MPMT, em 2019

Pessoal terceirizado	Postos de Trabalho Ativos
Recepcionista	94
Office Boy	41

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo - MPMT

Já a Gerência de Manutenção e Transportes, cujas informações de atividades estão contabilizadas na tabela 64, em 2019, desenvolveu um aplicativo para controle das saídas dos veículos do DAA, sendo possível verificar com mais precisão e facilidade qual o responsável pelo veículo e as últimas diligências realizadas, dispensando o relatório manual e disponibilizando o preenchimento via celular, informações essas acompanhadas em tempo real pela gerência.

Além disso, foi realizado leilão de veículos inservíveis e, como o último havia sido em 2014, vários veículos deixaram de circular, totalizando 27 motocicletas e 7 veículos automotores parados no pátio da Procuradoria-Geral de Justiça. Leiloados 24 veículos, foram auferidos R\$ 51.870,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e setenta reais).

• Tabela 64 - Dados gerais referentes às atividades da Gerência de Manutenção e Transportes em 2019

N.º	Atividade	Total
01	Viagens com veículos oficiais	296
02	Viagens com motorista da Ger. de Transportes	183
03	Distância percorrida	187.000 km
04	Veículos adquiridos	10
05	Manutenções realizadas	235 / R\$ 244.622,14
06	Abastecimento (álcool, diesel, diesel S10, gasolina, gasolina aditivada, óleo de câmbio)	108.670,549 L / R\$ 387.727,44
07	Lavagem de veículos	348
08	Atendimento itinerante	16

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo – DAA/MPMT

Na tabela 65, estão contabilizadas informações referentes à Gerência de Serviços Gerais, que acompanha as atividades relacionadas a manutenção predial geral; limpeza, asseio, conservação, serviços de jardinagem, serviços de garçom e copeiragem; refrigeração de ambientes; comunicação visual; e projetos de adequação e ampliação de prédios. O referido setor é responsável por contratos com as empresas de manutenção predial, abrangendo, principalmente, entregas relacionadas a readequação e/ou ampliação de gabinetes e salas dos prédios da PGJ e da Sede das Promotorias de Justiça da Capital.

Tabela 65 - Dados gerais referentes às atividades da Gerência de Serviços Gerais em 2019

N.º	Atividade	Total
01	Atendimentos para manutenção predial	Civil (média de 8/dia) 1.920
		Elétrica (média de 6/dia) 1.440
		Ponto lógico (média de 2/dia) 480
02	Disponibilidade média de elevadores em prédios do MPMT*	96%
03	Postos de serviço para limpeza, conservação e atendimento	Serviços gerais 139 / 289.120 HH**
		Copeiro 15 / 31.200 HH
		Jardineiro 04 / 8.320 HH
		Garçom 07 / 14.560 HH
		Limpador de vidros 04 / 8.320 HH
		Encarregado 02 / 4.160 HH
04	Disponibilidade média de sistemas de refrigeração em prédios do MPMT***	98%
05	Fornecimento de materiais e atendimentos especiais	Confecção de carimbos e acessórios 1.033
		Aquisição de cópias de chaves, molas, fechaduras, maçanetas, cadeados 712
		Aquisição de serviços de instalação, abertura de portas, de cofres, de carros, reparo em portas 228
		GLP – botijão de 13 Kg 140
		Água mineral – galão 20 L 13.000
06	Atendimentos de ampliação, adequação e ajustes em estruturas das sedes de Cuiabá e Várzea Grande	Paredes de Gesso Acartonado com e sem revestimento acústico 1.000 m²
		Forro Mineral 600 m²
		Forro de PVC 350 m²
		Vidros e Espelhos 75m²

\*Cuiabá (Sede PGJ e Sede Promotorias de Justiça), Várzea Grande, Alta Floresta, Rondonópolis, Tangará da Serra, Sorriso, Sinop.

\*\*Horas-homens disponibilizadas para atendimento.

\*\*\*Cuiabá (Sede PGJ, Sede Promotorias de Justiça, Sede PJ Infância e JECRIM), Várzea Grande, Tangará da Serra, Sorriso, Sinop.

Fonte: Departamento de Apoio Administrativo – DAA/MPMT

## 5.2.4 Gestão financeira

Em relação ao **Departamento Financeiro (DEFIN)**, responsável por coordenar, controlar, registrar e acompanhar a execução orçamentária financeira e patrimonial dos recursos do MPMT, por meio das Gerências de Contabilidade, de Tomada de Contas e Financeira, as atividades executadas em 2019, envolveram, entre outras, registros contábeis dos atos e fatos de natureza patrimonial e financeira, das receitas próprias e previdenciárias; execução de movimentações bancárias; classificação orçamentária dos processos licitatórios; elaboração de balancetes mensais e anuais referentes às Unidades Orçamentárias do MPMT; controle e publicação, no Portal Transparência, das receitas e despesas, incluindo as com diárias, passagens e adiantamentos; pagamentos referentes a folha de pessoal, compra direta, diária e adiantamento e demais despesas, após regular liquidação.

Além disso, o setor também providenciou o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), além de atender às demandas propostas pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e às auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Destaca-se, também, a participação na Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC) e que, até a presente data, não houve nenhum apontamento pela Auditoria de Controle Externo do TCE culminando assim com aprovação das contas do Ministério Público Estadual de Mato Grosso.

## 5.3 Gestão de Tecnologia da Informação

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), composto pelas Gerências de Suporte Técnico à Infraestrutura Tecnológica; de Administração de Banco de Dados; de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos; e de Conectividade de Redes e Segurança da Informação, atua de acordo com as deliberações definidas nas reuniões periódicas

do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação.

Em 2019, teve como objetivos principais o desenvolvimento e implantação de sistemas que simplifiquem as atividades realizadas em todo o estado; a migração de dados para a nuvem, com grande disponibilidade; a atualização do parque computacional; a implantação de equipamentos de segurança em redes computacionais; e a implantação de links de internet com alta velocidade em todas as comarcas.

De modo geral, ao final do período em tela, é possível avaliar que a TI posiciona-se com respostas mais rápidas e resultados que impactam diretamente o trabalho de todos que fazem parte da instituição. A cada projeto implantado, novas práticas de mercado e redução de custos diretos/indiretos tornam-se realidade.

Entretanto, percebe-se a necessidade de constante aprofundamento em conhecimentos técnicos para manter a robusta estrutura de sistemas, servidores e parque computacional em pleno funcionamento, pois, com aproximadamente 80 comarcas atendidas, a instituição tem um crescimento contínuo em integrantes e volume de dados, o que sinaliza atenção à gestão para melhor aplicação de recursos na área de TI.

A seguir, são detalhados os principais avanços implementados por cada gerência que compõe o DTI.

### **5.3.1 Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos**

a) Participação na Mostra de Tecnologia do MP Brasileiro: A metodologia DevOps, utilizada no DTI/MPMT, foi apresentada em Curitiba-PR, durante a Mostra de Tecnologia do MP Brasileiro. Além de fornecer experiência desde os primeiros estudos, aquisições e implantação de ferramentas, a equipe técnica também pode colher novas soluções de tecnologia já implantadas em outros estados, como por exemplo, projetos de governança estratégica, soluções utilizando análises estatísticas, inovação em parceria com a iniciativa privada e sistema de provimento de cargos.

b) Desenvolvimento de sistemas para apoio do CAO: Neste ano, o DTI conseguiu apoiar de maneira eficiente a reformulação do CAOP que passou a ter 14 centros de apoio temáticos. Nesse sentido, foi desenvolvido o Portal do CAO, possibilitando que cada centro de apoio publique conteúdos dos mais variados assuntos no **site** do MPMT. Com a nova plataforma, além dos membros e servidores, o cidadão também consegue consultar as informações selecionadas pela equipe do CAO. Em complemento ao Portal do CAO, também foi desenvolvido o Banco de Peças. Neste sistema, a mesma equipe dos CAOs pode publicar peças jurídicas, cartilhas, recomendações, manuais de atuação e outros, podendo contribuir para a realização das atividades das Promotorias de Justiça.

c) Implantação do Diário Oficial Eletrônico do MPMT: Com o grande desafio de reduzir custos e agilizar as publicações na imprensa oficial, em junho/2019, foi lançado o Diário Oficial Eletrônico do MPMT. Com a nova plataforma, a instituição começou a reduzir drasticamente o valor do contrato vigente com a Imprensa Oficial do Estado, visto que, nos últimos 3 anos, foram gastos mais de R\$ 1.100.000,00 com as publicações.

d) Sistema de Plantões: Com o objetivo de eliminar a uma atividade extremamente manual, que envolve recebimento, manutenção e controle das escalas de plantão dos promotores de Justiça e a respectiva publicação no **Site** do MPMT, foi desenvolvido o Sistema de Plantões. Neste sistema, o próprio promotor gerencia a escala do seu grupo, podendo realizar alterações a qualquer tempo.

Além disso, o lançamento dos dias de direito relacionados ao plantão é realizado automaticamente no sistema **Protheus**, permitindo que o membro possa usufruí-lo imediatamente, através de solicitação por meio do Portal Vida Funcional.

Dessa forma, suprimem-se outras etapas manuais do processo, como o cadastro de requerimentos pelo Departamento de Atendimento e Expediente e o processamento das folgas provenientes desses plantões pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

e) Sistema de Diárias: Em 2019, foi publicada nova normativa quanto ao pagamento dos valores de diárias, considerando o subsídio de cada membro. Nesse contexto, o DTI reformulou todo o sistema para adequá-lo ao novo cálculo, automatizando rotinas e criando uma nova interface para que o Departamento Financeiro trabalhe com maior confiabilidade nas informações.

f) Integração com o FIPLAN/MTI: Considerando que o MPMT utiliza diariamente o sistema FIPLAN para lançamento de informações financeiras, tornou-se imprescindível obter os dados lançados para refinamento do planejamento estratégico e da execução orçamentária.

Assim, por meio de uma integração direta com o banco de dados do FIPLAN, foi possível construir vários relatórios de empenhos e pagamentos, por favorecido, bem como permitir que o eJADE consulte os dados de um determinado número de empenho, o que garante mais agilidade e confiabilidade nas informações prestadas.

g) Implantação do SIMP no GAECO: Um importante ganho para a instituição em 2019 foi a implantação do SIMP no GAECO, uma vez que, desde a criação do Grupo, suas atividades eram registradas de maneira apartada em sistemas próprios. Após inúmeras reuniões, mapeamento de processos e ajustes de sistema, no mês junho/2019, foi implantado com sucesso o SIMP, possibilitando que o grupo obtenha todas as vantagens que o sistema já proporciona para aos órgãos de execução.

### 5.3.2 Gerência de Conectividade de Redes e Sistemas

a) Implantação de nova solução de segurança: Implantada nova solução de segurança de redes "**Firewall**", em todas as promotorias do interior e na capital, possibilitando uma melhor performance, agilidade e modernização das proteções de segurança de rede.

b) Rede sem fio: Foi adquirida uma nova solução de rede sem fio,

para melhorar o acesso dessa solução nas promotorias da capital e interior.

c) **Link de Internet**: Foram contratados *links* de *internet* para as promotorias do interior e capital, através de meio de comunicação de fibra ótica e realizado um aumento significativo das velocidades de acesso à *internet*.

d) Nuvem: Em 2019, foi realizada a finalização da migração do servidor de arquivos para a nuvem.

e) ASN: Em 2019, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso se tornou um ASN (Sistema Autônomo), por meio do qual possui um bloco de endereços de IP de *internet* próprio, sem depender de operadoras para o fornecimento.

f) Reestruturação dos Racks: Foi realizada, em 2019, a organização dos racks da PGJ e interligação com a rede elétrica do **Data Center**, melhorando, assim, a disponibilidade e a redução de eventuais interrupções por falta de energia ou oscilação.

g) Segmentação da Rede: Realizou-se a segmentação da rede, proporcionando maior segurança da rede em que os clientes não possuem acesso direto aos servidores sem nenhum controle de segurança, de modo que são inibidos possível propagação de vírus e ataque interno.

### 5.3.3 Gerência de suporte e tecnologia

a) **Outsourcing** de impressoras/*scanners* e *nobreaks*: Contratados serviços de terceirização para fornecimento de impressoras/*scanners* e *nobreaks*, bem como o suporte e manutenção aos respectivos equipamentos, garantindo disponibilidade, manutenção e logística adequadas em todo estado.

b) Modernização do Parque Computacional: Foram investidos, aproximadamente, R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil

reais) em novos equipamentos para substituição programada de computadores obsoletos. Cada substituição de equipamento proporciona economia nos custos de manutenção e de peças, otimizando os gastos de TI e proporcionando melhor experiência de trabalho aos integrantes da instituição, que resulta em ganho de performance nas atividades oferecidas pelo MPMT à sociedade.

c) Atendimentos: Durante o ano de 2019, foram realizados 14.961 (quatorze mil, novecentos e sessenta e um) atendimentos, dos quais se destaca os seguintes resultados:

- Redução de 8% no número de chamados gerados pelos clientes em comparação ao ano anterior (2018), dado importante considerando que a diminuição de chamados demonstra eficácia nas melhorias aplicadas;
- 85,64% do total de chamados atendidos foram solucionados remotamente;
- 86% do total de chamados atendidos remota e presencialmente, foram concluídos conforme o Acordo de Nível de Serviço (SLA) que mensura o nível de entrega dos serviços prestados.

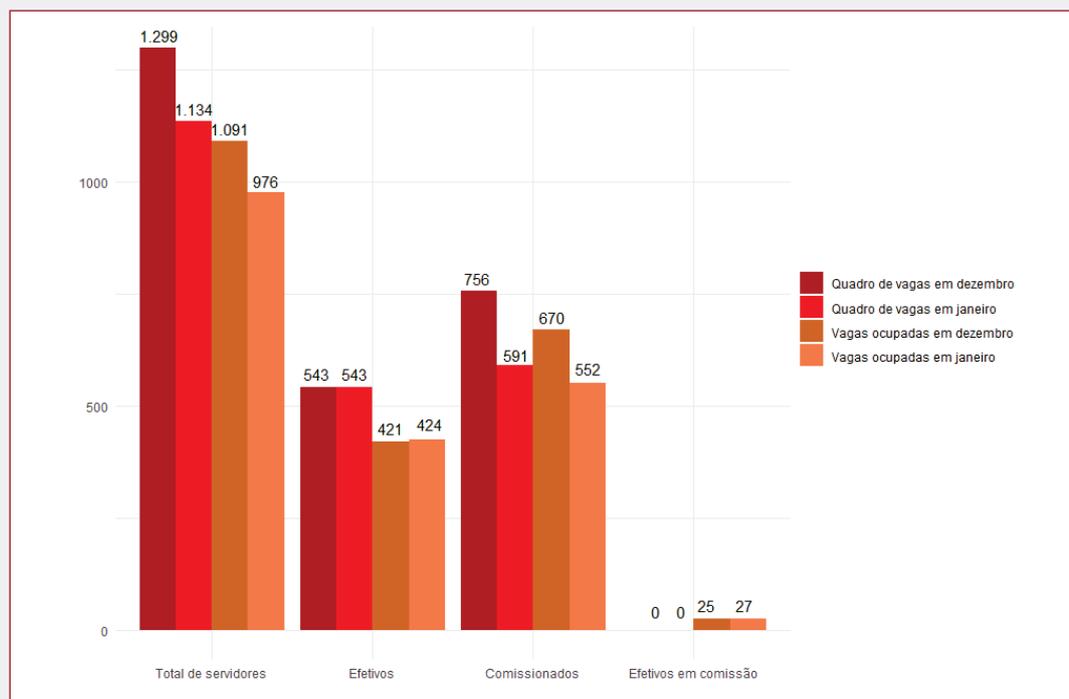
## 5.4 Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), formado pelas Gerências de Pessoas - Membros, de Pessoas – Servidores, de Inativos e Pensionistas e de Desenvolvimento, em 2019, foi fundamental para a execução das atividades de reestruturação funcional do Ministério Público de Mato Grosso.

Os dados decorrentes desse trabalho de reorganização estão descritos nos gráficos das figuras 135 e 136 e referem-se às atividades envolvidas nos processos de nomeação, exoneração e transferência (remoções, promoções, relocações), por exemplo.

No gráfico da figura 135, está demonstrada a variação no número de servidores, quando comparados os números de janeiro e de dezembro de 2019, tendo ocorrido um aumento da quantidade de servidores lotados para atender à evolução de demandas do MPMT ao longo dos últimos anos.

Figura 134 - Gráfico da comparação entre o quadro de servidores de janeiro e dezembro de 2019



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

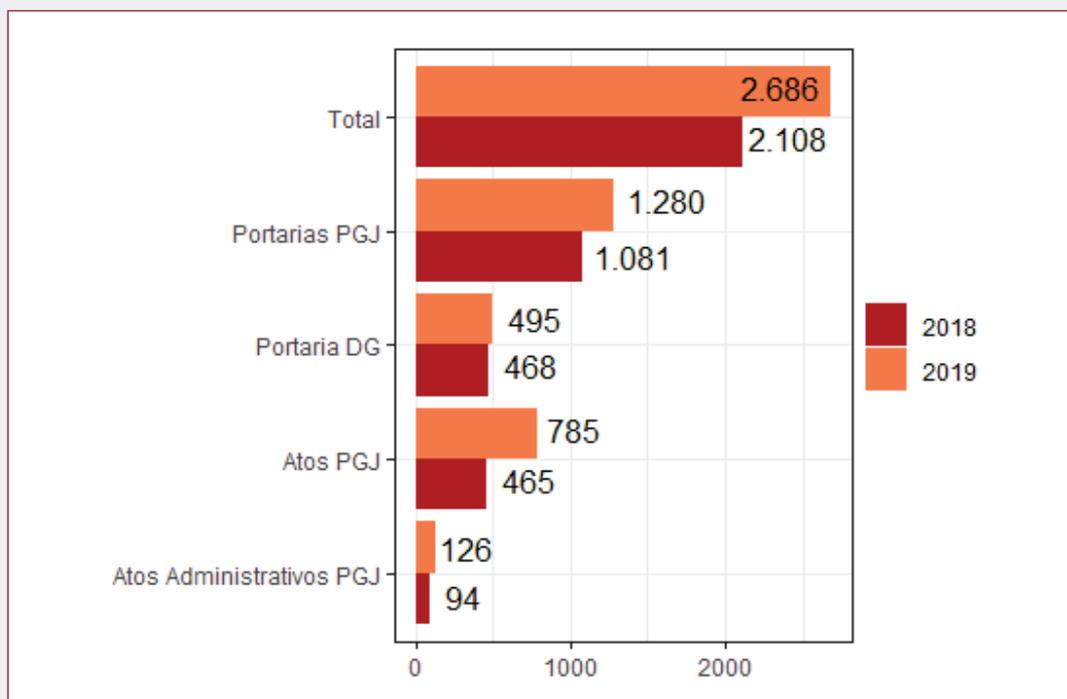
Esse aumento é decorrente principalmente do remanejamento de cargos, conforme demonstrado na tabela 66, que se implementou por meio da Lei Estadual n.º 10.876/2019, de 26.04.2019, cujo projeto foi de autoria do MPMT.

• Tabela 66 - Alterações no quadro de servidores comissionados implementadas em 2019, por meio da Lei n.º 10.876/2019, de 26.04.2019

Cargo	Total de vagas Lei n.º 9.782/2012	Total de vagas após alterações pela Lei n.º 10.876/2019
Assessor Especial	20	25
Assessor de Procurador	30	37
Assistente Ministerial - à área-fim	125	200
Assistente Ministerial - à área-meio	50	70
Auxiliar Ministerial	0	165
Gerente	27	29
Oficial de Gabinete	150	212

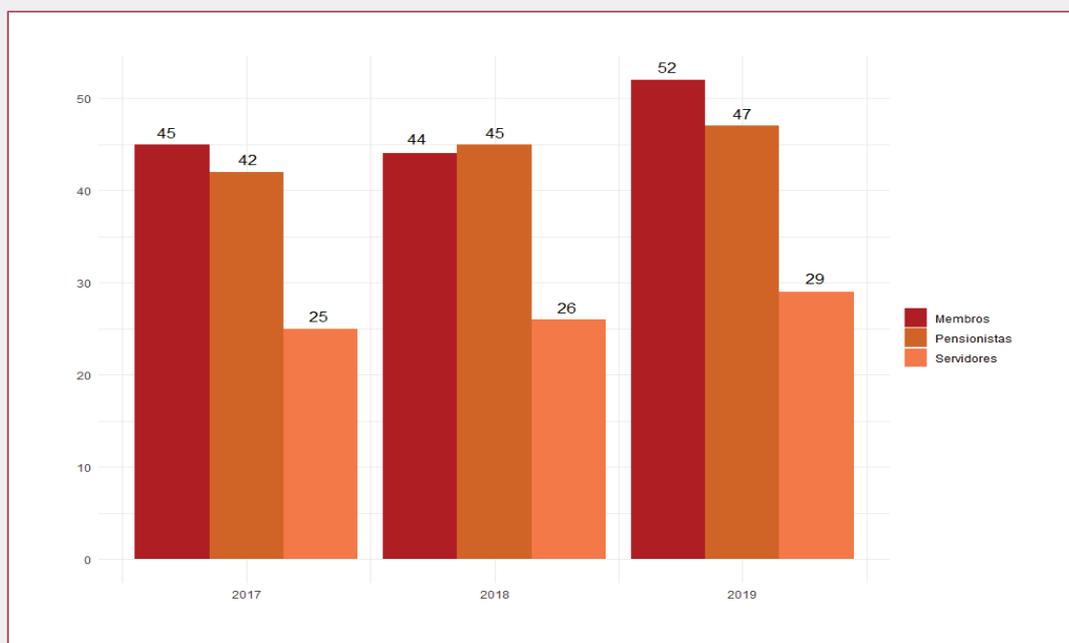
Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

■ Figura 135 - Gráfico com o total de publicações realizadas em 2018 e em 2019



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

■ Figura 136 - Gráfico do total de pensionistas, membros inativos e servidores inativos do MPMT, de 2017 a 2019



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas – MPMT

■ Figura 137 – Gráfico do total de membros e servidores ativos



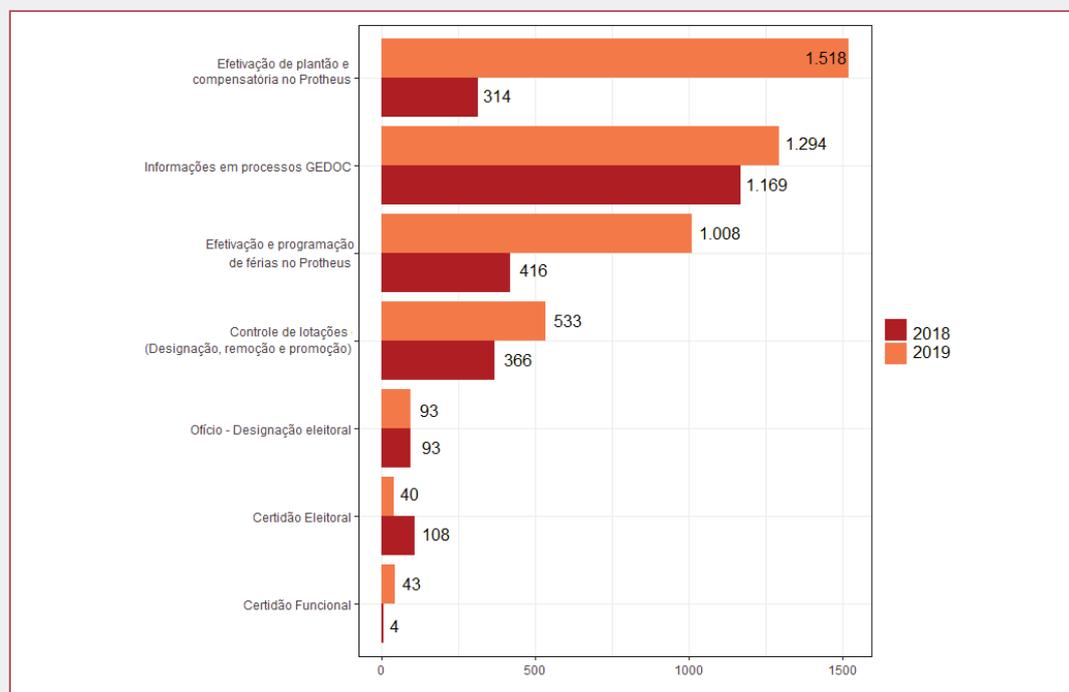
Fonte: Departamento de de Gestão de Pessoas – MPMT

As alterações do quadro de servidores constantes da tabela 66, foram necessárias para a reestruturação funcional da Instituição, que buscou distribuir igualmente os cargos de assessoria entre os membros, conforme a demanda de cada área e promotoria de Justiça. A partir da reforma administrativa implementada no MPMT, no que tange às

publicações realizadas em 2019, contabilizou-se a produtividade demonstrada no gráfico da figura 136, que evidencia um aumento de 68,8%, quando comparado a 2018, de Atos PGJ, por meio dos quais são determinadas, por exemplo, nomeações, exonerações, promoções e remoções. Frisa-se, que, apesar do aumento no número de publicações oficiais, os gastos relacionados a esta atividade foram fortemente reduzidos com a implementação do Diário Oficial Eletrônico próprio do MPMT.

Em relação às atividades desempenhadas pela Gerência de Membros, demonstradas no gráfico da figura 139, a adequação e parametrização do sistema *Protheus*, principal ferramenta utilizada para gerenciar a vida funcional dos integrantes da instituição, possibilitou o aumento na virtualização de processos relacionados por exemplo a programação de férias e de compensatórias de plantão. Essa medida reduz, além do consumo de materiais, o tempo dispendido no atendimento às demandas.

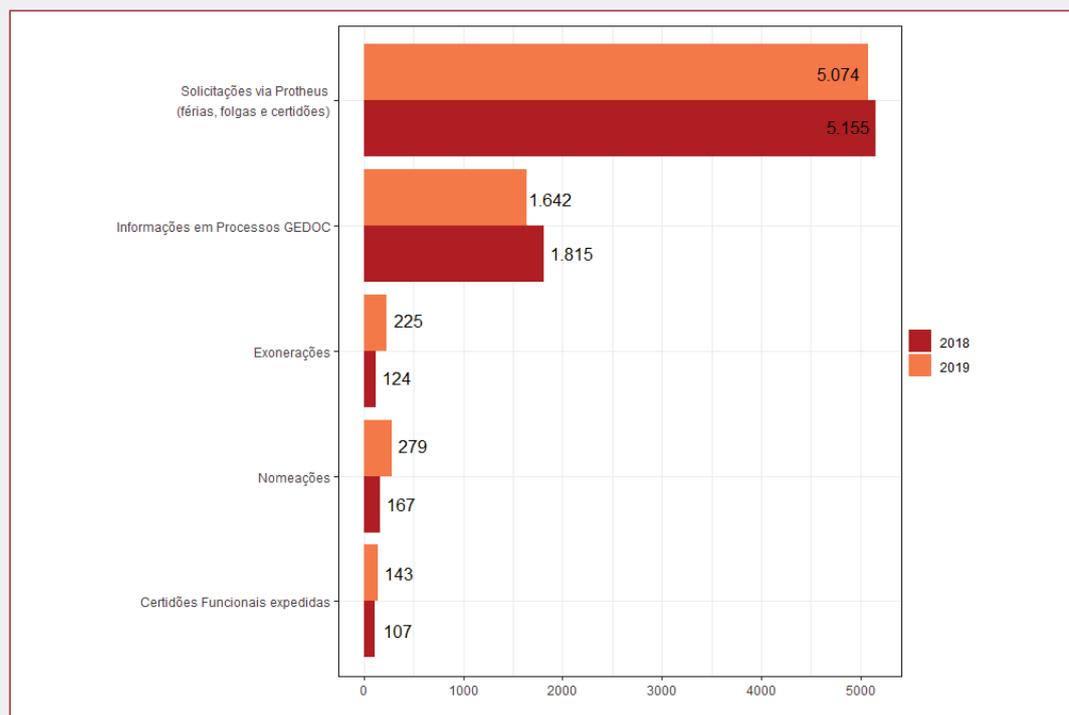
■ Figura 138 - Gráfico do total de atividades referentes a gestão da vida funcional de membros do MPMT em 2018 e em 2019



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas – MPMT

Na Gerência de Servidores, cujo público cresceu em torno de 11% no ano de 2019, observa-se, no gráfico da figura 140, aumento em todas as atividades, quando comparada ao período anterior, exceto uma pequena redução nas solicitações efetivadas via Portal Vida Funcional, que se vincula ao Sistema *Protheus*, utilizado para registro e gestão das informações do DGP.

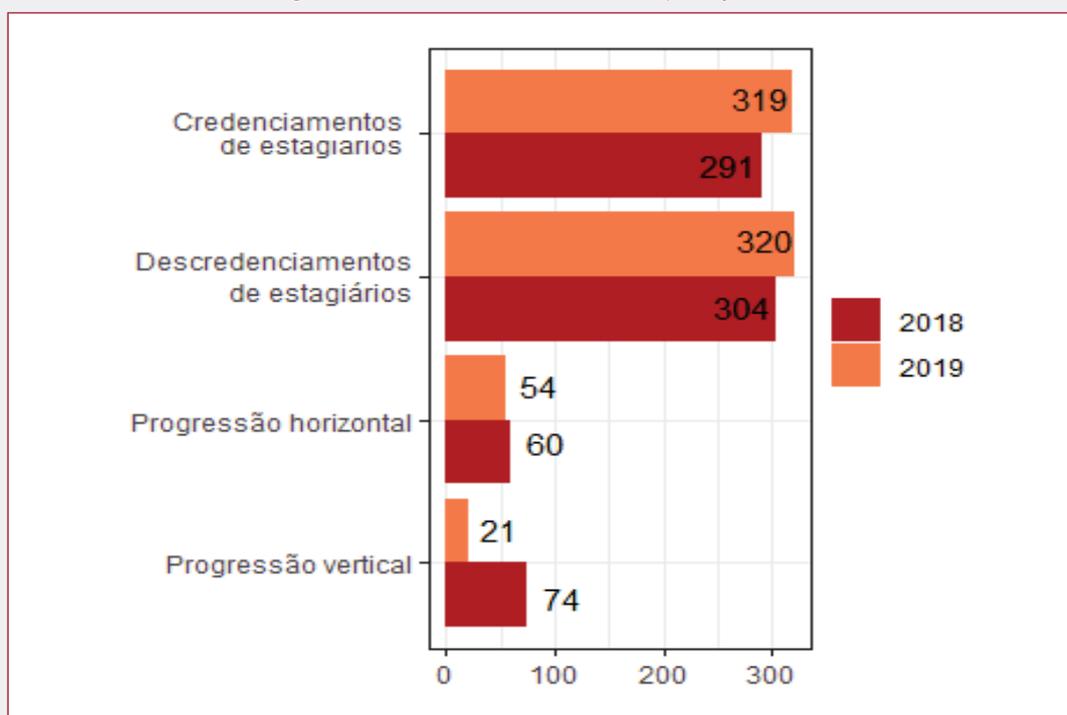
■ Figura 139 - Gráfico com o total de atividades referentes a gestão da vida funcional de servidores, em 2018 e 2019



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

Já na Gerência de Desenvolvimento, em 2019, foram realizadas adequações na execução dos processos internos, com a criação de novos métodos de controle das atividades, que envolvem o acompanhamento da vida funcional de estagiários (desde o auxílio no planejamento e execução dos concursos para credenciamento) e voluntários, além das progressões horizontal e vertical dos servidores efetivos.

■ Figura 140 - Gráfico com o total de atividades referentes a gestão da vida funcional de estagiários no ano de 2019, em comparação a 2018



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

■ Tabela 67 – Variação da quantidade de estagiários e voluntários no ano de 2019

Mês	Quantidade de Estagiários	Quantidade de Prestadores de Serviço Voluntário
JAN	294	47
FEV	340	53
MAR	307	47
ABR	319	67
MAI	355	61
JUN	398	53
JUL	368	49
AGO	371	43
SET	374	38
OUT	378	40
NOV	377	37
DEZ	384	37
<b>Quantidade média</b>	<b>355</b>	<b>47</b>

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT

## 5.4.1 Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – “Vida Plena: MPMT pensando em você”

Instituído por meio da Portaria de N° 561/2019-PGJ, publicada em 25 de abril de 2019, a qual também nomeou a equipe de trabalho. Sua instituição vai ao encontro da Recomendação nº 52/2017, Política Nacional de Gestão de Pessoas do CNMP, que estabelece princípios e diretrizes que orientam a promoção do desenvolvimento pleno e contínuo dos integrantes da instituição, alinhados aos objetivos estratégicos e à qualidade de vida no trabalho para o efetivo cumprimento da missão constitucional do Ministério Público brasileiro; e Ato Administrativo nº 624/2017, que instituiu a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do MPMT.

■ Figura 141 - Logo do programa Vida Plena: MPMT pensando em você



O “Vida Plena: MPMT pensando em você” tem como objetivo fomentar e coordenar projetos, ações voltadas à promoção do bem-estar e saúde dos integrantes da instituição. O programa está alinhado ao Planejamento Estratégico e Plano Plurianual 2020/2024, objetivo: promover a qualidade de vida no trabalho. O diagnóstico que fundamentou a formulação do “Vida Plena” considerou o índice de licenças e afastamentos para tratamento de saúde, motivados por doenças psíquicas e do sistema osteomuscular, e ausência de ação contínua voltada para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes da instituição. No intuito de promover a melhoria na qualidade de vida no trabalho, o programa foi estruturado em quatro frentes descritas na Tabela 68.

• Tabela 68 - Frentes de atuação do Programa Vida Plena: MPMT pensando em você

Frente	Nome	Objetivo
I	Melhorias no ambiente de trabalho	Fomentar a valorização e a humanização no trabalho, por meio de melhorias estruturais no ambiente, reformas e revitalizações de espaços internos e externos
II	Integração	Integrar as pessoas de diversas áreas do Ministério Público, estimulando o trabalho em equipe com foco na missão institucional e resultado para a sociedade, através de ações de interiorização nos polos e capital
III	Saúde no trabalho	Estimular o cuidado com a saúde física, psicológica e social dos integrantes da Instituição, bem como reduzir o absenteísmo, as doenças de trabalho e afastamentos decorrentes, por meio de ações permanentes de promoção de saúde no trabalho
IV	Campanhas e sensibilização	Desenvolver uma cultura organizacional de bem estar coletivo, através de ações e campanhas de sensibilização

### 5.4.1.1 Ações realizadas

Na Frente I - Melhorias no ambiente de trabalho, foram realizadas ações de reformas e inauguração de espaços de convivência, sendo elas:

- Inauguração do Restaurante do Ministério Público, localizado na Sede das Promotorias de Justiça em 05 de maio de 2019. Registra-se que até a data de 30 de novembro, o Restaurante já serviu 16.800 refeições;
- Inauguração do Espaço Conviver na Procuradoria Geral de Justiça em 29 de outubro de 2019. O Espaço Conviver possui 100m<sup>2</sup> de área construída, 45 lugares para sentar, sofá de canto para 15 pessoas, baquetas, área externa com seis mesas de bistrô, cantina, estação com micro-ondas, bebedouro e cafeteiras, lavatório e cantina;
- Inclusão nos projetos arquitetônicos de construção prediais de novas sedes de Promotorias de Justiça, do Espaço Vida Plena, voltado para a realização de atividades de integração, descanso e práticas de cuidados físico e mental. Essa ação objetiva atender reivindicações dos servidores que atuam nas Promotorias de Justiça dos polos do interior;
- Aquisição de cadeiras ergonômicas para todos os integrantes

da instituição.

■ Figura 142 - I e II – Restaurante; III e IV – Espaço Conviver; V – Modelo de cadeiras ergonômicas adquiridas



Na Frente II – Integração, os atendimentos pelo programa contemplaram:

- Visita de integração às Promotorias de Justiça polo, concomitante a Visita Institucional do Procurador-Geral de Justiça e Comissão de Apoio Institucional. A equipe esteve nos polos de: Tangará da Serra, Sorriso, Cáceres, Rondonópolis, Juína, Barra do Garça, Sinop e Alta Floresta. As demandas levantadas foram sistematizadas em Relatórios, e posteriormente encaminhados aos Departamentos e as Promotorias de Justiça para as providências necessárias. Participaram das atividades de integração cerca 279 pessoas;
- Visita de integração às Promotorias de Justiça São Félix do Araguaia, primeira comarca de entrância inicial a receber as atividades do programa.
- Realização de atividade de integração na Procuradoria-Geral de Justiça no mês de agosto. A metodologia definida foi de

trabalho em grupo, com no máximo 60 participantes entre servidores e membros atuantes nos Departamentos, Procuradorias Especializadas, Órgãos Auxiliares e Administração Superior. Foram realizados oito grupos, com participação de aproximadamente 350 pessoas.

- Para 2020, está prevista a realização da atividade na Sede das Promotorias Justiça da Capital, Núcleo Especializado das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Juizado Especial Criminal, Promotorias de Justiça de Várzea Grande, e também o retorno aos polos do interior, sendo sugerido a participação de um servidor representante de cada Promotoria de Justiça que compõe o polo.

■ Figura 143 - Atividades de integração nas comarcas de Juína, Tangará da Serra, Cáceres, Sorriso e Rondonópolis



■ Figura 144 - Atividades de integração na PGJ



Na Frente III – Saúde no trabalho, destacam-se as ações empreendidas de atendimento de individual pela equipe psicossocial, ações coletivas e previsão de atividades físicas e grupais na área de saúde mental, discriminadas abaixo:

- Atendimento psicossocial das demandas individuais, totalizando 11 casos (interior e capital) acompanhados de março a dezembro de 2019;

■ Figura 145 - Roda de conversa sobre Comunicação Consciente nas Relações Humanas, realizada na PGJ



- Rodas de Conversa em Comunicação Consciente nas Relações Humanas realizadas no decorrer do mês de outubro e novembro de 2019, em alusão a comemoração ao Dia do Servidor Público. As rodas ocorreram na Procuradoria-Geral de Justiça, Núcleo Especializado das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Promotorias de Justiça de Várzea Grande e Sede das Promotorias Justiça da Capital. Participaram da atividade cerca de 100 pessoas;
- Diálogos em saúde mental realizado nas Promotorias de Justiça de Cáceres que objetivou promover discussões sobre cuidados em saúde mental. Participaram da atividade 25 pessoas;
- Para 2020 está prevista a contratação de prestação de serviço de ginástica laboral e grupo de orientação psicossocial em atendimento a reivindicação dos servidores.

■ Figura 146 - Evento “Diálogos em saúde mental”, realizado na comarca de Cáceres



Na frente IV – Campanhas e Sensibilização, realizaram-se diversos eventos e campanhas publicitárias, tais como: Dia das mães; Dias dos pais; Setembro Amarelo e Dia do Servidor. Referente ao Dia do Servidor, o evento ocorreu na Procuradoria Geral de Justiça no mês de outubro e contou com a participação dos servidores do interior, além dos da capital.

A programação contemplou a realização de palestras, rodas de conversa, lançamentos dos Atos Administrativos do Teletrabalho,

FOSEMP (Curso de Formação de Servidores do Ministério Público) e programa Renascer, inauguração do Espaço Conviver e *Food Truck*. Para além, os participantes receberam camisetas, bloco de anotação, e *mouse pad*. O evento contou com o patrocínio e apoio do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP, Associação dos Membros do Ministério Público - AMMP e Fundação Escola Superior do Ministério Público. Participaram do evento 327 pessoas.

■ Figura 147 - Eventos realizados em 2019, em sentido anti-horário: Dia das Mães, Dia dos Pais, Setembro Amarelo, Dia do Servidor Público



Atividades de diversas – no decorrer do ano a equipe do programa desenvolveu para além de ações definidas nas frentes do “Vida Plena”, outras atividades atinentes a estruturação do programa, sendo elas: visitas institucionais objetivando conhecer experiências de práticas na área de qualidade de vida no trabalho; participação em evento referente à temática; pesquisa de Clima Organizacional; apoio ao Projeto Dialogar, que visa a autocomposição das infrações disciplinares e conflitos interno no âmbito do MPMT, em andamento; aplicação de questionário para levantamento de demandas a fim de subsidiar as ações do programa; contratação de prestação de serviço de *coffee break*

para o programa; contratação de psicóloga exclusiva para o atendimento do programa.

As informações quantitativas foram agrupadas nas tabelas 69 e 70. A primeira relaciona o evento ao número de pessoas que participaram e a segunda indica a atividade e a sua ocorrência numérica.

• Tabela 69 - Número de pessoas que participaram das ações do programa Vida Plena, em 2019

Evento	Número de Pessoas
Atividade de Integração - Interior	287
Atividade de Integração - PGJ	350
Dia das mães	91
Dia do Servidor	327
Dia dos pais	82
Diálogos em saúde mental	25
Rodas de Conversa	100
Setembro Amarelo	53
<b>Total</b>	<b>1.321</b>

Fonte: Programa Vida Plena: MPMT pensando em você

• Tabela 70 - Atividades diversas relacionadas ao programa Vida Plena, em 2019

Atividades	Quantitativo
Atendimentos psicossociais	11 casos
Atividade de integração – Interior	09 visitas
Atividade de integração – PGJ	08 grupos
Participação em evento de qualidade de vida no trabalho	01 congresso
Pesquisa de clima organizacional – 1ª fase	539 respostas
Pesquisa de clima organizacional – 2ª fase	468 respostas
Questionário Vida Plena	461 respostas
Restaurante	16.800 refeições
Reuniões da equipe do programa	10 reuniões
Visitas institucionais a outros órgãos	02 visitas

Fonte: Programa Vida Plena: MPMT pensando em você

O programa “Vida Plena” compreende que a qualidade de vida no trabalho se expressa por meio das representações globais que o trabalhador constrói sobre o contexto no qual está inserido, indicando o predomínio de experiência de bem-estar no trabalho, de reconhecimento institucional e coletivo, de possibilidade de crescimento profissional e de respeito às características individuais<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FERREIRA, Mario César. Qualidade de Vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. Brasília: Paralelo, 2017.

Partindo desse conceito, as ações desenvolvidas ao longo do ano pelo programa de qualidade no trabalho buscaram construir estratégias de mapeamento e ações práticas, visando englobar maior diversidade de integrantes do MPMT.

Em seus oito meses de existência o “Vida Plena” atingiu com suas ações cerca de 1.300 integrantes da instituição, desenvolvendo atividades de integração nas Promotorias de Justiça polo e Procuradoria-Geral de Justiça, Rodas de Conversa nas unidades ministeriais da capital, Diálogo em Saúde Mental no interior, eventos comemorativos (Dia das Mães, Pais, Dia do Servidor Público e Setembro Amarelo) realizados na PGJ, com transmissão *online* para as demais unidades, e acompanhamento de casos individuais.

No que se refere a área de estruturação do programa, a equipe utilizou instrumentos de pesquisa, tais como, clima organizacional, questionário de levantamento de demandas e matrizes de *swot* construídas nos grupos (sistematização do questionário e das matrizes – apêndices I e II), bem como, realizou visitas institucionais e participação em evento acerca da temática.

Analisando a quantidade de ações e o público atingido em tão pouco tempo de implantação do programa, avalia-se como importante a manutenção do “Vida Plena” e seu respectivo orçamento, constituição do núcleo de qualidade de vida no trabalho, bem como abertura de novas frentes de trabalho, a exemplo, a frente de sustentabilidade.

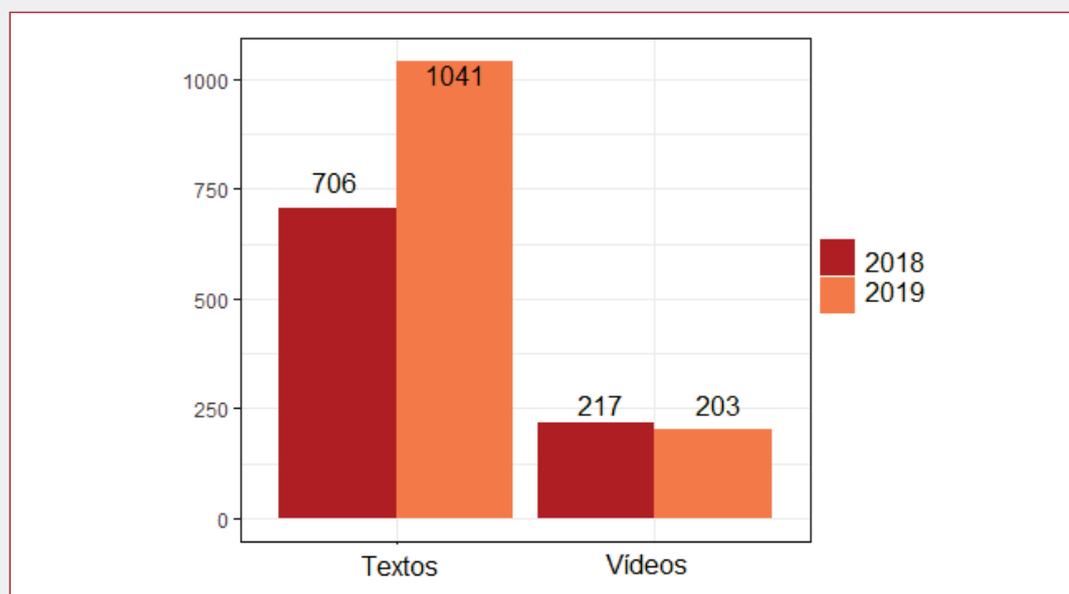
Na continuidade das ações, o programa terá por desafios a necessidade de equanimidade entre interior e capital, visto que a maioria das ações se concentram na capital, e a disseminação da cultura de qualidade de vida no trabalho, garantindo maior adesão dos integrantes da instituição às atividades.

## 5.5 Comunicação Institucional

Na área de comunicação institucional, de responsabilidade do **Departamento de Imprensa e Comunicação - DECOM**, também houve mudanças significativas, que levaram ao aumento da interação da Administração com seu público interno, assim como com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da imagem do órgão, além de aproximá-lo do cidadão, que passa a entender melhor as atividades desenvolvidas e em que momento procurar o MPMT.

Observa-se, por exemplo, um aumento de 47% na quantidade de textos produzidos, somados os do *site* e da *Intranet*, e uma pequena redução na produção de vídeos (6,4%), conforme demonstrado no gráfico da figura 149. Já no gráfico da figura 150, ressalta-se que a maior parte dos textos produzidos em 2019, destinaram-se a publicação no *site*, de modo a divulgar a atuação da instituição, bem como outras informações relevantes à sociedade.

■ Figura 148 - Gráfico com a quantidade de textos e vídeos produzidos em 2018 e em 2019



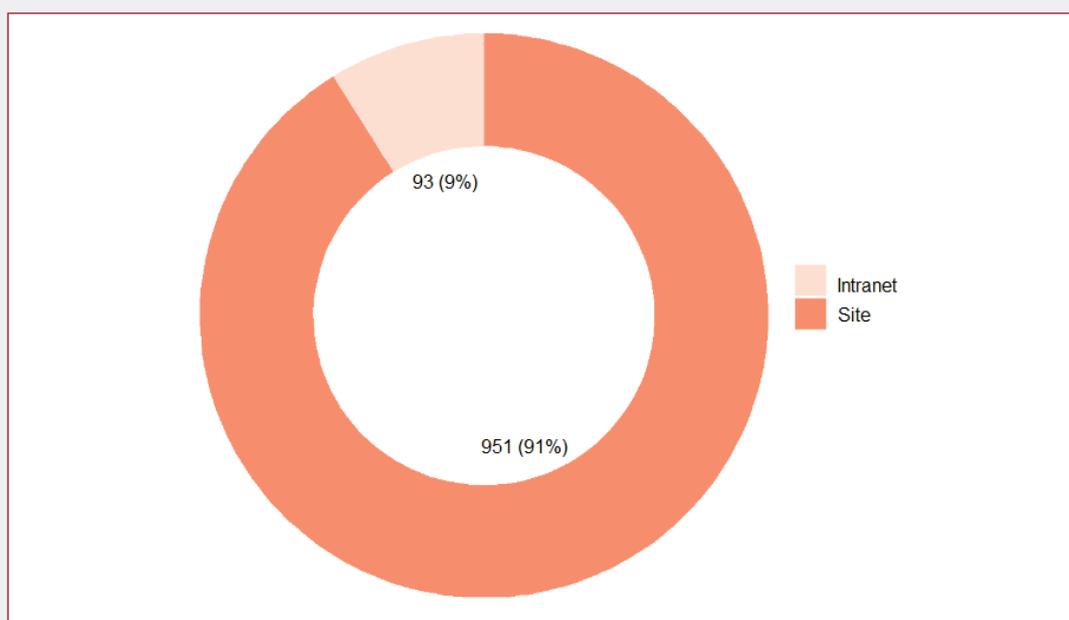
Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação - MPMT

Dentre as 80 (oitenta) Comarcas que compõem o MPMT, 46 (quarenta e seis) tiveram de 1 a 5 notícias publicadas por meio da assessoria de imprensa, que atendeu a 66 das 79 comarcas que fizeram solicitações nesse sentido. No gráfico da figura 151, está distribuída a quantidade de notícias publicadas por Comarca e, no gráfico da figura 152, as 10 (dez)

principais, em termos de divulgação no ano de 2019.

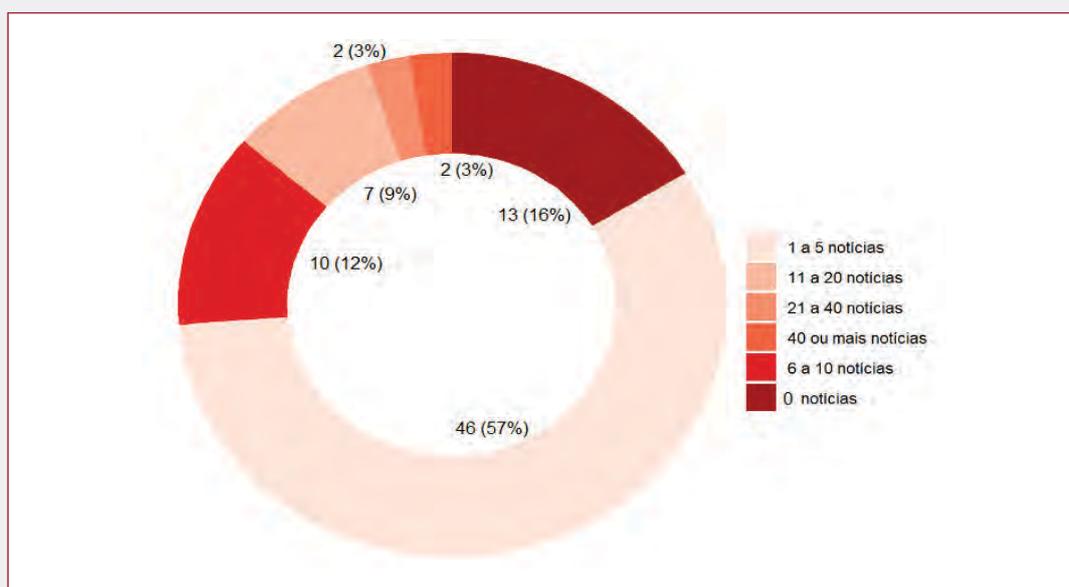
No gráfico da figura 153, contabilizam-se as divulgações externas relacionadas ao MPMT nos jornais de Cuiabá e nos meios de comunicação *online*, em que houve aumento de 2,6% e de 57%, respectivamente, em relação ao ano de 2018, além da televisão e rádio, em que houve redução 1,9% e 6,8%, acompanhando a tendência geral nos meios de comunicação mais utilizados atualmente.

■ Figura 149 - Gráfico da veiculação dos textos produzidos em 2019



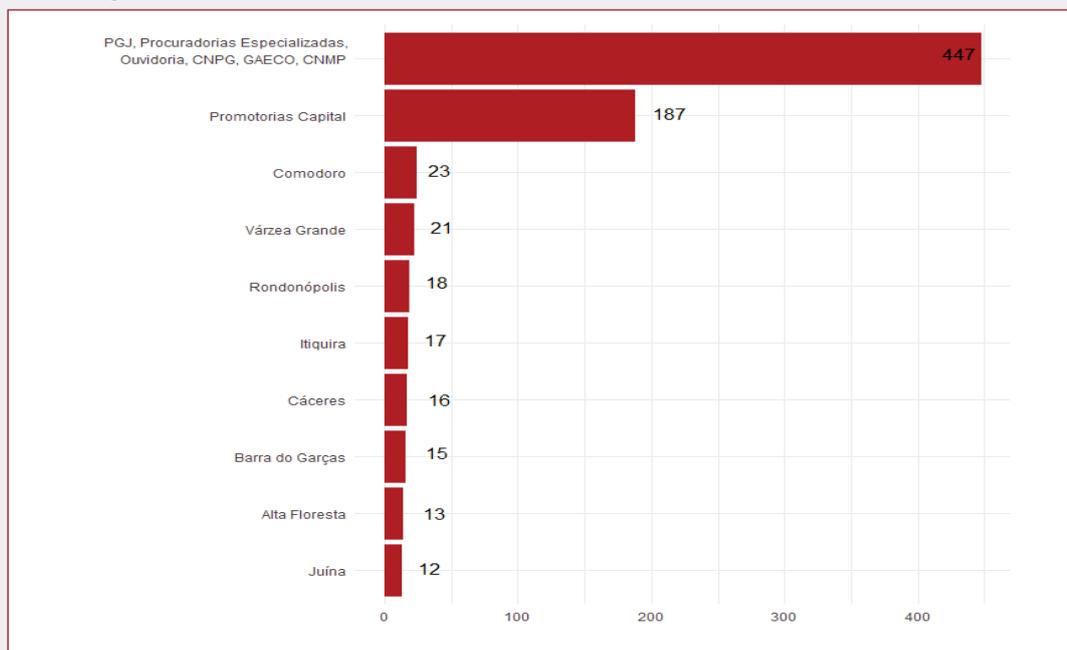
Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação – MPMT

■ Figura 150 - Gráfico da quantidade de notícias publicadas em 2019, por comarca



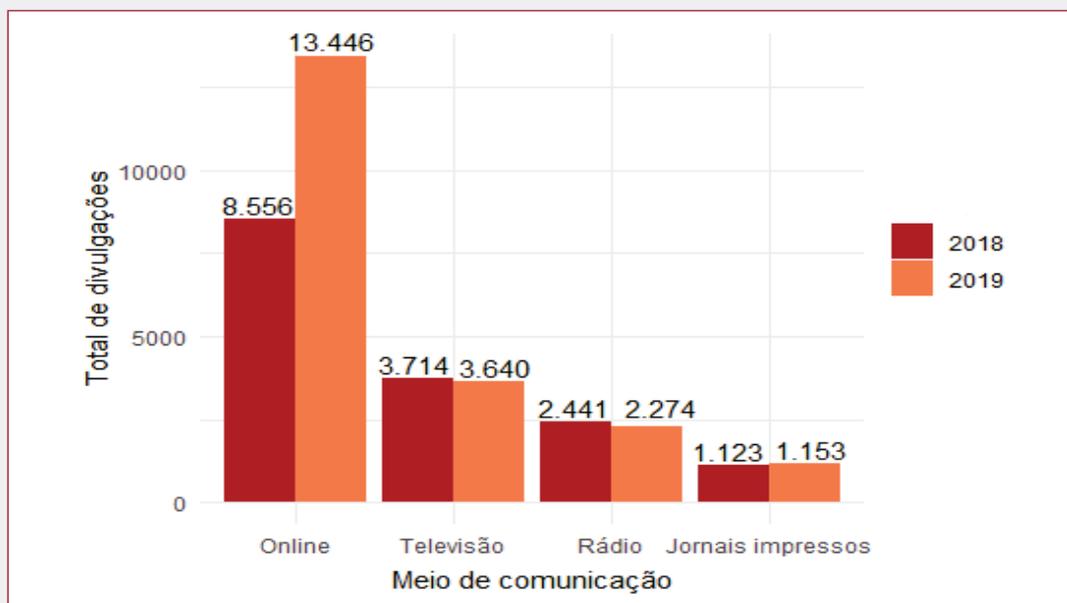
Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação – MPMT

■ Figura 151 - Gráfico com as comarcas com o maior número de notícias em 2019



Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação – MPMT

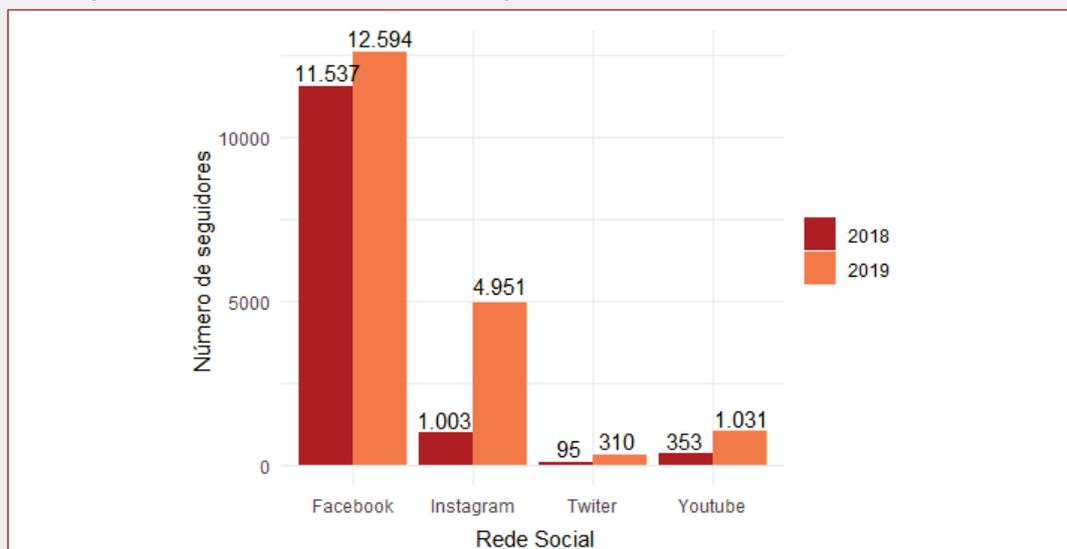
■ Figura 152 - Gráfico das divulgações externas em 2019



Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação – MPMT

Atualmente, organizações de todo tipo valem-se das redes sociais para a comunicação institucional, por ser uma das principais fontes de informação utilizadas pelas pessoas, já que possibilita a divulgação de notícias de maneira rápida, simples e interativa. O MPMT, em 2019, realizou publicações em todas as principais redes sociais, para um público crescente, como se demonstra no gráfico da figura 154.

■ Figura 153 - Gráfico do número de seguidores nas redes sociais em 2018 e em 2019

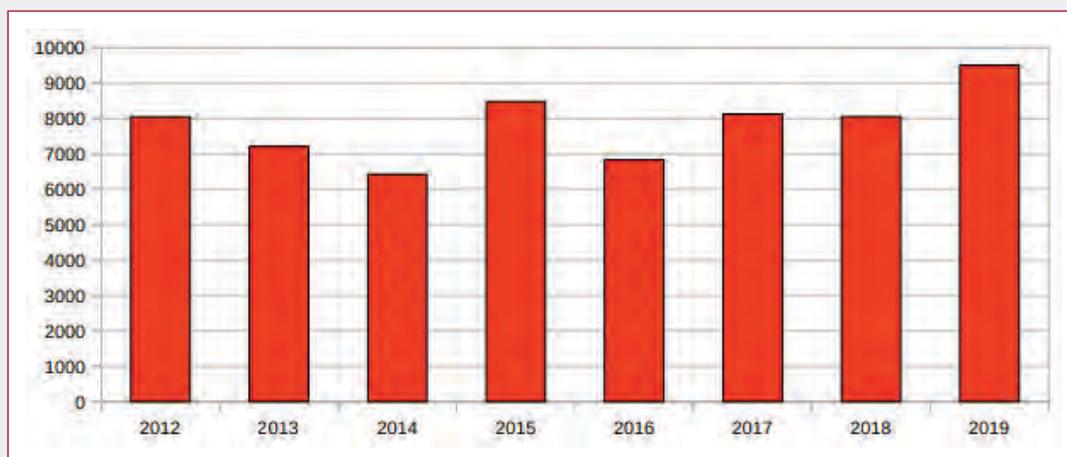


Fonte: Departamento de Imprensa e Comunicação – MPMT

Destaca-se, também, a análise quanto aos registros realizados pelo **Departamento de Atendimento e Expediente (DAEXP)**, no ano de 2019, relacionados a muitas das atividades realizadas em toda instituição, mas principalmente dos setores que atuam na Procuradoria Geral de Justiça.

Os procedimentos que envolvem a atuação da Administração e setores administrativos do MPMT são atuados por meio do sistema GEDOC, e totalizaram 9.505 (nove mil quinhentos e cinco), em 2019, com picos nos meses de abril e agosto e menor quantidade em dezembro. No gráfico da figura 155, demonstra-se a variação desses registros ao longo dos últimos sete anos, em que se observa um aumento em 2019, devido às reformas administrativas implementadas.

■ Figura 154 - Gráfico da evolução do número de registros no sistema GEDOC, pelo DAEXP, de 2012 a 2019



Fonte: Departamento de Atendimento e Expediente - MPMT

Já no sistema SIMP, onde são registrados os procedimentos que envolvem a atuação finalística do MPMT, o DAEXP registrou 794 (setecentos e noventa e quatro) processos extrajudiciais de 1ª instância (Notícias de Fato e Procedimentos Administrativos), distribuídos para os gabinetes do Procurador-Geral de Justiça, Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional e Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa.

Em relação aos processos judiciais, os de 1ª instância, foram movimentados ao Núcleo de Ações Originárias – Criminal (NACO – Criminal), e os de 2ª instância, provenientes do Tribunal de Justiça, distribuídos aos procuradores de Justiça, incluindo o Procurador-Geral de Justiça e o Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional, totalizando 53.092 processos movimentados em 2019, 19,7% a mais do que em 2018, sendo 31.051 destes (58,5%), para manifestação dos órgãos. No gráfico da figura 156, comparam-se os registros, desde 2012.

O DAEXP é responsável, também, pelo recebimento e remessa de correspondências das Promotorias de Justiça da Capital e da Procuradoria-Geral de Justiça, as quais, em 2019, do total de 5904, 50,9% foram enviadas por serviço de carta comercial (simples/registrada/outros), 34,5% por PAC e 14,6% por Sedex.

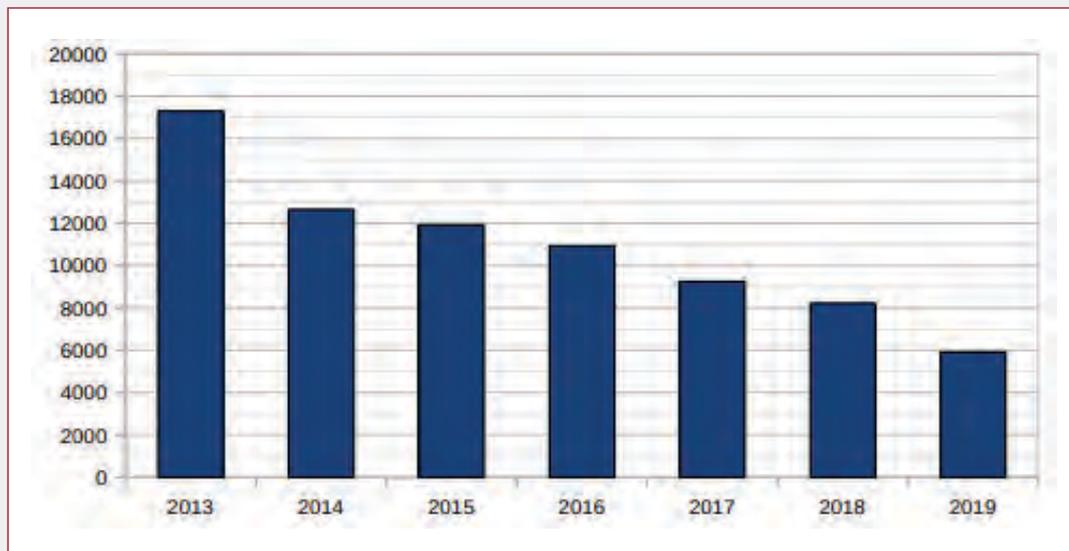
No MPMT, grande parte das correspondências recebidas são de documentos internos, enviados principalmente pelas Promotorias de Justiça do interior, sendo que, devido a massiva orientação de que se priorize a utilização do correio eletrônico, evitando gastos desnecessários com correspondências, há redução significativa dessa despesa, conforme demonstrado no gráfico da figura 157.

■ Figura 155 - Gráfico da evolução do número de registros no sistema SIMP, pelo DAEXP, de 2012 a 2019



Fonte: Departamento de Atendimento e Expediente - MPMT

■ Figura 156 - Gráfico das Correspondências enviadas pelo MPMT, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), no período de 2013 a 2019



Fonte: Departamento de Atendimento e Expediente - MPMT

## 5.6 Controle Interno

A *accountability* é o esteio da administração pública moderna. É um preceito que exige a disponibilização periódica das informações aos cidadãos, de maneira inteligível. Em um “olhar para dentro”, o fornecimento de informações gerenciais à Administração Superior permite o acompanhamento concomitante das atividades administrativas, a mensuração da real necessidade de força de trabalho, bem como a avaliação da eficiência das unidades, racionalizando as tomadas de decisão.

O papel de destaque que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso ocupa na sociedade demanda uma mudança de paradigma, na qual as “caixinhas administrativas” dos organogramas deixam de ser “caixas-pretas” e expõem os cumprimentos de suas tarefas.

Nesse sentido, desde 2008, por meio da lei n.º 8.915/2008, o MPMT conta com a Unidade Central de Controle Interno (ACI), em consonância com a Lei Complementar n.º 295/2007, que criou o Sistema de Controle Interno do Estado de Mato Grosso, sendo hierarquicamente subordinada à Secretaria-Geral do Ministério Público.

No cumprimento de sua função constitucional, a Auditoria de Controle Interno, órgão de avaliação e de assessoramento da administração, tem como missão realizar as atividades de Controle Interno no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, visando assegurar a legalidade, legitimidade, transparência e efetividade dos gastos públicos, desempenhando as atribuições definidas no Art. 28 do Ato Administrativo n.º 520/2016-PGJ (Regimento Interno) e aquelas constantes do Art. 7º do Ato Administrativo n.º 237/2012-PGJ (Sistema de Controle Interno), em especial a mensuração e avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos do sistema de controle interno e o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

Atualmente, a ACI/MPMT é composta por quatro servidores efetivos, sendo três analistas e um técnico administrativo, incluindo o Auditor de Controle Interno, que ocupa, também, cargo efetivo de Analista Contador.

Nas tabelas 71 e 72, estão contabilizadas as atividades realizadas pela unidade, em 2019, por meio das quais colabora com o fortalecimento da gestão do Órgão, promovendo segurança para a execução de atos administrativos, estimulando a obediência e o respeito à legislação e avigorando a busca da eficiência operacional.

Pontua-se que a Auditoria de Controle Interno alterou a nomenclatura de alguns de seus atos, unificando a Orientação Técnica e o Parecer Específico, em Parecer Técnico, destinado à análise dos casos concretos, no tempo mesmo em que a Orientação Técnica foi transformada em instrumento para responder as consultas “em tese”.

• Tabela 71 - Total de documentos expedidos pelo Controle Interno do MPMT, em 2019

Atividade	Quantidade
Auditorias Externas – Apoio ao TCE/MT	16
Auditorias Internas	08
Pareceres Técnicos	796
Participações em projetos	02
Comunicações	154

Fonte: Auditoria de Controle Interno – ACI/MPMT

• Tabela 72 - Atividades realizadas pelo Controle Interno do MPMT, em 2019

Atuação	Descrição
<p><b>Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)</b></p>	<p>Compõe as atividades internas, sendo elaborado com base nos critérios: Relevância da atividade no contexto do MP; Riscos inerentes à atividade; Materialidade dos valores envolvidos nas operações; Ambiente de controle; Indicações da Administração Superior; Demandas e/ou apontamentos anteriores por parte do TCE e/ou CNMP; Sistemas administrativos, ou unidades, com valores envolvidos e/ou fluxo operacional cujo volume de transações requer acompanhamento mais constante; Trabalhos de auditoria realizados anteriormente; Aspectos relevantes da Legislação; Quaisquer indicativos de que a matéria poderá ser objeto de auditoria externa.</p> <p>Como forma de se adequar às regras e metodologias normatizadas pelo TCE/MT, é elaborado nos termos da Resolução Normativa nº 026/2014 – TP, a qual, apesar de ser direcionada aos municípios, pode ser estendida aos órgãos e poderes estaduais.</p>
<p><b>Relatório de Gestão Fiscal (RGF)</b></p>	<p>Instrumento de transparência, previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve conter os valores da despesa total com pessoal, distinguindo a realizada com inativos e pensionistas. Atenta a estes limites, a Auditoria de Controle Interno mantém constante comunicação com o Departamento Financeiro, a fim de antever quaisquer eventos que possam colocar em risco o devido cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, pela relevância da matéria, os controles internos sobre este tema são especialmente reforçados.</p>
<p><b>Portal Transparência</b></p>	<p>O Conselho Nacional do Ministério Público realiza, quadrimestralmente, o transparentômetro, para avaliar o nível de transparência de cada Ministério Público. Em 2019, o MPMT atingiu o índice de 99,70% de transparência<sup>2</sup>, o que indica um atendimento quase integral aos ditames do Manual de Transparência do CNMP</p>
<p><b>Acompanhamento de publicações oficiais</b></p>	<p>Diariamente, verificam-se as publicações no Diário Oficial Eletrônico do MPMT, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT) e no Diário Oficial de Contas (TCE/MT), a fim de identificar inovações legislativas, assuntos / matérias de interesse da Instituição, nomeações e exonerações, alertas / notificações / prazos regimentais da Corte de Contas e de realizar testes no conteúdo publicado pelo MPMT</p>

<sup>2</sup> Última avaliação: 1º Quadrimestre de 2019

Atuação	Descrição
<p><b>Apreciação dos atos de pessoal para fins de registro</b></p>	<p>Todas as nomeações de servidores efetivos são apreciadas pela ACI, com emissão de parecer prévio, (art. 5º da Resolução Normativa nº 3/2015 c/c art. 1º Resolução Normativa nº 30/2015, ambas do TCE/MT) que acompanha as informações remetidas à Corte de Contas por meio do sistema APLIC, assim como nos procedimentos relativos a concurso público, aposentadoria, pensão e abono de permanência (Resolução Normativa TCE n.º 17/2010).</p> <p>Periodicamente, realizam-se testes amostrais para avaliar a tempestividade dos envios das informações, encaminhando alerta ao responsável quanto a eventual descumprimento das normas</p>
<p><b>Geo-Obras e Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC (TCE/MT)</b></p>	<p>São sistemas/softwarees desenvolvidos pelo TCE/MT, para que os órgãos jurisdicionados possam prestar contas à corte, de modo concomitante, acerca de todas as atividades administrativas que envolvem recursos públicos, como licitações e contratos, obras públicas, folha de pagamento, concessão de aposentadoria e pensão, admissão e exoneração de pessoal, etc. Gera-se um volume gigantesco de dados, os quais auxiliam o TCE/MT nos julgamentos anuais das contas de gestão</p>
<p><b>Acompanhamento de prestações de conta de diárias e adiantamentos</b></p>	<p>Acompanha-se a prestação de conta de diárias e adiantamentos, auxiliando, quando necessário, a Gerência de Tomada de Contas (DEFIN), na cobrança aos responsáveis ou encaminhando à Administração Superior, para providências, conforme Ato Administrativo nº 587/2017-PGJ</p>
<p><b>Instruções normativas</b></p>	<p>Orientação aos órgãos centrais de sistemas administrativos para a elaboração, expedição e manutenção das instruções normativas sobre procedimentos de controle. Algumas Instruções Normativas foram editadas no último biênio.</p>
<p><b>Apoio ao Controle Externo</b></p>	<p>Colabora-se com as equipes de Auditoria Externa do TCE/MT e do CNMP, no que tange a supervisão e auxílio aos setores administrativos auditados, para encaminhamento de documentos e informações, atendimento efetivo às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas e apresentação de eventuais recursos</p>
<p><b>Outros trabalhos</b></p>	<p>Participação da Analista Contadora Ludmila Auxiliadora Silvente Bernardino na Comissão de implantação da Gestão por Competências e na Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão de Custos. Assim, a ACI auxilia a Administração na implantação de novos mecanismos de melhoria da gestão e, após o término desses projetos, que recebem o suporte do Escritório de Projetos do DEPLAN, os resultados poderão ser devidamente monitorados</p>





**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

ACOMPANHE TAMBÉM  
NAS REDES SOCIAIS:



@MPEMT



@MPEMT



@MPDEMT